

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI
2021 a 2025

UNIFACCAMP
Centro Universitário Campo Limpo Paulista

DADOS INSTITUCIONAIS

MANTENEDORA

Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista Ltda.

Rua Guatemala, 167 – Jardim América

CEP 13231-230 – Campo Limpo Paulista – São Paulo

PABX: 011-48129400

Mantenedores

Mantenedores do Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista:

Prof. Dr. Nelson Gentil

Prof. Dr. Osvaldo Luiz de Oliveira

MANTIDA

Dados Cadastrais¹

Centro Universitário Campo Limpo Paulista (UNIFACCAMP)

Código da IES: 1273

Instituição de Educação Superior Privada com fins lucrativos.

Reitora - Prof^a. Me. Patrícia Gentil Simionato.

¹ Data base das informações junho/2021, dados atualizados estarão disponíveis na visita *in loco*

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	21
1.1 Evolução Institucional a partir da Autoavaliação Institucional	21
1.1.1 Processo de Autoavaliação da UNIFACCAMP	23
1.1.2 Objetivos Gerais da Autoavaliação Institucional	24
1.1.3 Objetivos Específicos da Autoavaliação Institucional	25
1.1.4 Constituição e Funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA	26
1.1.5 Autoavaliação Institucional: Participação da comunidade acadêmica	28
1.2 Metodologias, Dimensões e Instrumentos a serem utilizados no processo de Autoavaliação	29
1.3 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados	32
1.3.1 Ações Específicas do Processo de Autoavaliação	33
1.4 Estratégias para a Consolidação do Processo Avaliativo	33
1.4.1 Ações Específicas de Consolidação do Resultado da Autoavaliação	34
1.5 Recursos	34
1.6 Relatórios de Autoavaliação	34
CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	36
2.1 Inserção Regional, Nacional e Internacional da UNIFACCAMP	36
2.1.1 A Cidade de Campo Limpo Paulista	36
2.1.2 Âmbito Nacional	39
2.1.3 Âmbito Internacional	41
2.2 Missão , objetivos, metas e valores institucionais	41
2.2.1 Missão	41
2.2.2 Valores	42
2.3 Objetivos e Metas	43
2.4 Áreas de Atuação Acadêmica	64
2.5 Oferta de Cursos e Programas Presenciais e a Distância	64
2.5.1 Cursos de Graduação	64
2.5.2 Pós-Graduação Stricto Sensu	76
2.6 Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI	78

2.6.1	Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas	79
2.6.2	Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas para os Cursos de Graduação	82
2.6.3	Diretrizes para o acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos	84
2.6.4	Políticas de Ensino	88
2.7	Política e práticas de pesquisa, de inovação tecnológica e de desenvolvimento	95
2.8	Política de Apoio Discente para Eventos e produção Discente	95
2.9	Política Institucional para o Programa de Iniciação Científica	96
2.9.1	Áreas Temáticas e Linhas Programáticas para Iniciação Científica	97
2.9.2	Programa de Iniciação Científica (PIC)	99
2.10	Políticas de valorização da diversidade e da Responsabilidade Social na UNIFACCAMP	100
2.10.1	Programa PIIASHA	100
2.11	Responsabilidade Social	103
2.11.1	Inclusão social, tecnológica, política e cultural	104
2.11.2	Preservação Socioambiental e dos Direitos Humanos	106
2.11.3	Educação Ambiental nos Programas Educacionais	108
2.11.4	Política Institucional para o cumprimento das Diretrizes para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	112
2.11.5	Ensino de Libras – Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005	114
2.11.6	Dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	114
2.12	Política para a Educação Inclusiva	116
2.12.1	Atendimento prioritário, que envolve tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida	125
2.12.2	Normas institucionais sobre o tratamento a ser dispensado a docentes, alunos, colaboradores e empregados com deficiência	126
2.13	Responsabilidade Corporativa	127
2.14	Política para a modalidade de educação a distância	129
2.14.1	Estudo para implantação de polos de educação a distância	136
CAPÍTULO III - POLÍTICAS ACADÊMICAS E AÇÕES ACADÊMICO ADMINISTRATIVAS		138
3.1	Gestão Acadêmico-Administrativa	138
3.1.1	Ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	139
3.1.2	Ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação	139
3.1.3	Ações acadêmico administrativas para a iniciação científica	140
3.2	Da Política de Extensão e das Ações Acadêmico Administrativas para a Extensão	143

3.2.1	São objetivos da extensão na IES	145
3.3	Políticas e Ações para a Produção Acadêmica Docente	150
3.4	Política de Acompanhamento dos Egressos	153
3.5	Políticas de Internacionalização	156
3.5.1	A Internacionalização da Educação Superior e a busca da Excelência Acadêmica	156
3.6	Comunicação com a comunidade externa e interna	159
3.6.1	Estratégias de Comunicação	160
3.7	Política de Atendimento Discente	161
3.7.1	Formas de Acesso e Programas	161
3.7.2	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	162
3.7.3	Atendimento ao Aluno	163
3.7.4	Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)	164
3.7.5	Ouvidoria	164
3.7.6	Políticas e ações de estímulo à produção discente e participação em eventos	164
CAPÍTULO IV – POLÍTICAS DE GESTÃO		166
4.1	Política de Gestão	166
4.1.1	Políticas e Diretrizes Gerais	166
4.1.2	Gestão de Pessoas	167
4.1.3	Bem-Estar	168
4.1.4	Política de Pessoal	169
4.1.5	Política de Contratação do Pessoal Docente	170
4.2	Titulação do Corpo Docente	171
4.3	Política de capacitação docente e formação continuada	171
4.3.1	Política de Substituição Eventual do Pessoal Docente	172
4.3.2	Política de Atribuição de Disciplinas do Pessoal Docente	173
4.3.3	Política de Regime de Trabalho do Pessoal Docente	173
4.3.4	Política de Progressão na Carreira do Pessoal Docente	173
4.4	Política de Capacitação e formação continuada do corpo Técnico Administrativo	174
4.4.1	Política de Contratação do Pessoal Técnico Administrativo	174
4.4.2	Política de Formação e Capacitação do Pessoal Técnico-Administrativo	175
4.4.3	Política de Progressão na Carreira do Pessoal Técnico Administrativo	175
4.5	Cronograma de Expansão do Pessoal Docente e do Pessoal Técnico- Administrativo	176
4.6	Política de Capacitação e formação Continuada para o Corpo de Tutores	178
4.7	Processos de Gestão Institucional	178

4.8	Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático	179
4.8.1	Disponibilização	180
4.8.2	Distribuição	180
4.9	Sustentabilidade Financeira – Relação com o Desenvolvimento Institucional	180
4.9.1	Aspectos Financeiros e Orçamentários	181
4.9.2	Políticas de Sustentabilidade Financeira	181
4.9.3	Política de Alocação de Recursos	183
4.9.4	Metas e Ações	183
4.9.5	Estratégia da gestão econômico-financeira	184
4.9.6	Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução	185
4.9.7	Plano de Investimentos	194
4.9.8	Sustentabilidade Financeira – Participação da Comunidade	195
CAPÍTULO V - INFRAESTRUTURA FÍSICA		197
5.1	Políticas para Infraestrutura	197
5.1.1	Metas e Ações	200
5.2	Infraestrutura Física	201
5.2.1	Instalações Administrativas e de suporte	201
5.2.2	Salas de Aula, Laboratórios e Biblioteca	203
5.3	Salas de aula	206
5.4	Auditório	207
5.5	Sala de professores	207
5.6	Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral	208
5.7	Espaços para atendimento aos discentes	208
5.8	Espaços de convivência e de alimentação	209
5.9	Laboratórios e ambientes para práticas didáticas	209
5.9.1	Recursos Audiovisuais e Multimídia	209
5.9.2	Infraestrutura - Laboratórios	210
5.9.3	Laboratórios a serem implantados no período de 2021 a 2025	233
5.10	Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA	235
5.11	Biblioteca	235
5.11.1	Espaço Físico	235
5.11.2	Instalações para o acervo	236
5.11.3	Instalações de sala de estudos individuais	237
5.11.4	Recursos Materiais	237
5.11.5	Acervos	237
5.11.6	Constituição e Desenvolvimento do Acervo	238

5.11.7	Tecnologias e Redes de Informação	239
5.11.8	Recursos Humanos	240
5.11.9	Serviços Oferecidos	240
5.11.10	Planos de Expansão	242
5.12	Salas de apoio de informática	245
5.12.1	Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática	245
5.13	Instalações sanitárias	247
5.14	Estrutura dos polos EAD	247
5.15	Infraestrutura tecnológica	247
5.16	Infraestrutura de execução e suporte	248
5.17	Plano de expansão e atualização de equipamentos	249
5.18	Recursos de tecnologias de informação e comunicação	249
5.19	Ambiente virtual de aprendizagem - AVA	251

CAPÍTULO VI - PLANO ESTRATÉGICO PARA A RETOMADA GRADATIVA SEGURA DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS PLANO EMERGENCIAL COVID-19 _____ **252**

6.1	Plano Estratégico para a Retomada Gradativa e Segura das Atividades Educacionais	252
6.2	Protocolos por Áreas da Unifaccamp	253
6.2.1	Em âmbito de mantenedora, reitoria e pró-reitorias: aspectos acadêmicos e regulatórios busca-se estabelecer diretrizes e sugestões de ações a serem tomadas nesse período de pandemia:	253
6.2.2	Ações para gestão e Administração de Pessoal	258
6.2.3	Aspectos contábeis, financeiros e jurídicos	259
6.2.4	Ações de tecnologia da informação	261
6.2.5	Área administrativa – infraestrutura	262
6.2.6	Protocolo para acesso ao <i>campus</i>	265
6.2.7	Comunicação, educação, treinamento, relacionamento	265
6.2.8	Ações de relacionamento com alunos	267
6.2.9	Ações de monitoramento das condições na Unifaccamp	267
6.2.10	Ações com suspeitos de covid-19	268
6.2.11	Ações da mantenedora no afastamento de trabalhadores	270
6.2.12	Ações para retorno dos trabalhadores	270

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____ **278**

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma Unifaccamp	19
Figura 2 - Selo de Responsabilidade Social ABMES 2021 - 2022	127

Índice de Quadros

Quadro 1 - Demonstrativo da evolução dos cursos de Bacharelado da Instituição de 1999 a 2021	15
Quadro 2 - Demonstrativo da evolução dos cursos Tecnológicos da Instituição de 2004 a 2021	16
Quadro 3 - Demonstrativo da evolução dos cursos de licenciaturas da Instituição de 2006 a 2019	16
Quadro 4 - Demonstrativo da evolução dos cursos a distância.....	17
Quadro 5 - Composição da CPA.....	27
Quadro 6 - Relativamente as atribuições	28
Quadro 7 - Classificação dos conceitos	31
Quadro 8 - Metas e ações das Políticas de Gestão Acadêmica.....	44
Quadro 9 - Metas e ações das Políticas de Ensino.....	47
Quadro 10 - Metas e ações das Políticas de Pesquisa	59
Quadro 11 - Metas e Ações das Políticas de Extensão.....	60
Quadro 12 - Metas e Ações das Políticas de Internacionalização e Ações de Visibilidade Nacional, Campus Fora de Sede.....	61
Quadro 13 - Gestão de Pessoas.....	64
Quadro 14 - Cursos de Graduação	65
Quadro 15 - Cursos de Graduação Tecnológicos	69
Quadro 16 - Cursos de Graduação Licenciaturas	72
Quadro 17 - Cursos de Graduação a Distância	74
Quadro 18 - Cursos de Graduação presenciais a serem implantados	76
Quadro 19 - Linhas de Pesquisas.....	98
Quadro 20 - Cronograma de implantação dos cursos de graduação EaD	132
Quadro 21 - Cronograma de implantação dos cursos de lato sensu EaD	133
Quadro 22 - Cronograma de implantação dos cursos de extensão EaD.....	133
Quadro 23 - Instalações Físicas - Laboratórios a disponibilizar para a oferta dos cursos de Graduação	206

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Representantes da CPA	27
Tabela 2 - População das cidades da região de Campo Limpo Paulista (SEADE).....	38
Tabela 3 - Crescimento do PIB per capita, em reais, das cidades da região de Campo Limpo Paulista (IBGE).....	38
Tabela 4 - Recredenciamento EaD	62
Tabela 5 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 01/2021 – Por Titulação	171
Tabela 6 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 01/2021 – Por Regime de Trabalho...	171
Tabela 7 - Metas de Capacitação Pessoal Docente/Tutor	176
Tabela 8 - Metas do Plano de Carreira Docente	176
Tabela 9 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Titulação.....	177
Tabela 10 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Regime de Trabalho	177
Tabela 11 - Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo	177
Tabela 12 - Cronograma de aprimoramento do Corpo Técnico-Administrativo.....	177
Tabela 13 - Demonstrativo Financeiro 2021	185
Tabela 14 - Demonstrativo Financeiro 2022	186
Tabela 15 - Demonstrativo Financeiro 2023	187
Tabela 16 - Demonstrativo Financeiro 2024	188
Tabela 17 - Demonstrativo Financeiro 2025	189
Tabela 18 - Previsão das Receitas de Anuidades e Projeção do Corpo Discente para o Quinquênio 2021/2025	190
Tabela 19 - Receitas Totais Anuais	191
Tabela 20 - Custeio de Recursos Humanos	192
Tabela 21 - Custeio e Despesas em Geral	193
Tabela 22 – Tabela Geral de Investimentos	194
Tabela 23 - Resumo da Estrutura Física	198
Tabela 24 - Instalações Físicas a implantar em 2021	200
Tabela 25 - Instalações Físicas a Implantar em 2022	200
Tabela 26 - Instalações Físicas a implantar em 2023	200
Tabela 27 - Instalações Físicas a implantar em 2024	200
Tabela 28 - Instalações Físicas a implantar em 2025	200
Tabela 29 - Instalações Físicas de Suporte Existentes e Implantadas.....	201
Tabela 30 - Instalações Salas de aula, Laboratórios e Biblioteca.....	203
Tabela 31 - Resumo Salas de Aula.....	207
Tabela 32 - Recursos Audiovisuais.....	209
Tabela 33 - Projetores fixos em sala.....	210

Tabela 34 - Composição do Laboratório de Pré-Clínica I.....	229
Tabela 35 - Composição do Laboratório de Pré-Clínica II.....	230
Tabela 36 - Composição do Laboratório de Radiologia	230
Tabela 37 - Distribuição do Espaço Físico da Biblioteca.....	236
Tabela 38 - Composição do Espaço Físico da Biblioteca	236
Tabela 39 - Distribuição atual do acervo de livros e periódicos da Biblioteca por área de conhecimento (Classificação Decimal Dewey)	238
Tabela 40 - Quantidade de Profissionais da Biblioteca	240
Tabela 41 - Projeção de expansão da área física da biblioteca de 2021 a 2025	242
Tabela 42 - Projeção de ampliação do corpo técnico-administrativo da biblioteca de 2021 a 2025	244
Tabela 43 - Plano de expansão do acervo da biblioteca (exemplares) de 2021 a 2025	244
Tabela 44 - Infraestrutura Tecnológica	248
Tabela 45 – Profissionais para execução e suporte	248

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2021 a 2025 do Centro Universitário Campo Limpo Paulista - UNIFACCAMP².

O PDI foi construído em eixos, a partir do instrumento institucional vigente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, responsável pela operacionalização do processo de avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

O Centro Universitário Campo Limpo Paulista – UNIFACCAMP foi credenciado pela Portaria No. 62 de 01/02/2018, como resultado das ações iniciadas em 1998, com o credenciamento da Faculdade Campo Limpo Paulista, mantida pelo Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista, CNPJ 02.252.746/0001-18 e credenciada pela Portaria MEC 1494-98, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro de 1998, iniciou suas atividades no primeiro semestre de 1999.

Instalada em 1999, na época FACCAMP, em uma área de 1500 m², ofertava apenas um Bacharelado em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior e um Bacharelado em Ciência da Computação. Até então, a IES contava com uma equipe de 12 professores, 10 funcionários técnico-administrativos e um total de 94 alunos matriculados.

Em 2002, por aconselhamento do MEC/INEP foi aberto o Instituto para abrigar as licenciaturas, o ISECAMP, mantido pelo Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista, CNPJ 02.252.746/0001-18, e credenciada pela Portaria MEC 2532, publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de setembro de 2002, iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2003. Recredenciada em 2016 pela Portaria 921 de 01/08/2017 com CI 4.

Em 2019 ocorre a unificação da Mantida ISECAMP - Instituto Superior de Educação Campo Limpo Paulista (ISECAMP) e UNIFACCAMP - Portaria 233 de 20/05/2019.

No período de 1999 a 2021, a UNIFACCAMP cresce e, paulatinamente, acompanha as modificações sociais e do mercado de trabalho, procurando atender à demanda da região. Oferece, assim, mais de 50 cursos na modalidade presencial e a

² Data base das informações junho/2021, dados atualizados estarão disponíveis na visita *in loco*.

distância à comunidade, cuja descrição e detalhes encontram-se atualizados nos *links* <https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/>; <http://www.faccamp.br/ead/cursos.php>.

A UNIFACCAMP segue seu modelo e sua Missão, reiterando seu compromisso com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e expandindo sua área de atuação, para além da dos dois Programas de Mestrado: Mestrado Profissional em Administração (desde 2009), que tem como área de concentração de suas pesquisas a Dinâmica das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo e Desenvolvimento; e Mestrado em Ciências da Computação - com as linhas de pesquisa em Sistema da Informação e Técnicas e Modelos da Computação, ambos reconhecidos pela CAPES, em 2016 foi aprovado o Doutorado em Administração, consolidando, assim, a Missão Institucional da IES.

Já no âmbito da Graduação, ao longo de sua história, a IES vem consolidando sua excelência acadêmica por meio da oferta, em todas as áreas do conhecimento, de cursos de qualidade, como atestam os resultados obtidos nas diversas avaliações do MEC/INEP aos quais a instituição é submetida, destacando-se entre elas, o ENADE e as avaliações *in loco* do MEC.

A IES conta, hoje, com treze prédios; área aproximada de 14.000 m²; 190 professores³, sendo 73 especialistas, 64 mestres e 53 doutores (desses, 12 pós-doutores). Com relação ao corpo técnico administrativo, a IES contabiliza, atualmente, 79 funcionários.

Visando ao aprimoramento e à continuidade na formação acadêmica e tecnológica da população em seu entorno, oferece à comunidade cursos de *Lato Sensu* tanto na modalidade presencial quanto na virtual. Esses cursos constam atualizados no portal acadêmico nos links: <https://www.unifaccamp.edu.br/pos/>; <http://www.faccamp.br/ead/cursos.php>.

A IES, desde 2009, destaca-se como instituição socialmente responsável por seus projetos de extensão e ação social desenvolvidos no âmbito da graduação e pós-graduação, tendo recebido o Selo de Entidade de Ensino Responsável, fato que vem reiterar seu compromisso com a qualidade da Educação Superior que oferece à comunidade.

Pela Portaria No. 185, de 07/03/2018 foi credenciada para oferta de Ensino a Distância (EAD) – *Campus Virtual UNIFACCAMP*.

³ Data base das informações janeiro/2021, dados atualizados estarão disponíveis na visita *in loco*.

Conta com cursos de capacitação para professores conteudistas e tutores oferecidos aos docentes, de forma gratuita, e à comunidade externa, por meio dos cursos de *Lato Sensu* e de extensão ofertados.

A lista dos polos atualizada encontra-se no link referente ao portal de EaD: <http://www.faccamp.br/ead/>.

Há ainda a pesquisa como ponto forte de aprimoramento e melhorias à instituição e seus atores, por intermédio do Mestrado em Ciências da Computação, que incrementa pesquisas e dá suporte ao EAD.

Com o intuito de aprimorar cada vez mais seu corpo docente e a qualidade dos serviços ofertados, tem incentivado e dado apoio aos seus docentes para participarem de Programas de Mestrado, Doutorado e de *Lato Sensu*, visando à qualidade acadêmica que faculte uma formação de ponta aos discentes que a buscam.

Concorre para isso, a seriedade com que a Mantenedora e Reitoria entendem o processo educativo e a sua importância para a região e para o Brasil, não medindo esforços para que os cursos ofertados tenham todo suporte de que necessitam para sua plena realização.

Além disso, a equipe gestora, composta por Reitora, Pró-Reitores, Coordenadores de Cursos; Docentes, Comissão Própria de Avaliação – CPA; Setor de Procuradoria Institucional – PI; Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Cursos – AAPC; Apoio Didático-Pedagógico – ADP; Núcleo de Educação a Distância – NEAD do Campus Virtual e corpo Técnico-Administrativo trabalham de modo integrado e de forma competente, contribuindo para uma gestão compartilhada e profícua da IES.

Ainda, os documentos internos e de cursos são elaborados com seriedade e acuidade, sempre em consonância com os documentos Institucionais, com a Legislação em vigência conforme os ditames do MEC/INEP, desse modo, são elaborados e acompanhados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), alinhados aos documentos institucionais que norteiam a gestão acadêmico-administrativa: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Relatório de Avaliação Institucional (SINAES), pela Procuradoria Institucional (PI), Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Cursos – AAPC; Apoio Didático-Pedagógico – ADP e Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Em continuidade à sua Missão e Metas, implementando a expansão de sua atuação, firma parceria com a Faculdade de Tecnologia Francisco Morato – FFRAMO

(14858) e Faculdade de Tecnologia Porto das Monções – FAMO (14401), e expande suas ações no *Campus* Fora de Sede Louveira.

Quadro 1 - Demonstrativo da evolução dos cursos de Bacharelado da Instituição de 1999 a 2021

CURSO	A	CA	R	RR
ADMINISTRAÇÃO	1998		2003	2020
BIOMEDICINA	2017			
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	1999		2003	2018
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2006		2011	2018
DIREITO	2002		2007	2021
EDUCAÇÃO FÍSICA		2018		
ENFERMAGEM	2007		2012	2015
ENGENHARIA CIVIL	2011		2015	
ENG. CONTR. AUTOM.	2017			
ENG. DE MATERIAIS	2012		2020	
ENG. DE PRODUÇÃO	2008		2015	
ENG. ELETRÔNICA	2009		2015	
ENG. MECÂNICA	2012		2018	
FARMÁCIA	2006		2012	2018
FISIOTERAPIA	2017			
FONOAUDIOLOGIA		2021		
JORNALISMO	2001		2005	2020
MEDICINA VETERINÁRIA		2018		
NUTRIÇÃO		2018		
ODONTOLOGIA	2020			
PSICOLOGIA	2016			
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2001		2005	2021
QUÍMICA	2004		2010	2018
RÁDIO, TV E INTERNET	2008		2014	
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2008		2014	2018

Legenda:

A = AUTORIZAÇÃO

R = RECONHECIMENTO

RR = RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

CA = CRIADO PELA AUTONOMIA

Quadro 2 - Demonstrativo da evolução dos cursos Tecnológicos da Instituição de 2004 a 2021

CURSO	A	CA	R	RR
COMÉRCIO EXTERIOR	2009		2015	2020
ESTÉTICA E COSMÉTICA		2019		
GESTÃO AMBIENTAL	2009		2012	2021
GESTÃO COMERCIAL	2012		2015	2021
GESTÃO DA QUALIDADE	2012		2015	2019
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	2008		2012	2017
GESTÃO FINANCEIRA	2009		2014	2017
LOGÍSTICA	2008		2012	2020
MANUTENÇÃO DE AERONAVES	2013		2017	
MARKETING	2009		2014	2020
PROCESSOS GERENCIAIS	2013		2018	
RADIOLOGIA		2018		
REDES DE COMPUTADORES	2009		2014	2018
SEGURANÇA NO TRABALHO	2009		2014	2017
SISTEMAS PARA INTERNET	2004		2007	2017

Quadro 3 - Demonstrativo da evolução dos cursos de licenciaturas da Instituição de 2006 a 2019

CURSO	A	CA	R	RR
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2016			
EDUCAÇÃO FÍSICA	2016			
FÍSICA	2006		2014	2015
GEOGRAFIA	2006		2011	2018
HISTÓRIA	2006		2011	2018
LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS	2010		2015	2018
MATEMÁTICA	2006		2014	2018
MÚSICA	2009		2014	2018
PEDAGOGIA	2006		2006	2018
QUÍMICA	2006		2011	2018

Quadro 4 - Demonstrativo da evolução dos cursos a distância

CURSO	2018	2020	2021
ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	CA		
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (TECNOLÓGICO)			CA
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	CA		
CIÊNCIAS ECONÔMICAS (BACHARELADO)	CA		
COMÉRCIO EXTERIOR (TECNOLÓGICO)	CA		
EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)			CA
ENG. DE PRODUÇÃO (BACHARELADO)	CA		
ENG. MECÂNICA (BACHARELADO)			CA
FÍSICA (LICENCIATURA)	CA		
FONOAUDIOLOGIA (BACHARELADO)			CA
GEOGRAFIA (LICENCIATURA)		CA	
GESTÃO AMBIENTAL (TECNOLÓGICO)	CA		
GESTÃO COMERCIAL (TECNOLÓGICO)	CA		
GESTÃO DA QUALIDADE (TECNOLÓGICO)	CA		
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TECNOLÓGICO)			CA
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	CA		
GESTÃO FINANCEIRA (TECNOLÓGICO)	CA		
GESTÃO HOSPITALAR (TECNOLÓGICO)	CA		
GESTÃO PÚBLICA (TECNOLÓGICO)	CA		
LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	CA		
MARKETING (TECNOLÓGICO)	CA		
MATEMÁTICA (LICENCIATURA)		CA	
PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	CA		
PROCESSOS GERENCIAIS (TECNOLÓGICO)	CA		
QUÍMICA (LICENCIATURA)		CA	
SERVIÇO SOCIAL (BACHARELADO)	CA		

O perfil da IES revela uma instituição que tem compromisso com a qualidade na formação que oferece, por isso, orienta sua ação educativa na participação ativa e crítica do aluno em sua aquisição de conhecimentos práticos e teóricos.

Durante o período de 2021 a 2025, a UNIFACCAMP, promoverá seu desenvolvimento institucional pautado pelas diretrizes, dentre elas destacando-se:

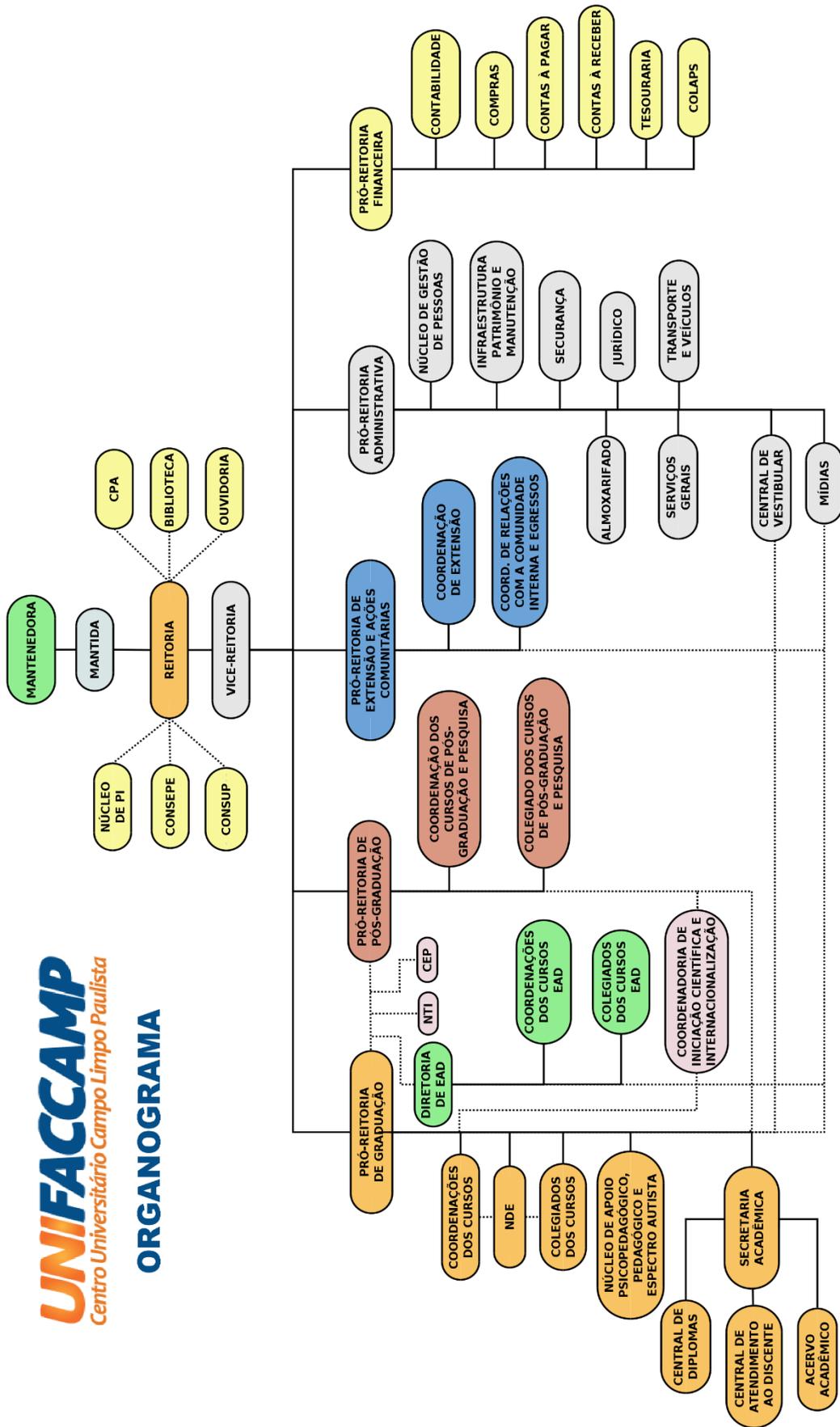
- envolver o corpo docente e o corpo discente nas atividades relativas ao trinômio ensino/pesquisa/extensão;
- buscar a excelência acadêmica de todos os cursos oferecidos;
- oferecer novos cursos em atendimento às necessidades da comunidade e seu entorno;
- consolidar os cursos de graduação;
- consolidar grupos e linha de pesquisa institucionalizadas;
- desenvolver a pesquisa institucional;
- incentivar a busca de fomento para a pesquisa;
- desenvolver a área do ensino de pós-graduação;
- gerar conhecimentos e serviços que garantam a atuação da UNIFACCAMP na sociedade;
- garantir o serviço de acompanhamento ao alunado;
- analisar, revisar e complementar o processo de avaliação institucional em função da lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que implanta o SINAES.
- acompanhar a presente crise relativa ao COVID-19 com preocupação, atenção e a determinação de fazer valer a evidência científica, bem como, garantir segurança interna seguindo os protocolos do ministério da saúde.

A Instituição passará, nessa vigência do PDI, a dar continuidade ao desenvolvimento de ações coerentes com o perfil alcançado pelo crescimento e evolução institucional.

Além das ações expansionistas que caracterizaram seu início, agora propõe a ampliação da sua atuação em nível nacional e internacional, avançando na construção de sua identidade e na sua consolidação como Centro Universitário, capaz de ampliar os limites e facilitar o acesso aos alunos, pesquisadores e a sociedade a um projeto educacional bem sucedido, também pela institucionalização do programa de iniciação científica.

Segue o organograma da IES, de organização acadêmica, para o período 2021 a 2025.

Figura 1 - Organograma Unifaccamp



A IES foi organizada institucionalmente, como centro universitário, consolida-se em reitoria, vice reitoria, cinco pró-reitorias, uma diretoria, coordenações, núcleos, secretaria acadêmica, comissões, além da ouvidoria e da comissão própria de avaliação. Esse organograma foi definido após intenso trabalho de reflexão entre os atores institucionais, levando em consideração o dia a dia da IES, o compromisso com a sua missão e a responsabilidade da mantenedora com o crescimento da UNIFACCAMP.

CAPÍTULO I - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A IES reconhece que o instrumento de avaliação externa é o fio condutor do conceito de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, SINAES. Os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliativa, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades

Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem como referência as avaliações dos discentes, das áreas e setores institucionais e os relatórios das autoavaliações.

Avaliação externa – Instrumentos do SINAES, tendo como referência os resultados Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, ENADE, as Avaliações dos Cursos de Graduação, ACGs, informações oriundas do Censo da Educação Superior, do Cadastro da Educação Superior e relatórios conclusivos, elaborados pelas Comissões Externas de Avaliação, que contribuem significativamente para subsidiar reflexões e proposições para o fortalecimento de programas e ações institucionais, visando a melhoria do curso.

Diante disso, a articulação e integração da autoavaliação interna e externa contribuem para uma dinâmica institucional que potencie o desenvolvimento de uma cultura avaliativa, a fim de contribuir para a permanente qualidade da instituição.

O presente capítulo aborda as questões pertinentes ao eixo 1 do instrumento de avaliação externa do INEP, que tem como tema o planejamento e avaliação institucional. Nesse capítulo do PDI serão abordados os temas referentes à avaliação institucional interna, a estrutura e funcionamento da comissão própria de avaliação(CPA) e todo o processo que direciona a gestão da IES a sua tomada de decisão pela via da autoavaliação.

1.1 Evolução Institucional a partir da Autoavaliação Institucional

“A avaliação interna é um processo contínuo, por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades

para melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES.” (Roteiro de Auto avaliação Institucional – Brasília – DF – 2004 MEC/INEP/CONAES).

A UNIFACCAMP, desde sua fundação em 1999, tem consolidado mecanismos avaliativos, mesmo que singelos, para mensurar suas potencialidades e fragilidades.

Neste sentido, a trajetória da autoavaliação foi desenhando um modelo de “fazer avaliação” apropriado ao seu contexto. Um modelo cujos processos, projetos e ações foram surgindo e implantados, pela força do contexto e necessidades dos sujeitos. Assim, propostas definiram aspectos muito pontuais como: focar o ato avaliativo, ou comunicativo, ou participativo, ou de apoio tecnológico.

A partir de 2004, e em atendimento à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, ocorre a constituição da CPA. Nos anos subsequentes e até 2007, a CPA organizou e implantou os questionários de avaliação interna. Identificou que seu processo de autoavaliação mostrava-se em crescente evolução em proposta e realização, mas, carente nos mecanismos de consultas e comunicação com a comunidade institucional.

Em 2008, os requisitos aumentaram a responsabilidade da CPA, que em busca da qualidade procurou descentralizar as ações da Comissão, abrindo novos espaços para reflexões, discussões e, conseqüentemente, legitimação do processo avaliativo. Constituiu-se, então, o GAAVI - Grupo de Apoio à Avaliação Institucional, com os objetivos de auxiliar no processo e na operacionalização das ações e subsidiar os trabalhos técnico-administrativos. Todo o processo foi dedicado à reengenharia da Avaliação Institucional, no qual permaneceram os processos/projetos/ações já existentes.

No período de 2009 a 2011, elaboraram-se avaliações do corpo docente e discente, perfil docente e discente e do corpo técnico-administrativo. Ainda a CPA preparou toda a documentação para receber as comissões de avaliação externa. Foram também elaborados estudos meta-avaliativos do processo de autoavaliação para aprimorar suas ações e ampliar auxílio nas ações de gestão da IES.

No período de 2012 a 2015, alguns critérios estabelecidos para a avaliação institucional foram revistos, tais como: as opções de categoria de avaliação, como ótimo, bom, regular ou fraco e a reorganização das questões a serem avaliadas pelos alunos. Ainda foram estabelecidos os estudos das Notas Técnicas DAES/INEP Nº14/2014 e Nº65/2014 e ocorre nova constituição da CPA, seguido de novas diretivas para dar visibilidade às suas ações.

Em 2016, a consolidação das novas diretivas para dar visibilidade a CPA teve como uma de suas medidas a motivação maior dos alunos a participarem do processo avaliativo. Isto resultou na alteração da composição da CPA, com a formação de um grupo de apoio, a subcomissão de alunos (Portaria DIR 02_06/2016); mais uma vez, a CPA buscou a descentralização, mas agora, agregando ainda mais os discentes. A partir do segundo semestre de 2016, o questionário avaliativo deixou de ser físico e passou a ser on-line.

Conforme se pode verificar, o processo de autoavaliação institucional vem sendo construído, ao longo desses anos, de forma paciente, segura e integrada ao contexto, no sentido de se tornar, cada vez mais, parte do fazer cotidiano da Instituição, numa atitude construtiva-formativa.

Atualmente, a autoavaliação institucional está focada na melhoria da qualidade acadêmica, científica e cultural da Instituição. Visa contribuir para ampliar e diversificar sua inserção nos âmbitos regional, nacional e internacional, além de promover a inclusão social, a igualdade étnica, o respeito à diversidade de gênero, a preservação ambiental, a valorização dos direitos humanos e com isso atingir critérios elevados de desempenho.

Assim, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) atua como um componente fundamental para articular as diferentes interfaces de um mecanismo dinâmico e em constante mudança, contribuindo como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.

1.1.1 Processo de Autoavaliação da UNIFACCAMP

A finalidade da autoavaliação da IES é conhecer, reconhecer e entender para aperfeiçoar a realidade institucional, tarefa complexa e que envolve todos os atores e estrutura da instituição.

O processo avaliativo está amparado em duas propostas avaliativas que se complementam. A primeira, a abordagem quantitativa, ancorada no paradigma sócio antropológico, que consiste em avaliações pontuais expressas por questões de múltipla

escolha em instrumentos avaliativos próprios, os quais contemplam os eixos/dimensões previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Posteriormente, é realizada uma análise qualitativa, por questão, originando a versão preliminar da interpretação dos dados objetivos. A segunda proposta, qualitativa, amparada pelo paradigma crítico-dialético, subsidiada pelo documento de respostas abertas que são tabuladas fenomenologicamente, computados, para que se registrem fragilidades e potencialidades do curso, da IES e do corpo docente, discutidas pelos alunos em reuniões discentes. Somada a essas duas propostas, agrega-se a Ouvidoria, que está disponibilizada no site da IES, que permite a comunidade interna e externa espaço para interlocução, onde as fragilidades, potencialidades, dúvidas, sugestões sobre os cursos, corpo docente, infraestrutura podem ser registrados. Esses dados são encaminhados, também, à CPA, para análise e cotejamento, para serem contextualizados nas análises finais dos dados quantitativos, num processo dialético e contínuo.

Diante disso, deve-se levar em conta a estreita articulação entre a avaliação interna e externa, a avaliação dos cursos de graduação (ACGs) e a avaliação do desempenho dos estudantes, essa realizada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). A ênfase no atendimento às avaliações das áreas e setores institucionais, bem como o acompanhamento sobre a utilização dos resultados avaliativos na dinâmica institucional. Todo o material produzido segue a normatização da guarda e manutenção do acervo acadêmico.

Esse processo consolida a CPA como órgão que coordena, executa, e analisa resultados dos processos internos de avaliação institucional, sistematiza e presta informações ao INEP/MEC, o que a coloca em condições de apontar ações para replanejamentos, ajustes e adequações no ensino, nas modalidades presencial ou a distância, na pesquisa e na extensão, nas condições de trabalho ou de atendimento às pessoas, na gestão institucional e demais dimensões que caracterizam o fazer da educação superior nacional.

1.1.2 Objetivos Gerais da Autoavaliação Institucional

- Avaliar a Instituição como uma totalidade integrada, permitindo a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais

efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional.

- Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades e problemas, e desafiá-los para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados para a sua realização.

1.1.3 Objetivos Específicos da Autoavaliação Institucional

- Atender e ajustar-se, em seu âmbito de atuação, as concepções, diretrizes e orientações do SINAES, observando-se, em especial, a Lei nº 10.861, de 14/04/2004.
- Atender e ajustar-se, em seu âmbito de atuação, as determinações emanadas dos dispositivos legais, que regulamentam os procedimentos da avaliação institucional na Educação Superior Brasileira.
- Atender as determinações, orientações ou solicitações da entidade mantenedora da Instituição.
- Atender e ajustar-se, em seu âmbito de atuação, as determinações estabelecidas nos documentos orientadores e reguladores da Instituição.
- Proporcionar condições para que a CPA desenvolva um exercício autônomo, ético, responsável e comprometido com o processo autoavaliativo.
- Relacionar ações avaliativas às bases conceituais que orientam os Projetos Pedagógicos dos Cursos na Instituição e às Dimensões do SINAES.
- Conhecer e avaliar as atividades acadêmicas.
- Estimular o processo de autoavaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional.
- Valorizar a representatividade e a participação como condição para a conquista de um processo avaliativo legitimado pelos que dele participam e se beneficiam.
- Considerar a avaliação não como um processo apenas técnico, mas também como uma questão política, por ser espaço de atuação humana.
- Impulsionar os mecanismos de retorno sobre a atuação da instituição à comunidade interna e à sociedade, em consonância com as demandas científicas e sociais da atualidade.

- Incentivar os membros e profissionais da CPA, no sentido de realizar estudos e pesquisas fundamentadas em suas atividades na Comissão.

1.1.4 Constituição e Funcionamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Comissão Própria de Avaliação, CPA, é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e é responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. Diante disso, torna-se crucial o papel da CPA na elaboração e desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação, em consonância com a comunidade acadêmica e os conselhos superiores da instituição.

A CPA é um órgão com atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados, tem por princípio e finalidade contribuir para a melhoria contínua da instituição em todos os seus aspectos.

Desde a sua implantação em 2004, vem desenvolvendo mecanismos para mensurar e diagnosticar as fragilidades da IES, bem como as suas potencialidades.

Sobre as atribuições da CPA, adotando como referência as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, compete à Comissão:

- Realizar a avaliação institucional de forma participativa, construindo a cultura da avaliação, considerando-a como instrumento cotidiano de reflexão e de indução das melhorias institucionais.
- Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.
- Planejar e redirecionar as ações, tendo como foco a avaliação institucional.
- Coordenar e acompanhar os processos de avaliação externa da instituição.
- Consolidar a responsabilidade social, científica e cultural, garantindo o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, torna-se missão da CPA:

Levantar, reunir, analisar, sistematizar e divulgar informações várias, atendendo as necessidades da instituição, visando a contribuir para o aprimoramento do processo acadêmico de ensino, pesquisa e extensão e do processo técnico-administrativo, assegurando, por intermédio dos processos avaliativos, a articulação imprescindível das comunidades

interna e externa com os mecanismos regulatórios do Estado.(CONSUP, FACCAMP, 2010).

Compõem a Comissão Própria de Avaliação, CPA, representantes de todos os segmentos, com a seguinte constituição:

- representantes discentes;
- representantes docentes;
- representantes do corpo técnico - administrativo;
- representantes da sociedade civil.

A CPA segue as orientações dos SINAES de acordo com a Nota Técnica do INEP nº65/2014.

Quadro 5 - Composição da CPA

FUNÇÃO
Coordenador
Vice-Coordenador
Representantes discentes
Representantes docentes
Representantes do corpo técnico-administrativo
Representantes da sociedade civil

Tabela 1 - Representantes da CPA

FUNÇÃO	Representantes
Representantes docentes *	03
Representantes discentes	03
Representantes do corpo técnico-administrativo	03
Representantes da sociedade civil	03

* Dentre os docentes nomeados, um será o coordenador e outro o vice coordenador.

Relativamente, as atribuições de cada representação dos membros da CPA, apresenta-se no Quadro a seguir:

Quadro 6 - Relativamente as atribuições

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Coordenador	Agendar reuniões Conduzir as reuniões Montar relatórios Analisar a pauta Distribuir tarefas Entrevistar professores, funcionários e alunos
Vice Coordenador	Agendar reuniões Conduzir as reuniões Montar relatórios Analisar a pauta Entrevistar professores, funcionários e alunos
Representantes docentes	Montagem da pauta Análise do relatório Divulgação dos resultados
Representantes discentes	Divulgar dos resultados Conversar com os alunos Reportar solicitações de discentes
Representantes do corpo técnico administrativo	Montar a logística para a aplicação dos questionários avaliativos Montar gráficos e tabelas relativos aos resultados do questionário avaliativo
Representantes da sociedade civil	Reportar temas diferenciados Relatar eventos externos

1.1.5 Autoavaliação Institucional: Participação da comunidade acadêmica

A CPA da Instituição é composta de membros titulares que representam cada segmento da comunidade interna e externa, sem predominância de nenhum segmento. Entre os segmentos que compõem a CPA estão representantes dos docentes, dos discentes, do pessoal técnico administrativo e da sociedade civil.

Além da participação de todos os segmentos da comunidade interna e externa na composição da CPA, os segmentos internos, representados por docentes, discentes e técnicos administrativos participam da divulgação do processo de avaliação, bem como, da resposta aos questionários disponibilizados durante os períodos de autoavaliação institucional.

Encerrada a coleta das informações pelo preenchimento dos questionários de avaliação, a participação da comunidade continua no processo de consolidação dos relatórios e, posteriormente, na discussão dos referidos relatórios nas reuniões das diversas instâncias e órgãos internos.

1.2 Metodologias, Dimensões e Instrumentos a serem utilizados no processo de Autoavaliação

A metodologia do processo avaliativo segue quatro etapas: planejamento, desenvolvimento, consolidação dos resultados e redação do relatório de avaliação da IES.

Na **1ª etapa**, a do planejamento, a comissão debate sua metodologia de trabalho, organiza seu instrumento avaliativo e traça as ações para sensibilizar e ampliar a visibilidade da CPA e garantir:

- a reconfiguração das percepções por parte dos estudantes suas sobre o questionário avaliativo;
- o maior número de discentes a participarem do processo de autoavaliação;
- a valorização do diálogo com os estudantes, corpo docente e técnico-administrativo.

No desenvolvimento, **2ª etapa**, procura-se implementar o instrumento avaliativo, através do questionário avaliativo, observando os prazos necessários, ao mesmo tempo em que se coletam informações adicionais necessárias para o andamento dos trabalhos, nas demais instâncias da instituição. Por meio desse instrumento, é possível identificar ações institucionais, estratégias, mecanismos necessários à formulação de políticas de ensino, pesquisa, extensão e fornecer subsídios e concentrar informações para auxiliar na tomada de decisões assertivas para situações adversas, bem como para a divulgação de resultados e prestação de contas à sociedade.

Na **3ª etapa**, a de consolidação dos resultados, a Comissão sistematiza em gráficos as informações a serem reportadas aos Colegiados de graduação e pós-graduação da instituição, que deverão levar em conta essas informações para:

- refletir sobre as ações pedagógicas;
- romper a atual forma de agir e buscar atitudes criativas, humanitárias e democráticas;
- redefinir critérios e mecanismos de avaliação do PPC;

divulgar de forma adequada aos estudantes os resultados do questionário avaliativo.

A **4ª etapa** envolve a redação do relatório de avaliação da IES, que é realizado de modo compartilhado e dialético em que todos os setores enviam relatos de suas áreas. Depois das reuniões dos setores (CPA, Reitoria, Colegiados, Coordenações, Discentes,

Administrativo, Conselhos) são gerados relatórios, enviados às partes para discussão, ponderação, análise e estabelecimento de fragilidades, potencialidades e sugestões de melhorias.

A redação passa por uma primeira versão, realizada pela coordenação, que é então, revisada por membros da Comissão e Direção. Estando o material adequado, o relatório final será submetido, por meio do Sistema e-MEC, em versões parciais e subsequentemente, em versão integral. Ainda todas as versões são disponibilizadas no portal acadêmico aos membros da comunidade acadêmica e à sociedade, bem como aos avaliadores externos, também em forma impressa.

Todas as etapas do planejamento ao relatório de avaliação buscam uma condução democrática, neutra e que expressem o resultado de uma construção coletiva que possibilitem à IES a tomar suas decisões em relação a gestão institucional.

As dimensões consideradas no processo de avaliação institucional são as estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º e serão analisadas no processo de autoavaliação da instituição, por meio de uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, o que se dará de maneira global.

Instrumentos diferenciados e métodos combinados são utilizados, conforme necessidades e situações específicas de acordo com o ciclo avaliativo dos SINAES. Podem ser citados: reuniões, questionário avaliativo, entrevistas, plenárias para discussão, análise de documentos oficiais como o PDI, PPC (Projeto Pedagógico dos Cursos), relatórios de setores, atas de reuniões discente e docente e o Portal Acadêmico que disponibiliza as disciplinas ministradas, planos de ensino, dados do corpo docente, dos cursos e dos discentes. Ainda compõe os instrumentos, os relatórios conclusivos elaborados pelas Comissões Externas de Avaliação e os resultados do ENADE.

Quanto ao questionário avaliativo, este é composto por três tipos: o de alunos, o de professores e o de técnico-administrativo.

O primeiro é aplicado duas vezes ao ano, uma vez em cada semestre. É constituído por questões de múltipla escolha, sendo avaliadas em 5 classificações: ótimo, muito bom, suficiente, insuficiente e ruim. As questões que compõem o questionário, parte são voltadas para a visão do aluno sobre o corpo docente; as demais, relacionam-se com instalações sanitárias, laboratórios de informática, demais laboratórios de curso, *website*, salas de aula, segurança, limpeza, audiovisual, secretaria, biblioteca, ouvidoria, coordenação de curso, CPA, avaliações de desempenho acadêmico, estágio, monitoria,

missão institucional, autoavaliação do aluno, bem como dados pessoais relativos a gênero e renda familiar.

Os questionários aplicados buscarão verificar o grau de satisfação e o retrato institucional pelos diferentes segmentos, baseando-se na seguinte classificação de Notas:

Quadro 7 - Classificação dos conceitos

CONCEITO	OPINIÃO
0 a 1	Ruim
1,1 a 2	Insuficiente
2,1 a 3	Suficiente
3,1 a 4	Bom
4,1 a 5	Muito Bom

Os outros dois questionários avaliativos de professor e de técnico-administrativo são aplicados uma vez por ano.

Relativamente, ao questionário de professores tem-se questões a serem avaliadas segundo o grau de satisfação, sendo a classificação: satisfeito, parcialmente satisfeito e insatisfeito. Quanto aos conteúdos das questões relacionam-se com infraestrutura, condições de trabalho, imagem do curso e desenvolvimento profissional.

O questionário dos funcionários é composto por questões a serem avaliadas segundo o grau de satisfação, sendo a classificação: satisfeito, parcialmente satisfeito, e insatisfeito. Quanto aos conteúdos relacionam-se com: salário, comunicação e relacionamento interpessoal.

Os questionários avaliativos disponibilizados *online*, apresentam um período expandido de 30 a 40 dias, tornam-se meios essenciais para promover e melhorar o envolvimento da comunidade acadêmica, discentes, docentes e técnico-administrativo.

O procedimento operacional para a realização do processo avaliativo envolve as seguintes atividades:

- Reuniões dos membros da CPA para estruturação/reestruturação do processo avaliativo: as reuniões da CPA ocorrem em sala própria da CPA, sendo conduzidas pela coordenação. Podem ser reuniões com a

participação de todos os membros da comissão, bem como por apenas representações específicas.

- Reuniões dos setores (CPA, Direção, Colegiados, Coordenações, Discentes, Administrativo, Conselhos), das quais são gerados relatórios que enviados às partes para discussão, ponderação, análise e estabelecimento de fragilidades, potencialidades e sugestões de melhorias.
- Registro das reuniões em atas.
- Aplicação do questionário Avaliativo e apuração dos resultados.
- Análise e interpretação dos resultados.
- Apresentação dos resultados.
- Relatórios parciais.
- Relatório final.

1.3 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: Análise e Divulgação dos Resultados

Os resultados das avaliações são utilizados para a transformação contínua e realimentação de todos os segmentos institucionais.

A utilização dos resultados das avaliações deve caracterizar-se por:

- Servir para o aprimoramento das ações/reflexões da comunidade, bem como das políticas institucionais.
- Realizar um processo de sensibilização para garantir a aceitação e participação da comunidade acadêmica no processo.
- Estimular os interessados para participarem da Comissão Própria de Avaliação, tomando decisões coletivas e participativas a respeito dos seus diferentes aspectos, instrumentos e dimensões.

Nesse sentido, ao final de cada processo de autoavaliação institucional interna, os relatórios consolidados são divulgados internamente e no sítio da IES, para conhecimento da comunidade interna e externa.

A partir desse encaminhamento, os resultados são discutidos no âmbito dos diversos órgãos deliberativos da Instituição e as recomendações da CPA são objeto de ações para o aprimoramento das atividades institucionais. Os resultados também são discutidos nos órgãos de cada curso.

Os resultados das avaliações externas, sejam decorrentes de visitas de comissões do INEP/MEC para avaliação específica de cursos ou, de comissões para avaliação institucional, bem como resultados do desempenho dos alunos no ENADE, também são objeto de análise e discussão nas diversas instâncias e órgãos internos da Instituição.

1.3.1 Ações Específicas do Processo de Autoavaliação

- Sensibilização dos diferentes níveis envolvidos nessa tarefa: premiação dos melhores alunos do ENADE com bolsas de pós-graduação.
- Retorno dos resultados do processo avaliativo aos envolvidos da comunidade interna: publicação no mural dos prédios dos gráficos dos resultados gerais, publicação no site dos gráficos de cada curso, envio por e-mail aos representantes, os gráficos específicos dos cursos e devolutiva em aula por professores e coordenadores.
- Estímulo para participação na CPA: visita às salas de aula pelos representantes discentes, expondo suas ações e motivando os colegas.

No âmbito dos cursos de graduação, a IES realiza a autoavaliação por meio do Programa de Estudos Dirigidos e Práticas (PEDPs), anexos. Esse programa se propõe a avaliar os conteúdos ministrados e a avaliação discente na UNIFACCAMP

O PEDP institucionalizado pela RESOLUÇÃO/CONSUP/FACCAMP No. 02_01/2017, intenta superar a frequente atitude passiva do discente diante das aulas, das ações de cidadania e de responsabilidade socioambiental, constituindo-se com resposta à necessidade de se estabelecer um espaço, no qual o aluno coloca-se de maneira ativa em relação às disciplinas ministradas a partir da reflexão, da prática, do exercício, dos estudos dirigidos, da expressão e da avaliação crítica dos conteúdos estudados. As atividades/ações realizadas no PEDP, conforme a portaria supracitada, implicam em 25% da nota dos alunos em todas as disciplinas de todos os cursos de graduação, sendo, assim, parte integrante da avaliação do discente para a formação dele, de modo contínuo, transversal e multidisciplinar.

1.4 Estratégias para a Consolidação do Processo Avaliativo

As estratégias para a consolidação do processo avaliativo envolvem procedimentos que sensibilizem, conscientizem e motivem a comunidade acadêmica.

1.4.1 Ações Específicas de Consolidação do Resultado da Autoavaliação

- apresentação dos resultados, junto à comunidade acadêmica com realização de ciclo de palestras, seminários, fóruns e debates, presenciais ou via digital para a socialização dos resultados;
- socialização em mural dos resultados obtidos;
- reuniões com representantes de sala, pelo menos 1 por semestre;
- montagem de subcomissão de discentes e docentes;
- montagem de panfletos de divulgação e vídeo;
- montagem de adesivos destacando “AQUI TEM CPA”, “A CPA PASSOU POR AQUI”;
- confecção de camisetas com o logo da CPA e frases “Podemos te ajudar”, “Juntos somos fortes”
- disponibilização dos relatórios parciais e final no portal acadêmico.

1.5 Recursos

A CPA dispõe de sala própria, equipada de computador, impressora, mesas e armários para as reuniões.

Para se obter a análise quantitativa, aplica-se o questionário avaliativo *on line*. O *software* implantado permite a análise e a interpretação dos resultados. Conta ainda, com a equipe de apoio formada por professores e técnicos para sanar qualquer problema com o sistema.

1.6 Relatórios de Autoavaliação

Ao final de cada processo de autoavaliação institucional são emitidos vários relatórios. Entre eles, relatório de avaliação pelos discentes, relatório de avaliação pelos docentes e relatório de avaliação pelo pessoal técnico administrativo.

O relatório de autoavaliação realizado pela CPA é formado por cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise de dados e das informações e ações previstas com base nas análises e são publicados de duas maneiras: a Versão Parcial, que contempla as informações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior)

explicitando os eixos trabalhados; e a Versão Integral que contempla as informações e ações da CPA no ano de referência, bem como discute o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão, conforme as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65 de 09/10/2014.

CAPÍTULO II - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 Inserção Regional, Nacional e Internacional da UNIFACCAMP

2.1.1 A Cidade de Campo Limpo Paulista

A cidade surgiu com a construção do leito da Estrada de Ferro São Paulo *Railway* (atual Santos-Jundiaí), para o transporte de café dos fazendeiros da zona Bragantina. Em 1880, o sítio integrava o bairro de Iboturucaia, que, de acordo com o livro histórico de Manoel Tavares da Silva, possuía posto de telégrafo, de propriedade de João Antônio da Silva e de sua mulher, ambos pioneiros de Campo Limpo.

O povoamento teve início na Rua Joaquim Pereira Pinto, onde foram construídas casas de sapé para os funcionários da Estrada. Inicialmente, o distrito foi criado com a denominação de Campo Limpo, pela Lei Estadual nº 2.456, de 30-12-1953, integrante do município de Jundiaí. Em divisão territorial datada de 1955, o distrito de Campo Limpo figurava como parte do município de Jundiaí. Assim, permaneceu em divisão territorial datada de 1960.

Mediante a realização de plebiscito, a localidade foi elevada à categoria de município com a denominação de Campo Limpo, pela Lei Estadual nº 8.092, de 28-02-1964, desmembrado do município de Jundiaí. O município foi instalado em 21-03-1965.

Pelo Decreto nº 22, de 23-08-1969, o município de Campo Limpo passou a denominar-se Campo Limpo Paulista. Pela Lei Estadual nº 4.954, de 27-12-1985, é criado o distrito de Botujuru e anexado ao município de Campo Limpo Paulista.

A Instituição é uma organização de educação superior privada, com sede em Campo Limpo Paulista, cidade que ocupa uma área de 84 Km², a uma altitude média de 740 m. Campo Limpo Paulista possui divisa com os municípios de Jundiaí, Várzea Paulista, Jarinu, Atibaia, Francisco Morato, e Franco da Rocha, e está a menos de 60 km das cidades de São Paulo e também de Campinas. Hoje, a cidade é servida por duas importantes rodovias paulistas, a Anhanguera e a Dom Pedro, e por uma ferrovia administrada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com interligação ao metrô paulistano.

Segundo dados do SEADE, Campo Limpo Paulista conta com uma população de 81126 habitantes em 2018, taxa geométrica de crescimento anual entre 2010 e 2018 de

1,16% ao ano, face 0,82% registrado por todo o estado (SEADE, 2018). Há registrados 11 estabelecimentos de saúde SUS (IBGE, 2009), 28 escolas de educação pré-escolar, 32 escolas de ensino fundamental (IBGE, 2017), 13 escolas de ensino médio (IBGE, 2017) e 1 instituição de Educação Superior (MEC, 2018). A quantidade de alunos matriculados no ensino educação fundamental e médio é de, respectivamente, 11.090 e 3.699 alunos (IBGE, 2017). O rendimento médio do total de empregos formais da cidade é de R\$ 3.216,42, sendo um pouco superior à média da Região de governo de Jundiaí, que é de R\$ 3.170,21 e, bem próximo da média estadual que é de R\$ 3.287,67 (SEADE, 2017). O PIB da cidade advém predominantemente do setor de serviços e das atividades industriais. Campo Limpo Paulista se encontra no grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que indica municípios com níveis elevados de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais (SEADE, 2014).

A região em que se encontra o Centro Universitário Campo Limpo Paulista possui um elevado potencial de crescimento populacional e econômico. Os índices expressos nas tabelas abaixo, sugerem que na região, se faz necessário fornecer à comunidade um nível cada vez maior de recursos educacionais, haja vista o número de empresas, bancos, estabelecimentos comerciais instalados, além das necessidades da crescente população por melhor qualidade de vida e também o grande potencial para instalação de indústrias e empresas de diversos setores.

Os benefícios dos cursos existentes e a serem propostos, incidem e incidirão em diversas áreas de interesse da comunidade local. Afora a vocação básica de formação profissional, não podem ser desprezadas outras repercussões para a comunidade local e vizinha, dos cursos atuais e futuros oferecidos pelo Centro Universitário Campo Limpo Paulista. Como já referido, haverá reflexos, com certeza, positivos, em toda a vida local, incluindo o meio social, econômico e cultural.

Segundo o INEP/MEC (2018), a região conta com 14 Instituições de Educação Superior, 10 delas em Jundiaí, 1 em Campo Limpo Paulista, 2 em Francisco Morato e 1 em Franco da Rocha.

Tabela 2 - População das cidades da região de Campo Limpo Paulista (SEADE)

CIDADES	2018 (habitantes)	2019 (habitantes)	2020 (habitantes)
Cajamar	74.910	76.256	77.627
Campo Limpo Paulista	81.126	81.979	82.842
Francisco Morato	170.189	172.283	174.403
Franco da Rocha	148.126	150.151	152.201
Jarinu	28.642	29.225	29.820
Jundiá	400.549	403.769	407.016
Várzea Paulista	118.022	119.272	120.535
TOTAL DA REGIÃO	1.021.564	1.032.935	1.044.444

Tabela 3 - Crescimento do PIB per capita, em reais, das cidades da região de Campo Limpo Paulista (IBGE).

CIDADES	2016 (reais)	2017 (reais)	2018 (reais)
Cajamar	183.674,49	200.311,36	224.359,59
Campo Limpo Paulista	21.596,08	22.426,08	25.211,06
Francisco Morato	8.063,15	8.523,11	8719,40
Franco da Rocha	19.338,96	19.565,93	19,650,05
Jarinu	76.428,54	78.938,96	85.221,43
Jundiá	99.366,63	100.329,06	105.187,65
Várzea Paulista	21.565,41	22.540,16	23.585,08
MÉDIA DA REGIÃO	430.033,26	452.634,66	491.934,26

Esse entorno regional foi substancialmente incrementado com a criação de novos cursos e com a oferta de diferentes níveis e modalidades de ensino, ou seja, a pós-graduação e a educação implementada.

A inserção nacional dá-se, principalmente, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu* presenciais, com projetos de oferta de cursos de graduação à distância.

A Instituição estabelece **INTERCÂMBIOS** por meio de convênios em âmbito Nacional e Internacional em graduação, bacharelado, licenciatura, tecnólogo e pós-graduação.

2.1.2 Âmbito Nacional

- **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E PEQUENAS EMPRESAS** - Anegepe (www.anegepe.org.br), fundada em 2010, com o propósito de reunir professores e alunos para desenvolverem pesquisas aplicadas na área de empreendedorismo e pequenas empresas.

- **PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA** (Unesp - Campus Marília). Os professores Dra. Marta Lígia Pomim Valentim (UNESP), Dr. José Osvaldo De Sordi (UNIFACCAMP), Dr. Manuel Meireles (UNIFACCAMP) desenvolvem pesquisas conjuntas no campo de transferência de informações entre os atores de *business clusters*. As ações conjuntas começaram em 2009, com o aceite de financiamento do projeto Qualidade da Informação em Arranjos Produtivos Locais: Atributos e Aspectos para Análise da Contextualização aos Interesses do Público Local pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esta pesquisa derivou diversas outras pesquisas e orientações nas, além de publicações.

- **DIVISÃO DE CULTURA EMPREENDEDORA DO SEBRAE SÃO PAULO:** A Instituição desenvolve projetos de pesquisa em parceria com o Sebrae-SP (www.sebraesp.com.br), por intermédio da área de Cultura Empreendedora, cujo interesse da IES recai sobre o projeto a respeito da mortalidade de empresas nascentes, na qual pesquisadores da Instituição exploraram a base de dados coletada pelo Sebrae-SP, sobre indicadores de mortalidade e sobrevivência de empresas nascentes no Estado de São Paulo e cujos resultados são publicados na Rausp.

- **A EDITORA GLOBO (REVISTA PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS):** A Instituição está em conversações iniciais para explorar uma possível parceria com a Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios (www.revistapegn.globo.com), pertencente ao grupo Globo de Comunicações. A Revista tem muito interesse em realizar estudos sobre o universo das PMEs. O contato com docentes do programa da Instituição visa o entendimento de pontos de interesse em comum, que gerem, tanto produção científica de alta qualidade para a Academia, como informações importantes para a comunidade de pequenos empresários que fazem parte do

grupo de leitores da Revista, que é uma das maiores e mais lidas pelo mesmo público alvo de interesse das Linhas de Pesquisa da Instituição.

- **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE GRANDES ESTRUTURAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDUSCON-SP):** os docentes pesquisadores do programa possuem uma coluna mensal na revista da entidade, denominada Notícias da Construção, que circula em papel e em meio digital (<http://www.sindusconsp.com.br>). Além do canal de publicação, há colaboração do sindicato em termos de auxiliar aos pesquisadores do programa a terem acesso aos seus afiliados para coleta de dados.

- **PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO DA FEA/USP:** A Profa. Eliane Maria Pires Giavina Bianchi desenvolve intercâmbio com a FEA/USP (Prof. Lindolfo Galvão de Albuquerque e Profa. Maria Carolina Aguiar Rodrigues) para o desenvolvimento de pesquisas na área de gestão estratégica de pessoas. A parceria já gerou um livro de gestão estratégica de pessoas, publicado em 2009 e, atualmente, está focada na produção de um outro livro, na mesma temática, sobre casos de ensino e o grupo está conduzindo um projeto de pesquisa sobre Gestão Estratégica de Pessoas e Comprometimento com apoio do CNPq (bolsa do projeto universal).

- **COOPERAÇÃO COM A DIVISÃO DE GESTÃO DE EMPRESAS DO CTI / CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:** o programa mantém um projeto em cooperação com o CTI denominado “Modelagem e simulação de comportamento organizacional: sistemas de apoio à tomada de decisão gerencial”. Este projeto tem como objetivo geral “estudar e modelar interações entre variáveis humanas e organizacionais que permitam simular diferentes aspectos do comportamento organizacional, gerando subsídios ao desenvolvimento de sistemas para apoio à tomada de decisão com potencial para integrar ganhos financeiros e benefícios sociais”. No âmbito da cooperação com a Instituição, o propósito é desenvolver modelos que sejam aplicáveis à MPE, atualmente, já estão sendo desenvolvidos estudos de campo em duas empresas. O CTI está alocando quatro bolsistas CNPq neste projeto.

Pretende, agora, em vigência desse PDI, consolidar e ampliar a oferta de cursos em âmbito nacional em Educação a Distância – EAD. Nesse sentido, busca ofertar cursos de graduação, *lato sensu*, extensão, especialização e curta duração na modalidade EaD.

Na Pós-Graduação *stricto sensu*, a Instituição conta com um programa de Doutorado Profissional e de Mestrado Profissional em Administração da Micro e Pequenas Empresas, que tem como Linhas de Pesquisa a Dinâmica das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo e Desenvolvimento, e o outro Mestrado em Ciências da Computação, com as linhas de pesquisa em Sistema da Informação e Técnicas e Modelos da Computação, ambos reconhecidos pela CAPES⁴.

2.1.3 Âmbito Internacional

A IES estabeleceu parcerias internacionais em Pós-Graduação com a *Florida Christian University* (FCU) nas áreas Administração e com a *Havana* na área da Educação. Essas parcerias serão detalhadas no próximo item que trata de internacionalização. Nesse contexto, a Instituição tem, nos últimos anos, ampliado sua inserção, atuando nacional e internacionalmente.

2.2 Missão , objetivos, metas e valores institucionais

2.2.1 Missão

Com o credenciamento para atuar como Centro Universitário, como amadurecimento desse processo de atuação e constante desenvolvimento, a Missão Institucional tem sido efetivada com inúmeras ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

A Missão Institucional, resultado da evolução e do desenvolvimento da Instituição, foi definida e implementada em um processo que contou com o envolvimento de dirigentes, professores, funcionários e representantes da comunidade externa, cujas reflexões culminaram na formulação da Missão da UNIFACCAMP. Sua Missão está em constante efetivação, por meio de ações institucionais que envolvem toda a comunidade interna e externa do Centro Universitário Campo Limpo Paulista, com vistas a aprimorar sua atuação como Centro Universitário:

⁴ Dados disponíveis em: https://www.unifaccamp.edu.br/mestrado_doutorado/.

Promoção e busca constante da qualidade, no ensino, na pesquisa e na extensão para a formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano, da sociedade, facultando o diálogo regional, nacional e internacional, a promoção dos direitos humanos, a preservação ambiental, a inclusão social, a igualdade étnica e o respeito à diversidade de gênero.

2.2.2 Valores

As finalidades expressam o conjunto de valores presentes na IES e espelham sua filosofia e devem reger as diretrizes e metas institucionais, tanto no *Campus* Sede quanto no *Campus* Fora de Sede.

Reiterando-se a construção coletiva desses princípios, quanto à visão de futuro, as finalidades fundamentam-se em:

- cumprimento dos valores éticos, que presidem a IES (responsabilidade, respeito, compromisso, participação);
- formação e qualificação do ser humano, com ênfase em suas potencialidades, nas diferentes áreas do conhecimento;
- desenvolvimento intelectual, social, filosófico e tecnológico, solidificando as linhas de pesquisa, ampliando a investigação científica e as publicações acadêmicas da IES;
- desenvolvimento socioeconômico por meio da realização de atividades de ensino, científicas, tecnológicas, artísticas e culturais;
- desenvolvimento sustentável, contribuindo para a elevação da qualidade de vida do homem;
- busca permanente da qualidade acadêmica e da sustentabilidade financeira e administrativa, com objetivos voltados para a sociedade e para a melhora da vida do homem.

Esse PDI implementa-se em uma nova roupagem, fruto da construção de uma permanente discussão coletiva, que integra as metas e ações propostas explicitadas no próximo item.

2.3 Objetivos e Metas

A partir da implantação do novo modelo de gestão, em 2015, foi proposto para a comunidade acadêmica, com a aprovação da Instituição Mantenedora, um conjunto de objetivos que visam ao desenvolvimento institucional, neste momento tanto na sede quanto no *campus* fora de sede e nos polos:

Quadro 8 - Metas e ações das Políticas de Gestão Acadêmica

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Implementação contínua do Centro Universitário com vistas a seu credenciamento</p>	<p>Implementar os processos de consolidação do Centro Universitário.</p>	<p>Aprimorar, reiterar equipes de trabalho para levantamento, tabulação e compilação de dados que subsidiem a escrita e elaboração de documentos, relatórios, mapeamento das ações da IES, com vista à efetivação do Centro Universitário e de seu credenciamento.</p> <p>Preparar os documentos e ações necessários para a visita de Credenciamento virtual.</p> <p>Reiterar, acompanhar, analisar e reestruturar (quando necessário) cronogramas de acompanhamento das ações previstas, a serem executadas para a efetivação do Centro Universitário e de seu credenciamento.</p> <p>Dar continuidade às reuniões de acompanhamento e checagem das ações desenvolvidas pelos setores, atores, gestores, docentes e técnicos para a efetivação do Centro Universitário e de seu credenciamento.</p> <p>Intensificar rotinas de reuniões de equipes para <i>feedback</i> das ações, necessidades, potencialidades e fragilidades a serem observadas, visando à efetivação do Centro Universitário e de seu credenciamento.</p> <p>Reiterar rotina de listagem e checagem dos documentos elaborados, revistos e ou implantados, bem como checagem de outros procedimentos referentes aos instrumentos de avaliação para a efetivação do Centro Universitário e de seu credenciamento e das avaliações virtuais (Portaria nº 165, de 20 de abril de 2021).</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

<p>Disponibilizar oportunidades de acesso ao conhecimento e à cultura.</p>	<p>Disponibilizar oportunidades de acesso ao conhecimento e à cultura, por meio presencial e a distância, levando em conta as necessidades e possibilidades da comunidade e assegurando a sustentabilidade da Instituição.</p>	<p>Promover ações, cursos, palestras, pesquisas e divulgação de conhecimento que facilitem o acesso ao conhecimento e à cultura.</p> <p>Criar cursos, projetos de extensão nas modalidades presencial e remota, ações acadêmicas, semanas culturais, mostras, exposições, musicais, incentivar ações criativas culturais na modalidade presencial e a distância.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Red credenciamento EaD</p>	<p>Preparar IES e Setores responsáveis para o Red credenciamento do EaD</p>	<p>Dar continuidade aos procedimentos para o Red credenciamento em EaD.</p> <p>Elaborar documentos e providenciar meios midiáticos para o red credenciamento e as avaliações virtuais.</p> <p>Intensificar ações nos polos para as avaliações de reconhecimento e de red credenciamento EaD.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Sustentabilidade</p>	<p>Dar continuidade à revisão, renovação do projeto institucional e de suas respectivas estratégias de sustentabilidade no ensino, na pesquisa e na extensão.</p>	<p>Utilizar dados da CPA e do Financeiro para subsidiar a implantação das ações, projetos, previstos no PDI, de modo sustentável.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Acessibilidade Promover acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, autismo, habilidades/ superdotação, mas também aos professores, funcionários e à população que frequentam a instituição e se beneficiam de alguma forma de seus serviços.</p>	<p>Ampliar as possibilidades de acesso aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, autismo, expressando claramente no edital de seleção discente, quais os recursos que poderão ser utilizados pelo vestibulando no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados pela comissão do vestibular.</p>	<p>Ampliação das ações do Programa de acessibilidade e inclusão – PAI, Proera, e Agita de uma política de inclusão com atendimento à Lei de acessibilidade, propiciando a todos os envolvidos no processo acesso ao ensino de qualidade.</p> <p>Ampliar a atuação social por meio de projetos de extensão.</p> <p>Promover ações de conscientização e projetos de atuação sobre a pandemia COVID-19, no que se refere a acolhimento, atenção, prevenção, monitoramento e cuidados, tanto da comunidade interna quanto da externa.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

<p>Infraestrutura</p>	<p>Modernizar a infraestrutura e ampliar os espaços físicos e a gestão.</p> <p>Atualizar as estruturas dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>Desenvolver estratégias de organização e gestão acadêmica e administrativa, tendo em vista a racionalização dos processos e dos recursos disponíveis e a efetividade das ações em todas as instâncias.</p> <p>Trabalhar a acessibilidade na IES em toda a sua estrutura física.</p> <p>Ampliar a atuação da IES por meio da abertura de Campi fora de sede</p> <p>Preparar a IES para receber alunos durante e ou após pandemia COVID-19.</p> <p>Garantir formas de efetivar ações acadêmicas e administrativas em face da pandemia.</p>	<p>Otimizar espaços.</p> <p>Ampliar a efetivação do Programa PIIASHA em atendimento dos Requisitos legais.</p> <p>Estabelecer parcerias para abertura de campi fora de sede.</p> <p>Preparar sinalização nas instalações para informar ações e ou procedimentos a serem tomados para prevenção, cuidados com todos que utilizam as instalações físicas da UNIFACCAMP.</p> <p>Preparar informativos sobre formas de prevenção e cuidados para não propagação da Covid-19.</p> <p>Preparar informativos a serem divulgados via página da IES sobre formas de cuidado, prevenção e monitoramento de casos suspeitos ou efetivos de infectados.</p> <p>Preparar salas, departamentos, e ambientes para acesso de pessoas, garantindo as normas de cuidado e proteção recomendadas pelos órgãos oficiais em relação à pandemia.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Egressos</p>	<p>Garantir o serviço de acompanhamento ao alunado;</p> <p>Projeto de acompanhamento do egresso.</p> <p>Acompanhar o egresso em sua vida profissional e em sua integração social.</p> <p>Garantir formação continuada ao egresso.</p> <p>Facultar o ingresso de egressos como colaboradores.</p>	<p>Intensificar, modernizar acompanhamento da trajetória dos alunos na carreira profissional, acadêmica e social por meio do site, pesquisas da CPA, enquetes, telemarketing, retorno das empresas em que os egressos atuam.</p> <p>Pesquisa e eventos divulgados no Lattes.</p> <p>Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, extensão aos egressos, tanto na modalidade presencial quanto a distância.</p> <p>Facultar, como forma de repercussão social e valorização do egresso. o seu ingresso como colaborador na instituição.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

Quadro 9 - Metas e ações das Políticas de Ensino

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>A política da IES para a Graduação.</p>	<p>Integrar ensino, iniciação científica e extensão.</p> <p>Garantir oferta de educação de qualidade.</p>	<p>Potencializar ações de políticas de ensino com a integração à pesquisa e à extensão com ampliação de projetos e parcerias de iniciação científica, projetos de pesquisa, ampliação da atuação dos cursos de lato, stricto sensu, cursos de extensão.</p> <p>Ampliar e fortalecer as ações de extensão como ação social e integração da área acadêmica com a social.</p> <p>Viabilizar 10% das horas do curso em extensão</p> <p>Potencializar a oferta de cursos de lato sensu e de extensão para garantir a formação continuada como valor profissional e social.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

<p style="text-align: center;">Buscar a qualidade acadêmica de todos os cursos oferecidos pela IES</p>	<p>Aprimorar, revisar os procedimentos de elaboração de PPCs com tabela de impacto da abertura de novos cursos nas margens legais.</p>	<p>Orientar a elaboração de PPCs, bem como sua revisão, adequação, respeitando o núcleo comum de disciplinas e as orientações do Conselho Superior – CONSUP, da Área de Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Cursos – AAPC, em conjunto com a área de PI – Pesquisador Institucional, Coordenação de Curso e NDE.</p> <p>Criar roteiro de elaboração de PPC, em conformidade, com os instrumentos avaliativos de curso.</p> <p>Motivar mudança de postura didático-pedagógica do corpo docente e discente em face às reformulações, adequações, novidades implantadas e em face da pandemia COVID-19.</p> <p>Modernizar os laboratórios de apoio ao ensino para atendimento aos cursos..</p> <p>Atualizar o acervo bibliográfico.</p> <p>Intensificar e motivar o envolvimento de alunos em projetos de iniciação científica e de extensão.</p> <p>Ofertar bolsas de estudo na graduação, <i>lato e stricto sensu</i>, como forma de retenção do aluno.</p> <p>Incentivar a produção docente e discente, bem como sua publicação e divulgação no WEA, em meio físico pela Editora FACCAMP e em meio eletrônico, na página da IES.</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4,5</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>
---	--	--	--	--

	<p>Orientar um planejamento de implantação de cursos novos.</p> <p>Verificar os requisitos necessários, como infraestrutura e recursos humanos, em conformidade com demandas regionais, nacionais e com o PDI.</p>	<p>Realizar estudos para implantação de cursos que atendam às necessidades da sociedade.</p> <p>Estudar formas de implantar esses cursos, garantindo infraestrutura física e acadêmica.</p> <p>Modernizar os laboratórios de apoio ao ensino.</p> <p>Otimizar o uso de tecnologias ativas em Educação para aulas virtuais durante e após pandemia.</p> <p>Capacitar docentes e técnicos para o uso de metodologias ativas em Educação virtual, em face da pandemia.</p> <p>Implementar recursos tecnológicos para ministrar aulas remotas durante e após pandemia.</p> <p>Garantir ações de segurança e higiene para utilização do <i>campus</i> durante a pandemia.</p> <p>Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico.</p> <p>Otimizar a infraestrutura tecnológica.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025
	<p>Orientar estudos das necessidades socioeconômicas locais, regionais e Nacionais.</p>	<p>Orientar estudos das necessidades socioeconômicas locais, regionais e nacionais que subsidiem a escrita dos PPCs e embasem ações acadêmicas, de extensão e pesquisa, garantindo a qualidade, promovendo excelência, preservando e garantindo os direitos humanos de acesso à formação e formação continuada.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025

	<p>Aprimorar os critérios de acompanhamento da implantação do projeto político pedagógico.</p>	<p>Fazer uso do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) – que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior em seus documentos acadêmicos.</p> <p>Pautar os Projetos Pedagógicos de Cursos - (PPCs), em conformidade com a concepção de currículo adotada pela IES, expressa no Projeto Pedagógico Institucional da IES.</p> <p>Entender o currículo como elemento formador de identidades individuais e sociais, o que pressupõe a adoção de referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos, pedagógicos, éticos, humanos em consonância com o perfil humano e profissional do egresso expressos no PDI e no PPI.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025
	<p>Intensificar rotinas de reformulação e atualização curricular dos cursos já existentes.</p>	<p>Elaborar pesquisas de mercado para afinar conteúdos curriculares com o mercado de trabalho.</p> <p>Atentar para as Diretrizes Curriculares, no tocante aos conteúdos</p> <p>Potencializar reuniões e ações dos NDEs e Colegiado de curso para discussão e análise dos conteúdos curriculares.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025
	<p>Intensificar rotina de envolvimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE).</p>	<p>Intensificar rotina de envolvimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), no desenvolvimento, aperfeiçoamento e adequação do PPC às Leis, Missão, metas, objetivos da IES e das necessidades inerentes aos cursos e mercado de trabalho.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025

	Fortalecer atuação das coordenações de curso e dos NDEs.	<p>Promover ações contínuas de capacitação de coordenadores e professores, bem como incentivar atuação em congressos, seminários, cursos de aprimoramento <i>lato e stricto sensu</i> e publicação, por meio do PCD – Programa de Capacitação Docente Eventos e Cursos e da Editora FACCAMP e WEA.</p> <p>Incentivar a produção docente e discente, bem como sua publicação e divulgação no WEA, em meio físico pela Editora FACCAMP e em meio eletrônico, na página da IES.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025
	Aperfeiçoar a busca de subsídios nas avaliações institucionais.	<p>Utilizar, divulgar, fazer orientar ações de cursos, pesquisa e extensão com base nos resultados da CPA na gestão dos cursos.</p> <p>Utilizar dados da CPA para a gestão acadêmica.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025

<p style="text-align: center;">Consolidar os cursos de graduação</p>	<p>Divulgar, promover e criar eventos para divulgação dos cursos.</p> <p>Promover ações para consolidação dos cursos.</p>	<p>Trabalhar a comunicação em mídias digitais, impressas locais e nacionais.</p> <p>Promover eventos com a comunidade externa, ações de extensão, <i>lives</i>, videoconferências, para divulgação dos cursos e de suas atividades.</p> <p>Envolver alunos veteranos na recepção de ingressantes; criar atividades de extensão com a participação ativa dos ultimoanistas; incentivar a participação dos alunos em eventos acadêmicos externos para estabelecer parcerias, troca de conhecimentos.</p> <p>Incentivar a formação continuada dos docentes.</p> <p>Incrementar o uso de TICs, metodologias ativas nos cursos.</p> <p>Intensificar ações de divulgação dos cursos, por meio de seus índices nas avaliações <i>in loco</i>, da CPA e do ENADE. Intensificar, modernizar e criar campanhas de divulgação dos cursos, como palestras, seminários, visitas técnicas e divulgação em mídias.</p> <p>Elaborar, semestralmente, simulados do Enade com questões no formato do Enade, aplicados a todos os cursos, independentemente, se o curso fará o Enade naquele ano.</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>
<p style="text-align: center;">Patamares de qualidade</p>	<p>Elevar os patamares de qualidade dos cursos.</p> <p>Incrementar o uso de processos de autoavaliação de cursos e da Instituição na gestão acadêmica.</p>	<p>Elaborar semestralmente, simulados e provas no formato do Enade, aplicados a todos os cursos, independentemente se o curso fará o Enade naquele ano.</p> <p>Incrementar as reuniões de NDE e Colegiado visando ações, análise de dados e aprimoramento do curso.</p> <p>Elevação dos patamares de qualidade dos cursos em todos os níveis de ensino, tendo como referência critérios internos e externos de avaliação, processos de autoavaliação de cursos e da Instituição juntamente com o processo de gestão</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>

<p>Desenvolver atividades de responsabilidade social e educação ambiental conforme previsto em lei</p>	<p>Trabalhar a sustentabilidade ambiental</p>	<p>Otimizar espaços.</p> <p>Aprimorar a efetivação do Programa PIIASHA em atendimento dos Requisitos legais. Aprimorar as ações de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.</p> <p>Desenvolver campanhas de economia de papel, reciclagem, economia de energia elétrica, etc.</p> <p>Dar continuidade à política de centralização do uso de impressoras, economizando tinta, energia, <i>tonner</i>, dessa forma, garantindo a sustentabilidade e responsabilidade ambiental e poluindo menos.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Inclusão digital</p>	<p>Modernizar e integrar as tecnologias de informação, tendo em vista, a qualidade das ações acadêmicas.</p> <p>Incentivar a criação da semana de tecnologia.</p> <p>Possibilitar o acesso ao conhecimento e à cultura em ambientes informatizados, de forma sustentável, contribuindo para a inclusão digital.</p>	<p>Ampliar o uso dos laboratórios.</p> <p>Incentivar e capacitar docentes para o uso das TICS, por meio de cursos de extensão, capacitações, palestras, etc.</p> <p>Realização de seminários, congressos, semanas para discutir as tecnologias da educação.</p> <p>Trabalhar os direitos humanos e a educação em direitos humanos, garantindo por essas ações a cidadania.</p> <p>Criar mecanismos, projetos, ações de interação midiática para realização de atividades de extensão, em face da pandemia Covid-19, tais como, <i>lives</i>, <i>workshops</i>, <i>oficinas</i>, <i>podcasts</i>, <i>videoconferências</i>, entre outros.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

	<p>Qualificar as propostas de ensino com vistas a melhorar o acesso e aprendizagem discente, utilizando ambientes virtuais.</p> <p>Trabalhar a questão ambiental.</p>	<p>Incentivar o uso de laboratórios para criação virtual de capacitação, de extensão em ambientes virtuais para uso das TICS e para capacitação dos jovens e cidadãos para o uso dos ambientes virtuais e suas tecnologias.</p> <p>Ofertar cursos presenciais e a distância nos quais o aluno possa criar projetos e site, programas e tudo o que se refere ao mundo virtual.</p> <p>Ampliar o uso de recursos midiáticos para aulas virtuais.</p> <p>Ampliar a capacitação docente para o uso de metodologias ativas.</p>		
	<p>Ampliar a instalação de laboratórios virtuais.</p>	<p>Ampliar a instalação de laboratórios virtuais.</p> <p>Incrementar os laboratórios existentes, modernizando e ampliando suas instalações e recursos.</p> <p>Ampliar para a comunidade as possibilidades de acesso aos ambientes virtuais, qualificando-os e ampliando o número de equipamentos disponíveis.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025
	<p>Ampliar as possibilidades de formação docente para uso pedagógico de ambientes informatizados.</p>	<p>Ofertar cursos de capacitação docente em tecnologias e ambientes virtuais de educação.</p> <p>Aprimorar o portal do aluno, incentivar mais o uso das TICs e o ambiente virtual para realização de atividades acadêmicas e ampliar a oferta de canais de informações.</p>	1,2,3,4,5	2021-2025

<p style="text-align: center;">Estratégias de Comunicação e Visibilidade</p>	<p>Ampliar as estratégias e formas de relação e comunicação com a comunidade.</p> <p>Garantir a visibilidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>Utilizar de mídias digitais para divulgação de informações, de ações de ensino, pesquisa e extensão, de cursos, de ações comunitárias de saúde, entre outras.</p> <p>Prestar serviço de utilidade pública com informações relevantes sobre formas de evitar, controlar, não propagar a pandemia, por meio de folders eletrônicos, vídeos com pessoal da área de saúde, lives com docentes e técnicos em saúde, atendimento nas clínicas da instituição, entre outros.</p> <p>Ampliar a divulgação das ações, assegurar corrente participação da comunidade nos processos de ensino e adstringindo a relação comunidade - IES.</p> <p>Ampliar e incentivar as ações de extensão dos cursos, com interação dos discentes e comunidade.</p> <p>Ampliar as estratégias e melhorar a efetividade de formas de relação e comunicação com a comunidade, com vistas a maior visibilidade dos processos de ensino, pesquisa e extensão presenciais e a distância.</p> <p>Manter comunicação em mídias sociais, página da IES, <i>outdoors</i>, <i>indoors</i>, <i>internet</i>, divulgando ações da IES.</p> <p>Criar parcerias nacionais e internacionais que garantam visibilidade e possibilitem a troca de informação.</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4,5</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>

<p style="text-align: center;">Discentes</p>	<p>Fortalecer o relacionamento com os estudantes, atendendo às suas necessidades de acesso ao conhecimento e à cultura com excelência acadêmica e administrativa e com compromisso político.</p>	<p>Essa prática é pautada na formação ética e cidadã do aluno, possibilitando a construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionam a transformação sócio-político-econômica da sociedade.</p> <p>Dar continuidade aos processos de acolhimento, de monitoramento educacional e psicopedagógico, por meio dos programas inseridos no PIIASHA.</p> <p>Dar continuidade aos procedimentos de atendimento aos discentes portadores de deficiência, acometidos do transtorno autista ou com dificuldades momentâneas.</p> <p>Intensificar as ações de conscientização dos discentes sobre as questões referentes à diversidade de gênero e étnica, e à violência contra a mulher.</p> <p>Dar continuidade aos programas de nivelamento.</p> <p>Garantir, dentro do possível, descontos e bolsas aos discentes, como forma de incentivo à permanência e retenção dos discentes.</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4,5</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>
---	--	--	--	--

<p>Garantir inclusão social, psicológica, curricular, de gênero, cultural, etnia e direitos humanos</p>	<p>Ampliar ações com a comunidade interna e a externa, visando à conscientização sobre as temáticas de acessibilidade.</p>	<p>Garantir a continuidade do serviço de acompanhamento ao alunado, por meio da Central do aluno.</p> <p>Dar continuidade à oferta de cursos de nivelamento; apoio psicopedagógico e apoio bolsa.</p> <p>Promover continuamente ações que garantam acessibilidade atitudinal e pedagógica, o direito à diversidade de gênero e étnica, por meio de estudos, cursos, palestras e visitas técnicas.</p> <p>Ampliar as ações de conscientização em relação ao combate à violência contra a mulher (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006).</p> <p>Dar continuidade ao atendimento e suporte aos portadores de deficiências auditivas e visuais, com intérprete de Libras.</p> <p>Implementar os processos de garantia à acessibilidade no site, lupas, provas com fonte maiores, individuais e assistidas por tutores, teclado em Braille, calculadora com voz, entre outros.</p> <p>Desenvolver, palestras, atendimento, ações, seminários, cursos, visitas técnicas, estudos e pesquisa que possam levar a comunidade interna e externa à conscientização sobre as temáticas de acessibilidade.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Cidadania e Direitos Humanos</p>	<p>Manter e ampliar fomento no espaço acadêmico sobre as discussões acerca dos desafios contemporâneos para o exercício dos direitos humanos e da cidadania, explorando os efeitos de barbárie que persistem na vida cotidiana.</p>	<p>Intensificar as atividades e eventos para a discussão de temas relacionados aos direitos humanos.</p> <p>Incrementar as ações de extensão no intuito de promover discussões com a comunidade acerca de assuntos da atualidade, no que diz respeito aos exercícios dos direitos humanos e da cidadania.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

<p>Promover ações que permitam compreender, preservar e divulgar as diferentes culturas e relações étnico-raciais. Respeitar a diversidade, a pluralidade de raça, gênero e sexo, fortalecendo os laços de solidariedade, igualdade, inclusão e respeito à diversidade de gênero e sexo. Desenvolver ações para atendimento do Espectro Autista</p>	<p>Intensificar o incentivo a projetos de extensão, de responsabilidade social em atendimento às questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero.</p> <p>Dar atendimento à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.</p> <p>Aprimorar a efetivação do Programa PIIASHA em atendimento dos requisitos legais</p>	<p>Aprimorar ações na semana de curso, em atendimento às essas questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero.</p> <p>Adequar e divulgar ações, trabalhos, pesquisas realizadas no PIIASHA e PEDP que atendam às questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero.</p> <p>Ampliar o incentivo aos projetos de extensão em atendimento às questões étnico-raciais, direitos humanos e diversidade de gênero e à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.</p> <p>Fomentar pesquisa, palestras e seminários, envolvendo os temas étnico-racial, direitos humanos, diversidade de gênero, espectro autista e diversidade de gênero.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
--	--	---	------------------	------------------

Quadro 10 - Metas e ações das Políticas de Pesquisa

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Ampliar ações de pesquisa lato e stricto sensu.</p>	<p>Dar continuidade a ações e processos para aprimorar a busca de parcerias, convênios com entidades de classe, indústria, empresas, escolas, órgãos públicos.</p> <p>Elevação dos patamares de qualidade dos cursos.</p> <p>Garantir a captação e retenção dos alunos, como forma de manter a sustentabilidade.</p>	<p>Elevação dos patamares de qualidade dos cursos em todos os níveis de ensino, tendo como referência critérios internos e externos de avaliação, processos de autoavaliação de cursos e da Instituição, juntamente com o processo de gestão.</p> <p>Ampliar número de docentes mestres e doutores, bem como em regime de trabalho parcial e integral, garantindo um corpo docente engajado e comprometido com o ensino, a pesquisa e a extensão.</p> <p>Incentivar o uso das TICs nos cursos de graduação, pós e de extensão por meio de seminários e cursos de extensão.</p> <p>Capacitar e dar formação continuada a professores no uso das TICs em projetos, no Portal do aluno e do discente.</p> <p>Intensificar ações de contato e interação com egressos.</p> <p>Acompanhamento das ações dos egressos.</p> <p>Pesquisa no mercado de trabalho para averiguar condições de trabalho dos egressos e sua inserção na área de formação.</p> <p>Incentivo aos egressos de formação continuada.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Consolidar cursos de pós-graduação stricto sensu. Ampliar a implantação de cursos de pós-graduação lato sensu e de extensão.</p>	<p>Consolidação do curso de Doutorado, de acordo com as normas da CAPES.</p> <p>Desenvolver a área do ensino de pós-graduação.</p> <p>Ampliar a oferta de cursos de lato sensu e de extensão presenciais e a distância.</p>	<p>Consolidar o Programa de doutoramento da IES.</p> <p>Divulgar, promover e criar eventos para divulgação dos cursos nas empresas da região.</p> <p>Buscar parcerias e fomento.</p> <p>Ampliar ações que visem a internacionalização dos cursos.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

<p style="text-align: center;">Incentivar a busca de fomento para a pesquisa</p>	<p>Consolidação de grupos de pesquisa.</p> <p>Intensificar ações para busca de fomento para pesquisas.</p>	<p>Consolidar linhas e grupos de pesquisa.</p> <p>Consolidar grupos e linha de pesquisa institucionalizados, bem como intensificar a criação de novos grupos de pesquisa.</p> <p>Ampliar a busca de parcerias e intercâmbio para a pesquisa.</p> <p>Intensificar a busca de fomento para a pesquisa por meio de órgãos oficiais e na iniciativa privada com parcerias com indústrias e empresas.</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4,5</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>
<p style="text-align: center;">Incentivar pesquisa sobre temas relativos a afrodescendência e indígena e educação brasileira</p>	<p>Incentivar pesquisa lato e stricto sensu.</p>	<p>Incentivar pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4,5</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>

Quadro 11 - Metas e Ações das Políticas de Extensão

<p style="text-align: center;">OBJETIVOS INSTITUCIONAIS</p>	<p style="text-align: center;">METAS</p>	<p style="text-align: center;">AÇÕES</p>	<p style="text-align: center;">EIXOS</p>	<p style="text-align: center;">PERÍODO EXECUÇÃO</p>
<p style="text-align: center;">Ampliar a oferta de cursos e de ações de extensão</p>	<p>Ampliar oferta de cursos de extensão em atendimento às demandas da comunidade. Ampliar projetos e ações de extensão desenvolvidas na IES.</p>	<p>Ampliar aplicação de projetos de extensão e ações comunitárias a todo o entorno da IES, bem como ampliar para atuação em âmbito nacional, de ações de extensão e ações comunitárias.</p> <p>Ampliar a atuação da extensão na interação ensino/pesquisa e extensão em atendimento à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.</p> <p>Imbricar as práticas extensionistas dos cursos com as disciplinas, aplicando em projetos inter e multidisciplinares, envolvendo alunos e comunidade.</p>	<p style="text-align: center;">1,2,3,4,5</p>	<p style="text-align: center;">2021-2025</p>

Quadro 12 - Metas e Ações das Políticas de Internacionalização e Ações de Visibilidade Nacional, Campus Fora de Sede

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Gerar conhecimentos e serviços que garantam a atuação da IES na sociedade nacional e internacional</p>	<p>Implantar a política de intercâmbios nacionais e internacionais com vistas, à consolidação e expansão de programas de ensino, pesquisa e extensão, presenciais e a distância (quando credenciada).</p> <p>Intensificar a participação de representantes das comunidades interna e externa em reuniões da CPA.</p> <p>Consolidar-se como referência institucional na formação de educação superior para a Área da Saúde, Engenharias, Ciências Sociais e Licenciaturas.</p> <p>Ampliar a oferta de programas e projetos de extensão.</p> <p>Promover parcerias com a comunidade regional, nacional e internacional.</p> <p>Efetivação da política institucional de egressos.</p>	<p>Incentivar a divulgação, a promoção e a criação de eventos, em parceria com as comunidades interna e externa.</p> <p>Aprimorar a divulgação de ações, projetos, parcerias e dados avaliativos por meio de site da IES.</p> <p>Buscar a qualidade dos cursos em exames de referência nos órgãos e classe ENADE.</p> <p>Ampliar instalações físicas e de pessoal qualificado para garantia da qualidade.</p> <p>Fomentar a parceria com universidades internacionais, por meio de ações, cursos presenciais e a distância.</p> <p>Promover parcerias com a comunidade regional, nacional e internacional, nos âmbitos público e privado, possibilitando a articulação entre a Instituição e a sociedade, por meio de ações presenciais e a distância.</p> <p>Efetivação da política institucional de egressos que subsidia: a formação continuada e o aperfeiçoamento das ações educacionais, o monitoramento, o aconselhamento e orientação relativamente, à inserção de egressos e estudantes nos espaços profissionais de trabalho.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Abertura de Campi fora de Sede</p>	<p>Buscar parcerias e realizar pesquisa de mercado para abertura de <i>campus</i> fora de sede.</p>	<p>Efetivação da política institucional de expansão de atividades e abrangência de atuação com parcerias com outras instituições para abertura de campus fora de sede e de abertura de campi fora de sede.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

Tabela 4 - Recredenciamento EaD

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Otimizar os processos preparatórios para o Recredenciamento em EaD</p>	<p>Otimizar ações para o recredenciamento em EaD.</p> <p>Ampliar a oferta de cursos a distância.</p> <p>Ampliar a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão em EaD.</p> <p>Garantir a captação e retenção dos alunos, como forma de manter a sustentabilidade.</p>	<p>Dar continuidade à capacitação de docentes e tutores para EaD.</p> <p>Constituir equipes de trabalho para implantação dos novos cursos EaD.</p> <p>Criar conteúdo EaD, com docentes e tutores.</p> <p>Ampliar e aprimorar a criação de material em videoaulas para suporte à EaD.</p> <p>Gerenciar e coordenar equipe de TIC para execução de trabalhos para o EaD.</p> <p>Implementar o setor do NEAD, ampliar insumos para produção de material EaD.</p> <p>Coordenar distribuição de material EaD.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Ampliar a oferta de ensino a distância</p>	<p>Ampliar a oferta de cursos a distância na sede e no campus fora de sede.</p> <p>Implementar e acompanhar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramentas metodológicas no ensino, na pesquisa e na extensão presencial e em EAD.</p>	<p>Implementar a abertura de campi fora de sede e buscar parcerias com outras instituições para abertura de campi fora de sede.</p> <p>Implementar e aprimorar o desenvolvimento de técnicas, ferramentas e metodologias de ensino para a educação a distância.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

<p>Adequar a oferta de cursos presenciais e a distância.</p>	<p>Adequar a oferta de cursos presenciais, em atendimento ao PDI e orientações do Conselho Superior.</p> <p>Otimizar e aprimorar a preparação de material para oferta de curso EaD.</p> <p>Ampliar o atendimento à referência ao desenvolvimento socioeconômico local e regional.</p>	<p>Realizar pesquisas com a comunidade, por meio de telemarketing, CPA, mídias digitais (<i>Facebook, whatsapp, twitter</i>) sobre demandas de cursos presenciais e a distância, de acordo com o PDI e garantindo a sustentabilidade.</p> <p>Estabelecer a abertura de cursos, em conformidade, com a demanda regional e nacional, em atendimento à Missão da IES ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, recursos humanos e a verticalização do ensino, desde a graduação até a pós-graduação, garantindo inclusão e os direitos humanos.</p>	<p>1,2,3,4,5,</p>	<p>2021-2025</p>
<p>Capacitar pessoal</p>	<p>Ampliar a efetivação das políticas para a modalidade de ensino “Educação a Distância”, com investimentos na infraestrutura tecnológica e capacitação docente na sede e no <i>campus</i> fora de sede.</p>	<p>Otimizar constantemente a capacitação de profissionais para atuarem no ensino a distância como conteudistas, tutores e outras áreas concernentes ao ensino a distância, na sede e no <i>campus</i> fora de sede..</p> <p>Buscar desenvolver material dos cursos a serem ofertados com a qualidade e rigor necessários, em atendimento às políticas de ensino e pesquisa.</p> <p>Firmar contratos com empresas de conteúdo, visando garantir oferta e buscando qualidade aos cursos ofertados.</p> <p>Capacitar continuamente professores, tutores e gestores dos polos.</p> <p>Preparar equipes de revisão de conteúdo.</p> <p>Ampliar e aprimorar o desenvolvimento de arte, <i>layout</i> e publicar material do EaD.</p> <p>Ampliar o Investimento em recursos tecnológicos para garantir a qualidade no ensino.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

Quadro 13 - Gestão de Pessoas

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	METAS	AÇÕES	EIXOS	PERÍODO EXECUÇÃO
<p>Ampliar e aprimorar as ações voltadas ao investimento na educação na perspectiva da inclusão, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de docentes.</p>	<p>Fortalecer as áreas de formação de docentes, promovendo uma maior inserção na comunidade.</p> <p>Ampliar a atuação da IES na Educação Continuada do corpo docente, professores/ tutores e conteudistas.</p>	<p>Ampliar a formação de professores, garantindo à comunidade a inserção de profissionais no âmbito educacional.</p> <p>Ampliar a oferta cursos de capacitação docente no ensino de graduação presencial, a distância e pós-graduação.</p> <p>Ampliar a oferta de cursos de capacitação para professores/tutores e conteudistas.</p> <p>Capacitar continuamente profissionais para atuarem no ensino a distância como conteudistas, tutores e outras áreas concernentes ao ensino a distância.</p> <p>Desenvolver, aprimorar e ampliar a produção de material dos cursos a serem ofertados.</p> <p>Capacitar continuamente professores, tutores e gestores dos polos e do <i>campus</i> fora de sede.</p>	<p>1,2,3,4,5</p>	<p>2021-2025</p>

2.4 Áreas de Atuação Acadêmica

A UNIFACCAMP para dar continuidade à concretização de suas finalidades, valores e missão, atua nas atividades acadêmicas de ensino de Graduação e de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, de Extensão, Educação a Distância e de prestação de serviços, na sede e no *campus* fora de sede, firmando-se como Instituição capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento da sociedade em sua região e no país, em sua atuação como Centro Universitário.

2.5 Oferta de Cursos e Programas Presenciais e a Distância

2.5.1 Cursos de Graduação

A Instituição, neste momento, conta com os seguintes cursos de graduação em funcionamento:

Quadro 14 - Cursos de Graduação

CURSOS	PERÍODO	DURAÇÃO (semestres)	ATOS AUTORIZATIVOS	CONCEITO DO CURSO
Administração	M/N	08	Autorização: MEC nº 1494 de 29/12/1998, publicada no D.O.U de 30/12/1998 Reconhecimento: MEC nº 728 de 22/04/2003, publicada no D.O.U de 09/07/2003 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 431 de 15/05/2017 – D.O.U17/05/2017 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 203 de 07/07/2020 – D.O.U 07/07/2020	4
Biomedicina	N	08	Autorização: SERES nº 389, de 28/04/2017 –D.O.U02/05/2017	4
Ciência da Computação	N	08	Autorização: MEC nº 811, de 14/05/1999, publicado no D.O.U de 18/05/1999 Reconhecimento: MEC nº 3141 de 31/10/2003, publicado no D.O.U de 04/11/2003 Renovação de Reconhecimento: Portaria SESU 1633, de 07/10/2010, publicada no D.O.U de 08/10/2010 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 286/12, publicada no D.O.U. de 27/12/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 793 de14/12/2016 – D.O.U 15/12/2016 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 914 de27/12/2018 – D.O.U 28/12/2018	n/d
Ciências Contábeis	N	08	Autorização: MEC nº 360 de 31/01/2006, publicado no D.O.U de 01/02/2006 Reconhecimento: SERES nº 371 de 30/08/2011, publicada no D.O.U de 31/08/2011	4

			Renovação de Reconhecimento: SERES nº 636 de 18/09/2018 – D.O.U 19/09/2018	
Direito	M/N	10	Autorização: MEC nº 620 de 06/03/2002, publicado no D.O.U de 07/03/2002 Reconhecimento: SESU nº 701 de 03/08/2007, publicado no D.O.U de 06/08/2007 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 60 de 03/02/2017 – D.O.U 06/02/2017 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 283 de 29/03/2021, D.O.U de 31/03/2021	4
Educação Física	M/N	08	Criação: Res. CONSEPE nº 03_11/2018 de 01/11/2018	s/c
Enfermagem	N	08	Autorização: SESU nº 690 de 27/09/2006, publicado no D.O.U de 28/09/2006 Reconhecimento: SERES nº 36 de 19/04/2012, publicado no D.O.U de 20/04/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 820 de 30/12/2014, publicado no D.O.U de 02/01/2015	3
Engenharia Civil	M/N	10	Autorização: SESU nº 154/2011, publicado no D.O.U de 17/01/2011 Reconhecimento: SERES nº 1032/2015, publicado no D.O.U de 24/12/2015	4
Engenharia de Controle e Automação	N	10	Autorização: SERES nº 389 de 28/04/2017 - D.O.U de 02/05/2017	3
Engenharia de Materiais	N	10	Autorização: SERES nº 137/2012, publicado no D.O.U de 30/07/2012 Reconhecimento: SERES nº 247/2020, publicado no D.O.U de 07/08/2020	4
Engenharia de Produção	M/N	10	Autorização: SESU nº 958 de 25/11/2008, publicado no D.O.U de 26/11/2008 Reconhecimento: SERES nº 419/2015, publicado no D.O.U de 29/10/2015	4

Engenharia Eletrônica	M/N	10	Autorização: SESU nº 1399 de 18/09/2009, publicado no D.O.U de 21/09/2009 Reconhecimento: SERES nº 820/2015, publicado no D.O.U de 29/10/2015	3
Engenharia Mecânica	N	10	Autorização: SERES Nº 280 de 19/12/2012, publicado no D.O.U de 28/12/2012 Reconhecimento: SERES nº 8/2018, publicado no D.O.U de 19/12/2018	4
Farmácia	N	08	Autorização: MEC nº 359 de 31/01/2006, publicado no D.O.U de 01/02/2006 Reconhecimento: SERES nº 136 de 27/07/2012, publicado no D.O.U de 30/07/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 59 de 02/02/2018, publicado no D.O.U de 05/02/2018	3
Fisioterapia	N	10	Autorização: SERES Nº 389 de 28/04/2017 – D.O.U de 02/05/2017	4
Fonoaudiologia	N	08	Criação: Res. CONSEPE nº 02_05/2021 de 25/05/2021	
Jornalismo	N	08	Autorização: MEC nº 535 de 22/03/2001, publicado no D.O.U de 23/03/2001 Reconhecimento: MEC nº 2657 de 27/07/2005, publicado no D.O.U de 28/07/2005 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 203 de 07/07/2020, publicado no D.O.U de 07/07/2020	3
Medicina Veterinária	M/N	10	Criação: Res. CONSEPE nº 05_03/2018 de 07/03/2018	s/c
Nutrição	M/N	08	Criação: Res. CONSEPE nº 03_11/2018 de 01/11/2018	s/c
Odontologia	N	10	Autorização: SERES nº 79 de 01/04/2020, publicado no D.O.U de 02/04/2020	

Psicologia	N	10	Autorização: SERES nº 200, de 2 de Junho de 2016	4
Publicidade e Propaganda	N	08	Autorização: MEC nº 535 de 22/03/2001, publicado no D.O.U de 23/03/2001 Reconhecimento: MEC nº 2657 de 27/07/2005, publicado no D.O.U de 28/07/2005 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 638 de 18/09/2018, D.O.U de 19/09/2018 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 949 de 30/08/2021, D.O.U de 31/08/2021	4
Química	N	08	Autorização: MEC nº 3172 de 05/10/2004, publicado no D.O.U de 06/10/2004 Reconhecimento: SESU nº 1726 de 18/10/2010, publicado no D.O.U de 20/10/2010 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 286 de 21/12/2012, publicado no D.O.U de 27/12/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 636 de 18/09/2018, D.O.U de 19/09/2018 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 914 de 27/12/2018, D.O.U de 28/12/2018	3
Rádio, TV e Internet	N	08	Autorização: SESU nº 1113 de 18/12/2008, publicado em 22/12/2008 Reconhecimento: SERES nº 544 de 12/09/2014 D.O.U em 16/09/2014	3
Sistemas de Informação	N	08	Autorização: SESU nº 794 de 12/11/2008, publicado no D.O.U de 14/12/2008 Reconhecimento: SERES nº 434/14, publicada no D.O.U. de 01/08/2014 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 637 de 18/09/2018, D.O.U de 19/09/2018 Renovação de Reconhecimento:	4

			SERES nº 914 de 27/12/2018, D.O.U de 28/12/2018	
--	--	--	--	--

Quadro 15 - Cursos de Graduação Tecnológicos

CURSOS	PERÍODO	DURAÇÃO (semestres)	ATOS AUTORIZATIVOS	CONCEITO DO CURSO
Comércio Exterior	N	04	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicada no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 494 de 29/06/2015, publicada no D.O.U. de 30/06/2015 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 267 de 03/04/2017, D.O.U de 04/04/2017 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 203 de 07/07/2020, D.O.U de 07/07/2020	4
Estética e Cosmética	M/N	04	Criação: CONSEPE nº 01_02/2019, de 14/02/2019	s/c
Gestão Ambiental	N	04	Autorização: SERES nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 319 de 28/12/2012, publicado no D.O.U de 31/12/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 820 de 30/12/2014, D.O.U de 02/01/2014 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 135 de 01/03/2018, D.O.U de 02/03/2018 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 109 de 04/02/2021, D.O.U de 05/02/2021	4
Gestão Comercial	N	04	Autorização: SERES nº 34 de 19/04/2012 publicado no D.O.U de 20/04/2012 Reconhecimento: SERES nº 494/2015, publicada no D.O.U. de 30/06/2015 Renovação de Reconhecimento:	4

			SERES nº 283 de 29/03/2021, D.O.U de 31/03/2021	
Gestão da Qualidade	N	04	Autorização: SERES nº 121 de 05/07/2012 publicado no D.O.U de 06/07/2012 Reconhecimento: SERES nº1037/2015, publicada no D.O.U. de 24/12/2015 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 85 de 20/02/2019, D.O.U de 21/02/2019	4
Gestão de Recursos Humanos	N	04	Autorização: SETEC nº 476 de 09/10/2008, publicado no D.O.U de 10/10/2008 Reconhecimento: SERES nº 22 de 12/03/2012, publicado no D.O.U de 16/03/2012 Renovação do Reconhecimento: Portaria SESU 703, de 18/12/2013, publicada no D.O.U de 19/12/2013 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 267 de 03/04/2017, D.O.U de 04/04/2017	4
Gestão Financeira	N	04	Autorização: SERES nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 588/2014, publicada no D.O.U. de 23/10/2014 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 267 de 03/04/2017, D.O.U de 04/04/2017	3
Logística	M/N	04	Autorização: SETEC nº 414 de 04/09/2008, publicado no D.O.U de 05/09/2008 Reconhecimento: SERES nº 21 de 12/03/2012, publicado no D.O.U de 16/03/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 541 de 23/09/2016, D.O.U de 26/09/2016 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 267 de 03/04/2017, D.O.U de 04/04/2017	4

			Renovação de Reconhecimento: SERES nº 203 de 07/07/2020, D.O.U de 07/07/2020	
Manutenção de Aeronaves	N	06	Autorização: SERES nº 181/13, publicada no D.O.U. de 09/05/2013 Reconhecimento: SERES nº 1.340 de 15/12/2017, D.O.U de 18/12/2017	5
Marketing	N	04	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 427 de 28/07/2014, publicado no D.O.U de 31/07/2014 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 267 de 03/04/2017, D.O.U de 04/04/2017 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 203 de 07/07/2020, D.O.U de 07/07/2020	3
Processos Gerenciais	N	04	Autorização: SERES nº 114/13, publicada no D.O.U. de 07/03/2013 Reconhecimento: SERES nº 98 de 15/02/2018, D.O.U de 16/02/2018	4
Radiologia	N	06	Criação: CONSEPE nº 03_11/2018, de 01/11/2018	s/c
Redes de Computadores	N	05	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 618/2014, publicada no D.O.U. de 31/10/2014 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 1.185 de 23/11/2017, D.O.U de 27/11/2017 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 914 de 27/12/2018, D.O.U de 28/12/2018	5
Segurança no Trabalho	N	06	Autorização: SETEC nº 300 de 10/12/2009, publicado no D.O.U de 15/12/2009 Reconhecimento: SERES nº 432/2014, publicada no D.O.U. de 31/07/2014 Renovação de Reconhecimento:	4

			SERES nº 763 de 21/07/2017, D.O.U de 24/07/2017	
Sistemas para Internet	N	05	Autorização: MEC nº 1330 de 18/05/2004, publicado no D.O.U de 20/05/2004 Reconhecimento: SETEC nº 124 de 11/01/2007, publicado no D.O.U de 15/01/2007 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 110 de 25/06/2012, publicado no D.O.U de 28/06/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 284 de 01/07/2016, D.O.U de 04/07/2016 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 1.185 de 23/11/2017, D.O.U de 27/11/2017	3

Quadro 16 - Cursos de Graduação Licenciaturas

CURSOS	PERÍODO	DURAÇÃO (semestres)	ATOS AUTORIZATIVOS	CONCEITO DO CURSO
Ciências Biológicas	N	08	Autorização: SERES nº 769, de 01/12/2016, D.O.U 02/12/2016	4
Educação Física	N	08	Autorização: SERES nº 739, de 24/11/2016, D.O.U 25/11/2016	5
Física	N	06	Autorização: MEC nº 187, de 06/06/2006, D.O.U 08/06/2006 Reconhecimento: SERES nº 588, de 22/10/2014, D.O.U 23/10/2014 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 1.095 de 24/12/2015, D.O.U 30/12/2015	3
Geografia	N	06	Autorização: MEC nº 720, de 06/10/2006, D.O.U 10/10/2006 Reconhecimento: SERES nº 469, de 22/11/2011, D.O.U 24/11/2011 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 278 de 01/07/2016, D.O.U 04/07/2016	4

			Renovação de Reconhecimento: SERES nº 278 de 20/04/2018, D.O.U 23/04/2018 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 918 de 27/12/2018, D.O.U 28/12/2018	
História	N	06	Autorização: MEC nº 188, de 06/06/2006, D.O.U 08/06/2006 Reconhecimento: SERES nº 438, de 15/02/2011, D.O.U 17/02/2011 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 286 de 21/12/2012, D.O.U 27/12/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 1.095 de 24/12/2015, D.O.U 30/12/2015 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 918 de 27/12/2018, D.O.U 28/12/2018	4
Letras Português/Inglês	N	06	Autorização: SESU nº 471 de 04/05/2010, publicado no D.O.U de 05/05/2010 Reconhecimento: SERES nº 494/2015, de 29/06/2015, D.O.U. de 30/06/2015 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 914 de 27/12/2018, D.O.U 28/12/2018	4
Matemática	N	06	Autorização: MEC nº 1.117, de 20/12/2006, D.O.U 21/12/2006 Reconhecimento: SERES nº 238, de 15/04/2014, D.O.U 16/04/2014 Reconhecimento: SERES nº 47 de 15/07/2016, D.O.U 18/07/2016 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 918 de 27/12/2018, D.O.U 28/12/2018	4
Música	N	06	Autorização: SESU nº 956 de 15/07/2009, publicado no D.O.U de 16/07/2009 Reconhecimento: SERES nº 432 de 29/07/2014, publicado no D.O.U de 31/07/2014	5

			Renovação de Reconhecimento: SERES nº 637 de 18/09/2018, D.O.U 19/09/2018	
Pedagogia	N	06	Autorização: MEC nº 505, de 17/08/2006, D.O.U 18/08/2006 Reconhecimento: SERES nº 505, de 17/08/2006, D.O.U 18/08/2006 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 316 de 02/08/2011, D.O.U 04/08/2011 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 286 de 21/12/2012, D.O.U 27/12/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 918 de 27/12/2018, D.O.U 28/12/2018	3
Química	N	06	Autorização: MEC nº 790, de 25/10/2006, D.O.U 30/10/2006 Reconhecimento: SERES nº 286, de 22/07/2011, D.O.U 25/07/2011 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 286 de 21/12/2012, D.O.U 27/12/2012 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 1.095 de 24/12/2015, D.O.U 30/12/2015 Renovação de Reconhecimento: SERES nº 918 de 27/12/2018, D.O.U 28/12/2018	3

Quadro 17 - Cursos de Graduação a Distância

CURSOS	DURAÇÃO (semestres)	ATOS AUTORIZATIVOS	CONCEITO DO CURSO
ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	08	Criação: Res. CONSEPE nº 10_04/2018, de 02/04/2018	s/c
CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	08	Criação: Res. CONSEPE nº 11_04/2018, de 02/04/2018	s/c

CIÊNCIAS ECONÔMICAS (BACHARELADO)	08	Criação: Res. CONSEPE nº 03_11/2018, de 01/11/2018	s/c
COMÉRCIO EXTERIOR (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 05_04/2018, de 02/04/2018	s/c
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (BACHARELADO)	10	Criação: Res. CONSEPE nº 03_11/2018, de 01/11/2018	s/c
FÍSICA (LICENCIATURA)	06	Criação: Res. CONSEPE nº 13_04/2018, de 02/04/2018	s/c
GESTÃO AMBIENTAL (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 03_04/2018, de 02/04/2018	s/c
GESTÃO COMERCIAL (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 08_04/2018, de 02/04/2018	s/c
GESTÃO DA QUALIDADE (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 06_04/2018, de 02/04/2018	s/c
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 02_04/2018, de 02/04/2018	s/c
GESTÃO FINANCEIRA (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 09_04/2018, de 02/04/2018	s/c
GESTÃO HOSPITALAR (TECNOLÓGICO)	06	Criação: Res. CONSEPE nº 09_11/2018, de 15/11/2018	s/c
GESTÃO PÚBLICA (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 02_07/2018, de 23/07/2018	s/c
LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 01_04/2018, de 02/04/2018	s/c
MARKETING (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 07_04/2018, de 02/04/2018	s/c
PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	06	Criação: Res. CONSEPE nº 12_04/2018, de 02/04/2018	s/c
PROCESSOS GERENCIAIS (TECNOLÓGICO)	04	Criação: Res. CONSEPE nº 04_04/2018, de 02/04/2018	s/c
SERVIÇO SOCIAL (BACHARELADO)	07	Criação: Res. CONSEPE nº 01_07/2018, de 23/07/2018	s/c

ENGENHARIA MECÂNICA (BACHARELADO)	10	Criação: Res. CONSEPE nº 2_04/2021 de 20/04/2021	s/c
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TECNOLÓGICO)	5	Criação: Res. CONSEPE nº 2_04/2021 de 20/04/2021	s/c
MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	6	Criação: Res. CONSEPE nº 2_04/2021 de 20/04/2021	s/c
GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	6	Criação: Res. CONSEPE nº 2_04/2021 de 20/04/2021	s/c
2ª. LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (LICENCIATURA)			
QUÍMICA (LICENCIATURA)	6	Criação: Res. CONSEPE nº 2_04/2021 de 20/04/2021	s/c
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (TECNOLÓGICO)	6	Criação: Res. CONSEPE nº 2_04/2021 de 20/04/2021	s/c
EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA)	8	Criação: Res. CONSEPE nº 2_04/2021 de 20/04/2021	s/c

Quadro 18 - Cursos de Graduação presenciais a serem implantados

CURSOS PRESENCIAIS	Previsão
ARQUITETURA (BACHARELADO)	2022 A 2025
FONOAUDIOLOGIA (BACHARELADO)	2021 A 2025
GASTRONOMIA (TECNOLOGICO)	2022 A 2025
MEDICINA (BACHARELADO)	2021 A 2025

A Instituição tem ofertado nesses anos de atuação, cursos de *Lato Sensu presenciais* e *a distância*, disponíveis nos links: <https://www.unifaccamp.edu.br/pos/> e <http://www.faccamp.br/ead/cursos.php>.

2.5.2 Pós-Graduação Stricto Sensu

Com objetivo de buscar qualidade nos cursos e atenta à sua missão, a Instituição desenvolve programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Como resultado do trabalho institucional de pesquisa, no período de 2004 a 2012, a Instituição implantou dois cursos de mestrado reconhecidos pela CAPES.

Em 2016 foi aprovado pela CAPES-MEC o Doutorado em Administração das Micro e Pequenas Empresas.

2.5.2.1 Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu ofertados

Atenta à sua missão, a Instituição tem o objetivo de buscar, continuamente, a qualidade nos cursos de **Pós-Graduação Stricto Sensu**, para tanto, as seguintes estratégias são implementadas e, também, sugeridas em ações futuras:

- I- qualificar continuamente os cursos oferecidos;
- II- criar processos de avaliação interna adequados aos parâmetros da avaliação externa;
- III- aproximar os diversos programas de pós-graduação, visando à integração acadêmica e realização de atividades interdisciplinares;
- IV- aumentar a visibilidade científico-acadêmica e a inserção nacional e internacional;
- V- intensificar ações que visem à integração entre os cursos de graduação e pós-graduação;
- VI- promover a integração entre os cursos de pós-graduação e as demandas da sociedade;
- VII- desenvolver condições favoráveis à participação de professores visitantes e bolsistas de pós-doutorado, junto aos programas de pós-graduação;
- VIII- ampliar a oferta de bolsas aos estudantes;
- IX- intensificar e promover ações de internacionalização dos cursos;
- X- intensificar a parceria internacional de professores visitantes;
- XI- promover ações de intercâmbio nacional e internacional estudantil e docente;
- XII- desenvolver condições favoráveis à qualificação dos docentes orientadores por meio de estágios de pós-doutorado em território nacional e internacional;
- XIII- promover a integração de docente recém-doutor com os grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação;
- XIV- promover o acompanhamento permanente dos egressos.

Mestrado em Ciência da Computação- O Programa de Mestrado em Ciência da Computação (PMCC) oferecido pelo UNIFACCAMP foi recomendado com conceito 3 na 129ª reunião do CTC-ES da CAPES, que aconteceu em 27-28/Setembro/2011 e deu início

às suas atividades em Janeiro de 2012. Nº D.O.U de 18/Junho/2012 foi publicada uma súmula da reunião do CNE/CES, na qual consta o Parecer 133/2012 favorável ao reconhecimento do PMCC. O reconhecimento do PMCC foi oficializado via Portaria MEC 1331, publicada no D.O.U em 09/Novembro/2012 e, subsequentemente, as renovações de reconhecimento foram oficializadas pela Portaria MEC 656, publicada no D.O.U em 27/Julho/2017 e pela Portaria MEC 609, publicada no D.O.U em 18/Março/2019.

Mestrado Profissional em Administração das Micro e Pequenas Empresas - O Programa de Mestrado Profissional em Administração das Micro e Pequenas Empresas (MPA) oferecido pelo UNIFACCAMP foi recomendado com conceito 3 na 103 a. reunião do CTC-ES da CAPES, que aconteceu em 15-19/Setembro/2008 e deu início às suas atividades em Janeiro de 2009. O reconhecimento do MPA foi oficializado via Portaria MEC 589, publicada no D.O.U em 16/Junho/2009 e, subsequentemente, as renovações de reconhecimento foram oficializadas pela Portaria MEC 1077, publicada no D.O.U em 13/setembro/2012, pela Portaria MEC 656, publicada no D.O.U em 27/Julho/2017 e pela Portaria MEC 609, publicada no D.O.U em 18/Março/2019.

Doutorado em Administração das Micro e Pequenas Empresas – O Programa de Doutorado em Administração das Micro e Pequenas Empresas (PDA) oferecido pelo UNIFACCAMP foi recomendado com conceito 4 na 167 a. reunião do CTC-ES da CAPES, que aconteceu em 24-27/Outubro/2016 e deu início às suas atividades em Fevereiro de 2017. O reconhecimento do PDA foi oficializado via Portaria MEC 816, publicada no D.O.U em 04/Julho/2017 e, subsequentemente, as renovações de reconhecimento foram oficializadas pela Portaria MEC 656, publicada no D.O.U em 27/Julho/2017 e pela Portaria MEC 609, publicada no D.O.U em 18/Março/2019.

2.6 Do Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Em conformidade ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em seu art. 21, Inciso II, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integra o Plano de Desenvolvimento Institucional, deverá conter, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, como um dos itens a fundamentar o saber e o fazer das Instituições de Educação Superior.

Desta forma, o PPI é um documento de orientação acadêmica, constituído de propósitos próprios, intenções e filosofia institucional, a partir das bases regimentais, estatutárias e do plano de desenvolvimento institucional da IES, estabelecendo as políticas para sua prática educacional.

Para a UNIFACCAMP, as políticas perpassam pela intenção de formar egressos que possuam domínio das competências e habilidades, além de uma formação comprometida com princípios de solidariedade, ética e cidadania.

Entendendo a função social expressa no PPI, este documento consolida-se como um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico as ações acadêmico administrativas que norteia o fazer pedagógico, resultando no exercício reflexivo que aponta para mudanças necessárias a serem vividas pelos gestores, docentes e técnicos administrativos.

O projeto pedagógico institucional da IES abrange a inserção regional, princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais, organização didático-pedagógica, políticas de ensino, iniciação científica e extensão, comunicação com a sociedade e as políticas de atendimento aos discentes.

2.6.1 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas

As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em curso na contemporaneidade atingem todos os setores da sociedade, com forte impacto no mundo do trabalho. Isto resulta em um processo de reestruturação produtiva que se materializa por intermédio da introdução de modernos recursos tecnológicos, da racionalização organizacional e de novos modelos de gestão.

Essas transformações determinam, também, novas exigências para a inserção no mercado de trabalho. As possibilidades de emprego são determinadas por princípios cada vez mais distantes dos que vigoraram até alguns anos atrás, e que se baseavam apenas em conhecimento técnico e habilidades específicas para o desempenho de determinadas atividades relacionadas com as atribuições da profissão ou do cargo; lida-se, hoje, com transformações aceleradas no campo tecnológico e científico e com um mercado dinâmico e competitivo, no qual profissões e postos de trabalho são criados e extintos em curto espaço de tempo. Por isso, o perfil do trabalhador que as empresas buscam é o do profissional com as competências necessárias para assumir responsabilidades frente a

situações complexas, capaz de antecipar problemas e propor soluções, e de desenvolver um processo sistemático de refletividade no trabalho.

Esse processo de mudança na sociedade tem introduzido nas instituições de educação superior a necessidade de repensar a formação dos futuros profissionais. Não é mais possível a permanência da tradicional distância entre os saberes escolares e as atividades sociais, ou seja, a existência de um lugar e um tempo específicos para ensinar e aprender, desconectados do campo de atuação para o qual o estudante está sendo formado.

A articulação estreita dos processos formativos com os contextos sociais de trabalho, eliminando-se o vazio social em que se situa a formação escolar, é a tendência que vem se afirmando, colocando para as Instituições de Educação superior (IES) a necessidade de desenvolver uma gestão eficiente da ação de formação e o contexto que explica e justifica essa articulação.

Dessa forma, uma IES deve proporcionar, por intermédio de seu currículo e formação pedagógica, a vivência de experiências que estejam em consonância com as características do profissional que pretende formar, preparando-o também para que ele tenha formação profissional, caracterizada pela empregabilidade nas organizações; bem como formação humana que possibilite atuação profissional de forma consciente, ética e cidadã contributiva com o desenvolvimento social e regional integrado.

Partindo dessa premissa, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) assume a responsabilidade de ser o norteador das políticas institucionais que asseguram a formação profissional e humana do estudante.

Compreende-se, o PPI como sendo um exercício de reflexão sobre a educação superior em nível *lato* e *stricto*; é um elemento central em permanente construção, resultado do processo contínuo de discussão da comunidade acadêmica, debate entre elementos objetivos e subjetivos que possam atender às demandas sociais, assim como a *“produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o estudante e o professor e a prática pedagógica”* (VEIGA, 2004).

Entendido dessa forma, o PPI não estabelece regras fixas para os projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição, mas, busca conduzir seus líderes educacionais acerca: dos princípios epistemológicos de construção do conhecimento; da concepção de formação acadêmica do estudante; do estímulo ao desenvolvimento de competências profissionais e humanas; e da necessidade de articulação do ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão.

A abordagem pedagógica da IES reconhece a necessidade de promoção contínua e progressiva da autonomia do estudante, e elege, portanto, a abordagem humanística, o sociocognitivismo e o trabalho colaborativo para a construção do conhecimento como pressupostos educativos que subsidiam e definem o processo de ensino/aprendizagem. Princípios que definem sua Metodologia Institucional: *Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática.*

Segundo Anastasiou e Alves (2007, p. 20) entende-se que o processo de ensino demanda envolvimento dos sujeitos de aprendizagem em sua totalidade, uma vez que o ensino trata-se de uma situação de ensino da qual resulta a aprendizagem do estudante, superando o simples dizer do conteúdo por parte do professor, pois é sabido que na aula tradicional, que se encerra numa simples exposição de tópicos, somente há garantia da citada exposição, e nada se pode afirmar acerca da apreensão do conteúdo pelo estudante.

Coaduna-se com Zabala (2008), que o tipo de conteúdo a ser trabalhado pode ser categorizado em quatro dimensões:

- conteúdos factuais, que envolvem o conhecimento de fatos, situações, fenômenos concretos entre outros, cuja aprendizagem é verificada pela reprodução literal;
- conteúdos procedimentais, os quais demandam organização de ações incluindo técnicas, destreza, habilidades que se tornam conscientes pelo exercício da reflexão sobre a própria atividade;
- conteúdos atitudinais, que podem ser agrupados em valores (princípios e LDs éticas), atitudes (forma como o sujeito conduz empiricamente seus valores) e normas (regras e padrões que devem ser seguidos) os quais são verificados pela interiorização e exercício dos mesmos;
- conteúdos conceituais são os princípios caracterizados pela aprendizagem de um conjunto de fatos, símbolos abstratos que demanda do sujeito aprendente muito mais do que reprodução, porquanto não se encerra em si mesmo e demanda o aprofundamento e para que o conhecimento torne-se significativo.

Autores como Abreu e Masetto (1990), Pimenta (2002), Anastasiou e Alves (2007) e Zabalza (2004), dentre outros estudiosos e pesquisadores

do educação superior, alertam para a necessidade da passagem de uma docência baseada no ensino para a docência baseada na aprendizagem, em que os docentes devem ter uma “dupla competência: a competência científica, como conhecedores fidedignos do âmbito científico ensinado, e a competência pedagógica, como pessoas comprometidas com a formação e com aprendizagem dos estudantes” (ZABALZA, 82L82D, p. 169).

A partir do exposto, a UNIFACCAMP contando com a experiência teórico-técnico-pedagógica de seus atores educacionais, optou como princípio epistemológico de suas diretrizes pedagógicas institucionais, pela conciliação de princípios filosóficos, teóricos e metodológicos contemporâneos pautados, principalmente, na *Teoria da Aprendizagem Significativa*, que tem seu foco na problematização do processo de ensino-aprendizagem e que considera a experiência de vida de cada estudante como ponto de partida para a aprendizagem (AUSUBEL, 2000; MOREIRA, 2006; PELIZZARI 82 L. 82 L., 2002), institucionalizada pelo princípio metodológico: *interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática*.

Assim, a aprendizagem é pautada nos princípios do cognitivismo de Ausubel (1980, p. 5), que privilegia a aprendizagem significativa, representada graficamente abaixo, assimilada pela recepção e/ou descoberta de soluções dos problemas, facultado pela interdisciplinaridade e pela imbricação de teoria e prática.

Pretende-se, portanto, que o egresso da IES não tenha apenas as respostas ou resultados das situações apresentadas em sala de aula, mas, sobretudo, que saiba lidar com cenários diversos e tenha criatividade para construir procedimentos e participar dos processos decisórios de modo analítico e crítico.

2.6.2 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas para os Cursos de Graduação

Os projetos pedagógicos dos cursos da Instituição são desenvolvidos de forma coletiva e devem conter definições claras acerca dos objetivos do curso, do perfil dos egressos, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos princípios metodológicos que embasam a proposta e sua implementação, diretrizes para avaliação, conteúdos e componentes curriculares que compõem a sua estrutura curricular, sempre com base na Legislação e nas DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) dos cursos.

A elaboração dos PPCs é orientada pelo Núcleo de Pesquisador Institucional (PI), que juntamente com as Coordenações, Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Setor de Pesquisa Institucional (PI), em um planejamento, estudo, análise e escrita compartilhados elaboram os Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs.

O Núcleo de PI disponibiliza os PPCs de acordo com as Diretrizes Curriculares de cada curso, a fim de que cada coordenador com seu NDE e Colegiado possam elaborar as partes pertinentes do PPC: matriz, perfil, objetivos, etc.

A elaboração dos projetos considera as leis e diretrizes vigentes, bem como o momento socioeconômico e social, envolve a comunidade acadêmica de forma participativa, uma vez que esta atua em seu desenvolvimento de forma coletiva e democraticamente consolidada, refletindo, ainda que imperfeitamente, o norte das aspirações da Instituição, mas não representando camisa de força, que limita o desenvolvimento do “projeto vivo” do curso. Nesse sentido, pontua Resende (2001, p. 92):

Um Projeto Político-Pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma IES de melhor qualidade, mas, certamente, permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente às dificuldades identificadas. (RESENDE, 2001, p. 92)

Dessa maneira, os projetos visam ao esclarecimento dos caminhos que a Instituição e seus integrantes estão percorrendo para alcançar a formação de egressos dos cursos ofertados na IES.

Os Projetos Pedagógicos de Cursos – (PPCs) seguem a concepção de currículo adotada pela IES, pautada em seu Projeto Pedagógico Institucional. Desse modo, o currículo é entendido como elemento formador de identidades individuais e sociais, o que pressupõe a adoção de referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos, éticos, humanos em consonância com o perfil humano e profissional do egresso, o que é corroborado por Moreira e Silva (1995), quando afirmam que:

[...] o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história,

vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Assim, a construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos segue as indicações e postulações constantes no PDI e no PPI da IES, buscando estudar e atender às necessidades dos cursos ofertados para a região em que se insere e para o mercado de trabalho de modo geral.

O processo para a estruturação e/ou reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso inicia-se com base na legislação educacional, legislação sobre o curso, na pesquisa junto a órgão de classe e sobre as tendências para o mercado de trabalho, além de dados da Avaliação Institucional. A comissão, então, elabora seu Projeto, após discuti-lo junto à comunidade acadêmica.

Para atender às necessidades de atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos as propostas apresentadas são discutidas pelas Coordenações de Cursos, com os professores dos Cursos e com os Núcleos Docentes Estruturantes e analisadas, conjuntamente, com a Área de Assessoria Acadêmica e de Planejamento de Curso - AAPC e PI, bem como pela CPA. Encaminhada, a seguir, para os órgãos colegiados da Instituição.

As informações estão organizadas em três dimensões básicas que agregam os dados do curso em três níveis: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. Na primeira, ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, apresentam-se a Concepção do Curso, o Perfil Profissional do Egresso, os Objetivos do Curso, os Objetivos de Aprendizagem, a Matriz Curricular e sua justificativa, as Ementas e Bibliografias Básica e Complementar, as Estratégias Metodológicas, a Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem, o Estágio Supervisionado, o Trabalho de Curso e as Atividades Complementares. Na segunda, CORPO DOCENTE, apresentam-se o Perfil Docente e o Quadro do Núcleo Docente Estruturante do curso. Na terceira e última parte, a INFRAESTRUTURA, apresentam-se o Espaço Físico, a Biblioteca, os Laboratórios e as Salas Especiais.

O documento contém ainda AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO, as REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, que visam a complementar os conteúdos apresentados. Com isso, apresentam-se os Projetos Pedagógicos de Curso da IES.

2.6.3 Diretrizes para o acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

Os PPCs contemplam, em sua organização, as ementas das disciplinas, a partir das quais são definidos os objetivos e os conteúdos, que são registrados nos planos de ensino. Os conteúdos e os procedimentos metodológicos para seu desenvolvimento são instrumentos utilizados para a consecução dos objetivos do curso e do perfil do profissional desejado. Os planos de ensino são acessíveis via web, os diários estão inseridos no sistema acadêmico na página do professor, também via web, para registro das atividades acadêmicas das disciplinas, permitem o acompanhamento pelos gestores e, em especial, pelas coordenações de cursos, às quais cabem a análise e validação deste documento. Os planos de ensino estão informatizados, acessíveis via web, o que possibilita, ainda, sua visualização pelos alunos para conhecimento, acompanhamento e discussão com os professores responsáveis pelas disciplinas.

Ainda, disponíveis na página do professor e do aluno, além do plano de ensino, as abas de turmas, plano de aula, atividades, fóruns, enquetes, histórico, notas e faltas, em que o aluno e professor podem ter acesso a toda a documentação referente ao curso, à disciplina e à vida acadêmica do aluno.

Nesse processo de informatização, insere-se, também, a possibilidade de trabalhar com as Tecnologias de Informação em Comunicação (TICs) na formação compartilhada dos alunos, em que as atividades são postadas em ambiente virtual, podendo ser entregues pessoalmente ou depositadas no sistema *online* para correção e devolutiva do professor.

Outra ferramenta muito importante para uma formação continuada e compartilhada de saberes e conhecimentos é o fórum, em que temas das disciplinas ou correlatos de ampliação dos conceitos podem ser instigados pelo professor e discutidos entre todos. Nessa ferramenta, também, há a possibilidade de os alunos discutirem suas dúvidas, compartilharem seus saberes, trocarem experiências e sanarem dúvidas com os colegas, contribuindo para a formação coletiva e contínua de todos.

Em consonância com o pressuposto de que a Educação Superior deve estar, cada vez mais, sintonizada com a realidade dinâmica que a envolve, inclusive como condição para que potencialize seu papel de agente transformador dessa realidade, é indispensável que os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas que integram a matriz curricular do curso sejam, permanentemente, objeto de discussão e atualização.

De acordo com práticas de formação, as atividades complementares e o estágio curricular, a prática do desenvolvimento da autonomia intelectual, da construção do conhecimento, da formação “não do profissional preparado, mas do profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável” (Parecer CES/CNE nº 146/2002) é desenvolvida em

todos os cursos de graduação, em estreita consonância com os PPCs. Assim, todos os cursos foram reestruturados, como resultado de amplas discussões com a comunidade acadêmica, e de acordo com as orientações de suas diretrizes curriculares.

Cabe destacar que a busca de formação de qualidade que se pretende estabelecer exige, além do ensino, atenção especial à pesquisa e à extensão, dado o significado das mesmas na formação reflexiva de profissionais - sujeitos, que sejam capazes de analisar e intervir em seu contexto de forma responsável e de estar atentos às necessidades de se construir uma sociedade mais justa e democrática.

2.6.3.1 Diretrizes Metodológicas e acompanhamento dos cursos

Os princípios metodológicos que regem as atividades são fundamentados na interdisciplinaridade. Por meio da Metodologia *Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática*, busca-se, no processo de ensino e aprendizagem, um diálogo entre a teoria e a prática, focalizando a ação educativa na participação ativa e crítica do aluno em sua aquisição de conhecimentos práticos e teóricos, em seu desenvolvimento de habilidades e em sua formação de valores e atitudes, processos nos quais os conteúdos necessitam ser trabalhados de modo a constituírem os fundamentos para que os estudantes desenvolvam as competências necessárias ao exercício profissional e à sua participação crítica na sociedade atual, possibilitando também, que ocorra a aprendizagem significativa e relevante. Dessa forma, a aprendizagem estará voltada para o desenvolvimento integral do aluno, que será compreendida em sua totalidade.

Se o processo de aprendizagem tem de possibilitar participação ativa e crítica do aluno, a sala de aula será um espaço de rica interação (professor/ aluno; aluno/aluno; aluno/conhecimento) e de criação e transformação de significados. Disso decorre a necessidade de a prática docente estar direcionada para a orientação de atividades que promovam construção compartilhada de conhecimento. A relação que se estabelece entre professores e alunos, é pois, de parceria e corresponsabilidade, na qual ambos trabalham pelo mesmo objetivo: a aprendizagem.

O ponto de partida para a aprendizagem deve ser o conjunto de significados (formas de interpretação) que emerge da classe: aqueles que os alunos trazem de sua experiência cotidiana e paralela à escola, bem como os que são oriundos de sua vivência escolar, o que, tradicionalmente, é denominado de conhecimento prévio. Esse conjunto de significados adequadamente problematizado serve de ancoradouro para a construção de novos saberes, tornando-os significativos. Em outras palavras, a experiência/vivência no

mundo social e cultural é a base para a criação e transformação de significados sobre a vida natural, individual e social, o que significa que a comunicação na aula deve começar pelo respeito aos esquemas de pensamento, sentimento e ação de cada aluno/cada grupo e pela sua mobilização. Proceder dessa forma, concorre para a aprendizagem significativa, o que viabiliza um desempenho satisfatório diante das demandas específicas do ambiente acadêmico.

Nessa perspectiva, a IES oferece aos alunos, sempre que possível, a possibilidade de aplicar em clínicas, núcleos de prática e laboratórios, o que aprendem em sala de aula, sempre supervisionados por docentes vinculados às áreas profissionais escolhidas.

Importante salientar, que nesse momento em que se vivencia os efeitos da pandemia COVID-19, a UNIFACCAMP não tem poupado esforços para ofertar educação de qualidade a seus alunos. Para isso, oferta, em conformidade com a PORTARIA MEC Nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020, que altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, aulas ao vivo via plataformas digitais, atividades complementares via recursos midiáticos como *chats*, fóruns, *lives*, seminários e conferências, pesquisas, entre outros, garantindo, dessa forma, a qualidade e interação necessárias para efetivar um desenvolvimento de aprendizagem significativo e profícuo a seus alunos. Em relação aos estágios, as práticas que podem ser adaptadas para os ambientes virtuais, como por exemplo, acompanhamento de práticas de aulas, regência, reuniões pedagógicas estão sendo facultadas pelo uso de plataformas de videoconferência, aulas remotas; outras atividades podem ser realizadas via elaboração de estudos de caso, peças práticas a serem acompanhadas pelos docentes responsáveis via portal do aluno; outras utilizam softwares adequados às práticas digitais, etc.

2.6.4 Políticas de Ensino

2.6.4.1 Da Graduação da IES

A política da UNIFACCAMP para a graduação fundamenta-se na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão, tendo como objetivo uma formação de qualidade acadêmica e profissional que permita ao egresso destacar-se no competitivo mundo do trabalho, bem como para a conscientização da importância da formação continuada.

Essa prática é pautada a formação ética e cidadã do aluno, possibilitando a construção e disseminação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionam a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

Esta política tem como princípios básicos:

- formação de profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar;
- formação política, social e econômica de forma a permitir a análise e posicionamento do corpo social da IES frente as diversas condições da conjuntura;
- valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem-estar da sociedade;
- flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao estudante a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas sócio – econômico - cultural da região onde a IES está inserida;
- incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente e discente;
- qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas.

O ensino da graduação assente na integração entre teoria e prática profissional, nas condições mais favoráveis dos currículos, considerando as necessidades da região de abrangência às Diretrizes Curriculares Nacionais, na titulação e qualificação dos docentes, segundo os padrões e critérios de qualidade, na adequação de sua infraestrutura, compreendendo biblioteca, laboratórios e recursos de informática, igualmente definidos pelos padrões e critérios de qualidade, nos demais campos de estudos e iniciação científica, como uma política constante de aprendizagem e pela inclusão da tecnologia no processo

de formação educacional, sendo necessária a implementação e contínuo aprimoramento das seguintes políticas educacionais:

- aperfeiçoamento à cooperação e intercâmbio técnico-científico e cultural com outras instituições de educação superior nacionais e internacionais;
- aprimoramento constante do sistema de comunicação interna e externa;
- atualização contínua do projeto de marketing institucional;
- sempre que for necessário, rever, a estrutura organizacional, normas e rotinas da IES;
- racionalização do uso dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- unificação dos procedimentos administrativos e ampliação do uso de recursos tecnológicos que visam acelerar o processo gerencial na IES. Contudo, é considerada, na definição dessas políticas, a busca de qualidade na capacitação técnica, visando a atender a demanda por preparação, formação e aprimoramento educacional e profissional, principalmente, devido à inclusão dos avanços tecnológicos na educação superior.

Desta maneira, a UNIFACCAMP está organizada para disponibilizar a formação do discente junto aos mais distintos cenários de práticas, justificando seu papel de interlocução de ensino/ serviço e ensino/sociedade. Tal operacionalização será realizada pelo **Núcleo de Práticas Supervisionadas e Estágios** que é responsável em cuidar dos trâmites administrativos e das propostas pedagógicas do processo dos estágios curriculares obrigatórios e atividades práticas supervisionadas. Tem intuito de elaborar e orientar os procedimentos necessários à realização de estágios, atendendo às exigências da Lei nº 11.788, de setembro de 2008, dar suporte aos docentes das disciplinas de estágios e aos estudantes, ao longo do semestre, inovar os processos dos estágios, a fim de facilitar o trabalho dos docentes, informar aos estudantes sobre a documentação obrigatória na realização de estágios, bem como alertar estudantes e docentes sobre suas responsabilidades antes, durante e ao final de cada estágio. Essas práticas, em tempos de pandemia, seguirão as normativas do Ministério da Educação e as diretrizes sanitárias estaduais e nacionais, nesse momento, em conformidade com a Portaria 1.038 de 07/12/2020.

Ainda em relação ao discente, a IES incentiva-o a buscar aprimoramento do seu conhecimento em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de seus

Cursos e estudos integradores na Graduação, instaurando como componente curricular o desenvolvimento de Atividades Complementares (AC).

As atividades complementares podem ser caracterizadas pelo conjunto de atividades realizadas pelo estudante por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e ou à distância, que proporcionam um enriquecimento acadêmico, científico e cultural necessário a constituição das competências e habilidades requeridas para sua formação. Se observarmos as matrizes curriculares dos cursos ofertados pela IES observa-se que temos as seguintes temáticas sendo trabalhadas de forma transdisciplinar e transversal: Educação Ambiental, Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, Educação em Direitos Humanos e Educação Inclusiva.

Outro importante elemento constitutivo da política de ensino da IES no contexto da avaliação institucional é a avaliação integral do discente. A avaliação da aprendizagem deve ser contínua e abranger meios diversificados e adequados às peculiaridades dos discentes e das demais dimensões acadêmicas, de forma a subsidiar a instituição quanto à adoção de percursos formativos mais adequados, bem como a escolha de estratégias distintas e personalizadas para a condução do estudante ao desenvolvimento de graus mais complexos de competências cognitivas e atitudinais. Para tanto, a avaliação da aprendizagem deve ocorrer em diversos momentos durante o processo de ensino-aprendizagem e utilizando-se de instrumentos e técnicas avaliativas diversificadas, de modo que tanto o professor como o aluno tenham a possibilidade de saber a efetividade do processo de aprendizagem.

Sendo assim, caracterizam-se como Políticas de Ensino na UNIFACCAMP:

- comprometimento com a qualidade acadêmica;
- disponibilização de infraestrutura moderna;
- ensino por professores qualificados, titulados e atualizados;
- formação e preparação para o mundo do trabalho;
- formação em pesquisa e atividades de intervenção social;
- formação para educação continuada;
- responsabilidade social;
- seriedade e transparência em acordo com os regulamentos internos;
- eficiência no atendimento ao discente;
- comprometimento e sintonia com a legislação da Educação Superior.

2.6.4.2 Práticas Pedagógicas Inovadoras para busca da Excelência

A adoção da metodologia institucional *Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática* incentiva o docente a buscar novas experiências pedagógicas para implementação da aprendizagem significativa. Este desafio, apoiado por uma infraestrutura moderna e constantemente atualizada, permite a execução de projetos inovadores, conduzidos não somente no espaço de sala de aula, mas também em ações extraclasse e virtual, desenvolvidas na página do aluno, no ambiente acadêmico, por meio de fóruns e atividades on-line.

Neste momento de pandemia, também se realizam em forma de aulas ao vivo, *Lives*, *Chats*, *Podcasts*, videoconferências, entre outros.

Considerando-se a metodologia institucional e os princípios metodológicos que a norteiam, a UNIFACCAMP proporciona infraestrutura, acervo atualizado, equipamentos tecnológicos, entre outros, para que o docente possa inserir, em seu fazer, novas experiências pedagógicas, conduzidas não somente no espaço de sala de aula, mas também em ações extraclasse. O desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras encontra-se:

- nas propostas de realização dos Estágios Curriculares, com a construção de projetos que mobilizem conhecimentos e competências adquiridos e que possibilitem a inserção do aluno na realidade do mundo do trabalho e da comunidade;
- na proposta do Trabalho de Conclusão de Curso (quando houver), que, igualmente, implica a mobilização de conhecimentos e competências, na discussão de questões problematizadoras/significativas, na resolução de situações-problema, na revisão bibliográfica, entre outros;
- nas propostas das práticas laboratoriais, apoiadas em conhecimentos teóricos adquiridos.
- no uso de novas tecnologias educacionais (recursos midiáticos, digitais, virtuais e audiovisuais), como meio facilitador da aprendizagem.
- na utilização de estudos de caso, visitas técnicas, participação em programas de extensão e de iniciação científica, no desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

As concepções e os regulamentos das práticas pedagógicas estão registrados no projeto pedagógico de cada curso, disponíveis no site da UNIFACCAMP também. Compete

à Coordenação, ao NDE e ao Colegiado de Curso identificar e propor práticas inovadoras, observando-se as especificidades do curso, socializá-las e divulgar os resultados obtidos em função de sua aplicação, inclusive, como forma de capacitação docente.

Como resultado dessas ações inovadoras a Instituição conta com Selo de Qualidade dos Cursos Estrelados pelo Guia do Estudante nos cursos da UNIFACCAMP e ainda com o Selo de Responsabilidade Social, fruto das ações desenvolvidas pela Instituição nos diversos cursos.

2.6.4.3 Diretrizes para as atividades extensionistas nos cursos de Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia

A Resolução nº 7 de 18/12/2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diante dessa demanda, torna-se fundamental a contínua ampliação dos limites da sala de aula para diferentes espaços de aprendizagem no que tange à curricularização da extensão. Trata-se de um documento a ser aprimorado constantemente, em consonância com o fluxo contínuo de mudanças que caracterizam a contemporaneidade e, ainda, com as experiências vivenciadas pela instituição na implementação de novas propostas.

A matriz curricular contempla tipos de unidades curriculares tais como: teóricas, teórico-práticas, práticas, sejam presenciais, híbridas ou online, atividades complementares, estágio, TCC, entre outras bem específicas como para a área da saúde, observando-se porcentagens diferenciadas para cada uma delas. A proporção entre as diferentes unidades deve refletir as características e especificidades do curso.

Nesse sentido, todos os cursos da instituição devem contemplar em suas respectivas matrizes curriculares, 10% da carga horária total do curso para atividades extensionistas, utilizando das unidades curriculares teóricas, teórico-práticas ou práticas de caráter presencial.

As atividades extensionistas devem estar devidamente destacadas e explicitadas nos projetos políticos pedagógicos dos cursos e planos de ensino, respectivamente. Tais atividades devem apresentar um crescente grau de complexidade, aumentando-se gradativamente essas atividades a medida que o curso for se desenvolvendo. Elas se inserem nas seguintes modalidades:

- I. programas;
- II. projetos;
- III. cursos e oficinas;

- IV. eventos;
- V. prestação de serviços.

A adoção de metodologias de ensino que potencializem uma aprendizagem ainda mais engajada, transformadora e que envolvam diretamente as comunidades externas torna-se fundamental diante de tudo o que foi, esta e será vivenciado.

2.6.4.4 Pós-Graduação

A Instituição, reconhecendo o importante papel social que a educação continuada realiza na promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade e sendo este um componente importante na missão institucional, assim, propõe uma política de pós-graduação que resulte em um ensino adequado e de acordo com as normas estipuladas pela legislação vigente e órgãos federais responsáveis.

Esta política de pós-graduação é consubstanciada em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na iniciação científica, na capacitação de corpo docente e na qualificação dos cursos, em áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional, prioritários para a própria IES na área dos cursos que oferece.

O estabelecimento da política de pós-graduação parte de pressupostos básicos que norteiam suas ações e do diagnóstico da situação da pós-graduação na região. A partir desta análise, define-se o planejamento de metas e ações, o cronograma e orçamento que forneçam as condições para implantação dos programas de Pós-Graduação.

Os princípios básicos desta política são:

- contribuir e participar do desenvolvimento regional e nacional e internacional na formação de recursos humanos qualificados;
- consolidar a concepção de programa de pós-graduação integrado à graduação.

A IES possui dois programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em andamento, o Mestrado em Administração que teve avaliação plena no último quadriênio, 2013-2016, que resultou no conceito 4 e o Mestrado em Ciência da Computação que foi avaliado em tal quadriênio com o conceito 3.

Para subsidiar as ações desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação instituiu-se a Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa e a Coordenação de Iniciação Científica. Essas coordenações têm por finalidade contribuir para o processo de aprendizagem do corpo acadêmico, em um contexto amplo de conhecimentos aplicáveis à realidade

sociocultural, de forma que o processo de investigação científica seja incorporado a essa realidade, mediante os princípios de ética e cidadania.

São atribuições dessas coordenações conjuntamente: elaborar e divulgar editais de fomento à comunidade acadêmica, oportunizar a integração entre a graduação e a pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, articular a iniciação científica com as linhas de pesquisa constantes dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação incentivar e oportunizar a publicação e a divulgação da produção científica e incentivar e fomentar cooperações interdisciplinares, interinstitucionais, nacionais e internacionais.

2.6.4.5 Da Pós-Graduação e Pesquisa

2.6.4.5.1 Do Lato Sensu

Os discentes dos cursos de *lato sensu*, da sede e do *campus* fora de sede serão incentivados à produção e publicação de trabalhos acadêmicos, constituintes de conclusão de disciplinas ou de cursos, a critério das Coordenações e NDEs dos cursos de especialização, que, após serem avaliados pelo professor responsável da disciplina e em conjunto com o coordenador do curso, serão selecionados e encaminhados para possíveis publicações em revistas indexadas.

Essa iniciativa visa a despertar no discente o gosto pela pesquisa, produção, publicação e divulgação de suas ideias e estudos, bem como fomentar a produção acadêmica de todos os envolvidos no processo de formação continuada.

2.6.4.5.2 Do Stricto Sensu

As pesquisas desenvolvidas pelos discentes da pós-graduação *stricto sensu* em disciplinas, poderão gerar artigos a serem submetidos a conselhos editoriais de revistas indexadas das respectivas áreas do conhecimento. Para tanto, a critério dos Programas, poderão produzir artigos sozinhos ou em conjunto com seus orientadores a serem submetidos à publicação.

A participação em congressos, seminários, simpósios nacionais e ou internacionais deverá ser acompanhada de produção de artigo para publicação.

2.7 Política e práticas de pesquisa, de inovação tecnológica e de desenvolvimento

As políticas e práticas na área de pesquisa da Instituição visam atender às demandas de formação de profissionais e pesquisadores com capacidade e domínio de habilidades para desenvolver pesquisas e atuar tanto no âmbito das empresas quanto no magistério da educação superior.

Para tanto, a Instituição oferece meios de publicação de trabalhos e incentivos para a pesquisa. O programa de pós-graduação *stricto sensu* conta com docentes dedicados à produção científica como instrumento de divulgação e desenvolvimento do conhecimento.

2.8 Política de Apoio Discente para Eventos e produção Discente

Com a finalidade de atender os discentes em suas necessidades de participação de eventos científicos, como congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas, assim como a produção discente científica, tecnológica, cultural, técnica e artística a IES conta com o programa de apoio discente, que oferece incentivo e auxílio à participação em eventos. O programa oferece auxílio financeiro aos discentes em duas modalidades:

- I. Eventos
- II. Produção discente

Os programas Eventos e Produção discente objetivam, respectivamente, apoiar a participação em eventos nacionais/internacionais e o auxílio ao discente para a produção científica, tecnológica, cultural, técnica e artística

As solicitações para participação nesses programas devem ser enviadas à direção da IES, pelo orientador do aluno.

O auxílio poderá envolver o pagamento da taxa de inscrição e/ou hospedagem e/ou deslocamento, conforme regulamento do Programa de Apoio Discente para Eventos e produção Discente.

Os seguintes critérios se aplicam à análise de pedidos para participação no programa Eventos:

- I. a quantidade de recursos disponíveis;
- II. a importância do evento para formação do discente em sua área;

- III. o parecer do coordenador do curso em que o aluno estuda;
- IV. o desempenho do aluno nas disciplinas já cursadas;
- V. ausência de reprovadas nas disciplinas cursadas;

As solicitações referenciadas para participação no programa Eventos deverão ser efetuadas em formulário próprio com uma antecedência mínima de 60 (sessenta dias).

Os seguintes critérios se aplicam à análise de auxílio à participação no programa Produção discente:

- I. quantidade de recursos disponíveis;
- II. contribuição da atividade na formação discente;
- III. parecer do coordenador do curso em que o discente cursa;
- IV. o desempenho do aluno nas disciplinas já cursadas;
- V. ausência de reprovadas nas disciplinas cursadas.

2.9 Política Institucional para o Programa de Iniciação Científica

A Política de Iniciação Científica – PIC, da IES está sob os auspícios da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

A Iniciação Científica (IC) é um instrumento que permite introduzir acadêmicos dos cursos de graduação na pesquisa científica. Colocando-os em contato com grupos/linhas de pesquisa desenvolvidas na UNIFACCAMP. Nesta perspectiva, a IC busca proporcionar ao acadêmico, orientado por docente pesquisador experiente, o aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como, estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Em síntese, a iniciação científica pode ser definida como instrumento de formação que auxilia a formação de uma nova mentalidade no acadêmico.

A IES colabora com o desenvolvimento da iniciação científica por meio de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas disciplinas dos cursos que oferece, bem como através da realização de evento científico que se desenvolve anualmente, onde são apresentados trabalhos relevantes elaborados pela comunidade acadêmica.

As pesquisas acadêmicas desenvolvidas pelas disciplinas dos cursos abordam diversos temas de formação específica da área, além de contemplar incentivos para o desenvolvimento de pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões

de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira. As pesquisas que englobem a Educação das Relações Étnico-raciais e estudos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são incentivadas permanentemente na IES, assim como temas voltados para à participação na preservação do equilíbrio do meio ambiente.

Todas as pesquisas desenvolvidas dentro da Política de Iniciação Científica são supervisionadas pela coordenaria de Iniciação científica, a qual tem papel de acompanhar o desenvolvimento e avaliar seu produto final.

2.9.1 Áreas Temáticas e Linhas Programáticas para Iniciação Científica

A IES trabalhará com os grupos de pesquisa desenvolvidos na graduação e no mestrado: Mecânica dos Fluidos e Ciências Térmicas, Gestão das estratégias de negócio, Núcleo de Pesquisa em Empreendedorismo, Linguagem, Cultura e Desenvolvimento, Dinâmica das micro e pequenas empresas, Ciências da computação, atenção primária à saúde, e definiu como Linhas programáticas para os projetos de pesquisas conforme o quadro abaixo.

Quadro 19 - Linhas de Pesquisas

Número	Denominação da linha de pesquisa
1.	Dinâmica dos Fluidos Computacional.
2.	Eficiência Energética.
3.	Hidrologia.
4.	Mecânica dos Fluidos Aplicada.
5.	Reologia.
6.	Empreendedorismos: com foco em Médias, Pequenas e Micro Empresas e Mulheres Empreendedoras e Intraempreendedoras.
7.	Logística e a Gestão da Qualidade: destina-se ao estudo da Gestão de Estoques e Cadeia de Suprimentos; Engenharia Logística; Cadeia de Suprimentos na Construção Civil; Melhoria Contínua de Produção e de Produtos.
8	Sustentabilidades: com ênfase no meio Ambiente e a Construção Civil.
9.	As relações entre trajetórias de carreira e empreendedorismo.
10.	Ensino de empreendedorismo na graduação brasileira.
11	Estilos comportamentais de proprietários de micro e pequenas empresas.
12.	Estilos de empreender: motivações e características de empreendedores de diferentes grupos.
13.	Mapas teóricos em gestão de pessoas.
14.	Mapas teóricos em Intraempreendedorismo.
15.	O papel dos centros de empreendedorismo na formação de empreendedores no ambiente universitário.
16.	Orientação empreendedora nas organizações brasileiras.
17.	Ponderação de critérios decisoriais.
18.	Racionalidade nas Micro e Pequenas Empresas: um estudo dos modos e métodos.
19.	Sentidos do Trabalho do Empreendedor e implicações para a dinâmica das Organizações.
20.	Educação, Tecnologia e Políticas Públicas.
21.	Linguagem, Cultura e Formação de Educador.
22.	Estratégias de competitividade em manufatura nas micro e pequenas empresas.
23.	Estudos dos fatores competitivos nas micro e pequenas empresas. Gestão do conhecimento no âmbito dos APLs.
24.	Governança e Gestão Estratégica para Empresas Familiares, Cooperativas.
25.	Incorporação Tecnológica e Produtividade.
26.	Modelos de Gestão das micros e pequenas empresas.
27.	Responsabilidade Socioambiental no contexto das Micro e Pequenas Empresas.
28.	Trajetórias de pequenas empresas de longa permanência no mercado.
29.	Técnicas e modelos da computação.
30.	Promoção da saúde: estuda estratégias de educação em saúde, voltadas para o empoderamento da comunidade em relação às práticas de promoção da saúde.
31.	Atenção primária à saúde: estuda estratégias que melhorem as práticas de saúde no âmbito da atenção primária.

2.9.2 Programa de Iniciação Científica (PIC)

A Política de Iniciação Científica – PIC, da IES está sob os auspícios da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, que cuida de todo o processo de seleção e de acompanhamento dos bolsistas do Programa de Iniciação Científica (PIC).

2.9.2.1 Finalidade

A iniciação científica é uma atividade de investigação em todas as áreas do conhecimento que deve contribuir para a coesão interna, assim como, para a inserção externa, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, sob orientação adequada, individual e continuada por pesquisador qualificado, que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos e o desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa.

Os projetos culminam com um trabalho final avaliado e valorizado, fornecendo retorno imediato ao acadêmico bolsista, com vistas à continuidade de sua formação acadêmica, de modo particular nos programas de pós-graduação.

2.9.2.2 Dos Objetivos do Programa

Em relação aos orientadores:

1. estimular docentes a engajarem-se no processo acadêmico;
2. estimular o aumento da produção científica dos docentes;
3. incentivar o envolvimento de docentes em atividades de iniciação científica.

Em relação aos acadêmicos:

1. despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva em projetos científicos;
2. proporcionar ao acadêmico bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
3. despertar uma nova mentalidade em relação às atividades científicas;
4. preparar o estudante participante de programa de bolsa de iniciação científica para o acesso à pós-graduação;

5. aumentar a produção acadêmica dos discentes bolsistas;
6. proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos científicos e o estímulo ao desenvolvimento científico e da criatividade
7. alargar os horizontes dos acadêmicos, incentivando-os a ter um olhar mais analítico-crítico sobre a realidade social que estão inseridos e da qual fazem parte;
8. relacionar o prazer em produzir cientificamente conhecimento com o prazer de se formar como profissional, unindo competências advindas desses processos.

Em relação à Instituição:

1. contribuir para a sistematização e institucionalização da iniciação científica na IES;
2. propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos científicos;
3. tornar as ações institucionais intensamente ativas e competitivas na construção do saber;
4. possibilitar a implementação otimizada das atividades interdisciplinares;
5. possibilitar maior integração entre a graduação e a pós-graduação;
6. assegurar suporte qualitativo da formação profissional dos estudantes da IES.

2.10 Políticas de valorização da diversidade e da Responsabilidade Social na UNIFACCAMP

Atenta à sua missão e à sua trajetória a instituição desenvolve ações de responsabilidade social por meio de programas institucionais nas diversas áreas que são apresentadas no programa PIIASHA a seguir:

2.10.1 Programa PIIASHA

A Instituição conta com o Programa PIIASHA - **PROGRAMA INSTITUCIONAL INTERDISCIPLINAR EM ATENDIMENTO A QUESTÕES SOCIAIS, HUMANAS E AMBIENTAIS – PIIASHA**, institucionalizado pela Resolução/CONSUP/FACCAMP no. 6_02/2016 de 03/02/2016.

Conforme a Declaração de Guatemala (2001),

[...] o acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável.

A citação da Declaração de Guatemala resume o escopo deste Programa Institucional, que objetiva dar direcionamentos para o desenvolvimento de ações que abarquem o Ensino, Pesquisa e Extensão, imbricando as metas, objetivos e missão da Instituição, em todas as suas instâncias, com os Requisitos Legais e Normativos referentes às **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004; **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; **Políticas de Educação Ambiental** (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002); Nota Técnica DAES/INEP nº 025/2015, de 12 de junho de 2015, contendo as orientações aos avaliadores institucionais do BASIS, relativamente aos requisitos legais e normativos elencados no instrumento de avaliação institucional externa.); **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012; **Disciplina de Libras** (Dec. Nº 5.626/2005); **Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003; **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania; **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação** e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20

de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

2.10.1.1 Justificativa e objetivos do PIIASHA

Os Requisitos legais e normativos são parte integrante dos instrumentos de avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) e dos Cursos de Graduação, no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, cuja responsabilidade de regulação e acompanhamento recai sobre a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC). O SINAES fundamenta-se na necessidade de: promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Já, de acordo com a Portaria Normativa 40 (2010), a avaliação da educação superior ocorre por meio da avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes (ENADE). Desse modo, cabe às Instituições zelar, promover ações, e, constantemente, acompanhar as alterações implantadas pelos órgãos reguladores para que esses requisitos sejam atendidos.

Dentro das ações acadêmico administrativas que recaem sobre as IES, sob a ótica da responsabilidade social, de acordo com a sua missão, esse programa também atende os requisitos legais e normativos, previstos no instrumento de avaliação do INEP. Esse programa se estende tanto à comunidade interna quanto à externa da IES.

Mas ainda tem-se a questão de como e quando aprender atitudes éticas, de responsabilidade e convivência social, as chamadas competências procedimentais. Encontra em Dewey (1952, p. 192) que “[...] a experiência é uma ação activo-passiva; não é primeiramente cognitiva. Mas a medida do valor da experiência reside na percepção das relações ou continuidades a que nos conduz”.

Para colocar em prática essas ações de cidadania plena é que a IES institucionaliza o **PROGRAMA INSTITUCIONAL INTERDISCIPLINAR EM ATENDIMENTO A QUESTÕES SOCIAIS, HUMANAS E AMBIENTAIS – PIIASHA.**

Este programa tem como finalidade formalizar, institucionalmente, todas as ações realizadas na Instituição, no trinômio ensino, pesquisa e extensão, por intermédio dos

cursos de graduação presencial e a distância, de pós-graduação *lato e stricto sensu*, de extensão em atendimento aos requisitos legais, reiterando a ideologia de responsabilidade social que a Instituição preconiza, bem como a sua Missão.

Assim pensado, o PIIASHA estrutura-se em forma de Projeto Integrado ou Guarda-Chuva, que se articula e/ou se desdobra em outros (sub)projetos que são desenvolvidos em parceria: (1) com profissionais de outras instituições e/ou centros de pesquisa ou; (2) com estudantes em formação nos cursos de graduação, *lato e stricto sensu*; (3) com empresas, entidades; (4) em práticas e estudos dirigidos orientados por professores nas disciplinas; (5) em projetos de extensão e de responsabilidade social atrelados aos cursos; (6) em projetos de pesquisa de Iniciação Científica e de Monitoria; (7) em articulação com os conteúdos teórico-metodológicos dos cursos e com os requisitos legais e normativos.

O projeto, suas especificações, subprojetos, diretrizes, ações encontram-se detalhadas no corpo do Programa PIIASHA.

2.11 Responsabilidade Social

A Instituição, cumprindo seu papel social de acordo com sua missão como uma Instituição de Educação Superior, além de oferecer uma educação de qualidade em diversos cursos de graduação e pós-graduação ofertados na sede, *campus* fora de sede e nos polos, oferece também, por meio de vários programas sociais, uma oportunidade ao educando de participar de ações que buscam reduzir os problemas gerados pela exclusão social. Esses programas têm como objetivo desenvolver ações nas áreas tecnológica, da saúde, da educação, do direito, entre outras e atendem as comunidades situadas no seu entorno, buscando, futuramente, ampliar essa oferta para outras cidades e estados. A Instituição conta com o selo de Instituição responsável.

Nesse sentido, vários programas exitosos desenvolvidos, como, por exemplo, o Núcleo de Assistência Jurídica (EAJUR), Apoio Psicopedagógico, o Mutirão de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), a Liga Acadêmica de Educação em Saúde, Aulas especiais de Direito, RAEM – Recebendo Alunos do Ensino Médio de Química - aos sábados, Língua Portuguesa, Folhamatic e Estudos Integradores, Lógica e Gramática – parcerias para ler e escrever melhor, Matemática - pré-aula 2015-1, Matemática Básica - aos sábados, Projeto Coral, Acupuntura, Café Filosófico, Caminhada Verde, dentre outros, atrelados ao PIIASHA.

Além disso, a Instituição estabeleceu parceria com a Ecotronics - Reciclo Eletrônico com foco nos projetos de Responsabilidade Social.

Outra ação reveladora da responsabilidade social da Instituição, concretiza-se na oferta de bolsas de estudo por mérito acadêmico a candidatos de todos os cursos. Além disso, oferece cursos de licenciatura com mensalidades módicas, pensando na formação de professores qualificados e em atender a demanda da rede pública e privada neste setor educacional.

Visando a garantir acesso e permanência de estudantes que não podem arcar com os custos educacionais, a Instituição aderiu ao Programa FIES, do Governo Federal e PROUNI. Nos âmbitos estadual e municipal, esta Instituição participa de programas que buscam inserir o aluno no mundo do trabalho e contribuir, mediante seu conhecimento, para a melhoria das condições sociais e educacionais da população. Neste sentido, destaca-se a participação da IES nos Programas Escola da Família (Secretaria de Estado da Educação).

A Instituição conta com aproximadamente 380 bolsas, para os cursos de graduação, sendo distribuídas entre: 36 (trinta e seis) bolsas Escola da Família, 34 (trinta e quatro) bolsas FIES, 310 (trezentas e dez) bolsas PROUNI.

Conta, também, com política de concessão de benefícios a funcionários, seu cônjuge e filhos, e professores com processo de progressão na carreira.

Além das bolsas ofertadas de forma parcial, pela própria IES, como os programas de Monitoria e de Iniciação Científica.

Também oferece, agora, cursos técnicos à comunidade, garantindo acesso a todos à educação.

A atuação acadêmica da Instituição demonstra a preocupação constante com o desenvolvimento de seu compromisso social por meio da capacitação qualificada de seus discentes para o pleno exercício da cidadania, considerado como valor e habilidade que deve fazer parte de sua formação pessoal e profissional, contribuindo para a prática profissional, sob os moldes da qualidade, do aperfeiçoamento e da ética.

2.11.1 Inclusão social, tecnológica, política e cultural

A educação é um dos direitos humanos primordiais, uma prática dentro do contexto social, econômico, político e cultural, ou seja, não é uma atividade neutra e se realizada de modo subserviente por um modelo hegemônico, caracterizado pela primazia absoluta da competitividade e lucratividade, reproduz e reforça a exclusão social.

Contudo, quando resiste e subverte a escala de valores predominante, a prática pedagógica é um fator de mudança, lenta e gradual, mas extremamente eficiente. É, pois, no interior da prática educacional que ocorre o embate entre o modelo da exclusão social e a utopia da inclusão de todos, para que sejam assegurados os direitos humanos fundamentais da pessoa humana, em todos os níveis.

A inclusão torna-se viável somente quando, por meio da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem, além de emprego e renda, o acesso à moradia decente, facilidades culturais e serviços sociais, como educação e saúde. Isso acontece de modo institucionalizado por intermédio do PIIASHA.

Esta tarefa exige engajamento contínuo do poder público e das instituições particulares que por meio de políticas proativas buscam meios para enfrentar as condições estruturais adversas que estão levando as pessoas à exclusão social, vedando aos menos favorecidos o acesso ao mercado de trabalho, à moradia decente e aos serviços coletivos como educação, saúde e lazer, enfim, privando-os dos direitos humanos essenciais e básicos. Nesse sentido, criar condições para que haja uma inclusão digital tecnológica nas diversas áreas de atuação da IES é uma das metas da Instituição, por meio de seus programas de extensão e dos cursos ofertados na sede, no *campus* fora de sede e nos polos.

A atuação em projetos sociais leva os discentes, cidadãos conscientes, além de trabalhar sua autoestima, a ajudarem na evolução social do país, prepararem-se para a atuação profissional, enriquecendo seu currículo com a participação em projetos sociais. A sociedade beneficia-se com tais projetos, pois a IES faculta a formação de cidadãos socialmente responsáveis. Assim, a Instituição acredita que seu papel de formadora transpõe o da excelência em técnicas (já reconhecidas como essenciais para o crescimento do país) e inicia projetos baseados na premissa de que a sociedade é um organismo vivo, do qual todos nós fazemos parte, e, portanto, vivemos as consequências de tudo o que ocorre de positivo e negativo.

Como ações sociais e culturais a IES conta com atividades atreladas aos diversos cursos, que desenvolvem eventos internos e externos na área da Saúde, do Direito, das Exatas, da Tecnologia, das Sociais, das Humanas, das Artes, entre outras, como semana de cursos, projetos, oficinas, campanhas de saúde, saraus, concertos, abertura de semana de cursos e eventos acadêmicos, eventos esses integrados por alunos de diferentes cursos

oferecidos pela Instituição, em imbricação com a comunidade, cujo objetivo é facultar ações sociais, de saúde, culturais à comunidade externa e interna.

Em termos concretos, a Instituição tem como política o que segue:

- Colocar à disposição dos projetos de inclusão social selecionados, suas instalações e equipamentos para que seja possível desenvolver trabalhos de qualidade na comunidade, desenvolvendo educacionalmente e culturalmente a população da área de abrangência.
- Fortalecer a construção de uma sociedade que reconheça o direito dos excluídos a terem direitos, tratando-os com especial atenção, fazendo valer os princípios universais de direitos humanos, em toda sua plenitude, quer sejam no âmbito civil, político ou social.
- Qualificar internamente agentes, a fim de transmitir e fortalecer neles uma cultura democrática, participativa e solidária e capacitar lideranças para implementar políticas inovadoras quanto à melhoria das condições de vida de toda a população e à democratização dos processos de trabalho e de gestão.
- Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania.
- Desenvolver as capacidades da comunidade acadêmica, no sentido de melhorar: 1) a eficácia da sua intervenção face à exclusão social e à pobreza, e 2) promoção de abordagens inovadoras, além de utilizar o esporte como uma ferramenta poderosa de inclusão e transformação social.

Todas as ações de responsabilidade social previstas no PDI respeitam a missão da Instituição, prevendo espaço de estímulo, a preservação da memória cultural, patrimônio cultural e social e produção Artística, estimuladas pelas inúmeras atividades desenvolvidas na IES.

2.11.2 Preservação Socioambiental e dos Direitos Humanos

A IES reconhece a importância de sua contribuição para a melhoria das condições sociais da população, razão pela qual almeja desenvolver o ensino e a extensão voltados para a diversidade e consciência humana, buscando o desenvolvimento da democracia, a promoção da cidadania e o atendimento às demandas de diversos segmentos da sociedade, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à preservação sócio ambiental e aos direitos humanos, na sede, no *campus* fora de sede e nos polos.

As questões de Educação em Direitos Humanos estão pautadas no que dispõe a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Essa resolução foi fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2012, depois de considerado o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as Diretrizes Nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem a assegurar o direito à educação a todos(as).

Conforme apontado acima, essas ações estão previstas e implantadas em todas as áreas da Instituição por meio do PIIASHA. A Educação em Direitos Humanos tem como finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios da dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Nos projetos da Instituição, consideramos a Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articulando-se às seguintes dimensões:

- apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

No planejamento e desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos temos como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. Este objetivo deverá orientar as ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos.

Cabe salientar que, na construção do PDI da Instituição para o período de 2021 a 2025, foram elaborados objetivos além de suas respectivas metas considerando os princípios da sustentabilidade, questões e alterações em razão da pandemia do Covid-19, do acesso ao conhecimento, à cultura à comunidade, aos direitos humanos, responsabilidade social e ambiental.

No que diz respeito aos projetos pedagógicos, salienta-se que a temática referente aos Direitos Humanos, é abordada de forma transversal desde a concepção filosófica dos cursos de graduação ofertados, por meio do PIIASHA.

Tanto os projetos, quanto os subprojetos articulam ações metodológicas em consonância com a metodologia institucional Interdisciplinaridade: aprendizado da teoria à prática, com a missão, metas e objetivos da Instituição.

2.11.3 Educação Ambiental nos Programas Educacionais

As ações referentes a Educação ambiental estão pautadas na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei N° 9.795/1999 e Decreto N° 4.281/2002) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP N° 2/2012).

A Instituição, a partir do PIIASHA, institucionaliza ações e projetos sociais e culturais visando a construir uma imagem pública positiva de organização, ao atuar em parceria com organizações não governamentais, instituições da sociedade civil e com o Estado. Assim, estabelece como compromissos inovar e contribuir para o desenvolvimento sustentável, de maneira a buscar a superação das desigualdades existentes e formação unilateral do cidadão, na sede, no *campus* fora de sede e nos polos.

É assim, portanto, que a Instituição procura constantemente implementar projetos sociais, diante das adversidades que a região em que a Instituição se insere apresenta, uma vez que é um grande desafio assumir na prática uma gestão que pense globalmente e aja localmente. Portanto, esse processo materializa-se por meio de programas de extensão que visem a abranger as linhas de atuação: educação, assistência social, cultura,

saúde, geração de trabalho e renda, esporte e lazer, bem como atuará no apoio a comunidade e às organizações sociais na região em que atua.

Na Instituição são princípios básicos da educação ambiental na formação de seus acadêmicos e são desenvolvidas como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei N° 9.795 de 1999:

- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade e multicampi;
- a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Com isso, a Instituição pretende se estruturar como um espaço de estímulo à preservação ambiental a partir de uma proposta curricular, gestão democrática, edificações: tornando-se referência de sustentabilidade socioambiental, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a Constituição Federal e a Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental(EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

O Projeto de Educação Ambiental da UNIFACCAMP tem como objetivos:

- sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;
- estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

- orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;
- orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.

Nos Projetos Pedagógicos da Instituição, a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana como finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

A Educação Ambiental nas políticas educacionais da Instituição é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente às suas dimensões política e pedagógica. Para tanto, adotamos uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultural, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, a crítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino. Essas ações são desenvolvidas nas disciplinas dos cursos, integradas ao PIIASHA e aos EDPs, em eventos, semanas acadêmicas, palestras e projetos de extensão dos diversos cursos.

Construímos os projetos das futuras licenciaturas da Instituição, entendendo que a dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

As Políticas de Educação Ambiental da Instituição comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos têm como princípios:

- totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;
- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;

- articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;
- respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária;
- os objetivos da Educação Ambiental nas Políticas de Ensino da Graduação na Instituição são concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade de ensino:
- desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;
- garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;
- estimular a mobilização social e política bem como o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental; permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- estimular a cooperação entre as diversas regiões do país, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;
- fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;
- fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;
- promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;
- promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do país que utilizam e preservam a biodiversidade.

A Educação Ambiental na Instituição, com base nos referenciais apresentados, contempla em seus Projetos Institucionais e Pedagógicos os seguintes compromissos:

- abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;
- aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;
- estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

Esse processo se materializa por meio de programas de extensão que visa a abranger as linhas de atuação: educação, assistência social, cultura, saúde, geração de trabalho e renda, esporte e lazer. Dará apoio à comunidade e às organizações sociais na região em que atua.

2.11.4 Política Institucional para o cumprimento das Diretrizes para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A política institucional foi definida a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As instituições de educação superior devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos, tendo em vista, a conclusão de cada um dos níveis de

ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

Essas ações são desenvolvidas nas disciplinas dos cursos, integradas ao PIIASHA e aos PEDPs, em eventos, semanas acadêmicas, projetos de extensão dos diversos cursos e em palestras, na sede, no *campus* fora de sede e nos polos.

Visando à promoção da igualdade étnico-racial no acesso aos bens culturais e à educação superior, a IES desenvolve ações que contribuam para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a partir de ações específicas voltadas ao fortalecimento de escolas indígenas, quilombolas e da rede pública de ensino.

A IES tem como premissa adotar estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Para tanto, em seu Regimento Interno estão previstas ações orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação.

Por esse motivo, observa-se que nas matrizes curriculares dos cursos de graduação existem disciplinas que abordam questões relacionadas a cultura afro-brasileira, africana e indígena de forma transversal em toda formação do discente. Ressalta-se que nas disciplinas estão relacionadas bibliografias que abordam essa temática tanto em relação à questão histórica quanto aos aspectos étnico-raciais, aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras discriminações.

Na semana pedagógica realizada no início do semestre letivo, estão implementadas discussões acerca do tema bem como serão abordadas as formas de encaminhamento e de solução para situações de racismo e de discriminações, buscando criar situações educativas em que as vítimas recebam apoio requerido para superar o sofrimento e o agressor também possa receber orientação para que compreenda a dimensão do que pratica e para que ambos possam ter acesso à educação para o reconhecimento, valorização e respeito mútuos.

Ressalta-se, ainda, que a IES incentiva ações voltadas à pesquisa e à extensão comunitária sobre processos educativos, orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira previstas em sua Política de Iniciação Científica e Política de Extensão.

2.11.5 Ensino de Libras – Lei nº 10436/2002 e Decreto nº 5626/2005

Nos últimos anos, a sociedade vem mudando a sua forma de atender pessoas com deficiência - PCD. O Decreto nº 5.626/2005 constitui-se no documento mais significativo até o momento, no que se refere às pessoas surdas no Brasil, visto que por meio dele a Língua Brasileira de Sinais, já reconhecida pela Lei nº 10.436/02 foi regulamentada.

No entanto, entre as muitas contribuições do decreto, principalmente em relação à educação de surdos, destaca-se a inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de licenciatura e disciplina optativa nos cursos de bacharelado.

A Disciplina de Libras é de fundamental importância para a inclusão social, pois possibilita o acesso à educação para todos, independentemente do acadêmico ser portador de algum tipo de deficiência ou não.

Além da oferta da disciplina, muitos projetos são desenvolvidos na Instituição por meio de ações e projetos atrelados ao PIIASHA.

2.11.6 Dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

De acordo com a Lei 12.764/12 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, “podemos conceituar o transtorno do espectro autista como uma síndrome clínica caracterizada por uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não - verbal usada para interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns”. Segundo esta lei, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Na Instituição, a temática está regulamentada e inserida em projetos, ações descritas no PIIASHA.

As pessoas portadoras do TEA (transtorno do espectro autista) têm seus direitos, previstos na Constituição Federal em vigor, bem como alguns direitos contidos em leis específicas.

Ademais, podemos citar algumas leis específicas para pessoas com algum tipo de deficiência, como por exemplo:

- Lei 7.853/89 (dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, garantindo o tratamento adequado em estabelecimentos de saúde públicos e privados específicos para a sua patologia).
- Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).
- Lei 8.899/94 (concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual).
- Lei 10.048/00 (dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência).
- Lei 10.098/00 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida).
- Lei 12.764/12 (institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista).
- Lei 13.977, de 2020, que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Não obstante, cabe ressaltar que de acordo com o artigo 3º da Lei 12.764/12:

São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

- I. a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II. a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III. o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
 - diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
 - o atendimento multiprofissional à nutrição adequada e a terapia nutricional;
 - os medicamentos;
 - informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV. o acesso:
 - à educação e ao ensino profissionalizante;
 - à moradia, inclusive à residência protegida;
 - ao mercado de trabalho;
 - à previdência social e à assistência social.

Além dessas leis citadas acima, o Brasil ratificou algumas normas internacionais, como por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Essa lei segue os pressupostos delineados no recente Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelece 20 metas para a década que reforçam o direito social dos cidadãos a uma educação de qualidade nas diferentes dimensões e espaços da vida bem como a valorização e qualificação adequada dos professores em todos os níveis. Trata-se da democratização da educação por meio da garantia do acesso, permanência e sucesso na sua dimensão pedagógica e institucional.

No encadeamento das recomendações legais da educação inclusiva, é possível perceber o aprofundamento da discussão sobre o direito de todos à educação, o que favorece a problematização acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos. Tendo em vista essa problemática, a Instituição conta com Profissional Psicopedagoga com capacitação para essa finalidade.

2.12 Política para a Educação Inclusiva

A proposta de apoio didático-pedagógico e psicopedagógico para inclusão educacional na Educação Superior da IES tem por objetivo principal, dar atendimento aos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais; também atua na esfera de preservação dos direitos e auxílio aos professores que trabalham com esta clientela especial, além de promover ações de inclusão em sua comunidade. O Programa PIIASHA contempla projetos e ações voltadas para esse atendimento. Desde o início de suas atividades, a Instituição sempre se preocupou com a questão do bom atendimento e da qualidade de ensino que oferece à sua comunidade acadêmica e ao entorno, dando atendimento à sua missão.

Para a operacionalização das ações, conta-se com uma equipe administrativa que presta atendimento direto e de rotina.

As políticas de acesso e manutenção do discente já se mostram bastante efetivas para incluir alunos que por questões financeiras são excluídos da educação superior. As políticas de bolsas da IES têm o objetivo de inserir esse aluno no processo de formação de terceiro grau de qualidade.

Mesmo para aqueles que têm condições de arcar com os custos da formação superior, mas que, por algum motivo, apresentam deficiência na sua formação básica e não conseguem acompanhar as exigências de um curso superior, a IES tem políticas de nivelamento que procuram suprir as lacunas diagnosticadas nos alunos ingressantes.

Outro ponto fundamental para uma educação inclusiva diz respeito à criação de condições de aprendizagem para portadores de necessidades especiais. Com o novo cenário que se instaura nas instituições de ensino em virtude das políticas públicas que incentivam e investem na questão da inclusão nos diferentes níveis de ensino, a IES tem buscado ampliar e qualificar o espaço institucional e os profissionais de ensino que a compõe no intuito de acolher e atender às necessidades dos sujeitos com necessidades especiais. Para tanto, a instituição segue rigorosamente, a legislação que especifica em seus artigos o assunto.

Dessa forma, compreendendo a inclusão enquanto um processo sócio-histórico-cultural que tem por objetivo inserir as pessoas com necessidades especiais nos diferentes espaços de convivência, aprendizagem e trabalho, a IES busca garantir não apenas os meios de integrar essas pessoas no contexto educativo através de atividades de socialização, mas, sobretudo, incluí-los enquanto participantes ativos do cenário educacional. Em outras palavras, entre ações administrativas e pedagógicas, a pretensão é favorecer o desenvolvimento, a socialização de habilidades e a construção de competências para o mercado de trabalho e para a vida.

As políticas adotadas reconhecem as necessidades diversas dos estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, acesso à infraestrutura, às ferramentas, ao atendimento e o uso de recursos diversificados. Visam a atender o princípio de que todo indivíduo é único em seu potencial de aprender.

Para os estudantes portadores de deficiência física, a instituição oferece livre circulação nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas e barras de apoio nas paredes dos banheiros.

Para os estudantes portadores de deficiência visual, a IES proporcionará, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: impressora *braille Juliet Pro 60* acoplada a computador ou prestação de serviço terceirizado para impressão *Braille*; sistema de síntese de voz; gravador; acervo bibliográfico em áudio; *software* de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal, utilização de materiais concretos, táteis para que o acadêmico cego possa construir seu próprio entendimento daquilo que vem sendo tratado.

Além disso, os docentes serão orientados a adequarem suas aulas expositivas de uma forma mais explicativa para os deficientes visuais, porém, sem se esquecer dos videntes que convivem no mesmo espaço. Os recursos didáticos precisam ser concretos, atrativos e construídos com os acadêmicos, pois os recursos contribuem para o estudo e a participação ativa dos acadêmicos e, com a participação dos docentes, torna o processo de ensino-aprendizagem mais significativo.

Em relação ao aluno com deficiência auditiva a IES apresenta compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que o mesmo conclua o curso:

- a) propiciar intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas;
- b) adotar flexibilidade na correção das provas escritas;
- c) estimular o aprendizado da língua portuguesa;
- d) proporcionar aos docentes acessos à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

Destaca-se ainda que, de acordo com legislação, a disciplina de Libras está inserida como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, e como disciplina optativa para os demais cursos de graduação.

Para auxiliar no desenvolvimento da Política para a Educação Inclusiva foi criado o Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista de acordo com a Portaria nº 3284/2003 e o Decreto nº 7611/2011, que tem por objetivo oferecer condições de acessibilidade e permanência às pessoas com necessidades especiais no espaço acadêmico da IES, bem como propor e intervir em situações de conflito e dificuldades de aprendizagem que envolve estudantes, docentes e demais profissionais da IES, sendo fundamental em tempos de pandemia. Esse núcleo está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, e em conjunto com o Núcleo de Coordenação Pedagógica realiza o acompanhamento psicopedagógico aos estudantes, objetivando reintegrá-los à vida acadêmica normal; auxiliando-os na busca de soluções de fatores subjacentes às atividades cotidianas.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista é responsável por:

- identificar as dificuldades e as necessidades especiais concernentes ao processo de ensino-aprendizagem como mobilidade reduzida, deficiência visual, auditiva dentre outras apresentadas pelo estudante;
- propor recursos e estratégias que reduzam ou eliminem as dificuldades e demandas especiais identificadas junto ao estudante, tutores, docentes e demais profissionais da instituição envolvidos nesse contexto;

- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino;

Ademais, cabe ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista colaborar os demais setores da IES principalmente, com o administrativo e patrimonial, no que diz respeito às orientações para:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Essas ações do Núcleo associadas a um trabalho de mediação junto aos colegiados de curso e demais docentes inseridos na situação, priorizarão o bem-estar físico e emocional dos estudantes acompanhados, bem como a melhoria das condições indispensáveis à sua aprendizagem e formação profissional qualificada, desde o ingresso até o final de sua trajetória acadêmica.

O trabalho realizado pelo Núcleo tem ciência de que a IES não é uma instituição com fim terapêutico, e que, no entanto, esta deverá zelar pela qualidade de vida e formação profissional de seus estudantes no ingresso, na permanência e finalização do curso, atuando e intervindo com ações pedagógicas e psicopedagógicas.

É função do Núcleo realizar, partindo de uma análise e discussão, o planejamento e o acompanhamento dos estudantes que, em caráter permanente ou temporário,

apresentarem condições especiais geradoras de limitações ou dificuldades, que se tornem Necessidades Educacionais Especiais, demandando apoio institucional especial no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que levem à expressão plena de seu potencial.

A análise do planejamento e o acompanhamento do estudante partirão dos dados referidos no ingresso à instituição, isto é, desde o processo seletivo, através do preenchimento da informação a respeito da deficiência, que deverá constar no formulário de inscrição ao vestibular, direcionando-o para quais necessidades educacionais especiais ele precisará, conforme descrição abaixo:

- Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto às deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004⁵).
- Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
- Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
- Transtornos de aprendizagem - Dificuldade para aprendizagem é uma incapacidade para aprender, na ausência de condições neurológica, sensorial, mental e psicológica que a justifique. Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

⁵ DECRETO Nº 10.014, de 06 de setembro de 2019, que altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece norma. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Decreto-10014-2019-09-06.pdf>. Acesso em junho de 2021.

(DSM-IV) há três tipos de transtornos específicos da aprendizagem: da leitura (dislexia), de matemática (discalculia) e da escrita (disgrafia e disortografia).

- Altas habilidades/superlotação Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: alta capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora.
- Deficiência Intelectual - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas às duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
- Deficiência Múltipla - é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa.
- Transtorno do Espectro Autista - é a associação, no mesmo indivíduo, dos três seguintes déficits: Problemas de interação social ou emocional alternativo; graves problemas para manter relações e Problemas de comunicação não verbal.

Em relação às pessoas com transtorno do espectro autista a IES se dispõe a realizar a interlocução com a área clínica, quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento, flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares, acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da escola, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização, aquisição de conhecimentos teórico-metodológicos da área da Tecnologia Assistiva, voltada à Comunicação Alternativa/Aumentativa para estes sujeitos. Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante

que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Para promover a permanência do aluno e sua posterior conclusão acadêmica, estão previstas ações, como o treinamento da equipe técnica, a formação continuada docente, a existência de uma equipe interdisciplinar que contribua com o atendimento especializado. Não obstante, os discentes serão incentivados a realizarem pesquisas e projetos de extensão relacionados à acessibilidade, bem como se pretende realizar atividades culturais e artísticas, para com isso sensibilizar a comunidade interna e externa na perspectiva inclusiva.

Diante do exposto, cabe esclarecer que após realização da caracterização do estudante a ser incluído no curso, é preciso esclarecer as necessidades educacionais especiais e o apoio institucional adequado. O responsável pelo recebimento e efetuação da matrícula, assim como, o docente ou coordenador do curso devem encaminhar o estudante ou este, independentemente, pode requerer o seu acompanhamento em qualquer ocasião: na inscrição ao processo seletivo, na matrícula inicial ou durante o curso, mediante o preenchimento de um requerimento específico. Após esta requisição, o encaminhamento será analisado e o estudante, docentes e demais envolvidos com o processo serão contatados pelo Núcleo, a fim de que se dê início ao atendimento necessário para a efetivação do processo de inclusão na instituição.

Como ação diretiva primeiro, é preciso acolher o estudante e verificar as solicitações de acordo com o quadro de necessidades apresentadas (remoção de barreiras atitudinais, comunicação, físicas e arquitetônicas, licenças especiais, programas especiais de avaliação, entre outras). Em seguida, será necessário avaliar as necessidades especiais, procurando detectar as dificuldades já instaladas, bem como outras que poderão surgir.

Posteriormente, como ações não diretivas terão:

Discussão com os coordenadores de curso, docentes e demais funcionários sobre a importância da inclusão e a relevância social da Instituição, preocupada com a temática, mediação junto aos polos presenciais para a efetivação dos apoios institucionais especiais necessários para a acessibilidade à experiência acadêmica, bem como aos espaços da instituição.

Análise de aquisições ou adaptações de recursos educacionais necessários às adaptações no processo de ensino-aprendizagem.

Contato com os profissionais que acompanham o estudante.

Intercâmbio com outras instituições visando à troca de experiências sobre procedimentos, processo e resultados da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no educação superior.

Entrevistas periódicas com o estudante e com as pessoas envolvidas no processo; se necessário, eventualmente, visitas aos diferentes espaços ocupados pelo estudante, durante a sua trajetória acadêmica.

Proposição de discussões para adequações, quando for necessário, nos documentos internos da instituição, como estatuto, regimento e resoluções.

Assessoramento na adequação e funcionalidade dos projetos de reformas, nas dependências da instituição necessárias à eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas.

Realização de cursos e palestras para coordenadores, docentes, tutores e demais funcionários da instituição sobre temáticas que envolvem a diversidade, a acessibilidade e a sociedade inclusiva, visando à eliminação de barreiras atitudinais.

Ademais, a IES contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a docentes, alunos, colaboradores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas conforme disposto no Regimento Geral. Ressalta-se que o apoio pedagógico aos discentes com deficiência se dará por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista em conjunto com os serviços ofertados pelo Núcleo de Coordenação Pedagógica.

Não obstante, nota-se que sempre será considerada a especificidade de cada necessidade de cada indivíduo, porém, por mais semelhantes que possam parecer, cada situação apresenta características exclusivas, exigindo cautela para que as ações delineadas, em hipótese alguma, constituam privilégios e concessões, e possam comprometer o real aprendizado do estudante e o seu direito ao diploma.

Assim, prezar-se-á para jamais negligenciar a proposta de formar um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade.

A Instituição conta com programa de atendimento ao Autista e o Programa de Acessibilidade e Inclusão – PAI, que tem por finalidade estabelecer as políticas institucionais destinadas aos acadêmicos, docentes, agentes universitários e estagiários da IES com necessidades especiais, visando à eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação, programática, atitudinais, instrumental, metodológicas e de transportes que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional no IES. Tem como marcos legais o Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004; Lei no. 12.764, de 27 de

dezembro de 2012; os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliações *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2014, entre outros. São atendidos pelo PAI, em suas implicações no processo de ensino-aprendizagem e funcionais, os discentes, os docentes, os agentes universitários e os estagiários que compõem a comunidade acadêmica da IES, que apresentam necessidades especiais, transitórias ou permanentes, demandando atenção específica. O programa também abrange ações inclusivas relacionadas aos candidatos de processos seletivos para ingresso no IES, na forma de vestibular, testes seletivos e seleção de estagiários.

Medidas Pedagógicas

Em sua política de ações inclusivas para a educação superior o Programa de Acessibilidade e Inclusão – PAI – entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- I. Altas Habilidades e Superdotação.
- II. Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos.
- III. Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR.
- IV. Transtornos Globais.
- V. Alterações orgânicas como insuficiências.
- VI. Dependência Química ou Etilica.

Assim, cabe aos professores e ao departamento atentarem-se aos casos que os discentes aparentam ser simplesmente omissos ou faltosos, mas que podem estar se sentindo discriminados ou temerosos frente à mudança de vida escolar e/ou familiar. Por isso, sugere-se que em situações parecidas, o chefe do departamento recorra ao PAI, para que juntos possam desenvolver ações pedagógicas adaptativas a cada caso e encaminhamentos a profissionais da saúde, quando necessário.

Considerar que os/as discentes com necessidades educacionais especiais têm o DIREITO de 50% a mais de tempo para apresentação de provas e trabalhos.

No que tange aos docentes cabe a adoção de novos encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com profissionais da saúde, do trabalho, parceria com

as famílias, dentre outros. Esse “novo modo de ser professor” confronta as práticas tradicionais hegemônicas nos sistemas de ensino até então, em que os professores, formados dentro de uma lógica da razão instrumental, tinham como referência de docência o princípio da homogeneização do ensino, partindo do pressuposto de que é possível padronizar as práticas pedagógicas a partir de um modelo de aluno ideal. Portanto, faz-se necessário um investimento sistemático e contínuo nos processos formativos e no papel desempenhado na IES pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico Espectro Autista em parceria com o Núcleo de Coordenação Pedagógica. Esses deverão contemplar não só os conhecimentos técnicos acerca da educação especial e inclusiva, mas o compromisso político e ético com a educação como direito de todos.

2.12.1 Atendimento prioritário, que envolve tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida

A UNIFACCAMP realiza atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida cada qual com sua característica, conforme descrito acima, que inclui:

- assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente, adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdas e cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas acima;
- divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;
- a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas acima, possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas portadoras de deficiência auditiva.

2.12.2 Normas institucionais sobre o tratamento a ser dispensado a docentes, alunos, colaboradores e empregados com deficiência

A Instituição proporciona condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

As normas institucionais da UNIFACCAMP atendem a legislação específica da seguinte forma:

Cumpra as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica.

Colocará à disposição de docentes, alunos, colaboradores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e, seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado aos docentes, alunos, colaboradores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Em relação ao processo seletivo de docentes, alunos, colaboradores e empregados com deficiência serão considerados três momentos distintos:

- na elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo candidato no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados pela comissão do que irá realizar a correção;

- no momento das avaliações, quando serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo candidato;
- no momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada portador de deficiência, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.

2.13 Responsabilidade Corporativa

A IES, desde 2009, destaca-se como Instituição Socialmente Responsável por seus Projetos de Extensão e ação social desenvolvidos no âmbito da graduação e pós-graduação, recebeu o **Selo de Entidade de Ensino Responsável**, que vem reiterar seu compromisso com a qualidade da Educação Superior que oferece à comunidade tanto na sede, quanto no *campus* fora de sede e nos polos.



Figura 2 - Selo de Responsabilidade Social ABMES 2021 - 2022

A Responsabilidade Corporativa, por sua vez, assume uma importante ferramenta para qualquer organização. No IES essa pauta adquire importância capital, diretamente vinculada à administração estratégica como um processo irreversível e contínuo.

Nesse contexto, o IES pauta-se nas seguintes Políticas de Extensão e de Responsabilidade Corporativa:

- sensibilização dos estudantes para o atendimento das necessidades sociais, embasadas em valores éticos que devem orientar a prática profissional;
- articulação entre cursos de diferentes níveis de ensino para desenvolvimento de ações interdisciplinares que agreguem valor à formação profissional do

estudante e desenvolva sua consciência sobre as demandas da comunidade, em especial aqueles relacionados aos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais;

- respeito à diversidade cultural e à identidade, apoiando a ação e memória dos diferentes segmentos étnicos regionais, valorizando os seus saberes, manifestações artísticas e culturais, modos de vida e formas de expressão tradicionais;
- promoção do bem-estar social como estratégia de desenvolvimento institucional tanto para a comunidade interna quanto para a comunidade na qual se insere;
- incentivo ao empreendedorismo e à criação de proposições inovadoras para diagnosticar e buscar resolver problemas emergentes na sociedade;
- criação de núcleos e grupos de reflexão permanentes que busquem continuamente agregar estudantes, docentes e voluntários em geral para criar estratégias de ação para implementação das atividades extensionistas e de responsabilidade corporativa;
- relacionamento com entidades do poder público, privado e terceiro setor para o estabelecimento de parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado nos princípios da justiça e igualdade social;
- execução das ações extensionistas e de responsabilidade corporativa através de programas comunitários, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço à sociedade, elaboração e difusão de publicações entre outros produtos e serviços acadêmicos;
- exercício de ações transparentes perante a sociedade, ampliando o diálogo e estabelecendo diferentes canais de interlocução interna e externa.

Cumprido esclarecer que as políticas de responsabilidade corporativa são focadas em cinco dimensões. São elas:

- inclusão social;
- desenvolvimento econômico;
- gestão socioambiental;
- memória e patrimônio cultural;
- saúde integral, esporte e lazer.

A UNIFACCAMP está inserida em projetos de ações sociais de iniciativa própria e em parceria com o governo municipal, de setores empresariais ou de outras entidades da sociedade civil. Além dos programas dessa natureza, a Extensão se dedica à prestação de serviços à comunidade, por intermédio de programas atrelados aos cursos. Está presente também na disseminação e transferência de conhecimentos por meio de atividades de pesquisa e de Extensão, vinculadas aos programas interdisciplinares de cunho social, econômico administrativo ou ambiental, e nas atividades culturais, artísticas, desportivas e nos estágios não obrigatórios.

2.14 Política para a modalidade de educação a distância

Desde 2009, a Instituição vem se instrumentalizando para incorporar a educação a distância entre as modalidades de ensino em que atua, tendo implementado as seguintes iniciativas:

- iniciou, em 2009, a aplicação da Portaria nº 4.059, de 10/12/2004⁶, com a utilização de até 20% da carga horária dos cursos superiores presenciais já reconhecidos pelo MEC na modalidade EAD;
- implantou o *Campus Virtual UNIFACCAMP*, que promove a capacitação contínua de professores e alunos para atuarem em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e a oferta de atividades de ensino a distância;
- a sociedade está em constante busca de novas formas de comunicação, informação e interação através das tecnologias. Na dimensão educacional não poderia ser diferente e a educação a distância emerge como uma possibilidade de conciliar formação e acompanhamento das tendências.

Nesse contexto, o IES compreende que o uso das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação aplicadas à educação, em diferentes níveis de ensino, é uma realidade que não se restringe apenas aos cursos oficialmente oferecidos na modalidade a

⁶ Revogada pela Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1989/portaria-n-4059>. Acesso em junho de 2021.
Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, revoga a Portaria MEC nº 1.134. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1988/portaria-mec-n-1.134>. Acesso em junho de 2021.

distância. Torna-se um instrumento poderoso na democratização, integração, e difusão do conhecimento dentro da própria instituição quanto da instituição para a sociedade.

Para o desenvolvimento do modelo educacional a distância, da IES, é imprescindível que se tenha clareza sobre as partes e suas atribuições:

- o docente é um mediador, orientador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem cabendo-lhe contribuir para a superação das dificuldades do estudante, atuando no âmbito afetivo e na formação de conceitos, valores e atitudes;
- o estudante é sujeito de sua aprendizagem, porquanto é facultada a liberdade para escolher os momentos mais convenientes para estudos, privilegiando-se da sua autonomia intelectual;
- a sala de aula ultrapassa as barreiras convencionais escolares e vai além, dentro de ambientes virtuais de aprendizagem, com a utilização de ferramentas de interação colaborativa;
- a tecnologia passa a fazer parte da rotina e contexto educacional dos estudantes e está a serviço da aprendizagem;
- os conteúdos curriculares são flexíveis, dinâmicos e coadunam-se com tendências do mundo do trabalho e do relacionamento interpessoal;
- os estudantes assumem o desafio de estudar por motivação e a instituição de integrar ações educativas que promovam a motivação;
- a instituição deixa de ser um espaço burocrático para transformar-se em um espaço de construção colaborativa.

A IES acredita que através da educação a distância pode-se colaborar decisivamente, para o processo de transformação política, social e econômica da sociedade.

Dessa forma, propõe as seguintes **políticas de educação a distância**:

- universalização e democratização do acesso à informação, do conhecimento e da educação;
- capacitação docente para atuação em EAD – tutoria e conteudista;
- formação continuada de professores e tutores para EAD;
- credenciamento em parceria em EAD;
- oferta de cursos em EAD;
- compartilhamento de experiências em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA);

- desenvolvimento de parcerias que possibilitem a oferta de cursos em âmbito nacional e internacional;
- fomento de ações que fortaleçam o debate sobre EaD e os paradigmas educacionais emergentes, socializando e divulgando esses conhecimentos com foco no envolvimento e comprometimento da comunidade acadêmica e sociedade em geral;
- integração às políticas de ensino, pesquisa e extensão, entre outras compatíveis com a necessidade, que desenvolvam cursos na modalidade a distância;
- contribuição com a democratização da educação brasileira, diminuindo o déficit educacional entre os núcleos urbanos de diferentes portes, através da oferta de cursos a distância de alta qualidade;
- desenvolvimento de cursos, eventos, ações entre outras atividades acadêmicas através da metodologia de educação a distância que favoreça a capacitação profissional do estudante a um processo de acesso e inclusão digital;
- desenvolvimento de cursos, em todos os níveis de ensino, com modelo metodológico e pedagógico que prioriza a qualidade acadêmica, que estejam pautados nas recentes discussões e tecnologias pedagógicas sobre EaD de forma criativa e inovadora, e, que privilegiem a aprendizagem do estudante de forma significativa;
- utilização de estratégias de ensino-aprendizagem mediadas por equipe multidisciplinar de inquestionável qualificação técnica e acadêmica, compatíveis com a modalidade EaD, que promovam a reflexão crítica e criativa, bem como favoreça a aplicação do conhecimento na prática pessoal, profissional e acadêmica do estudante;
- fomento ao desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante através da produção e uso de materiais, recursos, ferramentas e tecnologias didático-pedagógicas criativas, inovadoras, interativas e adequadas aos projetos de EaD;
- criação de mecanismos multidisciplinares de formação, qualificação e capacitação profissional de sua comunidade acadêmica e administrativa;

- implementação de estratégias de avaliação com foco na aprendizagem do estudante, consoantes às diretrizes institucionais e que atendam, com rigor, às exigências legais do sistema federal de ensino;
- incentivo à produção e intercâmbio do conhecimento científico com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais que aperfeiçoe a visão sobre essa modalidade de ensino.

Enfim, com essas políticas a IES firma o compromisso de formar profissionais aptos a assumir os desafios educacionais e tecnológicos de uma sociedade em constante mudança, atendendo as necessidades regionais e as tendências socioeconômicas das brasileiras.

A IES assume a mudança de paradigma necessária na ação docente no sentido de redimensionar as estratégias de ensino, a fim de contribuir para a interatividade no ambiente virtual.

Para subsidiar as ações instituídas na Política de EAD criou-se o Sistema AVA, que tem por finalidade organizar, administrar, implementar e avaliar os projetos envolvendo o uso de tecnologias no ensino, sejam eles na forma de cursos de extensão, graduação ou pós-graduação.

A IES foi credenciada para oferta de cursos de Educação a Distância pela Portaria no. 185 de 07/03/2018 e desde então vem atuando na modalidade de educação a distância.

Neste momento a UNIFACCAMP conta com os seguintes polos:

A relação atualizada dos Polos poderá ser consultada no seguinte link: <http://www.faccamp.br/ead/>.

Para a vigência do presente PDI, o cronograma abaixo apresenta a proposta de implantação de cursos em EaD:

Quadro 20 - Cronograma de implantação dos cursos de graduação EaD

CURSO	ATÉ
BACHARELADO EM DIREITO	2025
BACHARELADO EM ENGENHARIA MECÂNICA	2025
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	2025
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	2025
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	2025
LICENCIATURA EM QUÍMICA	2025
CST EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	2025

CST EM GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2025
--	------

Quadro 21 - Cronograma de implantação dos cursos de lato sensu EaD

CURSO	ATÉ
FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR	2025
FORMAÇÃO DOCENTE EAD	2025
GESTÃO DE PROJETOS ORGANIZACIONAIS	2025
CIÊNCIAS CRIMINAIS	2025
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	2025
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER, MATERNA E NEONATAL	2025
PSICOPEDAGOGIA	2025
ENGENHARIA AMBIENTAL	2025
FORMAÇÃO DE TUTORES PARA EAD	2025
FORMAÇÃO CONTINUADA PROFESSORES CONTEUDISTAS EAD	2025
LABORATÓRIO FORENSE	2025

Quadro 22 - Cronograma de implantação dos cursos de extensão EaD

CURSO	ATÉ
INGLÊS	2025
ESPAÑHOL	2025
EXCEL	2025
LIDERANÇA	2025
SUSTENTABILIDADE	2025
MEIO AMBIENTE	2025
MATEMÁTICA	2025
PORTUGUÊS	2025
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	2025

De acordo com a demanda regional serão abertos os cursos na modalidade EAD.

De forma comprometida com sua missão institucional, normatizações e regulações internas e externas, por meio da Educação a Distância, objetiva-se:

- fomentar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à EaD e ao uso de recursos tecnológicos na educação;

- ampliar o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem;
- estimular a criação e implementação de metodologias adequadas à EaD, tendo por objetivo a construção significativa de conhecimentos;
- ultrapassar os limites geográficos e temporais e levar educação superior de qualidade para uma parcela da sociedade carente de qualificação profissional.

Para tanto, propõem-se as metas a seguir:

- desenvolvimento de programas de educação continuada permanente para docentes, equipe técnica e suporte administrativo;
- ampliação de equipes multidisciplinares responsáveis pela proposição de cursos e atividades nas modalidades a distância, semipresencial ou presencial com uso de recursos tecnológicos digitais;
- produção de material instrucional específico para as modalidades;
- garantia de infraestrutura de apoio necessária ao desenvolvimento dos cursos e atividades;
- adequação do modelo de gestão acadêmico-administrativa à modalidade;
- avaliação periódica dos cursos e atividades, com vistas ao seu constante aprimoramento.

As políticas de EAD, aprovadas pelos colegiados superiores, fundamentam-se nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos previstos neste documento, em consonância com as especificidades dessa modalidade de ensino, a seguir apresentados:

- atendimento às demandas de formação continuada à comunidade, segundo os mesmos princípios que norteiam as demais atividades acadêmicas;
- valorização das atividades de EAD, de educação semipresencial e de atividades de aprendizagem mediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na difusão do conhecimento produzido por essas atividades pela IES;
- articulação e integração da Coordenadoria de EAD com as unidades acadêmicas de Graduação e Pós-Graduação e Educação Continuada, visando à assessoria para proposição, acompanhamento e avaliação dos cursos;
- formação continuada de recursos humanos da IES (docentes, gestores, funcionários, comunidade);

- organização de sistemas operacionais em consonância com a presente proposta acadêmica, do planejamento estratégico e do orçamento a ser delimitado, buscando articulação e integração com a administração da IES;
- incentivo às atividades de pesquisa na área de EAD e uso de tecnologias integradas às atividades da docência;
- monitoramento contínuo das ações empreendidas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa.

Embasadas na missão institucional, as políticas e práticas de Educação a Distância (EAD) foram estabelecidas para atender às demandas geradas pela sociedade contemporânea, que privilegia, entre outros fatores, o uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) no ensino, na pesquisa e na extensão.

Nessa perspectiva, em 2009, iniciou-se, na IES, estudo que visava a estabelecer políticas de EAD, principalmente, em relação à instauração de infraestrutura (espaço físico, equipamentos e softwares), capacitação de recursos humanos (docentes, funcionários técnico-administrativos, bem como suporte técnico para informática), produção de pesquisa e criação de cursos via Internet.

Assim, desde 2009, o *CAMPUS VIRTUAL FACCAMP*, buscou sensibilizar a comunidade acadêmica para o uso de TICs no ensino presencial; empenhou-se em oferecer disciplinas para alunos em dependência na modalidade semipresencial e, por fim, em promover a capacitação contínua de professores e alunos para atuarem em Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA.

Essa capacitação e formação continuada deu-se por meio de cursos de extensão em Formação de tutoria; Formação de professores conteudistas; *Lato Sensu* em Formação Docente para a Educação Superior; Formação de Professores tutores e conteudistas; Informática aplicada à educação, entre outros.

A capacitação e a atualização do corpo docente para o uso das TICs na educação acontecem de modo contínuo no *CAMPUS VIRTUAL UNIFACCAMP*. Anualmente, no período que antecede a Semana de Planejamento, serão promovidos para os docentes da IES cursos de capacitação e atualização intensivos para uso dos ambientes virtuais de aprendizagem - AVA. Além disso, também serão oferecidos cursos de atualização e extensão aos professores e alunos dos programas de mestrado durante todo o ano letivo.

A formação de conteudistas e tutores para cursos a distância é realizada por meio de cursos de *Lato Sensu* em Formação Docente para a Educação Superior e os de extensão, oferecidos a cada semestre, gratuitamente, para todo o corpo docente da IES.

A capacitação e atualização dos funcionários técnico-administrativos são realizadas de acordo com as demandas da instituição.

As Políticas para a Educação a Distância da IES, constantes deste PDI, contemplam a formação de convênios e parcerias, em âmbito nacional e internacional, para oferta de seus cursos de graduação e pós-graduação a distância. A modalidade de convênio entre instituições é denominada de Polo.

Um polo é uma instituição/organização, não necessariamente de educação superior, que ofereça as seguintes condições básicas:

- a) sala com dimensões apropriadas para o número de alunos da região, para instalação do equipamento receptor de teleconferência via satélite e um microcomputador para interação síncrona;
- b) serviço básico de recepção ao estudante distante local e regional;
- c) sala para realização periódica de avaliações presenciais;
- d) computadores ligados à internet em banda larga;
- e) responsável local.

Os recursos financeiros para instalação dos equipamentos serão de responsabilidade da Instituição e as salas e instalações necessárias para realização das atividades do curso são alocadas por meio de contrato específico para esse fim.

Destaque-se que todas as atividades referentes ao curso – formação de tutores, seleção de candidatos, matrículas, acompanhamento dos alunos, serviços de secretaria, geração de conteúdo – serão realizadas pela IES.

Para se constituir como um Polo de EAD, a Instituição deverá assinar um termo de parceria técnico-científica, com termo aditivo específico para oferta de curso(s) de graduação e/ou pós-graduação a distância, nos quais haverá os requisitos e obrigações de ambas as partes, respeitadas as necessidades do curso a distância, dos estudantes, da IES e da Instituição Polo.

2.14.1 Estudo para implantação de polos de educação a distância

A implementação de novos polos de educação a distância são precedidos de estudos que identifiquem as demandas por educação superior e que possam nortear as ações nesse sentido.

Referidos estudos são elaborados considerando os seguintes aspectos:

- a) distribuição geográfica dos polos;
- b) população local e, se for o caso, regional;
- c) matrículas de alunos no ensino médio;
- d) demanda por cursos superiores na localidade;
- e) relação de matrículas e evasão nos cursos superiores existentes na localidade;
- f) contribuição do curso a ser oferecido no polo para o desenvolvimento da localidade;
- g) indicadores do Plano Nacional de Educação para a localidade ou região.

CAPÍTULO III - POLÍTICAS ACADÊMICAS E AÇÕES ACADÊMICO ADMINISTRATIVAS

3.1 Gestão Acadêmico-Administrativa

Atendendo a missão da Instituição, a gestão acadêmico-administrativa deve ser pensada, tendo por pressupostos 1) o fortalecimento da democratização dos processos do ensino, e 2) produção e disseminação do conhecimento, garantindo o exercício da corresponsabilidade dos sujeitos no processo de decisão. Tal gestão exige a capacidade de pensar o futuro e dar respostas aos problemas, substituindo a visão fragmentada por uma visão globalizada da instituição. Nessa perspectiva, a política de gestão deve buscar a modernização administrativa nos diversos setores da UNIFACCAMP, visando a promover maior qualidade e eficiência nos serviços, em respeito à comunidade acadêmica e ao público externo – de maneira a se ter por pressuposto a construção da cidadania.

A política de gestão acadêmico-administrativa da IES prevê o estabelecimento de um modelo de gestão que fortaleça práticas democráticas, amplie parcerias, desenvolva a cooperação e o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, tendo em vista respostas mais qualificadas às novas demandas e aos desafios do nosso tempo.

São diretrizes da política de gestão acadêmico-administrativa da IES:

- a) implementar avaliações como processo sistemático, formativo e democrático, que favoreça o exercício da cidadania e o aperfeiçoamento do desempenho institucional;
- b) produzir, ágil e continuamente, informações gerenciais, de modo a possibilitar a identificação de problemas e subsidiar as alternativas de solução dos dirigentes;
- c) avaliar a administração acadêmica e o planejamento global da instituição, corrigindo rumos e melhorando a qualidade da gestão;
- d) promover a agilização e flexibilização administrativa e acadêmica;
- e) integrar e articular os processos e as atividades de planejamento;
- f) articular, em rede, todas as formas de planejamento e avaliação realizadas no IES;
- g) aprimorar base de dados institucionais, para subsidiar o gerenciamento e a avaliação das políticas acadêmicas, mediante o uso dos recursos tecnológicos que facilitem a circulação de informações e integrem os processos de gestão;
- h) estruturar setores de suporte às atividades acadêmicas.

3.1.1 Ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

Considerando as políticas e as diretrizes de gestão acadêmico administrativas as ações voltadas aos cursos de graduação visam oferecer e disponibilizar meios e recursos que efetivem as políticas de planejamento acadêmico previstas neste documento.

Nesse sentido, as ações visam a atualização curricular sistemática de todos os cursos de graduação, mediante o acompanhamento da legislação pertinente e as respectivas diretrizes curriculares, com o apoio dos setores de assessoria e suporte pedagógico.

Ademais, as ações acadêmico administrativas dão suporte para a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância, tanto nos cursos na modalidade a distância quanto nos cursos presenciais nas disciplinas *online* e ou remotas.

As ações acadêmico administrativas também dão suporte para o funcionamento do programa de monitoria e programa de nivelamento em todos os cursos.

Todas as instâncias acadêmico administrativas também atuam nas relações com outras instituições, inclusive na realização das ações de internacionalização e mobilidade acadêmica, quando pertinente.

Todos os setores envolvidos nas ações acadêmico administrativas também atuam na promoção das atividades e iniciativas que buscam ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

3.1.2 Ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação

A Instituição empreende significativos esforços e ações para o desenvolvimento da Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Os cursos, ministrados por professores de reconhecida atuação profissional, são voltados para o aprofundamento da formação do graduado que pretende se destacar no competitivo mundo do trabalho.

Com o objetivo de ampliar a busca contínua pela qualidade acadêmica nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, as seguintes estratégias são implementadas e, também, serão realizadas em ações futuras, são elas:

- I- Criar processos de avaliação contínua, aprimorando instrumentos e indicadores de análise da qualidade e demanda.
- II- Incentivar a criação de novos cursos presenciais e a distância.
- III- Avaliar continuamente os cursos de Educação a Distância.
- IV- Aumentar a visibilidade e a inserção nacional e internacional dos cursos *lato sensu*.

- V- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos de graduação e pós-graduação.
- VI- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos *stricto sensu* e *lato sensu*.
- VII- Intensificar ações que visem à integração entre os cursos *lato sensu* e a sociedade.
- VIII- Ampliar a oferta de bolsas aos estudantes.
- IX- Promover a aproximação do docente recém-doutor, recém-mestre ou recém-concursado com os grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação.
- X- Promover o acompanhamento permanente dos egressos.

3.1.3 Ações acadêmico administrativas para a iniciação científica

O gerenciamento do Programa de Iniciação Científica - PIC está a cargo da Coordenação de Iniciação Científica. Os membros da Coordenadoria são nomeados por ato da respectiva Pró-Reitoria. A Comissão do PIC será constituída pelo Coordenador de Pesquisa, que a presidirá, e por 02 (dois) docentes da IES, com título de doutor.

A Comissão do PIC terá como objetivo de fornecer diretrizes acadêmicas do programa, acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, além de analisar e dar parecer sobre os pedidos de bolsas e sobre os relatórios dos bolsistas, nos casos de renovação.

Tal Comissão poderá solicitar colaboração de consultores *ad hoc*, tanto do corpo docente da IES, quanto de outras IES, desde que necessária, em razão do caráter especializado dos processos em análise.

3.1.3.1 Programa de Bolsas de Iniciação Científica concedidas por Agências de Fomento à Pesquisa

A Coordenação de Iniciação Científica empreende esforços para adequar as condições da instituição aos requisitos necessários para pleitear cota de bolsas de iniciação científica junto às agências de fomento à pesquisa, notadamente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

No caso do CNPq, essas cotas de bolsas de iniciação científica são concedidas a instituições que desenvolvem atividades de pesquisa conduzidas por pesquisadores titulares de bolsa de Produtividade Científica daquela agência. Assim, constitui parte integrante da política de iniciação científica da IES o incentivo aos docentes da instituição para que constituam grupos de pesquisa e produzam resultados acadêmicos consistentes

com os requisitos do CNPq para a concessão de bolsa Produtividade Acadêmica, possibilitando, assim, que se tente a cota de bolsa de iniciação científica para os alunos desta instituição.

3.1.3.2 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) teve seu início no ano de 2000. Tem como objetivo apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida, através da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica desenvolvida na instituição.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o responsável pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

A bolsa consiste em desconto na mensalidade do aluno. A duração da bolsa é de 12 meses. Para a concessão da bolsa, é necessário que o candidato tenha um bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo histórico escolar.

O programa PIBIC disponibiliza um total de 50 bolsas.

A responsabilidade pelo projeto de pesquisa cabe ao orientador, mas o candidato deve estar envolvido em todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa.

Os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos devem ser submetidos ao programa PIBIC concomitante com a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição – CEP.

Os alunos que forem contemplados pela bolsa participam do encontro anual de iniciação científica, momento no qual a produção realizada na instituição é divulgada para a comunidade, contribuindo para socialização do conhecimento produzido.

3.1.3.3 Programa de Iniciação Voluntária

O Programa de Iniciação Voluntária também tem como objetivo apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida na IES. Nesse programa, o desenvolvimento da pesquisa é realizado pelo aluno voluntário, sem a concessão de bolsa.

O período da iniciação é de 12 meses, sendo que o processo de avaliação dos projetos segue o mesmo padrão da avaliação dos projetos com bolsa BIC.

3.1.3.4 Encontro de Estudantes de Iniciação Científica – ENEIC

No mês de setembro de todos os anos, o ENEIC é promovido pela Coordenadoria de Iniciação Científica da IES. O evento terá como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas de iniciação científica para a comunidade interna e externa, estimular a produção de conteúdo científico, além de favorecer a criatividade e a geração de conhecimento contribuindo para a socialização do conhecimento. Os trabalhos serão avaliados nas instituições, em seminário onde são apresentados os resultados do projeto aprovado, em exposição oral e/ou sob a forma de painel. Os trabalhos serão avaliados pelo Comitê interno de pesquisa e pelo Comitê externo de pesquisa. Será exigida a presença dos orientadores no momento da apresentação dos bolsistas, que serão avaliados individualmente. A avaliação será realizada através do:

- Comitê interno de pesquisa: formado por professores pesquisadores, mestre e doutores das grandes áreas, vinculados a IES. É um órgão colegiado, interdisciplinar, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem por objetivo a centralidade e a fiscalização do processo de pesquisa no âmbito da IES. Possui regulamento próprio. Formado pelo presidente, coordenador e professores colaboradores.
- Comitê externo de pesquisa: será realizado o convite aos membros do Comitê Externo, devendo ser estes pesquisadores nível I do CNPq, cujo número, por área/subárea do conhecimento, dependerá do número de bolsistas de cada instituição.

3.1.3.4.1 Anais do evento

O Anais do evento é o veículo no qual serão divulgados os resumos expandidos dos resultados obtidos pelos bolsistas conforme seu plano de trabalho. Nos resumos devem constar a introdução, hipótese, objetivo, a metodologia, os resultados, discussão, conclusões e referências. Esses devem ser encaminhados à coordenação do programa na instituição, acompanhados de documentação contendo a assinatura do bolsista e do orientador.

Caberá ao Comitê de Iniciação Científica a análise dos resumos, as verificações se apresentam condições de serem publicados. O Comitê dispõe de autonomia para recusar os trabalhos sem resultados ou inadequados às normas. As instruções para a elaboração

dos resumos serão divulgadas com antecedência, no site da IES, com objetivo de padronizar a sua escrita.

3.2 Da Política de Extensão e das Ações Acadêmico Administrativas para a Extensão

Em atendimento à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – MEC, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, as ações de extensão na UNIFACCAMP pautam-se em atividades que se integram à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, em conformidade com o art. 3º da referida Resolução nº 7. Integrando-se as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, com fulcro no art. 2º. da Resolução supracitada, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e no Projeto Político Institucional (PPI) da UNIFACCAMP, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

As áreas que consubstanciam o aprendizado prático como princípio pedagógico adotado na IES têm grande relevância e contribuem para o fortalecimento das competências dos estudantes e da interação da Instituição com a comunidade externa, que nela busca e encontra solução para problemas de natureza diversa.

A UNIFACCAMP, tomando como parâmetro os padrões de qualidade referendados pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolve atividades de extensão, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local, sobre temas vinculados aos cursos ofertados e pretendidos. Incentiva a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o setor público, privado e terceiro setor, mediante a elaboração de instrumentos de contratos e convênios, tendo como prioridade o desenvolvimento de atividades acadêmicas de aprofundamento de temas que envolvam, a um só tempo, interesse local e interesse acadêmico de docentes e discentes, marcados pela interdisciplinaridade.

Esta IES entende a atividade de extensão como um meio de prestação de serviços à comunidade, realimentação da instituição e, em decorrência, a integração de ambas, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade.

As atividades de Extensão, imbricadas como componentes curriculares, ampliam o universo de referência do estudante e possibilitam ao futuro profissional utilizar os conhecimentos adquiridos na instituição para identificar e propor soluções aos problemas vividos pela população que o cerca, o que enriquece a sua formação em termos teóricos e metodológicos, tendo como políticas de extensão:

- busca do máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social;
- tradução para o campo operativo dos conhecimentos desta IES, por meio de um corpo docente com competência para a produção de conhecimento científico e técnico e com habilidades necessárias à socialização desses conhecimentos aos grupos sociais;
- articulação do ensino e da extensão com as demandas da sociedade, mantendo uma relação de parceria com a sociedade e que, nesta aliança, busque contribuir para o seu processo organizativo de forma que sejam amenizadas as desigualdades sociais, econômicas e políticas, bem como à preservação do meio ambiente;
- priorização dos segmentos da população excluídos que não têm acesso aos conhecimentos científicos e técnicos necessários para equacionar problemas que dizem respeito às necessidades básicas para a sobrevivência humana, assim como para equacionar necessidades na esfera da cultura que se mostrem relevantes para a autonomia e organização destes segmentos;
- manutenção do programa de bolsas que favoreça a presença de estudantes nos projetos/programas, possibilitando dar nova ênfase à formação científica e técnica do discente;
- realização das atividades extensionistas como práticas dialógicas entre a IES e a sociedades beneficiárias, que devem estar interligadas ao ensino e à pesquisa, de modo a produzir e democratizar os conhecimentos oriundos da comunidade acadêmica;
- a extensão como instrumento para a problematização e o equacionamento de demandas e desafios contemporâneos: sociais, econômicos e políticos da

sociedade, em especial os vivenciados pela população-alvo e respectiva interlocução;

- a extensão como ação distinta de assistencialismo;
- articulação entre o saber difuso existente na sociedade com o saber sistematizado na academia;
- reflexão e a produção de conhecimento na área de atuação do docente e seus desdobramentos para a pesquisa e extensão;
- reflexão e a orientação por valores e diferentes visões de mundo;
- garantia de uso do princípio norteador para as atividades de extensão com a exaustiva conjugação entre teoria e prática;
- contribuição para o aprimoramento da formação ética, política, científica e técnica dos docentes e discentes;
- a intervenção por meio da aproximação com os segmentos sociais e as necessidades globais, para agir localmente no meio social;
- incentivo à formação de grupos de trabalho interdisciplinares;
- promoção de parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado na justiça social e a igualdade;
- contribuição para a constante (re)definição dos currículos dos cursos, de modo a incorporar a extensão como atividade rotineira da comunidade acadêmica, principalmente para o discente;
- realização da extensão sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, sem distinção ou especificidades entre as modalidades presencial e a distância.

3.2.1 São objetivos da extensão na IES

- consolidar, de modo institucionalizado, a extensão como parte integrante indissolúvel do trabalho acadêmico e promover a participação da comunidade acadêmica nas práticas extensionistas;
- democratizar o conhecimento acadêmico acumulado pela IES;
- consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, a partir da atuação de órgão responsável;

- estabelecer vínculo com a CPA visando à avaliação institucional permanente das atividades de extensão;
- intensificar e otimizar as relações de intercâmbio em via de “mão-dupla” entre o IES e a sociedade;
- disponibilizar o conhecimento de domínio IES a serviço da sociedade em que se insere, contribuindo na realização de suas atividades;
- produzir conhecimento sobre os processos de apropriação e utilização do conhecimento existente por parte das pessoas e das instituições;
- facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade social;
- avaliar as contribuições IES para o desenvolvimento regional e da sociedade;
- produzir conhecimentos a partir da utilização de metodologias ativas de aprendizado, proporcionando uma complementariedade entre o ensino presencial e a distância;
- promover interação concreta e produtiva entre o ensino e a pesquisa da IES com a sociedade, por meio da realização de trabalho colaborativo de via-dupla, ou seja, da IES em direção à sociedade (produção de conhecimento; educação continuada; assistência social; projetos e parcerias com os setores público e/ou privado; e outros serviços cabíveis) e, reciprocamente, da sociedade para a IES (acolhimento e reflexão acerca dos saberes e experiências da sociedade civil, participação e aprendizagem junto às políticas públicas e às manifestações culturais, atendimento a demandas sociais que lhe forem pertinentes);
- contribuir na qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes, por meio da relação com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade;
- colaborar, no âmbito das competências extensionistas da IES, com o equacionamento e a solução de problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional;
- contribuir, por meio das ofertas cabíveis, com a sustentabilidade acadêmica e econômico-financeira da IES .

Ao promover a ação social e a prestação de serviços articulados com as diferentes demandas, os projetos de extensão explicitam as maneiras como será garantida a

indissociabilidade entre iniciação científica, ensino e extensão, inclusive nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados.

Para o apoio ao desenvolvimento das ações e projetos de extensão, existe a Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias. Esta Pró-Reitoria possui as seguintes atribuições:

- implementar a Política de Extensão;
- promover a articulação e a integração entre extensão, ensino e pesquisa em várias áreas, objetivando abrir espaços para apresentação de alternativas, provenientes da pesquisa e do ensino, para soluções dos problemas e atendimento das necessidades da sociedade;
- articular o diálogo permanente com instituições públicas, privadas e movimentos sociais com vistas ao desenvolvimento de parecerias e convênios;
- estimular o desenvolvimento de Projetos de Extensão que contemplem a efetiva participação de estudantes, favorecendo a formação do profissional como cidadão;
- promover convênios de cooperação nacional e/ou internacional em extensão;
- subsidiar a integração das atividades de extensão com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e cursos de pós-graduação da IES;
- manter contatos com os órgãos de fomento, visando ao financiamento de programa e de projetos de extensão;
- apresentar à comunidade universitária e à sociedade em geral, os propósitos da Instituição para com a sustentabilidade, mediante estratégias de Gestão Ambiental baseadas em ações de educação e comunicação ambiental, prevenção e controle ambiental e recuperação ambiental, aplicados a cada setor/atividade demandada;
- realizar periodicamente, eventos acadêmicos que promovam a diversidade étnico-racial;
- ofertar cursos de extensão para comunidade interna e externa sobre direitos humanos, consolidando a construção de uma cultura de paz e de respeito, valorização das diferenças culturais e visando a contribuir para a redução da violência escolar; .
- ofertar cursos de extensão comunitária para portadores de deficiência no intuito de promover a inclusão social;

- criar catálogo de extensão para divulgar todos os cursos e atividades;
- emitir certificados participantes de atividades de extensão;
- manter registros dos projetos e relatórios parciais ou finais das atividades de extensão realizadas.

A programação extensionista incluirá a promoção de serviços à comunidade e a realização de cursos de treinamento de profissionais nas áreas pedagógicas e técnico-científicas, assumindo as formas de cursos de extensão, palestras, conferências, simpósios, jornadas, assistência a empresas e órgãos públicos.

As ações, na dimensão da Extensão Universitária, são realizadas em conformidade com as diretrizes emanadas da Política de Extensão Universitária, em seu desenvolvimento e apontam para os seguintes objetivos:

- promover a interação transformadora entre a IES, a sociedade e o ambiente;
- contribuir para o desenvolvimento sustentável social, econômico e ambiental;
- incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica e tecnológica;
- estimular e promover o respeito à diversidade cultural;
- contribuir para a formação acadêmica, fomentando atividades de extensão nos currículos.

Orientando-se pelos objetivos estabelecidos, a gestão da extensão pauta o desenvolvimento de seu trabalho nos aspectos que garantam: o cumprimento da metodologia institucional “Interdisciplinaridade, aprendizagem da teoria à prática”; a sistematização dos dados da extensão com o uso de novas tecnologias da informação e a representação da IES nos órgãos e fóruns de discussão que visam ao aprimoramento das ações do campo da Extensão Universitária no cenário educacional brasileiro.

A política definida a partir destas diretrizes desmembra-se em programas que buscam a melhoria da qualidade de vida da comunidade, o aprimoramento permanente da qualidade do ensino, o desenvolvimento das atividades artísticas e esportivas, fazendo dessas atividades meios de intercâmbio e integração entre a IES e todas as comunidades onde está inserida.

A extensão na IES oferece cursos à comunidade interna e externa em diversas áreas, intentando para a proximidade da academia com a comunidade, contribuindo assim, com o desenvolvimento da região e dos cidadãos.

Cursos voltados à Educação à Distância como Formação de Tutoria, Formação de Professores Conteudistas, Matemática, Informática, Língua Inglesa, Excel, entre outros são oferecidos à comunidade.

Assim, as políticas de extensão além de ofertarem cursos para a comunidade externa, ofertam serviços, como por exemplo:

- **Assistência jurídica:** Serviço prestado para a população de baixa renda promovida pelo Escritório de Prática Jurídica do curso de Direito.

- **Clínica de Saúde Unifaccamp:** Serviços de saúde promovidos na clínica de saúde para a população da região. A Clínica de Saúde Unifaccamp presta atendimento de enfermagem, odontologia, nutrição, fonoaudiologia, psicologia, exames laboratoriais, exame ultrassonografia, vacinação, fisioterapia, práticas complementares, pilates, educador físico e atendimento médico. Nesse espaço são oferecidos diversos atendimentos da atenção primária e secundária a saúde.

- **Clínica de Estética Unifaccamp:** Serviços prestados a comunidade, relacionado a estética e bem-estar.

- **Hospital veterinário Unifaccamp:** Serviços prestados a comunidade, referente a saúde animal. Presta atendimento ambulatorial de clínica geral e especialidades, urgência e emergência, realização de exames laboratoriais, realização de ultrassonografia, internação, cirurgias. Realiza projetos de atendimento a comunidade, relacionado a educação em saúde animal e bem-estar.

- **Farmácia Unifaccamp:** Presta serviços farmacêuticos a comunidade e venda de fármacos a preço acessível.

- **Programa de rádio, Drops UniFaccamp, Podcast C3 UniFaccamp:** Presta serviços de comunicação a comunidade.

- **Programa de TV, C3 TV:** Presta serviços de comunicação a comunidade.

Todos os espaços de prestação de serviços, contam com a participação ativa dos alunos no atendimento para comunidade.

Eventos também são realizados de forma periódica e são abertos para a comunidade externa, de maneira a promover a melhoria das condições sociais em torno da Instituição. Os eventos são considerados as ações que envolvem organização, promoção e/ou apresentação de exibição pública, livre ou para clientela específica, que têm conhecimento técnico formal aprendido, científico, esportivo, cultural, social, artístico, empreendedor e tecnológico desenvolvido pela IES, objetivando a difusão do conhecimento junto à sociedade. As formas de organização compreendem: palestras, mesas redondas,

seminários, conferências, congressos, encontros, fóruns, ciclos de palestras, oficinas, ateliês, exposições e apresentações, entre outros. As ações são divulgadas no endereço eletrônico da IES na Internet.

Os eventos internos podem ser exemplificado:

- Corrida UNIFACCAMP.
- Dia da saúde.
- Feira de profissões.
- Palestras externas.
- Palestras internas.
- Eventos culturais.
- Eventos ambientais.

A UNIFACCAMP também mantém as atividades de extensão que são realizados externamente. Pode-se citar:

- Feira de profissões nas escolas da região.
- Campanhas de vacinação nas empresas da região.
- Campanhas preventivas nas empresas da região.
- Realização de atividades de comunicação nas escolas (C3 nas Escolas) como programas de rádio e TV.

Há uma preocupação da IES em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, ambientais e outros.

3.3 Políticas e Ações para a Produção Acadêmica Docente

A Instituição incentiva a produção acadêmica e publicação de trabalhos pelos docentes, seja em eventos e periódicos especializados.

Especificamente para a publicação em períodos a Instituição conta com duas revistas vinculadas aos programas de mestrado. A Revista da Micro e Pequena Empresa e a Revista de Tecnologia Aplicada são publicações eletrônicas destinadas a publicar colaborações do pessoal docente e colaboradores externos.

A Revista da Micro e Pequena Empresa – RMPE (ISSN: 1982-2537) tem periodicidade quadrimestral, e possui classificação pelo sistema QUALIS como B2 na categoria Administração, Ciências Contábeis e Turismo. A Revista publica trabalhos científicos nos idiomas português, espanhol ou inglês. Sua finalidade é disseminar pesquisas relativas ao contexto das micro e pequenas empresas.

A Revista de Tecnologia Aplicada (ISSN: 2237-3713) é um periódico de natureza que visa divulgar a produção tecnológica das áreas de Administração, Contabilidade, Turismo e Engenharia com aplicação prática nas organizações.

Além disso, desde 2004, a Instituição vem desenvolvendo sua política de publicação e editoração, por meio da Editora FACCAMP, agora denominada UNIFACCAMP. Inúmeras obras foram publicadas com vistas à socialização do conhecimento, para as comunidades interna e externa. Os periódicos recebem registros do ISSN, e os livros são registrados no ISBN. A Editora FACCAMP atende as demandas de publicações de docentes da Instituição de forma prática, moderna e objetiva. São publicadas obras impressas, que são disponibilizadas no site da Instituição.

Existe ainda como instrumento de incentivo da produção acadêmica pelos docentes o WEAUNIFACCAMP – *Workshop* Multidisciplinar sobre Ensino e Aprendizagem, como evento e revista para publicação e divulgação do trabalho de docentes e discentes, no que diz respeito ao ensino e aprendizagem. Participam do *Workshop* os docentes internos, externos e discentes.

A IES desenvolve, ainda, a Revista de Educação do Instituto Superior de Ensino Campo Limpo Paulista – REDUC e a Revista de Engenharia, Inovação e Tecnologia, REITEC.

A Instituição também edita a Revista eletrônica sob responsabilidade da Pós-Graduação *stricto sensu* com link de acesso no site. Há projetos de publicação de outras revistas eletrônicas, que incluam a produção científica de professores/tutores e alunos da graduação.

A política de publicação e editoração da Instituição preconiza:

- gerenciamento dos recursos já disponíveis em consonância com as Pró-Reitorias Administrativa e Financeira;
- captação de novos recursos em consonância com o Ensino e Extensão;
- estruturação de conselho de publicação e editoração;
- ampliação e consolidação da dinâmica de produção da Editora FACCAMP;
- qualificação da publicação de periódicos impressos e eletrônicos;
- consolidação do repositório de produção científica;
- incentivo ao diálogo dos grupos de pesquisa com outras instituições;
- promoção de eventos científicos de relevância nacional e internacional;

- divulgação da produção científica com meios e linguagens adequados ao entendimento da comunidade;
- garantia à comunidade do retorno dos resultados das pesquisas, das quais ela participa;
- captação de recursos para o atendimento da demanda por publicações;
- obtenção de parcerias, visando à interação de autores de outras instituições congêneres nacionais e internacionais;
- ampliação e consolidação de conselhos editoriais;
- ampliação, manutenção de recursos físicos e tecnológicos da Editora FACCAMP;
- ampliação e manutenção de recursos físicos, tecnológicos e humanos para divulgação e publicação de produções acadêmicas em mídia eletrônica;
- incentivo à busca de indexação de periódicos e revistas com publicações docentes/tutores;
- captação de recursos para a internacionalização das publicações;
- ampliação e interação da Editora UNIFACCAMP com as Pró-Reitorias e conselhos editoriais;
- atualização e capacitação constantes dos recursos humanos da Editora UNIFACCAMP;
- ampliação das infraestruturas de informação;
- ampliação e busca de novos meios físicos e eletrônicos para divulgação de informações nos espaços de convívio e circulação;
- implementação dos serviços de intranet;
- ampliação contínua do acesso à Internet;
- promover a publicação de conteúdos para EAD em meio impresso, virtual e eletrônico.

A política de publicação e editoração da Instituição elegem seus critérios para seleção/publicação tanto para graduação quanto para pós-graduação.

A política de publicação, bem como os temas a serem trabalhados nos TCCs e ICs, encontram consonância com as demandas locais e regionais da sede e do *campus* fora de sede. O corpo docente, os NDEs, as equipes de pesquisa da Instituição, coordenados pela área responsável pelas publicações, compõem o cronograma com a participação dos discentes, focando sempre a estrutura curricular e as diretrizes legais nacionais do MEC. Após a seleção dos temas e segmentos a serem trabalhados na pesquisa e publicação,

os professores/coordenadores dos projetos descrevem juntamente com os discentes a metodologia do processo e como ele será efetuado. Os melhores trabalhos selecionados por meio de uma classificação por banca de avaliadores, serão publicados pelas Revistas da Instituição, bem como terão a sua publicação no site.

3.4 Política de Acompanhamento dos Egressos

O IES tem acompanhado a vida profissional dos egressos não só para sua permanente integração à comunidade acadêmica, mas também como uma dimensão do processo de autoavaliação. O que se observa, comumente, é o retorno de muitos egressos para continuidade dos estudos em nível de pós-graduação; alguns passam a prestar serviços à própria Instituição como colaboradores e professores, o que se constitui numa ação com repercussão social, pela valorização do egresso.

Utilizam-se vários canais de comunicação para manter o egresso em constante contato com as atividades acadêmicas, por meio de programas, semanas de curso, oficinas de extensão, cursos de pós-graduação, bem como para acompanhamento da sua carreira profissional.

O Portal da IES disponibiliza pesquisa com egressos, por meio do link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeqPtWEdRvAWWhlQJTrVDt1LfZ2K-CyfCDGY8zd-UI09cSr6QA/viewform>. Esse canal permite que o egresso participe do processo avaliativo da Instituição e que aponte dados sobre sua carreira, da importância da formação acadêmica em seu mundo do trabalho, quais são as expectativas de sua formação continuada, em quais cursos estaria interessado em fazer na pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, a visibilidade da Instituição na sociedade, bem como a melhoria de suas condições financeiras e sociais, advindas de sua formação e, também, quais seriam suas contribuições para ajudar na gestão da IES e de suas ações futuras.

Esse canal permite manter um banco de dados com informações atualizadas sobre o desenvolvimento profissional e acadêmico curricular dos egressos e constitui - se, ainda, em uma meta a ser ampliada. Pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Manter vínculo dos egressos com a Instituição.
- Oferecer oportunidades de educação continuada.
- Promover a integração e o intercâmbio entre graduandos e egressos.
- Promover o aperfeiçoamento profissional dos egressos e o intercâmbio de experiências e informações discutindo a questão da empregabilidade.

- Divulgar oportunidades profissionais e empreendedoras, de interesse de alunos e egressos.

O acompanhamento do egresso também ocorre por meio de carta-resposta, mala-direta e convites para atividades socioculturais, conforme área de formação acadêmica do aluno. Esse acompanhamento tem como objetivo precípua manter um vínculo mais próximo e efetivo com a comunidade acadêmica. Utilizam-se vários canais de comunicação para manter o egresso em constante contato com as atividades acadêmicas, por meio de programas, semanas de curso, em oficinas de extensão, em cursos de pós-graduação, bem como para acompanhamento da sua carreira profissional.

A Instituição promove um levantamento de dados, junto aos egressos de seus cursos, na intenção de compreender suas dificuldades e evolução, sendo também um mecanismo para a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos. Por meio de tais encontros, a Instituição irá mensurar as reais necessidades de ajustes de suas políticas e modelos pedagógicos e também, avaliará a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

No que se refere a programas, o destaque é para um questionário no site do IES para os egressos responderem, que tem por objetivo acompanhar e registrar a evolução profissional e pessoal do formando bem como auxiliá-lo no aprimoramento do desempenho em sua área de atuação, além de ampliar seus contatos profissionais e continuar com o contato destes.

A UNIFACCAMP propõe ações de valorização do egresso ao:

- Dar destaque às promoções, premiações e outras conquistas dos egressos (os casos são relatados em matérias, notas e entrevistas, e periodicamente veiculados no jornal da Instituição);
- convidar e envolver os egressos em bancas de trabalhos de conclusão de curso, estimulando o seu retorno ao meio acadêmico, a valorização do seu currículo e a sua possibilidade de ascensão;
- convidar egressos para compor mesas e ministrar palestras em semanas acadêmicas e eventos institucionais que envolvam estudantes regulares;
- contratar formados como colaboradores em diversas áreas acadêmicas e administrativas;

- organizar eventos com egressos, por área. Essa ação objetiva o retorno dos formados à Instituição e o envolvimento dos participantes com demais colegas e professores;
- promover as ações de estímulo à empregabilidade com intuito de inserção no mercado de trabalho.

Como ações já estabelecidas e futuras, pretende-se instituir um programa de colocação do egresso no mercado de trabalho, auxiliando-o na inserção no mercado de trabalho, envolvendo as seguintes atividades:

- Pesquisa de monitoramento - resultados preliminares indicam que 70% dos formados pela UNIFACCAMP encontram-se empregados, e 18% têm cursos de pós-graduação.
- Parcerias- foram estabelecidas e consolidadas parcerias com empresas e instituições, visando à divulgação permanente de vagas e à priorização do graduado da IES, desde que este possua a qualificação técnica e perfil requerido para a posição. As oportunidades recebidas são organizadas e enviadas semanalmente, ao e-mail aos egressos, das mais diversas áreas.
- Oficinas - foram oferecidas aos ex-alunos oficinas para o desenvolvimento ou o aprimoramento de conhecimento em idiomas como inglês e espanhol. Também foram ofertadas oficinas de elaboração de currículo, comportamento em entrevista e desenvolvimento da comunicação oral.
- Planejamento de Carreira - pretende-se implantar o serviço de orientação no Planejamento de Carreira a ser utilizado por egressos que desejam planejar a sua trajetória e ascensão profissional, ou por aqueles que encontrarem dificuldades de atuar em sua área. Representará um apoio importante e pretende-se que tenha forte adesão e reconhecimento entre o público.
- Política de preços - política de preços especiais para participação dos egressos em cursos de extensão e pós-graduação. A política contempla a oferta de desconto em todos os cursos da pós-graduação e extensão para estudantes laureados e não - laureados.
- Acesso - oferta e estímulo do acesso do egresso aos serviços de biblioteca *online*.
- Estímulo à formação - estímulo à formação de um núcleo de egressos, a partir de sites de redes sociais, a fim de manter um diálogo constante com e entre

eles. Esse núcleo deverá levantar informações sobre a vida profissional do egresso, que sirvam de indicadores para uma melhor adequação dos cursos oferecidos pelo IES às exigências do mercado.

- Palestras - levar, por meio de palestrantes renomados, informações privilegiadas de mercado de trabalho e desenvolvimento de carreira. Deve-se trabalhar com a possibilidade de convidar organizações públicas e privadas para cadastramento de profissionais, oferta de serviços complementares e divulgação de processos seletivos para *trainees* e concursos públicos.
- Recadastramento - campanha de recadastramento de egressos antigos da IES, visando a recuperar dados perdidos ao longo do tempo pelo portal do aluno.
- Redes Sociais - campanha de estímulo à utilização de Sites de Redes Sociais para fins de relacionamento e trocas de informação. Apesar de o serviço estar disponível, compreende-se a necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos e de atrair maior número de usuários, com excelentes perspectivas de retorno para os envolvidos.
- Relacionamento - ampliar o relacionamento institucional da IES com empresas privadas e de recrutamento. Vislumbra-se, neste caso, a organização de treinamento para melhorar o desempenho dos profissionais formados pelo IES nos processos seletivos e a captação de informações sobre competências e novas áreas a serem exploradas pelos formados.
- Convite à participação - convidar egressos a palestrar sobre suas experiências e vivências no mercado de trabalho em semanas de curso e eventos.
- Organizar as fotografias das formaturas e disponibilizá-las no site e nas redes sociais.
- Intercâmbio - viabilizar intercâmbio para curso de extensão.

3.5 Políticas de Internacionalização

3.5.1 A Internacionalização da Educação Superior e a busca da Excelência Acadêmica

As atuais exigências de maior integração dos mercados financeiros e comerciais mundiais têm sido acompanhadas pela internacionalização da educação terciária,

suscitando, por parte de especialistas, o surgimento de novos espaços para a educação superior no mundo. A inserção internacional da educação superior deve-se a fatores, de acordo com Vincent Lancri (2009)⁷, tais como:

- I- a decisão dos governos nacionais de promoverem os intercâmbios acadêmicos;
- II- a maior mobilidade de mão de obra qualificada em razão do aprofundamento da globalização econômica;
- III- a busca de novos mercados por parte de muitas instituições universitárias dos países desenvolvidos, visando reforçar sua reputação e constituir fontes alternativas de receitas;
- IV- estratégias governamentais direcionadas a ampliar quantitativamente e qualitativamente o capital humano de seus respectivos países, face às exigências de um mercado global cada vez mais competitivo e fortemente amparado em técnicas intensiva em conhecimento .

Como característica dessa internacionalização da educação superior atual, ainda segundo o autor, é a sua assimetria, uma vez que apresenta diferenças consideráveis em sua evolução por regiões e por países.

No mundo globalizado, as tecnologias digitais propiciaram a intensificação das comunicações entre os países, redimensionando fronteiras geográficas culturais e temporais. Nessa ótica, a internacionalização é uma pauta que se impõe cada vez mais na Academia.

No caso da UNIFACCAMP, a internacionalização tem sido estimulada já que possibilita ao estudante uma rica troca de experiências e conhecimentos com docentes e discentes de escolas estrangeiras. Nesse sentido, os PPCs dos cursos devem contemplar procedimentos e ações que estabeleçam colaboração internacional, como, por exemplo:

1. utilização de experiências internacionais em instituições estrangeiras que tragam ganhos acadêmicos e pedagógicos para os cursos de graduação;
2. realização remota de atividades acadêmicas internacionais tais como: aulas, oficinas, seminários, palestras, utilizando-se da tecnologia e/ou recursos similares;

⁷ VINCENT-LANCRIN, S. Cross-border higher education: trends and perspectives. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Higher education to 2030 (volume 2: globalization). Paris: Centre for Educational Research and Innovation, 2009, p. 63 a 88.

3. previsão de atividades acadêmicas em língua estrangeira, a fim de serem integradas a um projeto mais amplo de internacionalização do curso;
4. identificação de cursos em universidades estrangeiras de diferentes países com as quais haveria interesse em desenvolver projetos conjuntos e intercâmbio de estudantes em diferentes modalidades;
5. previsão da participação de docentes em eventos internacionais da área de formação do curso e outras atividades de curta duração no Exterior;
6. previsão de participação discente em programas governamentais e não governamentais de fomento à mobilidade internacional;
7. estímulo ao uso de bibliografia estrangeira em programas de unidades curriculares/atividades acadêmicas dos cursos de graduação;
8. previsão de intercâmbios internacionais de estudantes com universidades estrangeiras com as quais a UNIFACCAMP venha a ter convênios internacionais;
9. apoio a estudantes estrangeiros que realizem intercâmbio acadêmico em curso de graduação na UNIFACCAMP;
10. validação, como AACCC, de unidades curriculares/cursos realizados a distância em plataformas de ensino a distância

Ao envolver múltiplos agentes e interesses, a internacionalização engloba o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio de práticas que favorecem a relação entre ensino e aprendizagem para além das fronteiras do próprio país. Com isso, a instituição busca capacitar seus estudantes, nas dimensões humana e profissional, para exercer a cidadania plena no mundo atual.

A perspectiva aberta pela internacionalização estimula os discentes a apreenderem a realidade social, econômica, política e cultural de modo amplo, em uma perspectiva alargada.

Ainda cabe destacar, que na IES desenvolveu-se a internacionalização com parcerias com a **Florida Chrystian University**, desde 2012, em capacitação discente e docente em programas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado nas áreas de Administração Tecnológica.

Outras ações desenvolvidas na IES são:

- intercâmbio de alunos de Angola, parte integrante do Fórum Internacional de Gestão e Educação – Brasil e Angola;

- participação de discentes, docentes de graduação e de pós-graduação em congressos internacionais.

São outras ações futuras que intenta a Instituição, voltadas para a busca da excelência acadêmica, na vigência deste PDI:

- V- incentivar programas de intercâmbio internacional;
- VI- implementar, incentivar o ensino de língua inglesa à comunidade acadêmica, como forma de inserção internacional;
- VII- buscar a participação em redes de cooperação em pesquisa e a mobilidade internacional discente e docente, que possam incrementar a inserção da comunidade universitária no desenvolvimento social, econômico, político e cultural do mundo atual;
- VIII- salvaguardar amplo acesso às informações e às oportunidades, a não discriminação e o reconhecimento de estudos de graduação, pós-graduação, estágios no exterior e/ou cooperações técnicas e científicas, uma vez que se entende a internacionalização como um processo benéfico a todos os setores de forma transversal, com impacto no ensino, na pesquisa e na extensão, por meio de parcerias, convênios e bolsas. As bolsas serão ofertadas em parte pela IES e será incentivada a busca de fomento em agências de pesquisa como CAPES, CNPq, FAPESP e outras.
- IX- implementar a participação em redes investigativas interinstitucionais e promover intercâmbios de ciência e tecnologia, haja vista que a internacionalização é indispensável não só para a verticalização do ensino, mas também para expandir a nucleação dos docentes e pesquisadores em projetos bilaterais
- X- compreende-se que a inclusão na Instituição de estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação, tende a fortalecer o desenvolvimento global dos cursos e da comunidade universitária da Instituição.

3.6 Comunicação com a comunidade externa e interna

O Centro Universitário Campo Limpo Paulista tem como política manter contínuo relacionamento com a comunidade externa e interna.

Esse relacionamento inclui a existência de mecanismos de comunicação que possibilitem à IES melhor conhecer seu entorno, bem como, ofertar à comunidade externa informações institucionais.

A comunicação da IES com a comunidade interna ocorre através da utilização de canais diversificados (impressos e virtuais), patrocinando o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

As informações internas são disponibilizadas à toda comunidade por meio do sítio do Centro Universitário, no qual são encontrados desde os dados de estrutura, funcionamento e cursos ofertas até resultados da autoavaliação institucional.

Ademais a IES conta com Ouvidoria aberta a receber sugestões e reclamações, tanto do público interno quanto externo, por mensagem eletrônica.

A comunicação com a comunidade interna também é propósito integrante da política de comunicação e interação da Instituição. Nesse sentido, o Centro Universitário incentiva uma política de intensa e contínua troca de informações com a comunidade acadêmica discente e docente.

São mecanismos de comunicação interna as reuniões com os diversos segmentos internos, tais como órgãos colegiados e, especificamente, com relação aos alunos as reuniões periódicas dos representantes com as respectivas coordenações de cursos.

A comunicação interna também ocorre com a disponibilização de informações nos quadros de aviso e no sítio do Centro Universitário.

No que compete aos canais de comunicação externa, sua função é:

- divulgar informações de cursos, de programas, extensão e da pesquisa, publicando documentos institucionais relevantes;
- usar mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria;
- permitir o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa;
- apresentar instância específica que atua transversalmente às áreas e promovem outras ações inovadoras.

Assim, meio de vários mecanismos a IES divulga os resultados das avaliações interna e externa, disponibiliza ouvidoria e fomenta a manifestação da comunidade, gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.

3.6.1 Estratégias de Comunicação

No propósito de facilitar e aprimorar a comunicação com a comunidade a gestão da comunicação institucional da IES encontra-se sob a responsabilidade do setor de Publicidade e Mídia Digitais, que atua com todas as áreas acadêmicas e administrativas.

O objetivo geral deste setor é participar das ações de comunicação de todas as áreas e setores da Instituição, procurando atender suas necessidades de comunicação, zelar pela imagem e pelo posicionamento institucional nas comunidades interna e externa, bem como contribuir para a concretização da missão institucional.

São seus objetivos específicos:

- Apresentar, para aprovação, peças de comunicação nos meios físico e virtual (portal, cartazes, *Facebook*, murais, entre outros).
- Desenvolver e coordenar campanhas de divulgação do processo seletivo dos cursos de graduação e pós-graduação e anúncios de oportunidade.
- Definir a linha de comunicação institucional.
- Promover a interlocução com a assessoria de imprensa, criando e atendendo a demanda para os veículos de comunicação.
- Contribuir para a criação, identificação e otimização de diferenciais da Instituição, bem como para o monitoramento do mercado educacional.

3.7 Política de Atendimento Discente

No ato da inscrição, o discente passará por uma triagem, e, caso seja verificada alguma necessidade especial, serão encaminhadas demandas aos departamentos responsáveis, e cada área e coordenador terão informações das ações e políticas implantadas em cada demanda.

Para concessão de bolsas, serão atendidas por meio das políticas de bolsas, cuja decisão cabe ao CONSUP, juntamente com o perfil de cada discente. Após a secretaria montar as referidas demandas, os órgãos competentes irão determinar as ações para cada caso, de acordo com a viabilidade econômica e uma melhor forma de atendimento às necessidades dos discentes.

3.7.1 Formas de Acesso e Programas

O acesso à IES é conquistado por meio da aprovação em exame de processo seletivo eliminatório e classificatório. O exame é composto por parte objetiva e redação. Esse

processo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

As inscrições para o processo seletivo serão abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

O processo seletivo, idêntico para todos os cursos e unificado em sua realização, abrangerá conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade. Os candidatos serão avaliados em provas escritas, ou outra forma disciplinada pelo Conselho de Coordenação.

A classificação far-se-á pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluindo os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo edital do concurso.

Outra forma de ingresso, destina-se aos alunos oriundos de outras IES (transferência), o que depende da existência de vagas e de análise curricular, para efeito de aproveitamento de estudos. Há ainda o ingresso de candidatos portadores de diploma de graduação, ou de ex-alunos, que pretendem cursar a 2ª graduação; a estes é dado incentivo na forma de desconto nos valores dos cursos.

3.7.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

O apoio pedagógico da IES está orientado à oferta de outras fontes de estudo, além daquelas da biblioteca. Dentre tais fontes, são consideradas as orientações feitas por meios eletrônicos, artigos de orientação específica para cada área do conhecimento, fóruns virtuais, palestras e debates. Além destes, a Instituição mantém à disposição dos acadêmicos um banco de imagens (vídeos/DVDs) que poderão ser consultados, objetivando uma compreensão maior de determinados fenômenos relacionados à área de formação de cada um deles.

Também são organizadas, anualmente, semanas específicas relacionadas às áreas de formação de cada um dos cursos, além de *workshops* para apresentação de trabalhos.

A Instituição conta, também, com Programa de Apoio Psicopedagógico, Apoio Pedagógico para atendimento das necessidades dos discentes.

A Instituição mantém apoio financeiro destinado aos monitores (que acontece em forma de bolsas num montante de 50% do valor da mensalidade paga). Além desse apoio, a Instituição também incentiva a participação de seus alunos em eventos científicos ligados

à área de conhecimento de cada um deles, cuidando, para isso, do reembolso e despesas relacionadas à inscrição, alimentação e hospedagem.

Além de tais apoios, a Instituição também oferta bolsas de estudos a fundo perdido, restituíveis, com ressarcimento que se pode dar até após a conclusão do curso, além de estar associada a programas como o FIES, o PROUNI e o Programa Escola da Família do governo do estado de São Paulo.

Estímulo à Permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico).

A Instituição dispõe de programas para estímulo à permanência que podem ser verificados nas disciplinas oferecidas com a intenção de nivelamento por professores titulares em dias distintos das atividades regulares da Instituição. Além disso, estão à disposição dos alunos monitores selecionados dentre o corpo discente que apresentem um bom rendimento.

Com o objetivo de disponibilizar orientação psicopedagógica aos estudantes da graduação, a Instituição mantém um programa de Apoio Psicopedagógico. O programa busca acompanhar estudantes nas suas necessidades de aprendizagem, relacionamento intra e interpessoal, orientação profissional e condições de acessibilidade, objetivando colaborar com o equilíbrio de seus acadêmicos e um real aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo Centro Universitário.

3.7.3 Atendimento ao Aluno

Em função do constante aprimoramento das práticas de atendimento ao aluno, busca-se sua permanência na educação superior.

A Secretaria que presta o atendimento ao aluno, contribui com o aprimoramento das relações do alunado e seus órgãos representativos com a Instituição, e desta com a comunidade. Apoiar iniciativas de inserção do aluno no IES, assim como acompanhar o atendimento às Pessoas com Deficiência.

Programas de acompanhamento do aluno serão implantados, visando a desenvolver ações que atendam às demandas, não só dos PNE, mas também daqueles que têm necessidades psicológicas e pedagógicas que possam interferir no desenvolvimento de seus estudos.

Além do atendimento presencial, a Secretaria, por meio do Sistema Acadêmico, coloca o aluno numa conexão virtual com o IES, facilitando as ações de solicitação de documentos, acompanhamento de processos e recursos, além da visualização do desempenho acadêmico, com o acesso a seu histórico escolar.

Compete à Secretaria receber as solicitações para atendimento especial, fazendo os devidos encaminhamentos às instâncias de competência, contando, também, com o serviço de Ouvidoria, mediante o qual o aluno pode manifestar suas opiniões, críticas e sugestões, que são encaminhadas diretamente ao Ouvidor, este designado por meio de Portaria.

3.7.4 Organização Estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Central dos Estudantes, regido por regimento próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da UNIFACCAMP, sendo vedadas atividades de natureza político-partidária, bem como a participação em entidades alheias à Instituição.

É de competência do Diretório Central de Estudantes indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da UNIFACCAMP, vedada a acumulação da representatividade.

3.7.5 Ouvidoria

A comunidade dispõe de um meio de comunicação direta com o IES por intermédio da Ouvidoria. As informações deixadas por e-mail são encaminhadas ao Ouvidor, e imediatamente, aos setores responsáveis. Os dados são tabulados, apontando o andamento do processo em prazo máximo de 24 horas. O Ouvidor acompanha o processo, apontando soluções, providências a serem tomadas, procedimentos e rotinas para a conclusão do caso. Quando da solução, o setor e o prazo de realização são computados.

Todos esses dados tabulados são enviados à CPA, para geração de dados avaliativos e de gestão institucional.

3.7.6 Políticas e ações de estímulo à produção discente e participação em eventos

A IES incentiva a produção discente e a participação em eventos. Com esta finalidade existe o programa de Iniciação Científica, no qual, os discentes que realizam pesquisa sob a orientação de professor contam com bolsa estímulo e/ou desconto na mensalidade do curso.

As revistas mantidas pela Instituição também estão disponíveis para a publicação de trabalhos nos quais tenha havido participação do corpo docente, mediante orientação e supervisão de docente.

CAPÍTULO IV – POLÍTICAS DE GESTÃO

A política de gestão da Instituição, que inclui o planejamento e as ações voltadas para o pessoal do corpo docente e técnico administrativo e também, ao funcionamento da Instituição como um todo, considerando inclusive a sustentabilidade financeira, pretende estabelecer diretrizes que conduzam ao melhor uso dos recursos disponíveis para o atendimento à missão e aos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Nesse propósito, o presente capítulo traz as escolhas que pretendem selecionar o instrumental que se considera mais adequado para uma gestão eficiente.

4.1 Política de Gestão

A política de gestão da UNIFACCAMP está articulada com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, levando em conta a realidade da IES, do corpo docente, a sustentabilidade de seus processos e a realidade da região, de oferta dos cursos, bem como as políticas para os docentes e técnicos - administrativos.

4.1.1 Políticas e Diretrizes Gerais

A política para a organização institucional passa pela análise objetiva do cenário interno e externo da UNIFACCAMP e evidenciam as fragilidades (pontos fracos) e as potencialidades (pontos fortes) que esta detém para estabelecer quais são suas competências distintas no cenário competitivo.

Esta política deve considerar, principalmente, os pontos fortes que são as características internas da UNIFACCAMP que lhe propiciam condição favorável no processo competitivo ou frente ao ambiente onde ela se insere.

Para tanto, definem-se estratégias, ou seja, regras e diretrizes para a tomada de decisões traduzidas como elementos de manobra que permitem a UNIFACCAMP, maior mobilidade para fazer frente às variações mercadológicas e internas. As estratégias são os caminhos ou as maneiras pelas quais se busca atingir seus objetivos e metas.

A UNIFACCAMP acredita que a estratégia é uma questão de visão e de aprendizado. A visão compreende o conhecimento das forças que interferem em determinado processo, incluindo a realidade mercadológica externa e as condições internas da IES. Destaca que o aprendizado no campo da gestão é um processo heurístico, balizado pelos dados colhidos

pelas avaliações internas e externas: assim como e pelas ações da instituição em que se procuram avaliar os resultados e selecionar os procedimentos positivos, visando preparar melhor a próxima ação, solucionar as fragilidades, reavaliar as ações, em um processo contínuo de aprimoramento. O foco principal do aprendizado é a capacidade de gerenciar as mudanças.

A UNIFACCAMP tem presente que a gestão institucional é o caminho mais adequado para se alcançarem as metas e os objetivos propostos. Desta forma, as políticas descritas a seguir pautam-se em:

- maximizar as oportunidades ou minimizar as ameaças e os riscos;
- valorizar as ações acadêmico-administrativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão para aproveitar os pontos fortes e buscar soluções com novas ações para corrigir os pontos fracos.

4.1.2 Gestão de Pessoas

Toda e qualquer organização depende, em maior ou menor grau, do desempenho dos seus funcionários para seu sucesso. Por esse motivo, se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no seu ambiente de trabalho. Assim, o IES, contempla em suas atividades no seu planejamento estratégico, as políticas de gestão de pessoas.

Neste sentido, a UNIFACCAMP elaborou um conjunto de políticas e diretrizes gerais que delimitam as ações da gestão para o corpo docente, funcionários técnicos - administrativos e corpo discente. Ficou compreendida pelos gestores dessa instituição que o processo de normatização das políticas de gestão de pessoas, dentro da IES é uma atividade estratégica. Desta maneira, entende-se que ao definir essas políticas, a UNIFACCAMP está enviando à sua comunidade acadêmica e funcional, mensagens que dizem respeito às crenças e aos valores mais profundos dos seus gestores.

Nesta perspectiva, a política que norteou o IES na estruturação de um corpo de recursos humanos orgânico à filosofia institucional teve como base as seguintes diretrizes gerais:

- manter o corpo docente e os funcionários técnicos - administrativos comprometidos com a missão da IES;
- manter um ambiente agradável e harmonioso de relacionamento respeitoso, valorizando a confiança, a lealdade e a ética profissional;
- assegurar processos de seleção e promoção baseados nos princípios da competência e do perfil do profissional da IES;

- promover o desenvolvimento e a capacitação do corpo docente e dos funcionários técnicos - administrativos por meio de programas e cursos internos e externos de treinamento/aperfeiçoamento;(cursos de Brigada de Incêndio, Primeiros Socorros, cursos da SEMESP e ABMES).
- manter políticas de remuneração e benefícios de acordo com as boas práticas do mercado de trabalho;
- aprimorar a aplicação dos planos de carreira docente e pessoal técnico - administrativo, tendo em vista, assegurar o enquadramento na categoria, na classe e no nível adequados;
- manter um ambiente de trabalho harmonioso, oferecendo os recursos necessários para um bom desenvolvimento profissional;
- incentivar o trabalho em equipe, proporcionando um ambiente participativo que estimule a atuação dos profissionais na realização de suas tarefas, instrumentalizando-os para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como, a iniciação científica, serviços e gestão acadêmica da IES;
- assegurar que todos os funcionários da IES devem trabalhar para atuar com responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade;
- proporcionar segurança e qualidade de vida no trabalho a todos que participam da execução das atividades da IES.

4.1.3 Bem-Estar

A UNIFACCAMP está consciente de que o bem-estar dos colaboradores (professores e funcionários técnicos-administrativos) é tão importante quanto o bem estar dos alunos, uma vez que isso, faz parte da cultura do Mantenedor e da Reitoria, desde o início.

Assim sendo, melhorar a qualidade de vida desses colaboradores é um dos alvos a serem atingidos pelo IES. Isso implica nas seguintes diretrizes:

- a) manter um clima agradável que se traduza num bom ambiente para trabalhar e fazer amigos;
- b) proporcionar aos funcionários confraternização, almoços, que propiciem crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional, aumentando sua segurança e autoconfiança;
- c) buscar e implementar medidas para a redução dos fatores que desencadeiam o estresse;

d) ouvir os colaboradores mediante instrumentos de autoavaliação, apresentando e discutindo os resultados obtidos e solucionando os problemas passíveis de solução;

e) fazer da reorganização dos setores de trabalho um fator permanente de bem-estar dos colaboradores, reavaliando-a periodicamente, com vistas à correção de desvios e barreiras ao bom desempenho e à criação de um clima favorável ao exercício profissional;

f) manter a tradição de ser uma Instituição, na qual o clima de respeito entre os gestores e os colaboradores e destes com seus colegas de trabalho é uma realidade, incentivando-os a trabalhar em grupo, a participar de equipes e grupos de trabalho e a investir na troca e na ajuda mútua, com vistas à obtenção de melhores resultados.

4.1.4 Política de Pessoal

A Política de Pessoal da Instituição abrange o planejamento e as ações que visam ao aprimoramento dos quadros docente/tutores e do pessoal técnico-administrativo, os quais devem atuar na consecução dos objetivos e desígnios da Instituição.

Esta política fundamenta-se em pressupostos que devem nortear o crescimento, a renovação e a qualidade das atividades acadêmicas, as quais contemplam como diretrizes para a organização administrativa e de gestão:

- a integração entre os coordenadores de cursos e programas no desempenho das suas funções como gestores;
- o comprometimento com a responsabilidade social e posturas pautadas na educação, na ética e na liberdade de expressão;
- uma gestão participativa colegiada;
- o aprimoramento contínuo de pessoal mediante treinamentos, eventos e cursos.

Além disso, as metas e as ações gerais de organização administrativa do período deste PDI são:

- manter e dar continuidade ao plano de capacitação permanente do pessoal docente e técnico administrativo;
- realizar encontros periódicos com dirigentes e representantes dos docentes e técnico-administrativo para debater o desempenho institucional;
- desenvolver mecanismos de envolvimento do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo no processo de planejamento;

- disseminar a cultura da avaliação continuada interna e externa com ações que conduzam a comunidade interna a compreender seu papel nesse processo.

A seguir são apresentadas as políticas voltadas à gestão dos recursos desses dois segmentos da Instituição.

4.1.4.1 Política do Pessoal Docente

A política do pessoal docente/tutores da IES é regida por atos internos que regulam a matéria, que inclui o Quadro de Carreira do Pessoal Docente, aprovado em 2014 e protocolado no Ministério do Trabalho, sob no. 462550016182012, conforme documento a ser disponibilizado na visita *in loco*.

4.1.5 Política de Contratação do Pessoal Docente

A contratação do pessoal docente/tutor da IES ocorre mediante concurso aberto aos interessados que atendam às condições previstas no respectivo edital e no Quadro de Carreira Docente. No respectivo edital há a especificação das vagas e sua quantidade.

Os interessados em participar do processo seletivo para docente/tutor da IES que atenderem aos requisitos do edital, devem protocolar no setor de Recursos Humanos o *curriculum vitae* e cópias dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos.

A contratação de professores/tutores segue um planejamento que atenda a demanda de novos recursos humanos, conforme a implantação de novos cursos e as necessidades por profissionais do magistério que atendam as expectativas de qualificação e experiência, de acordo com o edital de contratação dos docentes.

Sem comprometer os níveis mínimos esperados de titulação, experiência profissional e experiência no magistério para a oferta de um ensino de qualidade, a IES contrata professores/tutores que tenham titulação docente adequada com os critérios estabelecidos no plano de carreira e nos editais, inclusive para se tornar Centro Universitário.

4.2 Titulação do Corpo Docente

A Instituição conta com 190 docentes/tutores, conforme tabelas abaixo. Entre mestres e doutores há um percentual de 62%. Com relação ao regime de trabalho, a UNIFACCAMP conta com 57% de docentes/tutores em tempo integral e parcial.

Tabela 5 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 01/2021 – Por Titulação

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	%
Doutor	53	28%
Mestre	64	34%
Especialista	73	38%
TOTAL	190	100%

Tabela 6 - Situação do Corpo Docente/Tutor em 01/2021 – Por Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	%
Tempo integral (40h)	46	24%
Tempo parcial (12h a 40h)	63	33%
Horista	81	43%
TOTAL	190	100%

4.3 Política de capacitação docente e formação continuada

Com a finalidade de atender os docentes/tutores em suas necessidades de atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional a IES conta com o programa de capacitação docente (PCD), que oferece incentivo e auxílio à participação em eventos, capacitação continuada e qualificação. O programa oferece auxílio financeiro aos docentes/tutores em duas modalidades:

I – PCD-Eventos

II – PCD-Estudos

Os programas PCD-Eventos e PCD-Estudos objetivam, respectivamente, apoiar a participação em eventos nacionais/internacionais e a participação em programas de mestrado e doutorado.

As solicitações para participação nesses programas devem ser enviadas à Reitoria da IES, sendo que o docente/tutor poderá solicitar auxílio para participação em eventos.

O auxílio poderá envolver o pagamento da taxa de inscrição e/ou hospedagem e/ou deslocamento, conforme regulamento do PCD.

Os seguintes critérios se aplicam à análise de pedidos para participação no programa PCD-Eventos:

- VI. a quantidade de recursos disponíveis;
- VII. a importância do evento para atuação do docente em sua área;
- VIII. o parecer do coordenador do curso em que o docente atua;
- IX. a carga horária de dedicação do docente/tutor no Centro Universitário;
- X. o tempo de contratação do docente/tutor, sendo exigido um mínimo de um ano;
- XI. a avaliação da participação em programas anteriores.

As solicitações referenciadas para participação no programa PCD-Eventos deverão ser efetuadas em formulário próprio com uma antecedência mínima de 60 (sessenta dias).

Os seguintes critérios se aplicam à análise de auxílio à participação no programa PCD-Estudos:

2. quantidade de recursos disponíveis;
3. contribuição do programa de pós-graduação para atuação do docente/tutor na sua área;
4. situação do programa de pós-graduação perante os órgãos de avaliação competentes (autorização, reconhecimento, credenciamento);
5. parecer do coordenador do curso em que o docente/tutor atua;
6. carga horária de dedicação do docente/tutor na IES;
7. tempo de contratação do docente/tutor;
8. avaliação da participação em programas anteriores.

4.3.1 Política de Substituição Eventual do Pessoal Docente

Existindo necessidade de substituição eventual decorrente de não comparecimento do professor à aula, o docente/tutor deverá comunicar, com antecedência, o coordenador do curso e o setor responsável pelos docentes, que verificará a possibilidade de substituição por outro professor/tutor.

Na impossibilidade da substituição por outro professor/tutor, o professor/tutor ausente deverá encaminhar previamente uma atividade para ser aplicada à turma, que contará com um mediador (auxiliar de ensino) para aplicação da atividade. Após a aplicação, a atividade será encaminhada ao professor/tutor para correção e posterior devolução à turma.

Na hipótese de substituição definitiva do professor/tutor será designado, imediatamente, novo profissional que assumirá a disciplina até o fim do semestre letivo.

Esta substituição levará em consideração os mesmos critérios da Política de Atribuição de Disciplinas.

4.3.2 Política de Atribuição de Disciplinas do Pessoal Docente

A atribuição de disciplinas ao pessoal docente/tutor, que visa a qualidade do ensino que oferece, obedece aos seguintes critérios:

- adequação do conteúdo da disciplina com a prática profissional do docente/tutor e sua formação acadêmica;
- adequação das disciplinas que adotem metodologias conhecidas pelos docentes/tutores nomeados.

Além disso, a IES zela para que o docente/tutor leccione apenas disciplinas que tenham proximidade temática, ou seja, que integrem a mesma matéria ou sejam da mesma área.

4.3.3 Política de Regime de Trabalho do Pessoal Docente

O docente/tutor da IES é contratado sob o regime de tempo integral, tempo parcial ou tempo especial, conforme carga horária estabelecida a cada semestre.

O regime de tempo integral se caracteriza pela contratação de 40 horas de trabalho semanais, das quais são dedicadas, no máximo, 20 horas à docência e as demais em atividades complementares afins à docência: tais como orientação, pesquisa e outras afins.

O regime de tempo parcial se caracteriza pela contratação mínima de 12 horas de trabalho semanais as quais são dedicadas, no máximo, 75% das horas à docência e as demais em atividades complementares afins à docência.

O regime de tempo especial é aquele que não se caracterize como de tempo integral ou de tempo parcial, de maneira a contemplar também o regime horista.

4.3.4 Política de Progressão na Carreira do Pessoal Docente

A progressão na carreira docente/tutor ocorrerá, alternadamente, a cada ano, por merecimento e antiguidade, mediante solicitação do docente/tutor e conforme vagas existentes no quadro da carreira docente, divulgadas mediante edital no mês de outubro de cada ano.

As promoções por merecimento ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria e de uma categoria para outra. As promoções por antiguidade ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria.

As solicitações de progressão na carreira serão protocoladas no setor de Recursos Humanos, conforme o edital e serão acompanhadas da documentação que fundamente o pedido. A avaliação e a classificação dos interessados serão feitas pela Comissão de Seleção e Avaliação Docente. Os benefícios decorrentes da promoção na carreira serão pagos pela Mantenedora a partir de fevereiro do ano seguinte ao concurso.

São critérios para a progressão na carreira docente/tutor, conforme a categoria funcional, diploma registrado de curso superior com habilitação na área de conhecimento pretendida, certificado de curso de especialização obtido nos termos da legislação vigente, tempo de experiência no magistério superior, experiência profissional fora do magistério superior na área de conhecimento pretendida, frequência ou, conclusão dos créditos ou, conclusão do curso de mestrado, frequência ou, conclusão dos créditos ou, conclusão do curso de doutorado na área de atuação acadêmica.

Integram ainda, os critérios para a progressão na carreira docente/tutor a avaliação individual do desempenho em sala de aula e tutoria, no âmbito da avaliação institucional.

4.4 Política de Capacitação e formação continuada do corpo Técnico Administrativo

A política do pessoal técnico administrativo da IES é regida por atos internos que regulam o assunto, que inclui o Quadro de Carreira do Pessoal Técnico Administrativo, aprovado em 2014 e protocolado no Ministério do Trabalho, sob no. 462550026092014, a seguir apresentada.

4.4.1 Política de Contratação do Pessoal Técnico Administrativo

A contratação do pessoal técnico administrativo da IES ocorre mediante concurso aberto aos interessados que atendam às condições previstas no edital e no Quadro de Carreira respectivos. No edital, amplamente divulgado e disposto no portal da Instituição, há a especificação das vagas e quantidade, garantindo visibilidade e acesso aos interessados.

Os interessados em participar do processo seletivo que atenderem aos requisitos do edital, devem protocolar, no setor de Recursos Humanos o *curriculum vitae* e cópias dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos.

A contratação do pessoal técnico-administrativo segue um planejamento que atenda a demanda de novos recursos humanos, conforme o desenvolvimento da IES e as necessidades por profissionais que atendam as expectativas de qualificação e experiência.

São critérios para a contratação do pessoal técnico-administrativo: adequação da formação acadêmica do candidato para a vaga pretendida, adequação da formação em cursos gerais e livres para a vaga pretendida, tempo de experiência profissional na atividade pretendida e conhecimento técnico da área pretendida, a ser mensurado mediante entrevista e/ou avaliação escrita.

4.4.2 Política de Formação e Capacitação do Pessoal Técnico-Administrativo

A IES oferece Plano de Formação e Capacitação do pessoal técnico-administrativo que inclui o incentivo e auxílio para a frequência aos cursos, palestras e outros eventos que contribuam para o aprimoramento profissional e pessoal.

A participação nas ações desse plano é custeada pela IES, e prevê cursos de línguas, inclusive, da língua brasileira de sinais (LIBRAS). Ainda, integra o Plano nos termos da Convenção Coletiva de Trabalho, a concessão de bolsa de estudo integral em cursos de graduação e pós-graduação de instituição da Mantenedora.

Essas bolsas estão limitadas a duas e, no caso da pós-graduação, o curso a ser frequentado, deve integrar área correlata à de atuação do beneficiário. As bolsas são mantidas durante os períodos de afastamento remunerado e haverá perda da mesma em caso de reprovação no período letivo. As disciplinas cursadas em dependência não integram a bolsa e esta será novamente concedida, após aprovação no respectivo período letivo de reprovação.

4.4.3 Política de Progressão na Carreira do Pessoal Técnico Administrativo

A progressão na carreira horizontal e vertical, do pessoal técnico - administrativo ocorre, alternadamente, a cada ano, por merecimento e antiguidade, conforme vagas existentes no quadro da carreira.

As promoções por merecimento ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria e de uma categoria para outra. As promoções por antiguidade ocorrerão entre os níveis de uma mesma categoria.

As solicitações de progressão na carreira serão protocoladas no setor de Recursos Humanos, conforme o edital e serão acompanhadas da documentação que fundamente o

pedido. A Comissão de Seleção e Avaliação fará a análise dos pedidos de progressão na carreira. Os efeitos pecuniários e funcionais decorrentes da promoção na carreira ocorrerão a partir de fevereiro do ano seguinte ao concurso.

São critérios para a progressão na carreira do pessoal técnico-administrativo: atendimento às qualificações exigidas pelo cargo, produtividade, conhecimento técnico do serviço, qualidade do trabalho, relacionamento interpessoal, comunicação, organização, cumprimento de prazos, cumprimento de metas, pontualidade do horário de serviço, assiduidade ao trabalho, interesse e dedicação.

Os critérios para a progressão na carreira são apurados mediante avaliação de desempenho, realizada em conjunto entre o candidato e o superior hierárquico.

4.5 Cronograma de Expansão do Pessoal Docente e do Pessoal Técnico-Administrativo

Tabela 7 - Metas de Capacitação Pessoal Docente/Tutor

CAPACITAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DE PESSOAL DOCENTE/TUTOR				
	2021	2022	2023	2024	2025
Doutorado	0%	0%	0%	1%	1%
Mestrado	0%	1%	1%	1%	1%
Especialização	1%	1%	1%	2%	2%
Aperfeiçoamento	2%	2%	2%	2%	2%
Treinamento	5%	5%	5%	5%	5%
Eventos Diversos	5%	7%	7%	7%	7%

Tabela 8 - Metas do Plano de Carreira Docente

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DOCENTE/TUTOR				
	2021	2022	2023	2024	2025
Tempo Integral	24%	25%	25%	25%	25%
Tempo Parcial	34%	35%	35%	35%	35%

Tabela 9 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Titulação

TITULAÇÃO	QUANTIDADE DE DOCENTES/TUTORES A SEREM CONTRATADOS POR ANO					
	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Doutor	1	1	1	2	2	7
Mestre	1	1	2	3	3	10
Especialista	1	1	2	3	3	10
TOTAL	3	3	5	8	8	27

Tabela 10 - Cronograma e Plano de Expansão - Quantidade de Docentes/Tutores a Contratar por Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE DE DOCENTES/TUTORES A SEREM CONTRATADOS POR ANO					
	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Tempo Integral	1	1	1	2	2	7
Tempo Parcial	1	1	2	3	3	10
Horista	1	1	2	3	3	10
TOTAL	3	3	5	8	8	27

Tabela 11 - Cronograma e Plano de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

FUNÇÃO/CARGO/ATIVIDADE	QUANTIDADE/ANO					TOTAL
	2021	2022	2023	2024	2025	
Funções previstas no Plano de Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo	2	3	4	4	4	17

Tabela 12 - Cronograma de aprimoramento do Corpo Técnico-Administrativo

CAPACITAÇÃO	PERCENTUAL DO QUADRO DE PESSOAL				
	2021	2022	2023	2024	2025
Doutorado	0%	0%	0%	0%	0%
Mestrado	0%	0%	0%	0%	0%
Especialização	1%	1%	1%	2%	2%
Graduação	2%	2%	2%	2%	2%
Aperfeiçoamento	5%	5%	5%	5%	5%
Treinamento	5%	7%	7%	7%	7%
Eventos Diversos	1%	1%	1%	2%	2%

4.6 Política de Capacitação e formação Continuada para o Corpo de Tutores

A Instituição possui política de formação continuada de conteudistas e tutores para cursos a distância. Esta formação ocorre por meio de cursos de *Lato Sensu* em Formação Docente para a Educação Superior, bem como cursos de extensão, oferecidos, gratuitamente, para todo o corpo docente e de tutores.

A formação continuada sempre foi uma prioridade para a UNIFACCAMP, pois embasa o oferecimento de educação de qualidade à população.

Em tempo de pandemia COVID-19, essa formação torna-se extremamente importante, haja vista a necessidade de todos os docentes, de certa forma, virem-se obrigados a trabalhar de modo remoto, em atividades síncronas, assíncronas, ao vivo nos meios digitais, com uso das tecnologias da informação.

No propósito de cumprir sua política de capacitação e formação continuada de professores/tutores, a Instituição realiza as seguintes ações:

- capacitação de pessoal para atuação em EAD – tutoria e conteúdo;
- formação continuada de docentes e tutores para a educação a distância;
- troca contínua de experiências em ambientes virtuais de aprendizagem para o pessoal de tutoria;
- realização de ações internas que promovam discussões sobre educação a distância e tutoria;
- desenvolvimento de cursos, eventos e atividades que promovam metodologias de educação a distância e tutoria;
- Capacitação contínua para o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- Atualização e ampliação de recursos para atividades em meios tecnológicos.

4.7 Processos de Gestão Institucional

Conforme previsto no Regimento da UNIFACCAMP, os processos de gestão institucional respeitam e garantem a autonomia dos órgãos gestores. Nesse sentido, a Instituição tem plena autonomia na gerência de sua estrutura física e pessoal, sem qualquer interferência da Mantenedora, de maneira a preservar a independência e autonomia acadêmica.

Igualmente, os órgãos colegiados contam com idêntica autonomia e com a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e também do corpo de tutores, inclusive, com previsão expressa no Regimento. Importante salientar que todos os professores da UNIFACCAMP atuam como tutores em suas disciplinas, no desenvolvimento de atividades de estudos dirigidos e práticas – EDP, ou do Eixo – trabalhos realizados sob supervisão ou não dos docentes/tutores sobre temas transversais, como expresso na RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, com fulcro no Parecer CNE/CP nº. 8/2012, homologado, que recomendam a transversalidade curricular das temáticas, como princípios da educação em direitos a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.

Ademais, a participação prevista nos documentos institucionais internos não é apenas formal, mas efetiva, com acesso de todos os segmentos às reuniões periódicas dos diversos órgãos colegiados, como atestam as respectivas atas.

O Regimento da Instituição também regulamenta os mandatos dos membros dos órgãos colegiados, mencionando os mecanismos de nomeação e periodicidade e prazo dos mandatos.

As decisões emanadas dos órgãos de gestão e colegiados são divulgadas e ganham publicidade tão logo sejam formalizados. Esta prática está sistematizada e permite o conhecimento imediato das decisões pela comunidade interna.

4.8 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático⁸

Atualmente, a UNIFACCAMP trabalha com material adquirido da empresa *SAGAH* especializada em produção de material didático – EaD, para uso nos cursos a distância.

Esse material é analisado pelas coordenações dos cursos, junto com o NDE e colegiado e tutores, a fim de garantir que atendam às ementas e objetivos e às diretrizes

⁸ UNIFACCAMP, Plano de Contingência e de Atualização de Acervo Físico e Virtual das Bibliografias Básica e Complementar dos Cursos Presenciais e EaD e do Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático, s/d.

das disciplinas e é validado. Uma vez validado, o material passa a ser catalogado pela bibliotecária e fica disponível ao discente na Biblioteca virtual aos alunos dos cursos EaD.

O material adquirido de empresa especializada *SAGAH* é formalizado por meio de contrato assinado. A *SAGAH* fornece um catálogo de unidades a serem selecionadas pelos coordenadores dos cursos e seus docentes, para compor as disciplinas. Esse catálogo permite construir conteúdo para uma disciplina, para um curso todo EaD, para conteúdo de disciplinas entre 20% e 40% a distância, para módulos de aperfeiçoamento, de preparação para ENADE, de nivelamento e de extensão.

4.8.1 Disponibilização

Realizada a validação, os conteúdos são catalogados e disponibilizados em um servidor para o setor de publicação da secretaria acadêmica realizar a disponibilização dos materiais para a oferta da disciplina no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Essa etapa envolve criação da disciplina e integração no AVA, configuração do calendário da disciplina (datas, prazos, pontuação), estruturação dos avisos da disciplina, conteúdos de orientação didática, prazos para as atividades (fóruns, exercícios de sistematização, avaliação, atividade de aprofundamento – entrega), publicação do material teórico e de apoio, videoaulas.

A última etapa está na disponibilização da disciplina por parte da coordenação do Curso, dos professores responsáveis pela disciplina e do professor/tutor que mediará a disciplina em AVA.

4.8.2 Distribuição

A distribuição do conteúdo é realizada de forma digital e gratuita ao aluno, com possibilidades de leitura em dispositivos multiplataforma. O material didático é fornecido ao aluno em três formatos digitais: (1) *PDF (Portable Document Format)* para *download* e impressão; (2) interativo em formato eletrônico (acessível à multiplataforma, com índice, recurso de ampliação textual); e (3) Formato Personalizado para os alunos com necessidades especiais.

4.9 Sustentabilidade Financeira – Relação com o Desenvolvimento Institucional

A sustentabilidade financeira da instituição permite realizar os seus programas de investimentos. As metas e ações apresentadas neste PDI, deverão ser feitas de acordo

com os investimentos em recursos humanos e infraestrutura. A instituição utiliza recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, sendo necessário, poderá haver um aporte por parte da entidade mantenedora da instituição e também, recursos de financiamentos junto às instituições financeiras (BNDES, bancos, etc.).

Apesar das dificuldades (inadimplência, evasão, etc.) encontradas na geração de receitas, pode-se afirmar que a sustentabilidade financeira será suprida com a capacidade da instituição em gerar receitas na forma de mensalidades, emolumentos e serviços (combatendo a inadimplência, elaborando formas de manter o aluno na instituição e ampliar a sua oferta de serviços na comunidade), para manter suas atividades e projetos em andamento, visando produzir resultados (realizar sua missão, alcançar metas, ações e objetivos).

4.9.1 Aspectos Financeiros e Orçamentários

A Instituição tem utilizado o orçamento, a execução orçamentária e financeira como instrumentos gerenciais capazes de orientar e subsidiar a administração na tomada de decisão.

Também, no intuito de maximizar os recursos orçamentários disponíveis para o atendimento de necessidades para a implementação das ações e metas previstas neste PDI, bem como os investimentos direcionados às diversas áreas, estabeleceu-se, como estratégias para a gestão orçamentária e financeira:

- a) priorização dos recursos orçamentários e financeiros às atividades que possibilitem a sustentabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- b) racionalização e acompanhamento rígido dos gastos com custeio, evitando-se o desperdício de recursos e contribuindo com a sustentabilidade ambiental e financeira;
- c) desenvolvimento de parcerias com instituições, busca de recursos em agências de fomento, visando à maximização de resultados e diminuição de custos;
- d) priorização dos projetos e atividades conforme cronograma estabelecido neste PDI e disponibilidade orçamentária.

4.9.2 Políticas de Sustentabilidade Financeira

São políticas de sustentabilidade financeira:

- criar estratégia de gestão, visando a racionalizar os recursos financeiros para implementação das ações e metas previstas na vigência do PDI;
- incentivar a busca de recursos financeiros em agências de fomento;

- buscar parcerias com empresas e instituições;
- alcançar bons índices avaliativos no ENADE e avaliações externas para ampliação de número de bolsas FIES e Escola da Família⁹;
- ampliar o número de bolsas FIES e PROUNI;
- trabalhar a visibilidade da Instituição por meio de seus índices avaliativos e conceitos de curso;
- divulgar a imagem da Instituição, visando divulgação e captação de alunos;
- criar estratégias de contratação do corpo docente qualificado e melhorar as condições de ensino, pesquisa e extensão, como forma de garantir a visibilidade das ações da IES e sua divulgação;
- priorizar os investimentos em material permanente e equipamento, diversificando os recursos para o atendimento de todas as áreas;
- otimizar recursos orçamentários para o atendimento às todas as necessidades relacionadas às obras de melhoria e de expansão da infraestrutura, bem como ampliações e novas construções de instalações físicas, laboratórios, áreas administrativas que atendam as demandas dos cursos e núcleos da Instituição;
- otimizar, por meio de equipe própria, serviços de manutenção;
- priorizar as obras necessárias ao desenvolvimento da instituição;
- buscar a captação de alunos para os cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- criar mecanismos de retenção dos discentes;
- contribuir para a sustentabilidade ambiental, otimizando uso e gasto com materiais de escritório como papel, lápis e tinta para impressora;
- otimizar o uso de equipamentos elétricos, como impressoras;
- incentivar o uso sustentável de energia elétrica;
- elaborar campanhas para otimização do uso de recursos hídricos;
- ampliar a visibilidade da Instituição por meios de programas e ações de extensão, entre outros.

⁹<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v1/PEF/index.html>

- realizar uma projeção de acordo com as demandas regionais para a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, após estudos de viabilidade financeira.

4.9.2.1 Mecanismos de Definição do Orçamento da Instituição

A definição do orçamento da Instituição, bem como da alocação dos recursos, é elaborada a partir das metas, objetivos e cronograma de expansão da Instituição.

Com base em documentos avaliativos e metas avaliativas elaborados pela CPA e disponibilizados no site da IES, <https://www.unifaccamp.edu.br/cpa/principal/>, são colhidas informações junto aos egressos, sociedade civil, ouvidoria, entre outros, e elaborados planos gestores para definir a alocação dos recursos, a gestão orçamentária e as ações e metas propostas no PDI. Esses planos gestores são elaborados em conjunto com a mantenedora, setores administrativos, financeiro e com a direção acadêmica.

4.9.3 Política de Alocação de Recursos

O plano de investimento é feito através de orçamento e depende das receitas da instituição e dos índices da economia como um todo. Os investimentos necessários à instituição visam a consolidar e a expandir a oferta de cursos e vagas, a atingir o plano de ação e metas, além de possibilitar a ampliação com qualidade das atividades da instituição em termos de ensino, pesquisa e extensão. Para isto é destinado um aporte de recursos que deverá ser suficiente para cobrir as necessidades de custeio, pessoal e investimentos. As ações de investimento para a instituição terão como princípio as diretrizes do PDI, desenvolvido no âmbito da instituição. Este tem como fator principal o enquadramento do plano de ações e metas e o planejamento de infraestrutura em concordância com as necessidades pedagógicas.

4.9.4 Metas e Ações

As metas e ações garantem a sustentabilidade financeira da instituição e permitem realizar os seus programas de investimentos. As metas e ações apresentadas neste PDI deverão ser feitas de acordo com os investimentos em recursos humanos e infraestrutura. A instituição utiliza recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, caso necessário, poderá haver um aporte por parte da entidade mantenedora da instituição e também recursos de financiamentos junto às instituições financeiras (BNDES, bancos, etc.).

Apesar das dificuldades (inadimplência, evasão, etc.) encontradas na geração de receitas, a Instituição tem como metas a serem cumpridas: suprir a capacidade da instituição em gerar receitas na forma de mensalidades, emolumentos e serviços (combatendo a inadimplência, elaborando formas de manter o aluno na instituição e ampliar a sua oferta de serviços na comunidade), para manter suas atividades e projetos em andamento, visando a produzir resultados (realizar sua missão, alcançar metas, ações e objetivos).

4.9.5 Estratégia da gestão econômico-financeira

A Instituição trabalha com o conceito de que o orçamento é mais do que uma simples previsão de receitas e estimativa de despesas. O orçamento moderno transformou-se em um mecanismo de administração composto por inúmeras funções, que têm como objetivo fundamental orientar e subsidiar a administração na tomada de decisão em relação às ações acadêmico-administrativas.

As instituições de educação superior particulares têm como principal fonte financiadora, senão única, as mensalidades dos alunos, portanto, o planejamento e gerenciamento administrativo, contábil e financeiro também têm o escopo de maximizar os recursos orçamentários disponíveis para o atendimento de uma gama de necessidades tanto de custeio, quanto de investimentos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços. Tendo em vista, estes princípios básicos, a Instituição definiu suas estratégias para a gestão econômico-financeira, para vigência deste PDI, conforme segue:

- disponibilização de recursos orçamentários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- racionalização e acompanhamento dos gastos com custeio, evitando-se o desperdício de recursos;
- estímulo à elaboração de projetos que possibilitem a captação de recursos em agências de fomento às atividades de pesquisa e extensão;
- desenvolvimento de parcerias, visando a captação de recursos e redução dos custos.

Todo planejamento financeiro será previsto e executado na vigência deste PDI com as respectivas dotações orçamentárias para áreas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade presencial e EAD.

4.9.6 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução

Tabela 13 - Demonstrativo Financeiro 2021

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPESAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2021	
RECEITAS	
DESPESAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 14 - Demonstrativo Financeiro 2022

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPESAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2022	
RECEITAS	
DESPESAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 15 - Demonstrativo Financeiro 2023

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPEASAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2023	
RECEITAS	
DESPEASAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 16 - Demonstrativo Financeiro 2024

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPEASAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagamento Pessoal Administrativo(-)	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2024	
RECEITAS	
DESPEASAS	
TOTAL GERAL	

Tabela 17 - Demonstrativo Financeiro 2025

RECEITAS	VALORES
Anuidade / Mensalidade(+)	
Bolsas(-)	
Diversos(+)	
Financiamentos(+)	
Inadimplência(-)	
Serviços(+)	
Taxas(+)	
DESPESAS	VALORES
Acervo Bibliográfico(-)	
Aluguel(-)	
Despesas Administrativas(-)	
Encargos(-)	
Equipamentos(-)	
Eventos(-)	
Investimento (compra de imóvel)(-)	
Manutenção(-)	
Mobiliário(-)	
Pagto Pessoal Adminis/pro-labore	
Pagamento Professores(-)	
Pesquisa e Extensão(-)	
Treinamento(-)	
Totalização 2025	
RECEITAS	
DESPESAS	
TOTAL GERAL	

A projeção para o quinquênio 2021 a 2025, apresentada nas tabelas acima, embora se baseie nos estudos de planejamento estratégico que subsidiaram a elaboração deste documento, depende, para sua concretização, do cenário macroeconômico brasileiro e, em decorrência da globalização, dos setores de prestação de serviço em âmbito mundial.

Para dar sustentabilidade financeira ao projeto de expansão da Instituição, o gerenciamento e o planejamento orçamentário devem garantir o crescimento da receita, por meio da captação de novos alunos de graduação e de pós-graduação, bem como da manutenção da mensalidade média dos cursos e geração de superávit para subsidiar investimentos. O Erro! Fonte de referência não encontrada., traz a previsão orçamentária de receita líquida, investimentos, custeio e manutenção para o período de 2021 a 2025.

Tabela 18 - Previsão das Receitas de Anuidades e Projeção do Corpo Discente para o Quinquênio 2021/2025

RECEITA COM MENSALIDADES						
	Cursos de Graduação		Cursos Pós-Graduação		TOTAIS	
Ano	Estud.	R\$	Estud.	R\$	Estud.	R\$
2021						
2022						
2023						
2024						
2025						

Além das receitas com mensalidades dos cursos de graduação e de pós-graduação, a Instituição conta ainda com a receita proveniente das Taxas de Matrículas, Inscrições, Convênios e Outras Receitas, que são apresentadas no tabela a seguir, onde também são demonstradas as Bolsas de Estudos e a Inadimplência para graduação e para a pós-graduação, sendo que a evasão já considerada (deduzidas) diretamente nas matrículas totais de cada ano.

Tabela 19 - Receitas Totais Anuais

RECEITAS	2021		2022		2023		2024		2025	
	R\$	%								
GRADUAÇÃO		5%		5%		5%		5%		5%
PÓS-GRADUAÇÃO: ESPECIALIZAÇÕES		5%		5%		5%		5%		5%
SUBTOTAL: RECEITA OPERACIONAL										
MATRÍCULAS GRADUAÇÃO		5%		5%		5%		5%		5%
RECEITA BRUTA										
INADIMPLÊNCIA		18%		18%		18%		18%		18%
BOLSAS DE ESTUDO		15%		15%		15%		15%		15%
PIS		0,65%		0,65%		0,65%		0,65%		0,65%
COFINS		3%		3%		3%		3%		3%
ISS		2%		2%		2%		2%		2%
RECEITA LÍQUIDA										

4.9.6.1 Custeio e Despesas

Os valores são planejados com base na remuneração do pessoal docente e do pessoal técnico-administrativo, aprovados pela Mantenedora. À remuneração são acrescidos os encargos sociais e trabalhistas. A previsão dos valores para o quinquênio em planejamento é apresentada na tabela à seguir - Custeio de Recursos Humanos

Tabela 20 - Custeio de Recursos Humanos

CUSTEIO E DESPESAS COM PESSOAL	2021		2022		2023		2024		2025	
	R\$	%								
PESSOAL DOCENTE		5%		5%		5%		5%		5%
PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO		5%		5%		5%		5%		5%
ENCARGOS SOCIAIS		5%		5%		5%		5%		5%
TOTAL		5%								

As atividades institucionais demandam de recursos para o custeio e para as despesas operacionais e de manutenção da infraestrutura, sendo estas representadas pela tabela a seguir - Custeio e Despesas em Geral.

Tabela 21 - Custeio e Despesas em Geral

CUSTEIO E DESPESAS COM PESSOAL	2021		2022		2023		2024		2025	
	R\$	%								
CAPACITAÇÃO DOCENTE E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS		5%		5%		5%		5%		5%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		5%		5%		5%		5%		5%
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS		5%		5%		5%		5%		5%
MATERIAL DE LABORATÓRIO		5%		5%		5%		5%		5%
ALUGUEL E IPTU		5%		5%		5%		5%		5%
ENERGIA E COMUNICAÇÃO		5%		5%		5%		5%		5%
PROPAGANDA E ANÚNCIOS		5%		5%		5%		5%		5%
SERVIÇOS GRÁFICOS		5%		5%		5%		5%		5%
VIAGENS		5%		5%		5%		5%		5%
EVENTOS		5%		5%		5%		5%		5%
PESQUISA, EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA		5%		5%		5%		5%		5%
TOTAL										

4.9.7 Plano de Investimentos

Os resultados positivos, entre a receita total e as despesas e custeio, são aplicados em investimentos, na forma especificada neste plano.

Os investimentos em biblioteca, laboratórios (máquinas e equipamentos) e informática (atualização tecnológica e ampliação de *hardware* e *software* para os laboratórios de informática e demais setores e equipamentos em constante evolução tecnológica), são prioritários para a Instituição.

Todos os investimentos são realizados com recursos alocados a partir dos resultados financeiros apurados ano a ano, como se infere nos demonstrativos apresentados. A Mantenedora, na eventualidade de resultados anuais desfavoráveis, garantirá os investimentos necessários ao desenvolvimento e crescimento institucional, através das suas reservas como é demonstrado a seguir.

A tabela geral de investimentos é apresentado a seguir:

Tabela 22 – Tabela Geral de Investimentos

INVESTIMENTOS	2021		2022		2023		2024		2025	
	R\$	%								
MATERIAIS PERMANENTES		6%		6%		6%		6%		6%
INFORMÁTICA (HARDWARE E SOFTWARE)		6%		6%		6%		6%		6%
LABORATÓRIO (MÁQUINAS, EQUIP., MÓVEIS)		6%		6%		6%		6%		6%
ACERVO BIBLIOGRÁFICO		6%		6%		6%		6%		6%
CONSTRUÇÃO E READAPTAÇÃO DE PRÉDIOS		6%		6%		6%		6%		6%
TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.711.094,60	6%	1,762.931,42	6%	1.868.707,30	6%	1.980.829,73	6%	2.099.679,49	6%

Em conclusão, como se depreende dos quadros e das demonstrações apresentadas, a Instituição reúne condições financeiras adequadas para os cursos, programas e projetos que se propõe, restando ainda, ao final de cada exercício um saldo positivo que é destinado à formação de um prudente fundo de reserva, administrado pela Mantenedora para garantia institucional.

4.9.8 Sustentabilidade Financeira – Participação da Comunidade

A definição do orçamento da Instituição, bem como da alocação dos recursos, é elaborada a partir das metas, objetivos e cronograma de expansão da Instituição.

Com base em documentos avaliativos e metas avaliativas elaborados pela CPA e disponibilizados no site da IES, <https://www.unifaccamp.edu.br/cpa/principal/>, são colhidas informações junto aos egressos, sociedade civil, ouvidoria, entre outros, e elaborados planos gestores para definir a alocação dos recursos, a gestão orçamentária e as ações e metas propostas no PDI. Esses planos gestores são elaborados em conjunto com a mantenedora, setores administrativos, financeiro e com a Reitoria.

4.9.8.1 Política de manutenção do acervo acadêmico

Todo o acervo sob guarda da IES é permanentemente organizado e está em condições adequadas de conservação, fácil acesso, pronta consulta, conforme as normativas do MEC, da Portaria MEC nº 315/2018 e pela alteração dada pela Portaria Nº 332, de 13 de março de 2020, em seu art. 45 alterando o prazo para a conversão para o meio digital, no prazo de quarenta e oito meses a partir da publicação da Portaria no. 332. A UNIFACCAMP possui uma política implantada para a manutenção e guarda do acervo acadêmico.

Na organização do acervo acadêmico está prevista a pronta disponibilidade de consulta averiguação, a qualquer tempo, pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão, bem como da CPA.

A comprovação de existência de documento de indicação do “Depositário do Acervo Acadêmico” (DAA) ao MEC, em cumprimento ao art. 339, § 4º. da Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018, foi enviada a SERES em 05 de maio de 2014, pela Portaria IECLP Nº 01_05/2014, indicando o fiel depositário.

A Instituição implementa projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as

informações contidas nos documentos originais, de maneira a atender as disposições legais que regem a matéria.

CAPÍTULO V - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 Políticas para Infraestrutura

A IES tem por política oferecer modernidade e funcionalidade em relação à infraestrutura, proporcionando à comunidade acadêmica maior conforto e eficiência na execução das propostas pedagógicas.

Os equipamentos são atualizados em função das necessidades dos cursos e do avanço tecnológico. A manutenção preventiva dos equipamentos é realizada através de técnicos, contratados pela instituição e a corretiva é terceirizada às empresas especializadas.

A construção dos prédios e instalações é realizada por empresas de comprovada competência. A manutenção e conservação das instalações físicas são terceirizadas, sendo realizadas por empresas especializadas.

A IES tem como políticas balizadoras da gestão da infraestrutura:

- adequação da infraestrutura aos padrões de qualidade definidos para as diversas áreas de atuação da Instituição;
- processos e procedimentos de gestão que proporcionem o uso adequado e racional da infraestrutura;
- pronta disponibilidade da infraestrutura necessária, assegurando as condições de trabalho e as demandas da expansão;
- não duplicação da infraestrutura para o mesmo fim;
- manutenção regular e constante.

O *Campus* da Instituição está instalado em uma área de aproximadamente 13.000 m². Hoje, transcorridos vinte e um anos, a Instituição conta com instalações necessárias ao funcionamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além dos espaços que abrigam toda a sua administração e serviços de apoio técnico.

Com o crescimento de suas atividades e, em especial, o aumento de cursos, o *campus* tem, segundo orientação da Mantenedora, buscado racionalizar e otimizar seus recursos físicos.

Objetiva-se a implantação de um sistema acadêmico único, a centralização dos cursos de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* no *Campus*. A IES mantém sua política de manutenção e melhor adequação de sua infraestrutura com vistas a atender as demandas atuais.

As instalações foram planejadas para a oferta de cursos em nível superior. O campus funciona em um complexo de prédios e anexos. Todas as instalações são modernas e sua manutenção e conservação são constantes, buscando-se a contínua adequação dos espaços físicos às necessidades acadêmicas e ao bem-estar dos usuários. Atendem de forma ampla as normas de iluminação para ambientes internos, acústica e ventilação. Todas as instalações possuem rotina de limpeza, que proporciona um ambiente agradável e saudável para sua comunidade. As instalações também atendem aos critérios de acessibilidade e de segurança.

Na tabela a seguir, apresenta-se um resumo da Instituição e de suas respectivas áreas construídas e na sequência um resumo da estrutura física.

Tabela 23 - Resumo da Estrutura Física

PRÉDIOS	Salas de Aula	Biblioteca	Anfiteatro	Lab. Biológicas e Química	Lab. Informática/ Redes	Lab. Eng. e Física	Farmácia escola	Hospital Veterinário	Policlínica Saúde	Lab. Comunicação	Áreas adm. e de gestão
Prédio 01	12										
Prédio 02	7				1					4	x
Prédio 03	12			2		1					
Prédio 04				10		4					
Prédio 05					6						
Prédio 06	7		1								
Prédio 07	22	1		1	1						
Prédio 08	14										x
Prédio 09								1			
Prédio 10	1										
Prédio 11							1				
Prédio 12											x
Prédio 13									13		x
Hangar						1					
Totais	72	1	1	13	8	6	1	1	13	3	

- Prédio 1 (salas de aula, 8 banheiros; hall de convivência, corredores e escadarias).
- Prédio 2 (salas de aula, secretaria geral, gabinetes de professores, sala dos professores, tesouraria, sala da CPA, salas da Reitoria, sala de

reunião, 5 laboratórios, 6 banheiros, lanchonete, espaços de convivência, corredores e elevador).

- Prédio 3 (salas de aula, laboratórios, salas de apoio psicopedagógico, cozinha para funcionários, almoxarifado, corredores, 8 banheiros, sanitário PNE, área de convivência e lanchonete).
- Prédio 4 (laboratórios, hall de convivência, 6 banheiros, banheiro PCD, escadas, corredores, 2 lanchonetes e elevador).
- Prédio 5 (laboratórios, 6 banheiros, sanitários PCD, hall, corredores e escadas).
- Prédio 6 (salas de aula, anfiteatro, Núcleo de Educação a Distância, 6 banheiros, hall, corredores, rampas e escadarias).
- Prédio 7 (salas de aula, laboratórios, núcleo de assistência jurídica, biblioteca, 8 banheiros, 8 sanitários PCD, hall e rampas acessíveis).
- Prédio 8 (secretaria de pós-graduação *lato e stricto sensu*, gabinetes de pesquisador, gabinetes individuais de pesquisa para alunos, sala de pesquisa de aluno, sala de reunião, salas de convivência, salas de aula, 4 banheiros, corredores e escadas).
- Prédio 09 (hospital Veterinário, 2 banheiros, 2 sanitários PNE, corredores e escadas).
- Prédio 10 (sala de aula e 2 banheiros).
- Prédio 11 (Farmácia Escola e Publicidade)
- Prédio 12 (Núcleo de PI e RH).
- Prédio 13 (Policlínica de Saúde, 6 banheiros, 3 sanitários PNE, espaço de convivência, lanchonete, corredores, elevador e escadarias).
- 5 estacionamentos.
- Campus fora de sede (em implantação): O campus fora de sede dispõe de todas as dependências físicas necessárias para o bom andamento dos cursos, como: salas de aula, secretaria, tesouraria, laboratórios, biblioteca, salas de coordenação, direção, CPA, NDEs, sanitários PCD, NEAD, espaço de convivência, entre outros.
- Polos: Os polos dispõem de toda a infraestrutura adequada aos cursos que ofertam.

5.1.1 Metas e Ações

Para atender ao crescimento institucional previsto no presente plano de desenvolvimento, a IES tem as seguintes metas e ações previstas:

Tabela 24 - Instalações Físicas a implantar em 2021

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	2	50,0	100,0
Coordenações de curso	2	12,0	24,0

Tabela 25 - Instalações Físicas a Implantar em 2022

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	2	50,0	300,0
Coordenações de curso	3	12,0	36,0

Tabela 26 - Instalações Físicas a implantar em 2023

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	1	70	70
Coordenações de curso	4	6	24
Lanchonete/restaurante (ampliação)	2	4	8
Brinquedoteca	1	-	-
Reprografia (ampliação)	-	-	-

Tabela 27 - Instalações Físicas a implantar em 2024

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	2	70	140
Coordenações de curso	2	6	12
Atendimento aos discentes (ampliação)	4	4	16
Sala de docentes (ampliação)	-	-	-

Tabela 28 - Instalações Físicas a implantar em 2025

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Sala de aula	4	80	320

Coordenações de curso	4	64	24
Loja de conveniência	1	25	25
Biblioteca (ampliação)	-	-	-
Serviços de apoio (ampliação)	-	-	-

5.2 Infraestrutura Física

5.2.1 Instalações Administrativas e de suporte

A Instituição conta com instalações para todas as áreas administrativas, que incluem contabilidade, contas a pagar, tesouraria, compras, cobrança, tecnologia da informação, recepção, patrimônio, manutenção e telefonia.

As instalações atendem às necessidades institucionais e estão adequadas às atividades previstas, bem como quanto à guarda, manutenção e disponibilização da documentação acadêmica.

Além disso, as instalações possibilitam acessibilidade e contam com avaliação periódica dos espaços, do gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos.

A seguir a relação de instalações físicas existentes e implantadas na instituição.

Tabela 29 - Instalações Físicas de Suporte Existentes e Implantadas

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2	TOTAL M2
Alojamento	1	181,78	181,78
Assistente de Pró-Reitoria Acadêmica	1	32,09	32,09
Assistente de Pró-Reitoria Financeira	1	28,00	28,00
Audiovisual	1	16,24	16,24
Coordenação de Administração e G. Marketing	1	7,72	7,72
Coordenação de Ciência da Computação	1	4,00	4,00
Coordenação de Ciências Contábeis	1	3,60	3,60
Coordenação de Direito	1	3,80	3,80
Coordenação de Enfermagem	1	4,00	4,00
Coordenação de Eng. Civil	1	4,00	4,00

Coordenação de Eng. Eletrônica e Eng. Mecânica	1	4,00	4,00
Coordenação de Eng. Materiais, Química.	1	3,80	3,80
Coordenação de Eng. Produção	1	3,80	3,80
Coordenação de Farmácia	1	3,80	3,80
Coordenação de Odontologia	1	3,80	3,80
Coordenação de Gestão Financeira	1	3,00	3,00
Coordenação de Letras e Música	1	3,80	3,80
Coordenação de Pós-graduação	4	5,00	20,00
Coordenação de Comunicação (PP, JO e de RTV)	1	3,80	3,80
Coordenação dos Tecnólogos	1	4,00	4,00
Copa (Secretaria)	1	16,20	16,20
Reitoria Acadêmica	1	30,08	30,08
Pró-Reitoria Administrativa	1	27,89	27,89
Pró-Reitoria Financeira	1	20,18	20,18
Pró-Reitoria Extensão e Ações Comunitárias	1	20,00	20,00
Jurídico	1	15,05	15,05
Manutenção	1	150,00	150,00
Patrimônio	1	14,00	14,00
Sala de reunião	2		68,81
Secretaria de Pós-Graduação	1	58,96	58,96
Secretaria Geral	1	89,43	89,43
Setor de Cobrança	1	25,00	25,00
Setor de Compras	1	36,00	36,00
Setor de Contabilidade	1	13,53	13,53
Setor de Contas à pagar	1	11,32	11,32
Setor de NTI	1	28,50	28,50
Setor de Recepção	1	138,88	138,88
Setor de RH	1	67,83	67,83
Setor de Telefonia e Vestibular	1	44,62	44,62
Setor de Tesouraria	1	149,14	149,14

5.2.2 Salas de Aula, Laboratórios e Biblioteca

Tabela 30 - Instalações Salas de aula, Laboratórios e Biblioteca

LOCAL	TIPO	M ²
PRÉDIO 01 - 1º ANDAR	Sala 07	84,70
PRÉDIO 01 - 1º ANDAR	Sala 08	68,00
PRÉDIO 01 - 1º ANDAR	Sala 09	75,40
PRÉDIO 01 - 1º ANDAR	Sala 10	75,40
PRÉDIO 01 - 1º ANDAR	Sala 11	76,60
PRÉDIO 01 - 2º ANDAR	Sala 12	56,10
PRÉDIO 01 - 2º ANDAR	Sala 13	67,20
PRÉDIO 01 - 2º ANDAR	Sala 14	68,80
PRÉDIO 01 - 2º ANDAR	Sala 15	70,60
PRÉDIO 01 - TÉRREO	Sala 01	41,30
PRÉDIO 01 - TÉRREO	Sala 02	42,90
PRÉDIO 01 - TÉRREO	Sala 05	41,60
PRÉDIO 02 - 1º ANDAR	Sala 01	74,46
PRÉDIO 02 - 1º ANDAR	Sala 02	75,32
PRÉDIO 02 - 1º ANDAR	Sala 03	89,87
PRÉDIO 02 - 1º ANDAR	Lab. Redes	51,00
PRÉDIO 02 - 1º ANDAR	Estúdio TV 2	59,20
PRÉDIO 02 - 1º ANDAR	Lab. multimídia	50,00
PRÉDIO 02 - 2º ANDAR	Sala 04	75,68
PRÉDIO 02 - 2º ANDAR	Sala 05	77,12
PRÉDIO 02 - 2º ANDAR	Sala 06	65,39
PRÉDIO 02 - 2º ANDAR	Sala 07	58,65
PRÉDIO 02 - TÉRREO	Estúdio TV	80,00
PRÉDIO 02 - TÉRREO	Estúdio rádio	60,00
PRÉDIO 03 - 1º ANDAR	Sala 03	48,59
PRÉDIO 03 - 1º ANDAR	Sala 04	74,39
PRÉDIO 03 - 1º ANDAR	Sala 05	86,23
PRÉDIO 03 - 1º ANDAR	Sala 06	86,55
PRÉDIO 03 - 2º ANDAR	Sala 07	48,19
PRÉDIO 03 - 2º ANDAR	Sala 08	73,00
PRÉDIO 03 - 2º ANDAR	Sala 09	87,04
PRÉDIO 03 - 2º ANDAR	Sala 10	85,99
PRÉDIO 03 - 3º ANDAR	Sala 11	72,22
PRÉDIO 03 - 3º ANDAR	Sala 12	77,14
PRÉDIO 03 - 3º ANDAR	Sala 13	90,59
PRÉDIO 03 - 3º ANDAR	Sala 14	89,63
PRÉDIO 03 - TÉRREO	Lab. Odontologia	88,70
PRÉDIO 03 - TÉRREO	Lab. Odontologia	122,90
PRÉDIO 03 - TÉRREO	Lab. Civil - estruturas de concreto	36,80
PRÉDIO 04 - 1º ANDAR	Lab. 06 - farmacotécnica	72,50
PRÉDIO 04 - 1º ANDAR	Lab. 07 - enfermagem	73,70
PRÉDIO 04 - 1º ANDAR	Lab. 08 - microbiologia	75,50

PRÉDIO 04 - 1º ANDAR	Lab. 09 - física e metrologia	67,30
PRÉDIO 04 - 1º ANDAR	Lab. 10 - microscopia e parasitologia uranálise	63,10
PRÉDIO 04 - 2º ANDAR	Lab. 11 - instalações elétricas	72,50
PRÉDIO 04 - 2º ANDAR	Lab. 12 - pneumática e automação industrial	73,70
PRÉDIO 04 - 2º ANDAR	Lab. 13 - medicina veterinária	75,50
PRÉDIO 04 - 2º ANDAR	Lab. 14 - fenômenos de transporte e mecânica dos solos	67,30
PRÉDIO 04 - 2º ANDAR	Lab. 15 - análises clínicas, imunologia e hematologia	63,10
PRÉDIO 04 - TÉRREO	Lab. 01 - morfologia humana	73,70
PRÉDIO 04 - TÉRREO	Lab. 02 - morfologia humana II sala de apoio	73,70
PRÉDIO 04 - TÉRREO	Lab. 03 - química geral e dos solos	75,50
PRÉDIO 04 - TÉRREO	Lab. 04 - química geral	67,30
PRÉDIO 04 - TÉRREO	Lab. 05 - química orgânica e segurança no trabalho	63,10
PRÉDIO 05 - 1º ANDAR	Lab. 04 - informática	69,80
PRÉDIO 05 - 1º ANDAR	Lab. 05 - informática	69,80
PRÉDIO 05 - 2º ANDAR	Lab. 06 - informática	69,00
PRÉDIO 05 - 2º ANDAR	Lab. 07 - informática	68,40
PRÉDIO 05 - TÉRREO	Lab. 02 - informática	54,70
PRÉDIO 05 - TÉRREO	LAB. 03 - informática	59,80
PRÉDIO 05 - TÉRREO	NEAD - Núcleo Ead e Núcleo Integrado de Comunicação	69,80
PRÉDIO 06 - 1º ANDAR	Sala 04	79,04
PRÉDIO 06 - 1º ANDAR	Sala 05	72,54
PRÉDIO 06 - 1º ANDAR	Sala 06	77,10
PRÉDIO 06 - TÉRREO	Gabinetes coordenação/apoio psicopedagógico	51,70
PRÉDIO 06 - TÉRREO	Gabinetes EaD	48,50
PRÉDIO 06 - TÉRREO	Sala 03	39,81
PRÉDIO 06 - TÉRREO 2	Sala 07	79,16
PRÉDIO 06 - TÉRREO 2	Sala 08	72,74
PRÉDIO 06 - TÉRREO 2	Sala 09	76,72
PRÉDIO 06 - TÉRREO 3	Anfiteatro	450,00
PRÉDIO 07 - 1º ANDAR	Lab. Eajur	57,90
PRÉDIO 07 - 1º ANDAR	Lab. Núcleo Jurídico	59,30
PRÉDIO 07 - 1º ANDAR	Sala 03	60,24
PRÉDIO 07 - 1º ANDAR	Sala 04	61,92
PRÉDIO 07 - 1º ANDAR	Sala 05	66,38
PRÉDIO 07 - 1º ANDAR	Sala 06	75,77
PRÉDIO 07 - 2º ANDAR	Sala 07	59,78
PRÉDIO 07 - 2º ANDAR	Sala 08	57,82
PRÉDIO 07 - 2º ANDAR	Sala 09	61,07
PRÉDIO 07 - 2º ANDAR	Sala 10	62,10
PRÉDIO 07 - 2º ANDAR	Sala 11	66,66
PRÉDIO 07 - 2º ANDAR	Sala 12	85,26
PRÉDIO 07 - 3º ANDAR	Sala 13	59,36
PRÉDIO 07 - 3º ANDAR	Sala 14	57,64
PRÉDIO 07 - 3º ANDAR	Sala 15	61,55
PRÉDIO 07 - 3º ANDAR	Sala 16	62,20
PRÉDIO 07 - 3º ANDAR	Sala 17	66,91
PRÉDIO 07 - 3º ANDAR	Sala 18	84,58

PRÉDIO 07 - 4º ANDAR	Sala 19	122,78
PRÉDIO 07 - 4º ANDAR	Brinquedoteca	61,30
PRÉDIO 07 - 4º ANDAR	Sala 21	63,03
PRÉDIO 07 - 4º ANDAR	Sala 22	68,68
PRÉDIO 07 - 4º ANDAR	Lab. Sala do júri	84,70
PRÉDIO 07 - TÉRREO	Biblioteca	700,00
PRÉDIO 07 - TÉRREO	Lab. Biologia e multidisciplinar	
PRÉDIO 08 - 1º ANDAR	Sala 01 - gabinete	52,20
PRÉDIO 08 - 1º ANDAR	Sala 02 - gabinete	51,90
PRÉDIO 08 - 1º ANDAR	Sala 03 - gabinete	52,80
PRÉDIO 08 - 1º ANDAR	Sala 04	52,80
PRÉDIO 08 - 1º ANDAR	Sala 05	45,70
PRÉDIO 08 - 1º ANDAR	Sala 06	45,70
PRÉDIO 08 - 2º ANDAR	Sala 07	52,20
PRÉDIO 08 - 2º ANDAR	Sala 08	51,90
PRÉDIO 08 - 2º ANDAR	Sala 09	52,80
PRÉDIO 08 - 2º ANDAR	Sala 10	52,80
PRÉDIO 08 - 2º ANDAR	Sala 12	45,70
PRÉDIO 08 - 3º ANDAR	Sala 13	52,20
PRÉDIO 08 - 3º ANDAR	Sala 14	51,90
PRÉDIO 08 - 3º ANDAR	Sala 15	52,80
PRÉDIO 08 - 3º ANDAR	Sala 16	52,80
PRÉDIO 08 - 3º ANDAR	Sala 17	45,70
PRÉDIO 08 - 3º ANDAR	Sala 18	45,70
PRÉDIO 08 - TÉRREO	Mestrado - secretaria, Pró-Reitoria, gabinetes, atendimento	220,00
PRÉDIO 09 - 1º ANDAR	Hosp. Veterinário	126,70
PRÉDIO 09 - 2º ANDAR	Hosp. Veterinário	117,70
PRÉDIO 09 - TÉRREO	Clínica veterinária	124,00
PRÉDIO 10 - TÉRREO	Multidisciplinar	111,20
PRÉDIO 11 - TÉRREO	Farmácia escola	
PRÉDIO 13 - 1º ANDAR	Lab. 05 – Estúdio corpo e movimento	55,36
PRÉDIO 13 - 1º ANDAR	Lab. 06 - Multidisciplinar	74,75
PRÉDIO 13 - 1º ANDAR	Lab. 07 – Ultrassom e consultórios	77,74
PRÉDIO 13 - 1º ANDAR	Lab. 08 - Análises Clínicas	86,57
PRÉDIO 13 - 2º ANDAR	Lab. 09 - Pilates	83,05
PRÉDIO 13 - 2º ANDAR	Lab. 10 – Estética e cosmética	77,61
PRÉDIO 13 - 2º ANDAR	Sala 11 - Música	38,51
PRÉDIO 13 - 2º ANDAR	Sala 12- Música	38,51
PRÉDIO 13 - 2º ANDAR	Sala 13- Música	86,57
PRÉDIO 13 - 2º ANDAR	Lab. Terapia complementar	17,75
PRÉDIO 13 - TÉRREO	Policlínica Saúde - Recepção e triagem	74,65
PRÉDIO 13 - TÉRREO	Policlínica saúde – Consultório Fisioterapia	84,96
PRÉDIO 13 - TÉRREO	Policlínica saúde – Consultório Psicologia e Multi	83,52
PRÉDIO 13 - TÉRREO	Policlínica saúde – Salas de Procedimentos	82,50
PRÉDIO HANGAR	Lab. Mecânica	
TOTAL		10128,45

Quadro 23 - Instalações Físicas - Laboratórios a disponibilizar para a oferta dos cursos de Graduação

LABORATÓRIOS E SERVIÇOS	2021	2022	2023	2024	2025
Laboratório de Cozinha Pedagógica e Nutrição	X				
Laboratório de Bar e Salão				X	
Laboratório de Confeitaria, Panificação e Cozinha				X	
Laboratório de Desenhos				X	
Laboratório de Dança e Expressão Corporal				X	
Laboratório de Modelos e Ensaios					X
Laboratório de Avaliação Nutricional					X

5.3 Salas de aula

A Instituição dispõe no campus sede e nos polos, salas de aula em período integral, adequadas e suficientes ao número de alunos e para plena utilização dos professores no desenvolvimento das atividades acadêmicas, com a capacidade média de 60 alunos, atendendo, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta, com uso de recursos tecnológicos instrucionais sempre que necessários e solicitados. Estas possuem iluminação condizente, climatização, sendo mobiliadas com carteiras tipos escolares, mesa e cadeira para o professor, equipamentos audiovisual: projetor multimídia e computadores nas salas, telas para projeção, lousa, caixa de som, microfone, depósitos de lixo em lugares estratégicos, limpeza e arrumação efetuada após término de cada turno. As salas de aula são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com procedimentos consolidados e institucionalizados, visto que, periodicamente, ocorrem ações de reparos e manutenção corretiva e preventiva.

Tabela 31 - Resumo Salas de Aula

Resumo Salas de Aula						
Prédios	Salas de Aula	m ²	Média m2	Sanitário Masc.	Sanitário Fem.	Sanitários Portador Deficiência
Prédio 1	12	768,06	64,01	3	3	2
Prédio 2	7	512,49	73,21	2	2	-
Prédio 3	12	919,57	76,63	3	3	1
Prédio 6	7	497,13	71,02	3	3	-
Prédio 7	19	1304,77	68,67	4	4	4
Prédio 8	14	857,60	61,26	2	2	-
Prédio 10 MULTI	1	111,20	111,20	1	1	1
Prédio 13	3	163,59	54,53	3	3	3
Total	75	5134,41		21	21	11

5.4 Auditório

O UNIFACCAMP dispõe de Anfiteatro para 330 pessoas que atende plenamente as necessidades dos cursos e o número de alunos, quando há desenvolvimento das atividades acadêmicas.

O Anfiteatro possui boa audição interna, ventilação, com uso de ar-condicionado e natural, adequado às necessidades climáticas, com iluminação artificial e condições de higiene e segurança totalmente satisfatórias às ações de ensino. Além disso, as instalações do Auditório atendem as normas de acessibilidade, conforto, isolamento e qualidade acústica.

O Auditório também conta com recursos tecnológicos e meios de acesso à internet.

5.5 Sala de professores

A Instituição disponibiliza duas salas de professores, uma no Prédio 2 e outra no Prédio 8. As salas de professores e atendem às necessidades dos cursos, sendo adequadas à quantidade de usuários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

As salas têm boa acústica, ventilação, com uso de ar-condicionado ou natural, adequada às necessidades climáticas, com iluminação artificial, com acessibilidade e condições de higiene totalmente satisfatórias às ações de ensino. As salas estão equipadas com mesas, cadeiras, murais e armários.

O corpo docente conta ainda com a infraestrutura da secretaria geral e de cursos, impressora e computadores, escaninhos, armários, murais, espaço para café e sanitários. O espaço possui plano de limpeza diária e de conservação do mobiliário e atende os critérios de acessibilidade.

As salas de professores atendem às necessidades da Instituição no que se refere à sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação dos espaços, à manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos.

No *campus* e nos polos há sala adequada para atender aos docentes e suas necessidades de atuação.

5.6 Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral

Os gabinetes para professores em tempo integral contam com ponto de acesso à internet, acústica e iluminação adequada, controle da temperatura climatizado, que proporcionam um ambiente agradável, confortável e seguro. Possui plano de limpeza diária e de conservação do mobiliário. Atendem aos critérios de acessibilidade, assim como à quantidade de professores de tempo integral.

5.7 Espaços para atendimento aos discentes

Existem salas individuais para atendimento personalizado dos discentes junto às salas de professores. O espaço também existe no *campus* fora de sede e nos polos.

Esses espaços atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, a manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento. O espaço possui plano de limpeza e de conservação do mobiliário.

5.8 Espaços de convivência e de alimentação

A Instituição conta com vários espaços de convivência e alimentação em diversos prédios. Ao todo são cinco lanchonetes, sendo que algumas também contam com espaço para mesas e cadeiras, além de outros espaços destinados para convivência.

5.9 Laboratórios e ambientes para práticas didáticas

5.9.1 Recursos Audiovisuais e Multimídia

Para dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem, a IES possui os seguintes recursos audiovisuais:

Tabela 32 - Recursos Audiovisuais

PRÉDIO / LOCAL	DATASHOW	CAIXA DE SOM	CPU	MICROFONE	VHS	TELA TRIPÉ	PROJETOR	LOUSA DIGITAL	EXTENSÃO	MICROFONE DE LAPELA
Audiovisual	1	2	-	26	5	-	-	-	6	-
1	14	15	8	15	-	-	-	-	15	-
2	6	6	6	6	-	-	-	6	6	-
3	12	12	9	-	-	-	-	-	12	-
4	5	12	2	-	-	1	-	-	14	-
5	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-
6	2	-	4	-	-	2	-	-	-	-
7	21	20	19	-	-	-	-	-	21	-
8	15	11	14	-	-	-	-	-	1	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	3	1	5	-	-	-	-	-	-	-
Anfiteatro	1	2	1	4	1	-	-	-	5	1
TOTAL	87	87	69	51	6	3	-	6	81	1

Buscar-se-á ampliar os recursos audiovisuais disponíveis, pois a IES tem como meta equipar todas as salas de aulas com projetores multimídia, conforme tabela abaixo:

Tabela 33 - Projetores fixos em sala

RECURSOS	2021	2022	2023	2024	2025
Projetores Multimídia Fixos*	100	110	120	130	150

(*) Todas as salas de aula e laboratórios.

5.9.2 Infraestrutura - Laboratórios

I. *Laboratório especializado em redes de computadores*

O Laboratório de redes de computadores é um laboratório especializado que objetiva servir a experimentos de redes no nível de *hardware e software*. É possível neste laboratório fazer experimentos com redes locais e simular redes de longa distância. Experimentos básicos de observação do comportamento de protocolos, instalação de equipamentos, instalação e administração de redes são alguns exemplos de atividades que podem ser realizadas neste laboratório.

II. *Laboratórios de informática*

Os laboratórios de informática são preparados com *softwares* adequados à agenda de uso. Os laboratórios têm entrada supervisionada por técnicos e funcionam, de acordo com as necessidades pedagógicas.

- **Plano de atualização dos laboratórios de informática.**
- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos dos laboratórios de informática visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.
- **Plano de atualização dos materiais.**

Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos softwares e equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- **Manutenções corretivas:** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos docentes, diretamente ao NTI.
- **Manutenção Preventiva:** é realizada pelo NTI. Consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos e softwares dos laboratórios de informática.

A Manutenção Corretiva interna é realizada pelo NTI. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva.

III. Laboratórios de Comunicação

Englobam o estúdio de rádio, estúdio de TV, ilhas de edição, Estúdio de Fotografia e Laboratório de Multimídia.

- **Estúdio de Rádio**

Conta com um espaço que comporta em média 30 alunos. Neste espaço são produzidos programas de rádio, *spots* publicitários, *jingles* musicais e *podcasts*. Além de atender todo o curso de comunicação (Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e internet), o estúdio de rádio também atende demanda de produções da própria Instituição, assim como de outros cursos de graduação. Um dos projetos realizados no estúdio é o **Drops Unifaccamp**, onde os alunos de comunicação produzem uma rádio online com transmissões ao vivo através do Canal *YouTube*.

- **Estúdio de TV**

Conta com um espaço que comporta em média 40 alunos. Neste espaço são produzidos programas de televisão, comerciais, entrevistas, telejornal e programas de auditório. Além de atendermos todo o curso de Comunicação (Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e internet), o estúdio de TV, também, atende a demanda de produções da própria Instituição e de outros cursos de graduação. Um dos projetos realizados no estúdio é o **Zine Cult**, uma web TV produzida pelos alunos de jornalismo e rádio e TV. Nela os alunos produzem diversos tipos de programas para o canal do Comunique 3 no *YouTube*.

- **Ilhas de edição**

O estúdio possui 7 ilhas de edição e conta com profissionais da área para atender os alunos e a instituição. Duas ilhas são separadas especialmente para o aluno editar

seu próprio material, as outras 4 são utilizadas pelos técnicos do laboratório para acompanhar juntamente com os alunos, os trabalhos produzidos.

- **Estúdio de Fotografia**

Espaço separado exclusivamente para produção de fotografias publicitárias e jornalísticas. O setor comporta cerca de 10 alunos (em produção), além de um camarim para os alunos e convidados se produzirem.

- **Laboratório de Multimídia**

A sala de multimídia tem um espaço que atende até trinta alunos. Nesse espaço os alunos desenvolvem seu potencial criativo, trabalhando e desenvolvendo atividades de uma Agência Experimental de Comunicação, assim como realizam pesquisas. Na sala Multimídia funciona a Agência Experimental de Comunicação. Nesse espaço, os alunos realizam semestralmente, as atividades ligadas à Publicidade e Propaganda, no atendimento aos Clientes Externos e Internos. Para incentivar a participação e a vontade de cada vez aprimorar mais as suas atividades e prepará-los para o mercado de trabalho – a Agência adotou o sistema de Concorrência – no final de cada semestre as Agências criadas pelos alunos – apresentam numa primeira etapa para uma banca de professores e, posteriormente, apresentam as suas campanhas para o Cliente que fará a sua escolha pela campanha que melhor se adequar ao seu negócio.

IV. Laboratório de Química

Em função de sua estrutura física, baseada nas normas de biossegurança, e a condição dos equipamentos e vidrarias que o constituem, o capacita em atender as disciplinas de Química Analítica Quantitativa e Qualitativa e Química Orgânica, Físico-Química aplicada aos Fármacos, Química Geral e Inorgânica, Química Farmacêutica e Síntese de Fármacos, Farmacognosia e Fitoterapia, Controle de Qualidade Físico-Químico de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos. É o espaço para a realização das aulas práticas das disciplinas citadas, momento no qual, o docente demonstra o conteúdo teórico desenvolvido em sala de aula, possibilitando o aprendizado experimental, prático ao discente. As atividades são específicas de cada conteúdo disciplinar, discriminadas no Plano de Ensino.

- **Plano de atualização dos laboratórios de química.**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de química visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento a fim de implementar as aulas e atividades relacionadas aos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo.

- **Periodicidade:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de equipamentos pelo coordenador de curso e NDE e técnico sendo validados pelo representante técnico. Semestralmente, o técnico do laboratório juntamente com o responsável técnico do laboratório realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aula, como por exemplo, vidrarias, reagentes, materiais gerais e equipamentos.

A manutenção é dividida entre Geral e Específica, sendo Geral aquela que não necessariamente tem relação com a Química e Específica aquela feita em equipamentos e materiais destinados ao uso em Laboratório.

Dentro de cada uma dessas espécies de manutenção há a manutenção preventiva e corretiva, sendo preventiva a ação empregada para reduzir, prevenir ou mitigar o risco de problemas e corretiva aquela feita após o problema visando restabelecer a normalidade.

No caso dos equipamentos a preventiva é feita periodicamente com a constante limpeza e conservação dos equipamentos, mas também é feita conforme Calendário de Calibração dos equipamentos, pois equipamentos constantemente calibrados tendem a conserva-se em pleno funcionamento por mais tempo.

Por sua vez, caso seja observada alguma anormalidade o equipamento é posto em quarentena para diagnóstico do problema pelo técnico, caso o problema seja de fácil correção realiza-se Manutenção Corretiva Específica Interna (pelo próprio técnico da IES) caso a solução seja demasiadamente complexa é acionada a Assistência Técnica para realização de Manutenção Corretiva Específica Externa.

Já na Manutenção Geral a preventiva é feita pelo Técnico e Equipe de Limpeza da IES, mantendo tudo sempre limpo e organizado e a corretiva é feita pelo Técnico (quando simples) ou pelos colaboradores do Departamento de Planejamento e Controle da Manutenção.

V. Laboratório de Análises clínicas

Este laboratório está situado no prédio 4 e com estrutura física, baseada nas normas de biossegurança, equipamentos e vidrarias que o constituem, o capacita a

atender as disciplinas de Bioquímica Básica e Metabólica, Bioquímica Clínica, Imunologia Clínica, Hematologia Clínica e Toxicologia.

- **Plano de atualização do laboratório de análises clínicas.**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Análises Clínicas visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE.

Semestralmente, a técnica do laboratório juntamente com o responsável técnico do laboratório realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, vidrarias, reagentes, materiais de esterilização, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- **Manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- **Manutenção Corretiva interna** é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;
- A **Manutenção Corretiva externa** é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Manutenção Preventiva é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Análises Clínicas.

VI. Laboratório de Microscopia

Possui uma bancada central e lateral em “L”. Sua estrutura física, baseada nas normas de biossegurança, e contando com, aproximadamente, um microscópio para no máximo dois alunos, além dos materiais didáticos específicos para atender as disciplinas de Citologia, Histologia e Embriologia Humana, Farmacobotânica, Microbiologia e Microbiologia Clínica. Possui laminário de histologia, botânica, zoologia e laminário biológico didático para ensino superior.

VII. Laboratório de Farmacotécnica

Tem estrutura física diferenciada, com divisórias para grupos dos alunos numa simulação encontrada em farmácias magistrais e nas indústrias farmacêuticas. Possui uma área central com balcão central para a disposição dos reagentes e um balcão lateral onde ficam dispostas as balanças e placa de aquecimento, uma área para lavagem de material que atende as divisórias desprovidas de pia. Todo o laboratório está fundamentado nas normas de biossegurança, equipamentos e vidrarias que o constituem, o capacita a atender às disciplinas de Farmacotécnica, Farmacotécnica Magistral, Farmacotécnica Industrial, Cosmetologia, Homeopatia e alguns ensaios realizados nas aulas práticas da disciplina de Controle de Qualidade Físico-Químico de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos.

- **Plano de atualização do laboratório de farmacotécnica**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório que atendem o Curso de Farmácia, visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de Aquisição de novos equipamentos pelo Coordenador de Curso juntamente com o Colegiado e Núcleo Docente Estruturante. Semestralmente, os técnicos dos laboratórios realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado em aula, como por exemplo os reagentes e vidrarias. Além disso, os professores solicitam aos técnicos previamente todos os materiais que irão utilizar ao longo do semestre em sua disciplina. Os técnicos encaminham de acordo com a demanda, ao setor de compras as requisições para a cotação e posterior autorização do Coordenador do Curso, Reitoria e Mantenedora.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e quando necessário, a substituição do mesmo.

Manutenções corretivas: são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao Departamento de Manutenção, após aprovação pelo responsável do laboratório.

- **Manutenção Corretiva (interna):** Realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- **Manutenção Corretiva (externa):** Realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

- **Manutenções Preventivas:** Realizadas pelos técnicos dos laboratórios da IES. Consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos dos laboratórios que atendem o Curso de Farmácia.

VIII. Laboratório de Microbiologia

Possui bancada central e lateral em “L” e outra que comporta os bicos de *bunsen*. Com estrutura física, fundamentada nas normas de biossegurança, equipamentos e vidrarias que o constituem, o capacita a atender as disciplinas de Microbiologia, Controle de Qualidade Microbiológico de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos, Bromatologia, Enzimologia e Tecnologia das Fermentações, Farmacognosia e Fitoterapia.

IX. Laboratório de Física

Trata-se de laboratório que podem ser usado por várias disciplinas, principalmente em Introdução a Física, Física Estática e Dinâmica, Física Eletrostática e Eletricidade, Óptica, Termodinâmica, Fenômenos de Transporte, Fenômenos Ondulatórios, Didática, e Projetos de Ensino de Física I e II.

O referido laboratório conta com uma área adequada equipada com bancadas e assentos. Sob cada bancada existem armários, como também um armário embutido com os principais aparelhos e dispositivos experimentais e metodológicos para o ensino da Física Elementar, e ainda materiais confeccionados pelos próprios alunos no decorrer do curso. Os dois Laboratórios de Física foram criados com os seguintes objetivos: possibilitar o acesso a informações e materiais de ensino, desenvolver atividades

experimentais, produção de material didático experimental, promover discussões que possam contribuir para o Ensino de Física. Enquanto espaço de formação de professores, é utilizado por graduandos da Pedagogia e Licenciatura em Física, alunos da pós-graduação e professores em exercício. Espaço de incentivo a criação de oficinas pedagógicas para a socialização de conhecimentos. Criar novas maneiras de ensinar os conteúdos a serem ministrados.

X. Laboratórios de Morfologia

Existem dois laboratórios de morfologia que possuem estrutura física, baseada nas normas de biossegurança, e os materiais e equipamentos didáticos específicos para atender as disciplinas de Morfologia Humana e a disciplina de Citologia, Histologia e Embriologia Humana, Morfologia Humana. Possibilitando ao docente demonstrar o conteúdo teórico, desenvolvido em sala de aula, reforçando o aprendizado de forma experimental (prático) ao discente. As atividades específicas englobam a demonstração e manuseio das diversas peças anatômicas.

- **Plano de atualização do laboratório de morfologia humana**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Morfologia Humana visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novas peças humanas/didáticas e equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório juntamente com o responsável técnico do laboratório realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, álcool e luvas descartáveis.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- **Manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Morfologia Humana.

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XI. Laboratório de Enfermagem

Visa a atender diversas disciplinas do curso, tais como de Semiologia e Semiotécnica, História e Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem na Saúde da Mulher, Enfermagem na Saúde do Adulto, Enfermagem em Unidade Terapia Intensiva, Enfermagem na Pediatria e Neonatologia, entre outras disciplinas específicas. Possui simuladores adulto, infantil, ginecológico, aplicação de intramuscular, aplicação endovenosa, ressuscitação cardiopulmonar, aparelho de eletrocardiograma, entre outros, na qual possibilita a prática da assistência em saúde do adulto, criança, idoso e saúde da mulher.

- **Plano de atualização do laboratório multidisciplinar em saúde.**

- **Objetivos** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de enfermagem visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos simuladores e equipamentos hospitalares pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório juntamente com o responsável técnico do laboratório realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aula, como por exemplo agulhas, luvas, seringas entre outros

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos e simuladores do laboratório de enfermagem

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva externa** é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XII. Laboratório de Instalações Elétricas

Esse laboratório tem o objetivo de permitir aos alunos aprenderem as técnicas de confecção de placas de circuito impresso, bem como colocar as mesmas em funcionamento. A verificação das condições de operação também é analisada com os equipamentos disponíveis (osciloscópios e multímetros). Caso a montagem final da placa não funcione, o aluno conta com as ferramentas necessárias para sanar quaisquer defeitos.

- **Plano de atualização do laboratório de instalações elétricas.**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de eletrônica visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de equipamentos pelo coordenador do curso. Semestralmente, o técnico dos laboratórios, autorizado pelo coordenador, realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo resistores, diodos, relés entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pelo técnico de laboratório, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos dos laboratórios.

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção.

Todos os processos de teste de equipamentos, manutenção e principalmente aulas práticas são realizadas seguindo as normas: NR10, NBR5410 e NBR5413.

Para futuros projetos acadêmicos e com as matérias relacionadas a robóticas, estão sendo utilizados robôs polares, já foram adquiridos os mesmos para que os alunos das matérias de robótica e micro controladores possam utilizar nas aulas práticas realizadas nos laboratórios, esses robôs tem por finalidade desenvolver a capacidade dos alunos nas áreas industriais e área de Automação (CLP e Micro controlador), trata-se de um braço robótico que desempenha uma função que foi executada ou criada pelo programador, dependendo da área de atuação.

XIII. Laboratório Pneumática e Automação Industrial

Esse laboratório tem o objetivo de permitir ao aluno empregar as técnicas específicas de automação e controle, além de estudos práticos da disciplina de Máquinas Elétricas, através do uso de controladores lógico programáveis (CLP), bem como vários tipos de sensores, atuadores, contadores e motores para o projeto de diversos tipos de sistemas de automação. Permite a realização de experimentos com os equipamentos disponíveis neste laboratório, permite a união entre a teoria e a prática, desenvolvendo no aluno a habilidade necessária em instalações industriais.

- **Plano de atualização do laboratório de automação industrial.**
- **Objetivos** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de automação visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novas matérias e equipamentos elétricos pelo coordenador de curso. Semestralmente, o técnico do laboratório juntamente com o coordenador do curso realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aulas.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos elétricos, eletrônicos do laboratório de automação.

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os processos de teste, funcionamento, manutenção e aulas práticas são realizados obedecendo a NR 10, NBR 5410, NBR 5413. Solicitamos Robôs polares (2 unidades) e Caixas de Comando (2 unidades).

XIV. Laboratório de Fenômenos de Transporte e Mecânica dos Solos

Nesse laboratório são realizadas as atividades de análise de amostras indeformadas de solos, determinação dos índices físicos do solo, análise granulométrica

envolvendo índice de material que passa ou que fica retido em peneiras, comportamento físico-mecânico das amostras.

Nesse laboratório são realizadas as atividades de estudo de gradiente de pressão em tubulações, estudo de perda de carga em tubulações, análise da disposição física dos equipamentos ao longo da tubulação e estudo envolvendo volumes de controle.

- **Plano de atualização do laboratório de *Mecânica dos Solos e Fenômenos de Transporte***

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Mecânica de Solos visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novas matérias e equipamentos elétricos pelo coordenador de curso. Semestralmente, o técnico do laboratório juntamente com o coordenador do curso realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aulas.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos elétricos, eletrônicos máquinas elétricas, do laboratório de Mecânica de Solos

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os processos e aulas práticas são realizados obedecendo às Normas Regulamentadoras e NBRs aplicáveis ao caso.

XV. Laboratório de Estruturas de Concreto

Nesse laboratório são realizadas as atividades de ensaios envolvendo compressão/tração de corpos de prova e barras de aço, respectivamente. Estudo do colapso de estruturas, com abordagem de sua fase plástica, moldagem de corpos de prova de concreto e argamassa, estudo do comportamento das características mecânicas de resistência de concretos, argamassas, aços e materiais compósitos, acompanhamento do processo de "cura" das estruturas moldadas *in loco*, simulação envolvendo estudos de flexão e torção e ensaios com madeiras.

- **Plano de atualização do laboratório de estruturas**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de estruturas de concreto e resistência dos materiais visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos matérias e equipamentos elétricos pelo coordenador de curso. Semestralmente, o técnico do laboratório juntamente com o coordenador do curso realizam a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizado durante as aula.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos elétricos, eletrônicos máquinas elétricas, do laboratório de estruturas de concreto e resistência dos materiais.

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção

e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os processos de Tração, Compressão de corpos de prova, funcionamento, manutenção e aulas práticas são realizados obedecendo a NR 10, NBR 5410, NR 12, NBR 6118, 6123. Solicitamos balança de precisão (1 unidade).

XVI. Brinquedoteca

A brinquedoteca tem como objetivo contribuir na formação dos alunos das licenciaturas, por meio do estreitamento da relação entre teoria e prática, organizar e colocar em prática projetos pedagógicos com as crianças no espaço da brinquedoteca, estimular o jogo e o lúdico como facilitador na construção de aprendizagens, construir brinquedos e brincadeiras que resgatem a cultura brasileira, aproximar a comunidade do Centro Universitário e favorecer o desenvolvimento da cidadania e do papel social da UNIFACCAMP. É utilizada em diversas disciplinas nos cursos de licenciatura.

- **Plano de atualização da brinquedoteca**
- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos brinquedos da brinquedoteca do curso de Pedagogia visa garantir aos estudantes de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.
- **Atualização e manutenção dos brinquedos:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos brinquedos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de curso, sob a presidência da coordenação do curso. Semestralmente, os professores de brinquedoteca realizam a revisão das necessidades de reposição, manutenção ou limpeza de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, jogos, bonecas, carrinhos, livrinhos de histórias entre outros. No caso de defeito, a substituição é realizada. Tal substituição, bem como a compra de novos brinquedos acontece por meio da autorização prévia da direção da instituição.

XVII. Laboratório Multidisciplinar: Zoologia e Biologia

- **Laboratório de Zoologia**

Possui bancadas e materiais didáticos para o estudo dos vertebrados e invertebrados. Contém modelos de esqueletos e modelos anatômicos de vertebrados e insetário de resina com *cards* explicativos. Esse laboratório tem como objetivo o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa na área de biologia animal.

- **Laboratório de Biologia**

Possui bancadas e materiais didáticos para o estudo das células animais e vegetais, cortes anatômicos de estruturas vegetais. Esse laboratório tem como objetivo o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa na área de biologia celular.

- **Plano de atualização do laboratório de biologia**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Biologia visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório juntamente com o responsável técnico do laboratório realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, simuladores, vidrarias, reagentes, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e simuladores didáticos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Biologia.

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XVIII. Laboratório de Cinesioterapia

Terá como objetivo o atendimento do curso de Fisioterapia. Atenderá as disciplinas de Cinesiologia, Cinesioterapia e Mecanoterapia, Semiologia e Semiotécnica, Práticas Clínicas em Fisioterapia, e nas disciplinas específicas da Fisioterapia, conforme necessidade.

- **Plano de atualização do laboratório de cinesioterapia.**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Cinesioterapia visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório juntamente com o responsável técnico do laboratório realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, géis especiais para cada equipamento, toalhas descartáveis, lençóis descartáveis, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e aparelhos de cinesioterapia e mecanoterapia e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Cinesioterapia.

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

XIX. Laboratório Multidisciplinar: Eletroterapia e Fisiologia do exercício

Terá como objetivo o atendimento do curso de Fisioterapia e de Educação Física. Atenderá as disciplinas de Eletroterapia, Termoterapia e Fototerapia, Práticas Clínicas em Fisioterapia, Semiologia e Semiotécnica, Recursos Terapêuticos Manuais, Práticas Clínicas em Fisioterapia, e nas disciplinas específicas da Fisioterapia, conforme necessidade. No curso de Educação Física, atenderá às atividades direcionadas para Fisiologia do Exercício.

- **Plano de atualização do laboratório de eletroterapia.**

- **Objetivos:** A política de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos do laboratório de Eletroterapia visa garantir aos cursos de graduação e extensão da IES a infraestrutura adequada para seu melhor funcionamento.

- **Atualização dos materiais:** Anualmente são revistas as necessidades de aquisição de novos equipamentos pelo coordenador de curso e o NDE. Semestralmente, a técnica do laboratório juntamente com o responsável técnico do laboratório realiza a revisão das necessidades de reposição de materiais utilizados durante as aulas, como por exemplo, géis especiais para cada equipamento, toalhas descartáveis, lençóis descartáveis, entre outros.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção dos equipamentos e aparelhos ergométricos e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada, após registro da solicitação do serviço de manutenção.

- As **manutenções corretivas** são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos técnicos dos laboratórios, diretamente ao setor de Manutenção, após aprovação pelo responsável técnico do laboratório.

- A **Manutenção Preventiva** é realizada pela técnica de laboratório da IES, consiste na verificação periódica do funcionamento normal de todos os equipamentos do laboratório de Eletroterapia.

- A **Manutenção Corretiva** interna é realizada pelo setor da manutenção da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva;

- A **Manutenção Corretiva** externa é realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção

e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo setor de manutenção da IES.

Todos os laboratórios da IES foram planejados com objetivo de atender de forma plena todas as demandas práticas dos cursos que demandem o desenvolvimento de atividades práticas. Os laboratórios atendem as normas de segurança específica de cada área. As normas de segurança ficam disponibilizados em local de fácil acesso, em todos os laboratórios. O espaço físico foi planejado para atender a demanda de cada curso, conta com sistema de iluminação, ventilação, segurança, limpeza e conservação adequados para os cenários práticos. Atendem os critérios de acessibilidade.

XX. Núcleo de práticas jurídicas – sala do júri

A IES conta no âmbito do Curso de Direito de Núcleo de Práticas Jurídicas, que possui regulamento específico e se destina à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas aos alunos.

O Núcleo atende às demandas do curso e busca a interdisciplinaridade das diversas disciplinas. Há avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso no Núcleo para as atividades básicas e o planejamento para o adequado atendimento da demanda existente.

O Núcleo oferece serviço de atendimento jurídico à população carente mediante atuação de alunos com supervisão de docentes.

Integra o Núcleo de Práticas Jurídicas a sala do júri, que se destina à prática simulada de audiências pelos alunos do curso de Direito.

XXI. Laboratório de Odontologia

- **Laboratórios Didáticos de Formação Específica de Odontologia.**

Os laboratórios de ensino disponibilizados pela UNIFACCAMP para o Curso de Bacharelado em Odontologia atendem aos requisitos pedagógicos delineados pela proposta do seu Projeto Pedagógico com laboratórios específicos e multidisciplinares para proporcionar ao aluno, um ambiente de estudo prático previsto no processo de formação acadêmica. Dentre esses laboratórios a IES oferece o Laboratório de Práticas Odontológicas e o Laboratório de Radiologia.

- **Laboratório de Pré-Clínica I**

Tem como objetivo realizar treinamentos de habilidades, simulando condições clínicas de trabalho, a fim de correlacionar a teoria com a prática e atender às disciplinas: Dentística, Oclusão, Endodontia, Periodontia entre outras. Nesses espaços, busca-se trazer tecnologias de ponta, facilitando a simulação de procedimentos profissionais.

A manutenção dos laboratórios é realizada frequentemente, no que se refere aos aspectos equipamentos e insumos, mantendo excelentes condições. Os espaços possuem normas de funcionamento e segurança, dispõem de bancadas para treinamento de habilidades, que aproximam o aluno à prática clínica, os quais trabalham em bancadas com iluminação própria e sistema individual de fixação de manequins.

Tabela 34 - Composição do Laboratório de Pré-Clínica I

Descrição	Quantidade
Manequim com haste e máscara (simulador de paciente)	26
Manequim Estético em Gengiva	01
Manequim Dentística Estético	01
Manequim Dentística Estético com Cárie	01
Manequim Dentística com Cárie	01
Manequim Dentística com encaixe	01
Manequim Dentística adaptado	01
Manequim Dentística com língua	01
Manequim para Periodontia com dentes fixos	01
Manequim Odontopediatria 5 dentes (51, 55, 61, 74 e 85), compolpa	01
Equipo (alta rotação, baixa, seringa tríplice e ponta para aspiração)	25
Refletor	13
Cadeira com regulagem	25
Compressor	01
Data Show	01
Fotopolimerizador	01

- **Laboratório de Pré-Clínica II**

Objetiva a realizar treinamentos de habilidades, simulando condições clínicas de trabalho, a fim de correlacionar a teoria com a prática e atendem as disciplinas:

Materiais dentários, Prótese, ortodontia entre outras. Nestes espaços se busca trazer tecnologias de ponta facilitando a simulação de procedimentos profissionais.

Tabela 35 - Composição do Laboratório de Pré-Clinica II

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Manequim com haste e máscara(simulador de paciente)	25
Manequim Prótese Total e PPR	01
Manequim Prótese Fixa	01
Manequim com Prótese Total Flexível	01
Macro Modelo não articulado	01
Equipo (alta rotação, baixa, seringa tríplice e ponta para aspiração)	25
Cadeira com regulagem	25
Compressor	01
Data Show	01
Fotopolimerizador	01
Recortador de Gesso	02
Vibrador de Gesso	02

- **Laboratório de Radiologia**

Objetiva o treinamento de técnicas empregadas para a obtenção de imagens radiográficas, análise e interpretação das imagens obtidas com a finalidade de estabelecer diagnóstico complementar das lesões dentárias e ósseas. O Laboratório conta com uma área para interpretação de imagens radiográficas com negatoscópios, Raio X, além de um espaço para revelação com câmara escura e pias.

Tabela 36 - Composição do Laboratório de Radiologia

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Aparelho de Raio X Odontológico	04
Manequim Endoradiográfico	01
Cadeira Radiológica	02
Câmara Escura	04
Negatoscópio	13
Cadeira com regulagem	29
Data Show	01
Avental de chumbo com protetor de pescoço	04

XXII. Hospital Veterinário

O Hospital Veterinário da UNIFACCAMP foi inaugurado em agosto de 2019. Fica localizado no complexo de prédios do Centro Universitário Campo Limpo Paulista.

Finalidade, utilização e prestação de serviço: O hospital veterinário tem a finalidade de ser um local de assistência, ensino e pesquisa na área da medicina veterinária. As aulas práticas de diversos componentes curriculares, incluindo Semiologia Clínica Veterinária, Patologia Clínica, Anestesiologia Veterinária, Técnica Cirúrgica, Diagnóstico por Imagem Veterinária, Clínica de Pequenos Animais, Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais. Possui também salas de professores e técnicos com atuação junto ao Hospital. Presta serviço à comunidade envolvendo o atendimento de casos clínicos e cirúrgicos de pequenos animais. Possui convênio com a Prefeitura do município de Campo Limpo Paulista, para a realização das castrações no município. Com consultórios e centro cirúrgico, o Hospital Veterinário realiza atendimentos em animais de pequeno porte, além de animais silvestres. Possui internação para cuidados paliativos, fisioterapia, acupuntura, ozonioterapia, tratamento com células tronco, aplicação de laser para feridas e o diferencial do tratamento com foco no bem-estar animal.

Espaço físico: o Hospital Veterinário da Unifaccamp é composto por diversos setores. Possui a sala de espera, consultórios para atendimento clínico, sala de vacinação, sala de exame de imagem, laboratório de análises clínicas, internação, internação para animais com doenças infectocontagiosas, centro cirúrgico, sala de recuperação anestésica, centro de esterilização e dispensário de medicamentos controlados, sala administrativa, sala dispensário, cozinha, área de descanso, banheiros e vestiários. Equipe conta com médicos veterinários com grande experiência profissional que atuam no ensino, pesquisa e extensão.

XXIII. Farmácia Escola

Introdução

A Farmácia-Escola é uma estrutura desenvolvida no Curso de Farmácia da UNIFACCAMP e que visa oferecer condições de estágio aos acadêmicos do Curso, atendimento e prestação de serviços à comunidade local e aos nossos alunos e funcionários, oferecendo medicamentos com descontos diferenciados, visando sempre um melhor custo/benefício.

Esta estrutura conta com farmacêutica responsável e professores qualificados que darão instruções para o atendimento, economia, normas técnicas, ética, assistência farmacêutica, aconselhamento, entre outros.

A Farmácia Escola é indispensável para o aperfeiçoamento dos acadêmicos de Farmácia.

Metas

- ✓ Integrar os conteúdos teóricos e práticos da formação farmacêutica.
- ✓ Promover estágios para alunos do Curso de Farmácia UNIFACCAMP.
- ✓ Atender aos alunos da Instituição, bem como a comunidade em geral.
- ✓ Desenvolver atenção primária à saúde (preconizada pela Organização Mundial da Saúde) onde a população terá contato com profissionais especializados recebendo orientações sobre normas sanitárias básicas, contribuindo com isso por um melhor funcionamento no sistema de saúde em geral.
- ✓ Prestar atendimento diferenciado e de qualidade ao usuário dos serviços da farmácia.
- ✓ Fornecer informações seguras sobre a correta utilização de medicamentos, incentivando a adesão ao tratamento.
- ✓ Proporcionar melhor qualidade de vida aos usuários, através da Atenção Farmacêutica.
- ✓ Desenvolver parceria com a prefeitura do Município para distribuir medicamentos do SUS.
- ✓ Buscar inscrição na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para obtenção do selo de Farmácia notificadora
- ✓ A Farmácia-escola atende rigorosos padrões de qualidade.
- ✓ É autossustentável.

Estrutura física

- ✓ Espaço físico atendendo a legislação sanitária vigente.
- ✓ Prateleiras, armários, gôndolas, balcões, banheiro, pia, sala para atendimento privativo (consultório farmacêutico).
- ✓ Computador, SNGPC (Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos controlados);

- ✓ Medicamentos genéricos, de referência, produtos de higiene e bem-estar.

Estrutura humana

- ✓ Assistência Farmacêutica integral durante todo horário de funcionamento.
- ✓ Responsável Técnico: Isabela Frattini CRF/SP: 101445
- ✓ Estagiários do curso de Farmácia-UNIFACCAMP.
- ✓ De outros cursos foram estagiários fixos, sendo 2 de administração e 1 de Med. Vet.
- ✓ Professores do curso.

XXIV. Clínica de Saúde

A clínica de saúde UNIFACCAMP é um espaço de atendimento integrado da comunidade. A clínica conta com atendimento de diferentes profissionais da saúde, entre eles: enfermeiro, nutricionista, psicólogo, esteticista, biomédico, médico, educador físico, fisioterapeuta. Nesse espaço são realizadas atividades de ensino, onde o aluno poderá ter contato com as práticas específicas na sua formação desde o primeiro ano do curso. Também será espaço para as atividades de pesquisa, sendo realizado através dos projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso. Será utilizado como espaço para as diversas atividades e projetos de extensão na área de saúde. As práticas serão integradas com as diferentes áreas de formação em saúde, com enfoque na reabilitação do indivíduo, prevenção de doenças e promoção da saúde no âmbito individual e coletivo.

5.9.3 Laboratórios a serem implantados no período de 2021 a 2025

I. Laboratório de Psicologia Clínica e da Saúde

Terá como objetivo o atendimento do curso de Psicologia. Desenvolverá o atendimento psicológico, em diferentes abordagens de saúde para a comunidade. O espaço será utilizado para o cumprimento de alguns módulos de estágio.

II. Laboratório de Cozinha Pedagógica e Nutrição

Terá como objetivo o atendimento do curso de Gastronomia e Nutrição para as diversas práticas de cozinha. Será utilizado para o desenvolvimento das diversas técnicas dietéticas.

III. Laboratório de Bar e Salão

Terá como objetivo o atendimento do curso de Gastronomia. O laboratório contará com espaço de bar com bebidas fermentadas e destiladas para as práticas de enologia e coquetelaria. Também terá como objetivo o ensino das diversas práticas dos diferentes tipos de serviços e montagens relacionados com bar e salão.

IV. Laboratório de Confeitaria, Panificação e Cozinha

Terá como objetivo o atendimento do curso de gastronomia nas práticas de panificação e confeitaria, técnicas e procedimentos na produção dos diferentes alimentos.

V. Laboratório de Desenhos

Terá como objetivo o atendimento do curso de design gráfico, visa proporcionar o aprendizado das atividades de desenhos.

VI. Laboratório de Dança e Expressão Corporal

Terá como objetivo o atendimento do curso de Educação Artística. O espaço estará direcionado para o desenvolvimento de atividades corporais.

VII. Laboratório de Modelos e Ensaios

Terá como objetivo o atendimento do curso de arquitetura, visa propiciar ensino de modelos seja em escala (maquete) como em escala natural (*mockups*).

VIII. Laboratório de Avaliação Nutricional

Terá como objetivo o atendimento do curso de Nutrição. O espaço estará direcionado para o atendimento nutricional, em diferentes abordagens de saúde, para a comunidade. O espaço será utilizado para o cumprimento de alguns módulos de estágio.

5.10 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA

A CPA dispõe de sala própria, equipada com computador, impressora, mesas e armários para as reuniões, atendendo de forma excelente a demanda da IES.

A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, seja em relação às condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados, recursos tecnológicos e processos necessários para as atividades de autoavaliação institucional.

5.11 Biblioteca

Constitui objetivo maior da Biblioteca disseminar informações especializadas, em prol da formação e aprimoramento do conhecimento técnico-científico de estudantes, professores e colaboradores da Instituição, de forma a subsidiar pesquisas e oferecer suporte pedagógico, documental e informacional adequado.

A unidade de atendimento da biblioteca é assim estabelecida:

- Biblioteca Prof^o Vladimir Furtado de Brito
- Endereço: Rua Guatemala, 270 – Jardim América – Campo Limpo Paulista/SP – CEP: 13231-230
- Local: Prédio 7
- Telefones: (11)4812.9400 / (11)9-4714.0195
- Horário de funcionamento: segunda a sexta: 07h10min às 22h20min / Sábado: 08h10min às 12h50min.

No período de férias acadêmicas, o funcionamento da biblioteca poderá adotar horário diferenciado.

5.11.1 Espaço Físico

A Biblioteca oferece um ambiente agradável, com excelente luminosidade, climatização e comodidade, favorecendo o convívio entre usuários e informação em prol da construção do conhecimento.

A estrutura física da Biblioteca está distribuída em uma área de 700m². O espaço destina-se ao armazenamento do acervo, atendimento, recepção, área de consulta, sala para coordenação e processamento técnico, terminais de consulta online, salão de leitura com instalações específicas para estudos individuais e em grupos.

Todo o ambiente oferece mobiliário moderno e confortável, o que contribui para que a Biblioteca não seja somente um espaço para estudo, mas também o local onde o estudante fará, enquanto pesquisador, grandes descobertas e se familiarizará com os autores relevantes de sua área de formação e tantos outros que desejar.

Tabela 37 - Distribuição do Espaço Físico da Biblioteca

DISTRIBUIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO	
Serventia	Área útil (m²)
Área do Acervo	282,96
Área para Leitura	349,85
Área para Recepção / Atendimento	43,50
Administração	17,48
Processamento Técnico	6,21
Total	700m²

Tabela 38 - Composição do Espaço Físico da Biblioteca

ESPAÇO	ESPECIFICAÇÃO ESTANTES / MESAS	Nº ASSENTOS
Acervo	Estantes simples (252) Expositores (1) Mapoteca (0)	-
Atendimento	Entrada (1) Guarda-volumes (0) Balcão (2)	-
Leitura individual	5 mesas individuais	5
Estudo em grupo	9 mesas (6 lugares) 36 mesas (4 lugares)	250
Internet	30 mesas (1 lugar)	30
Processamento técnico / direção	1 estação de trabalho	14
Circulação	Depósito Circulação Sanitários	-

5.11.2 Instalações para o acervo

O armazenamento do acervo é efetuado em estantes de aço com prateleiras reajustáveis, devidamente sinalizadas. Cada obra da coleção encontra-se etiquetada,

apresentando informações inerentes ao endereço da publicação nas estantes. Nas proximidades foram dispostos extintores de incêndio para casos emergenciais.

Quanto ao acesso às coleções é adotado o formato de acervo fechado. Sendo disponibilizado seu catálogo através do site da Instituição, com terminais de consulta nas dependências da biblioteca.

Assim como em toda a estrutura da Biblioteca, o ambiente possui excelentes condições de higiene, iluminação e climatização. Não há presença de mofo, umidade e similares.

5.11.3 Instalações de sala de estudos individuais

O salão de leitura da Biblioteca UNIFACCAMP possui oito gabinetes para estudo em grupo, 45 mesas e 250 cadeiras, além de espaço apropriado para pessoas com necessidades especiais. Trinta computadores com acesso à internet e rede *wi-fi*.

5.11.4 Recursos Materiais

Com o objetivo de manter uma Biblioteca moderna, ágil e atualizada, a Instituição definiu e implementou, a partir de sua instalação, uma política de renovação e ampliação permanentes do atual acervo de livros e periódicos, e também uma política de investimentos em novas tecnologias da informação e comunicação.

A política de renovação é orientada por duas diretrizes básicas. A primeira, a de dotar a Biblioteca de um amplo acervo de obras de referência, compreendendo os campos fundamentais do saber humano e destinada a assegurar os recursos e instrumentos considerados básicos para o trabalho acadêmico. A segunda, a de ampliar e atualizar constantemente, o acervo para manter e expandir sua adequação aos serviços de ensino dispensados, tendo como instância de orientação as bibliografias utilizadas nas disciplinas ministradas e as indicações e sugestões adicionais dos docentes.

A política de investimentos em novas tecnologias busca satisfazer o propósito de plena integração da Biblioteca Prof. Vladimir Furtado de Brito à rede mundial de informação e comunicação, mediante o oferecimento de instrumentos e recursos que permitam o acesso dos usuários ao conhecimento mundial disponível onde quer que ele se encontre.

5.11.5 Acervos

O acervo bibliográfico da Biblioteca está tecnicamente organizado, segundo o Sistema de Classificação Decimal Dewey (CDD). A catalogação é normalizada pela AACR2.

O material bibliográfico encontra-se à disposição de docentes e discentes, corpo técnico-administrativo e pessoal de apoio da Instituição, bem como da comunidade local.

5.11.6 Constituição e Desenvolvimento do Acervo

O crescimento e desenvolvimento do acervo da Biblioteca ocorreram sempre em paralelo ao próprio crescimento da Instituição, estando sua área de concentração condicionada aos cursos oferecidos pela Instituição.

A coleção geral compreende livros, manuscritos, vídeos, normas técnicas, publicações periódicas e trabalhos acadêmicos, pertencentes aos mais diversos campos do conhecimento, sendo grande a predominância de títulos nas áreas dos cursos ministrados pela Instituição.

O acervo de periódicos é bastante diversificado. Os critérios de seleção das assinaturas buscam cobrir os diversos ramos do conhecimento, desde generalidades até as ciências da saúde, exatas, biológicas, agrárias, sociais e humanas, engenharias, linguística e outras, conforme os quantitativos abaixo discriminados (dados de novembro de 2019):

Tabela 39 - Distribuição atual do acervo de livros e periódicos da Biblioteca por área de conhecimento (Classificação Decimal Dewey)

ÁREA DE CONHECIMENTO	LIVROS		TCC's		PERIÓDICOS	VÍDEOS	CD's
	Títulos	Ex.	Títulos	Ex.			
Ciências Exatas e da Terra	2.438	7.834	57	60	631	4	191
Ciências Biológicas	639	2.034	81	82	165	10	146
Engenharia/Tecnologia	1.195	4.056	427	434	1.490	18	43
Ciências da Saúde	651	2.459	55	57	162	57	2
Ciências Agrárias	48	179	0	0	2	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	4.071	10.096	568	796	450	172	119

Ciências Humanas	6.801	15.361	153	156	847	165	377
Linguística, Letras e Artes	4.026	10.174	18	19	163	227	491
Multidisciplinar	258	528	1	1	130	11	1
Total	20.127	52.721	1.360	1.605	4.040	664	1.370

Para o acesso ao acervo de inúmeros periódicos especializados estrangeiros, além de contar com a coleção existente, o leitor pode ampliá-lo através do acesso à base de dados de periódicos eletrônicos multidisciplinar ACM, IEEE, CAPES e EBSCO. Encontram-se disponíveis em texto completo, sendo permitido salvar os artigos pesquisados e enviá-los por e-mail.

Além do acervo físico a Instituição conta com acervo digital. Um dos acervos está abrigado na Plataforma Sagah, com cerca de 2.375 títulos, que é acessado, prioritariamente, nos cursos a distância. Existe também a Biblioteca Saraiva de Direito, disponível para os estudantes e professores do curso de Direito, com cerca de 2.000 (dois mil) títulos, e a Biblioteca Saraiva de Gestão, disponível para os cursos de Gestão, com cerca de 1.000 (hum mil) títulos.

5.11.7 Tecnologias e Redes de Informação

A Biblioteca está devidamente informatizada, para fornecer informações rápidas e acuradas aos seus usuários. Tal procedimento oferece as vantagens de disseminação seletiva da informação, compilação de bibliografias em menor tempo, obtenção de dados para avaliação quantitativa do acervo, controle de empréstimos etc. Desta forma, evidencia-se a importância da automação na melhoria de eficiência dos serviços prestados pela Biblioteca.

Para a informatização do acervo, é utilizado um sistema desenvolvido na própria Instituição.

O gerenciamento dos serviços relativos à circulação e consulta de obras, empréstimos (locais e domiciliares), devolução, renovação e reserva bibliográfica é totalmente controlado pelo sistema. Todas as coleções de livros, publicações periódicas e multimídia encontram-se cadastradas nesse sistema. Os usuários da biblioteca, através do site da UNIFACCAMP, podem realizar consultas ao acervo por autor, título e assunto, via Internet, necessitando informar sua matrícula e senha, caso deseje acessar

os serviços relacionados aos empréstimos de publicações, assim como reservas e renovações.

Somando-se à automação da Biblioteca, a Internet e o Serviço de correio eletrônico instalados, permitem o acesso e obtenção de informações na rede mundial de computadores e comunicação rápida com outros usuários. A Biblioteca apresenta grau muito satisfatório de informatização.

5.11.8 Recursos Humanos

Para realizar o trabalho técnico e prestar atendimento aos usuários, a Biblioteca conta com um quadro de 5 profissionais, como descrito a seguir.

Quantidade de profissionais alocados na biblioteca, por função e grau de formação.

Tabela 40 - Quantidade de Profissionais da Biblioteca

BIBLIOTECÁRIOS		QUADRO AUXILIAR / ASSISTENTE		ESTAGIÁRIOS, APRENDIZES	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
		4			
1					
1		4			

Esse quadro de pessoal deverá ser ampliado, tendo em conta o crescimento do acervo, a ampliação e a diversificação dos serviços oferecidos pela Biblioteca e o crescimento esperado do número de usuários, em decorrência da instalação do Centro Universitário

5.11.9 Serviços Oferecidos

Como biblioteca moderna, dotada de recursos tecnológicos atualizados, a Biblioteca oferece aos seus usuários um conjunto de serviços como mencionados nos itens a seguir.

5.11.9.1 Consulta

A comunidade acadêmica e ao público em geral (este apenas para consulta interna) é garantido o livre acesso a todos os documentos que integram o acervo de consulta da Biblioteca.

Na busca do item desejado, além de contar com as facilidades provenientes das atividades de processamento técnico da coleção, os leitores podem contar com a orientação de pessoal devidamente, treinado para atender aos seus propósitos de pesquisa.

5.11.9.2 Empréstimo de Publicações

Desde que devidamente cadastrados no sistema da Instituição, estudantes, professores e colaboradores podem usufruir deste serviço, retirando publicações para leitura, consulta e pesquisa em seu domicílio por um prazo pré-determinado. Para tanto, é conveniente que o usuário conheça o Regulamento interno da Biblioteca. Todos os itens emprestados estão sujeitos às regras previstas no documento, no que concerne à devolução, renovação, reserva e pagamento de multas.

Excetuando-se as obras de referência (enciclopédias, dicionários), o exemplar de consulta de cada título pode ser retirado para empréstimo.

5.11.9.3 Reserva Bibliográfica

É permitido reservar até 2 livros, no balcão de atendimento ou Internet, desde que todos os exemplares do título desejado não esteja(m) emprestado(s). O requerente é avisado via e-mail ou telefone quanto à disponibilidade do material solicitado.

5.11.9.4 Orientação Bibliográfica aos Leitores

Serviço que objetiva orientar o usuário quanto aos recursos informacionais disponíveis na Biblioteca, ensinando-o a utilizar as fontes de pesquisa existentes, tais como: catálogos, bases de dados, Internet etc., e auxiliando-o na localização dos documentos desejados.

5.11.9.5 Levantamento Bibliográfico

Destinado aos membros da comunidade acadêmica, esse serviço consiste, basicamente, no levantamento da bibliografia sobre um determinado assunto ou autor, segundo as especificações definidas pelo próprio solicitante: idiomas, tipo de material, palavras-chave etc.

5.11.9.6 Autoatendimento

Primando pela autonomia na busca da informação e do serviço desejado, o leitor, no ambiente interno da Biblioteca, pode utilizar os serviços Web, disponibilizados através do site da UNIFACCAMP, onde é possível a consulta pública a todo acervo por autor, título e assunto.

A verificação do status das transações de empréstimo e solicitações de renovação e reservas é viabilizada mediante preenchimento dos campos de MATRÍCULA e SENHA.

5.11.9.7 Apoio na Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

Para auxiliar a elaboração dos trabalhos acadêmicos quanto à sua normalização, encontra-se inserido na página de cada curso da Instituição um link com o Manual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

5.11.10 Planos de Expansão

5.11.10.1 Expansão das Instalações

Levando em conta a ampliação da oferta de ensino planejada para a UNIFACCAMP, de seu alunado e de seu quadro de docentes, e a conseqüente e necessária expansão de seus recursos bibliográficos, a Instituição planejou a ampliação da área física de sua Biblioteca, conforme abaixo discriminado.

Tabela 41 - Projeção de expansão da área física da biblioteca de 2021 a 2025

SERVENTIA	ÁREA ÚTIL A AMPLIAR (m ²)				
	2021	2022	2023	2024	2025
Acervo	0	135	0	135	0
Leitura	0	120	0	120	0
Recepção e Atendimento	0	25,30	0	25,30	0
Administração e Processamento	0	17,48	0	17,48	0
Total	0	297,78	0	297,78	0

5.11.10.2 Expansão dos Recursos Humanos

Para fazer face ao incremento de recursos e ao aumento da demanda pelos serviços oferecidos pela Biblioteca, é a seguinte, a expansão projetada para o corpo de colaboradores que nela atuam:

Tabela 42 - Projeção de ampliação do corpo técnico-administrativo da biblioteca de 2021 a 2025

CARGOS E FUNÇÕES	2021	2022	2023	2024	2025
Bibliotecário	-	-	-	-	-
Assistente	-	-	-	-	-
Auxiliar de Biblioteca	-	-	1	-	1
Prestador de Serviços	-	-	-	-	-
Estagiário	-	-	-	-	-
Total a ampliar	-	-	1	-	1

5.11.10.3 Biblioteca: plano de atualização do acervo

A política de aquisição de obras e atualização permanente do acervo obedece aos delineamentos previstos no documento institucional nomeado de Política de Formação e Expansão do Acervo. Situações não previstas nessas diretrizes deverão ser encaminhadas à bibliotecária responsável.

A UNIFACCAMP, para atendimento de seus cursos na modalidade a distância, disponibiliza acervo digital aos discentes dos cursos EaD, no entanto, esses títulos podem ser consultados por todos os alunos. Desse modo, a biblioteca dispõe de acervo digital e físico disponíveis aos alunos da UNIFACCAMP.

A UNIFACCAMP tem contratos firmados com a empresa SAGAH, com a Biblioteca Saraiva, que garantem suporte a todas as disciplinas dos cursos nas modalidades EaD e presencial.

A seleção dos títulos adquiridos para o acervo prioriza a proposta pedagógica dos cursos. Há, além da preocupação com a qualidade e diversidade da coleção, o compromisso com a aquisição do número de exemplares por título em quantidades que realmente atendam à demanda dos discentes.

Considerando a expansão projetada para a oferta de novos cursos durante a vigência deste PDI, a projeção para o crescimento do acervo da Biblioteca é a que segue:

Tabela 43 - Plano de expansão do acervo da biblioteca (exemplares) de 2021 a 2025

ACERVO	2021	2022	2023	2024	2025
Expansão do acervo total presencial e digital	Atual 52.042	+ 5%	+ 5%	+ 5%	+ 5%

5.12 Salas de apoio de informática

A Instituição possui Laboratórios Didáticos de Informática (LDI), disponíveis para os alunos, que têm acesso amplo e irrestrito aos laboratórios durante o dia, pois permanecem abertos para uso, com suporte técnico especializado. Somente no horário noturno, na maioria dos laboratórios, o acesso é restrito às aulas.

Os recursos disponibilizados nos Laboratórios Didáticos de Informática envolvem computadores de última geração. As versões mais recentes de programas de apoio (*softwares*) e os programas específicos para as áreas de concentração dos discentes permitem atender às áreas que utilizam processamento de dados.

Por meio dos LDI, os estudantes têm acesso às redes de comunicação e base de dados e acesso à Internet, de uso livre dos estudantes.

5.12.1 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática

Na Instituição, os LDIs foram planejados para atender às todas as áreas, portanto, sua concepção é de atendimento a todo corpo discente e docente da Instituição que necessita deste recurso.

Para que os alunos tenham acesso à *internet* e produzam seus trabalhos acadêmicos, a UNIFACCAMP disponibiliza laboratórios de informática, todos ligados à *internet*, que atendem os alunos em quantidades suficientes, e atende também as questões de acessibilidade

Todos os computadores estão ligados através de uma rede e interligados com a *internet wireless*.

Os laboratórios contam com técnicos que auxiliarão os alunos nas suas dificuldades concernentes ao uso dos equipamentos e *softwares*. O técnico também é responsável pelo controle de entrada e saída dos alunos, também assegura o cumprimento das normas de segurança do laboratórios pelos alunos.

Além disso, os alunos dispõem de computadores na Biblioteca, em alguns laboratórios específicos, dentre outras salas. A gestão de uso destes laboratórios está contemplada em regulamento próprio, sendo de responsabilidade do Núcleo de Tecnologia e Informática - NTI.

Os laboratórios de informática consistem em ambientes equipados com bancadas para microcomputadores, projetores multimídia, tela de projeção e lousa. Todo mobiliário respeita as condições ergonômicas para seu uso. Todos os computadores estão ligados através de uma rede estruturada e interligados com a *internet*.

O horário de funcionamento, a política de uso e acesso e a manutenção e conservação dos equipamentos, tais como: qualidade do serviço, estado de conservação, plano de expansão e atualização, mecanismos de reparo e de aquisições, são:

a) Horário de Funcionamento: os laboratórios asseguram acessos diários de 2ª à 6ª feira, no horário das 7h30min às 22h40min e aos sábados, no horário das 8h às 12h50min, para que os docentes e discentes tenham condições de desenvolvimento de suas pesquisas, trabalhos e consultas.

b) Política de Acesso e Uso: a utilização dos laboratórios é atividade essencial para o curso tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios. As atividades em laboratório podem ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento do professor responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal de apoio.

c) Plano de Conservação e Atualização Tecnológica: a conservação e atualização dos equipamentos são feitas a partir de uma análise constante pelo pessoal técnico de apoio, coordenadores de curso e demais professores envolvidos, além do auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificam a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes. A atualização dos softwares é feita também através de análise periódica do pessoal técnico do NTI, consideradas as sugestões de professores que utilizam os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

d) Plano de Manutenção: a manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, é assegurada pelo pessoal técnico do NTI ou através de contratos com os fornecedores e/ou consultorias para os equipamentos. A reposição de materiais de consumo é compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre.

e) Pessoal Técnico de Apoio: o pessoal técnico de apoio é formado por equipe de profissionais selecionados pelo NTI, tendo como responsabilidades a formação técnica/tecnológica, manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, manutenção da gerência de redes (no caso de informática), biblioteca e demais setores, para que o Centro Universitário esteja sempre adaptado às novas tecnologias e consiga manter a qualidade de seus cursos.

5.13 Instalações sanitárias

As instalações sanitárias existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, contendo 59 sanitários para público em geral e 21 para pessoas com deficiência. Ambiente com boa limpeza, iluminação, ventilação e segurança Possui plano de limpeza diária e plano de conservação.

5.14 Estrutura dos polos EAD

A IES conta com diversos polos de apoio às atividades presenciais dos cursos de educação à distância. Todos os polos possuem estrutura física, tecnológica e de pessoal adequada à execução das atividades presenciais.

A estrutura dos polos apresenta acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais, como também é adequada para as atividades previstas nos projetos pedagógicos dos cursos.

As instalações dos polos são adequadas para a interação entre docentes, tutores e discentes e disponibilizam tecnologia suficiente para os processos de ensino e aprendizagem.

A lista atualizada dos polos encontra-se disponível no link <http://www.faccamp.br/ead/>.

5.15 Infraestrutura tecnológica

A Instituição mantém política de investimento em equipamentos para atender, continuamente, seu crescimento sem perda da qualidade dos serviços educacionais que oferece. Nesse sentido, para atender tanto os cursos presenciais e a distância, a IES disponibiliza a seguinte infraestrutura tecnológica:

Tabela 44 - Infraestrutura Tecnológica

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Pontos de acesso Wi-Fi	13
Link de internet (em Mb) 1000Mbps	1000Mbps
Servidores 5	5
Nobreaks	5

A estrutura tecnológica disponível está de acordo com a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede lógica para a oferta das condições adequadas de serviço, com segurança da informação e plano de contingência, em condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A IES possui plano de contingência documentado, que conta com comissão formada por integrantes de diversas áreas, que tem a finalidade de prevenir e resolver problemas advindos de causas técnicas, naturais, ambientais e climáticos que possam comprometer o funcionamento ininterrupto dos serviços dependentes de suporte tecnológico.

5.16 Infraestrutura de execução e suporte

A Instituição conta com os seguintes profissionais para suprir e manter a infraestrutura de execução e suporte em tecnologia da informação:

Tabela 45 – Profissionais para execução e suporte

PROFISSIONAIS
Administrador de rede
Desenvolvedor
Editor de web
Analista de suporte
Assistente de informática
Técnico de informática
Auxiliar de laboratório

A infraestrutura disponível para as atividades com recursos da Internet, que incluem os laboratórios de informática, a rede Wi-Fi, links de acesso à rede, servidores e dispositivos de regulação e alimentação de equipamentos no caso de interrupção de fornecimento da energia elétrica atende às necessidades da Instituição.

Considerando ainda o pessoal de suporte e de apoio para a infraestrutura tecnológica, a dimensão desses recursos atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta. Há plano de contingência e expansão.

Diante disso, a infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta.

5.17 Plano de expansão e atualização de equipamentos

A conservação e atualização dos equipamentos são feitas a partir de uma análise constante pelo pessoal técnico de apoio, equipe da biblioteca, coordenadores de curso, coordenadores de polo e demais professores/tutores envolvidos, além do auxílio do pessoal da manutenção, que verificam a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes, proceder à atualização de equipamentos, *softwares*, rede, entre outros. Essa atualização/manutenção de equipamentos e *softwares* é feita também através de análise periódica do pessoal técnico do NTI, consideradas as sugestões de professores/tutores, dos alunos, dos dados apontados nos relatórios da CPA e dos que utilizam os laboratórios e espaços virtuais para interação e como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A execução do plano de expansão e atualização de equipamentos tem acompanhamento baseado em metas por meio de indicadores e ações direcionadas à correção do referido plano.

5.18 Recursos de tecnologias de informação e comunicação

Existem tecnologias de informação e comunicação (TICs) que permitem executar os projetos pedagógicos dos curso e as atividades administrativas acadêmicas de maneira excelente, sendo de grande importância a contextualização do uso das tecnologias. Além disso, a tecnologia disponibilizada auxilia os alunos no ingresso em

novas comunidades e culturas, bem como no enfrentamento de problemas significativos; e os educadores podem ajudá-los a dominar o amplo conjunto de letramentos necessários para a era da informática.

Com esse fim, o UNIFACCAMP oferece recursos computacionais e midiáticos que permitem:

- Utilizar o portal do aluno e do professor como forma de atuar com as TICs na educação, manuseando, aprendendo, participando, colaborando com a sua formação e dos colegas.
- Utilizar os laboratórios de informática para estudos e pesquisas;
- Aplicar os conhecimentos obtidos através dos softwares disponibilizados nos laboratórios de informática;
- Utilização do Sistema de Gestão acadêmica;
- Disponibilização de um e-mail institucional;
- Acesso ao sistema de gestão de biblioteca via Internet e nos computadores disponíveis na biblioteca e laboratórios;
- Acesso ao Portal de Periódicos da Capes e demais bases de dados e outras consultas acadêmicas. Esse acesso ao portal também é disponibilizado para acesso aos alunos em suas residências;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem para as atividades pedagógicas.

Os recursos de tecnologia de informação e comunicacional incluem:

- Portal acadêmico;
- Envio e recebimento de mensagens eletrônicas;
- Sítio na Internet com informações institucionais e acadêmicas;
- Interação por redes sociais;
- Disponibilização de documentos pelo Portal do Aluno.

Em razão dos recursos disponibilizados, as tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino-aprendizagem e nas diversas atividades administrativas e acadêmicas permitem a execução do projeto pedagógico institucional e dos cursos e garantem a acessibilidade digital e comunicacional necessárias. Ademais, esses recursos permitem a promoção da interatividade entre todos os envolvidos bem como asseguram o acesso remoto, a qualquer tempo, a materiais e informações ou recursos didáticos e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem.

Assim, os recursos disponíveis asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas que garantem resultados satisfatórios e inovadores.

5.19 Ambiente virtual de aprendizagem - AVA

A IES conta, para as atividades a distância, com ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com acesso pela internet, que disponibiliza recursos adequados para as necessidades pedagógicas previstas.

O referido ambiente permite a realização de atividades e avaliações a distância, disponibilização de material de aula em diversos formatos (textos, vídeos, links e outros), além da possibilidade de realização de fóruns e ferramentas de comunicação entre discentes e professores/tutores.

Assim, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) oferece materiais, recursos e tecnologias adequadas para o desenvolvimento da cooperação entre professores/tutores e discentes. Na mesma medida, o ambiente permite a reflexão sobre os conteúdos das disciplinas, acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional em razão dos diversos recursos e ferramentas disponibilizados.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é avaliado periodicamente no âmbito da autoavaliação institucional, que permite ações de melhoria contínua.

O referido ambiente permite a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos que facilitam a aprendizagem.

CAPÍTULO VI - PLANO ESTRATÉGICO PARA A RETOMADA GRADATIVA SEGURA DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS PLANO EMERGENCIAL COVID-19

6.1 Plano Estratégico para a Retomada Gradativa e Segura das Atividades Educacionais

Por força impositiva da Pandemia do Covid-19, a UNIFACCAMP elabora plano de trabalho estratégico para enfrentamento e monitoramento contínuo, respeitados os requisitos de Saúde Pública, Normas Legais e controle da epidemia COVID-19.

Este plano aborda questões importantes a serem observadas no retorno às aulas presenciais e serve de base para elaboração dos Planos de Trabalhos Específicos dos Cursos, por meio de deliberações em reuniões de Colegiados e NDEs das ações pontuais dos cursos, da eleição das disciplinas, práticas e ou estágios que serão ministrados de modo remoto, atendendo às determinações da SERES/MEC/INEP, da Portaria 544 de 16 de junho de 2020, revogada pela Portaria Portaria MEC nº 1.030, de 01 de dezembro de 2020, alterada pela Portaria MEC Nº 1.038, DE 07 de dezembro de 2020 e do Ministério da Saúde nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Serão bases para elaboração desse Plano Estratégico:

- Conformidade e alinhamento com os Decretos Governamentais (Federais, Estaduais e Municipais), Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde e Ministério da Educação.
- Ações efetivas de prevenção da transmissibilidade e contaminação do COVID-19.
- Preparação da infraestrutura geral das Instituição para permitir a abertura dos Prédios da UNIFACCAMP.
- Comunicação adequada para toda a comunidade acadêmica interna e externa com as informações sobre a retomada das atividades presenciais.
- Ampla comunicação para alunos, professores, colaboradores e terceiros sobre regras e conduta dentro dos espaços da UNIFACCAMP.

- Equipes treinadas para orientar e aplicar protocolos de segurança e proteção da comunidade.
- Redução da densidade de pessoas circulantes nos espaços da UNIFACCAMP.
- Preparação da infraestrutura geral dos espaços para permitir a abertura das da UNIFACCAMP.
- Disponibilidade de insumos para atender as aulas práticas de laboratórios.

6.2 Protocolos por Áreas da Unifaccamp

6.2.1 Em âmbito de mantenedora, reitoria e pró-reitorias: aspectos acadêmicos e regulatórios busca-se estabelecer diretrizes e sugestões de ações a serem tomadas nesse período de pandemia:

- **Aspectos legais:** Segundo a legislação vigente, o Ministério da Educação (MEC) homologou, parcialmente, o Parecer n.º 05 do Conselho Nacional de Educação – CNE, aprovado por unanimidade pelo seu Conselho Pleno com o objetivo de uniformizar as orientações em nível nacional e consolidar as medidas orientativas para as atividades pedagógicas não presenciais, reorganização do calendário escolar, cômputo de carga horária e a programação de retorno às aulas presenciais. O item 2.16 que trata sobre avaliações e exames no contexto da situação de pandemia do referido Parecer não foi homologado e seguirá para o reexame do CNE.
- Em relação ao Ensino Superior, destacam-se, a seguir, os pontos de interesse, com o complemento do que dispõe a Portaria MEC Nº 1.038, DE 07 de dezembro de 2020, que delibera sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais em seu "Art. 3º As instituições de educação superior poderão utilizar os recursos previstos no art. 2º de forma integral, nos casos de: I - suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais; ou II - condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança das atividades letivas presenciais.

6.2.1.1 Gestão do calendário escolar

- O CNE reitera que a competência para tratar dos calendários escolares é da instituição, no âmbito de sua autonomia, respeitadas a legislação e as normas nacionais e do sistema de ensino, bem como este Parecer e os demais que serão editados.
- O Parecer deverá ser desdobrado em normas a serem editadas pelos órgãos normativos de cada sistema de ensino no âmbito de sua autonomia e poderá ser complementado por outros instrumentos específicos do CNE.

6.2.1.2 Medidas de orientação geral e de cômputo de carga horária

- Reposição da carga horária presencial de modo gradativo ao fim do período de isolamento (utilização de períodos como recessos, férias, sábados e, eventualmente, avanço para o ano civil seguinte para a realização de atividades letivas como aulas, projetos, pesquisas, estudos orientados ou outra estratégia);
- Substituição de atividades presenciais por aulas não presenciais: utilizar, como alternativa à presencialidade, meios tecnológicos nas disciplinas, conteúdos de disciplinas ou quaisquer atividades acadêmicas em que seja possível a manutenção da oferta sem prejuízo da qualidade. Vale pontuar que a autorização de substituição vem sendo mensalmente prorrogada pelo MEC, podendo haver modificações ao longo do período;
- Ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais, concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades.
- Adoção de atividades não presenciais de práticas e estágios, especialmente aos cursos de Licenciatura e formação de professores, extensíveis aos cursos de Ciências Sociais Aplicadas e, onde couber, de outras áreas, informando e enviando à SERES, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais a distância;
- Aprovar no âmbito institucional, pelos colegiados de cursos e apensados ao projeto pedagógico do curso, as atividades práticas profissionais ou de

práticas que exijam laboratórios especializados, além do cumprimento das Diretrizes Curriculares;

- Adoção de regime domiciliar para alunos que testarem positivo ou que sejam do grupo de risco;
- Encaminhar para SERES, no prazo de 15 dias do início das atividades, ofício comunicando que a IES irá adotar os procedimentos definidos na Portaria MEC Nº 1.038, DE 07 de dezembro de 2020 e as respectivas planilhas preenchidas;
- Implantação de teletrabalho para professores e colaboradores;
- Organização de processo de capacitação de docentes para o aprendizado a distância ou não presencial;
- Realização de atividades on-line síncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- Utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos e projetos;
- Responsabilidade na condução de seus projetos acadêmicos, respeitando os parâmetros e normas legais estabelecidas, com destaque e em observância ao disposto na Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, as instituições de educação superior podem considerar a utilização da modalidade EaD como alternativa à organização pedagógica e curricular de seus processos de reposição das 800 horas de carga horária a distância e adotar medidas adequadas quanto ao retorno às atividades presenciais para cursos que não possuíam anteriormente a modalidade EaD;
- Registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital durante o período de suspensão das aulas ou ao final, com apresentação digital ou física). Realização de processo de orientação aos estudantes sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas.

6.2.1.3 Processo seletivo

- Processos seletivos deverão ser regulamentados, podendo ser ofertados a distância e com a divulgação totalmente digital;

- Adoção da substituição de atividades presenciais relacionadas à avaliação, processo seletivo, TCC e aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação;
- Definir e estruturar a realização das avaliações de forma remota, em função do Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Colegiado e NDE responsável, observado o cumprimento das Diretrizes Curriculares do Curso.

6.2.1.4 Atividades práticas, estágios e laboratórios

- Supervisão de estágios e práticas profissionais na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis;
- Adoção da oferta na modalidade a distância ou não presencial às disciplinas teórico-cognitivas dos cursos da área de Saúde, independente do período em que são ofertadas;
- Organização e funcionamento de laboratórios e atividades preponderantemente práticas em conformidade com a realidade local.

6.2.1.5 Observações IMPORTANTES

- Rever os currículos e projetos pedagógicos dos cursos e aprovar, antes do próximo semestre nos órgãos e instâncias competentes da UNIFACCAMP, a aplicação do limite máximo de carga horária na modalidade a distância para os cursos presenciais, além de estruturar antecipadamente as possíveis substituições, conforme autorização extraordinária do MEC (Portaria MEC nº 1.030, de 01 de dezembro de 2020, alterada pela Portaria MEC nº 1.038, de 07 de dezembro de 2020);
- Evitar atividade em grupo ou que gere aglomerações;
- Podem ser adotadas atividades não presenciais de práticas e estágios em todas as áreas, onde couber, desde que a prática profissional o permita, observado o cumprimento das Diretrizes Curriculares do Curso.
- O Parecer CNE-CP no. 5, de 28 de abril de 2020, permite a aplicação de metodologias e recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às

interações práticas ou laboratoriais a distância. Exemplo: uso de laboratórios virtuais, simulações por meio de ferramentas de aplicação de atividades remotas síncronas, estudos de casos, entre outros.

- Preservar a realização de estágio virtual e práticas em locais onde exista suporte remoto para a realização e nos casos de estágio, a forma de atuação profissional virtual. Exemplo: curso de Direito, estágio nos ambientes virtuais dos tribunais (processos digitais), em conformidade às Diretrizes Curriculares do Curso.

6.2.1.6 Retorno às aulas presenciais

- Adotar boas práticas e ações de responsabilidade social para prevenção à propagação da Covid-19;
- Iniciar as atividades com calendário de reposição de conteúdos e carga horária presencial e não presencial;
- Considerar a continuidade em menor escala do contágio e manter, no encerramento da quarentena, as atividades não presenciais em conjunto com as presenciais, mantendo um retorno paulatino à presencialidade de 10%, 20%, 25%, 75% e 100%, distribuídos durante o restante do ano letivo, observando-se a legislação aplicada na localidade da IES;
- Definir processo de avaliação institucional diagnóstica da situação do aprendizado nos cursos e individualmente, para além das avaliações de desempenho já realizadas, de forma a construir cenários de políticas de aprendizado adequadas ao retorno à presencialidade;
- Realização da avaliação do ENADE após a conclusão do ano letivo;
- Adequação dos prazos para as IES protocolizarem processos no sistema e-MEC e adequação ao cronograma de coleta do censo da educação superior.

6.2.1.7 Outras atividades

- Elaborar novo calendário acadêmico;
- Organizar cronograma de aulas práticas por laboratórios, considerando os novos dimensionamentos de segurança;
- Reativar os parceiros para retomada dos alunos nos estágios curriculares;

- Definir ações para encerramento do semestre nos sistemas acadêmicos;
- Mapear e definir ações sistêmicas para liberação da matrícula;
- Mapear e definir ações para virada dos alunos para a próxima série nos próximos anos;
- Encaminhar para SERES, no prazo de 15 dias após o início das atividades ofício comunicando que a IES irá adotar os procedimentos definidos na Portaria 1038 de 2020.

6.2.2 Ações para gestão e Administração de Pessoal

- Rever a escala de funcionários, de acordo com a política de retorno adotada pela IES (total / parcial/ gradativo), de forma a reduzir custos, sem que a segurança e as atividades sejam comprometidas. É possível que, nesta fase, existam funcionários que estejam se recuperando da doença. Se for o caso, mantenha-os em grupos de risco, em *home office*.
- Rever o quadro de empregados e a situação de cada um;
- Avaliar a possibilidade de alternar dias de comparecimento entre os funcionários nas equipes;
- Considerar jornadas de trabalho menores nos primeiros meses;
- Incentivar ou promover a vacinação, buscando evitar outras síndromes gripais que possam ser confundidas com a Covid-19;
- Informar os empregados sobre a Covid-19, incluindo formas de contágio, sinais, sintomas e cuidados necessários para redução da transmissão no ambiente de trabalho e comunidade;
- Promover a atualização de contratos, férias, remuneração, de acordo com as medidas tomadas na IES, por exemplo:
 - Suspensão de Contrato;
 - Redução de Jornada X Salário;
 - Férias (normais, antecipadas, coletivas);
 - Utilização de banco de horas;
 - Verificação das legislações vigentes;
- Fazer a adequação – cumprimento – realização de Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho, caso seja necessário;
- Realizar a verificação de pagamentos de encargos trabalhistas (considerando alterações permitidas);

- Evitar, junto aos Gestores da IES, a realização de reuniões presenciais, optando, sempre que possível, pela utilização dos canais virtuais.

6.2.3 Aspectos contábeis, financeiros e jurídicos

6.2.3.1 Aspectos contábeis / financeiro

- Atenção para a organização / controle de documentos, notas fiscais, boletos, comprovantes de pagamentos, pendências existentes;
- Critérios para negociações de inadimplências:
 - . Da IES com fornecedores;
 - . Dos alunos com a IES;
- Revisão de Contratos / licenças adquiridas / fornecedores;
- Revisão de tributos, inclusive de diferimento de pagamento;
- Verificação das legislações vigentes;
- Manter a CND válida em função da necessidade de apresentação nos programas de inclusão, como FIES, PROUNI e convênios.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: GARANTIR O CONTROLE E A CONFERÊNCIA CONSTANTE DE DADOS CONFIÁVEIS.

CRIAR FOCOS EM PLANOS ALTERNATIVOS DE PAGAMENTO, RETENÇÃO E CAPTAÇÃO EM VIRTUDE DE INADIMPLÊNCIA E EVASÃO, É PRECISO ESTABELECEER UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO BASEADO EM INFORMAÇÕES SÓLIDAS PARA FUNDAMENTAR AS DECISÕES E METAS INSTITUCIONAIS.

6.2.3.2 Tributação e finanças

- Gerenciar com eficiência os impostos, obter reembolsos disponíveis, se for o caso, e considerar as medidas governamentais – local e federal - além daquelas das autoridades fiscais disponibilizadas para auxílio às empresas em virtude da pandemia.
- Avaliar e reavaliar os cenários constantemente.
- No caso de diminuição de receita pelas projeções de evasão e inadimplência, torna-se necessário modelar os piores cenários para avaliar o impacto na posição global de caixa e liquidez.

6.2.3.3 Aspectos financeiros

- Incrementar planos de financiamento estudantil e renegociação com alunos;
- Estudar ações de parcelamento de débitos, redução de juros por atraso e aumento do parcelamento;
- Rever Programa de bolsas e isenções;
- Incentivar projetos e ações para incrementar outras receitas;
- Realizar controle rigoroso de gastos e custos;
- Rever os contratos com fornecedores;
- Reavaliar contratos de locação.

6.2.3.4 Aspectos jurídicos

- Realizar acompanhamento criterioso e atento de toda a legislação, considerando as constantes alterações face à pandemia;
- Verificar se há necessidade de revisar os contratos de prestação de serviços educacionais de modo a assegurar que, enquanto estiver autorizado pelo MEC neste período de pandemia, as atividades presenciais poderão ser ofertadas remotamente;
- Dar publicidade aos alunos dos Projetos Pedagógicos aprovados pelos órgãos colegiados, que forem revisados visando atender atos normativos do MEC;
- Reiterar as recomendações dos protocolos implementados na UNIFACCAMP, na forma de regulamento a ser disponibilizado a toda a comunidade envolvida na atividade educacional, colhendo-se seu ciente;
- Publicar alterações de regulamento de estágio e atividade práticas;
- Definidos os parâmetros indicados no protocolo pedagógico, recomenda-se a ampla divulgação a todos os envolvidos com a construção de “termo de opção educacional” a ser subscrito por todo o contratante/responsável;
- Tanto para o período antecedente ao retorno às atividades presenciais quanto no período de retorno gradativo (caso seja a opção da IES), recomenda-se que a formatação do trabalho remoto a ser

eventualmente desenvolvido pelos trabalhadores sejam materializados em instrumento aditivo aos contratos de trabalho;

- Haja vista a atividade educacional privada ser amplamente fiscalizada por inúmeros órgãos, em especial os Ministérios Públicos, recomenda-se que a UNIFACCAMP promova a construção de regulamentos e protocolos de segurança recomendados, com a respectiva ciência e assinatura dos envolvidos, previamente à efetivação do retorno às atividades presenciais;
- Revisar os contratos de seguro em relação à cobertura em situações de pandemia;
- Realizar a negociação de contratos e fornecedores para melhores condições para a empresa, caso seja necessário.

6.2.4 Ações de tecnologia da informação

- Revisar a rede, equipamentos e recursos tecnológicos;
- Garantir dimensionamento adequado dos equipamentos para utilização dos usuários.
- Assegurar os recursos tecnológicos para os colaboradores que permanecerão com atividades remotas;
- Criação de tutoriais e campanha de comunicação para que os usuários realizem o *backup* dos arquivos salvos nas máquinas emprestadas ou equipamentos próprios para que não percam trabalhos realizados e os que estão em andamento;
- Avaliação dos horários de atendimento para suporte aos usuários;
- Garantir apoio à organização/adequação de espaço para as aulas práticas nos laboratórios de informática;
- Buscar novos fornecedores ou soluções alternativas para suporte de ambiente virtual de aprendizagem.
- Garantir suporte à Biblioteca para acesso dos usuários ao acervo.
- Garantir suporte aos setores administrativos e acadêmicos para desempenho de suas funções e interação com usuários internos e externos.

6.2.5 Área administrativa – infraestrutura

Para a elaboração dos Protocolos para Adequação dos Espaços Físicos e implantação das práticas para circulação e convivência nas unidades devem ser seguidas as orientações do Governo, órgãos de Regulação e da OMS, a saber:

6.2.5.1 Administrativo – infraestrutura

- Revisar layouts dos Setores, Escritórios, Secretarias, Tesouraria, Salas de aula, Sala de Reuniões, Sala de Professores, Sala de Reuniões, Laboratórios, Clínicas, Áreas de Convivência, Quadras, Refeitório, Lanchonetes, Sanitários, biblioteca entre outros, ajustando-os para atender às regras e necessidades de distanciamento social – por exemplo, por meio de barreiras físicas quando possível, espaçamento das cadeiras/mesas, identificação com adesivos e outros;
- Modificar o *layout* dos Setores, Escritórios, Secretarias, Tesouraria, Salas de aula, Sala de Reuniões, Sala de Professores, Sala de Reuniões, Laboratórios, Clínicas, Áreas de Convivência, Quadras, Refeitório, Lanchonetes, Sanitários, Biblioteca, entre outros, para atender às necessidades sociais de distanciamento – por exemplo, por meio da redução do número de mesas ou cadeiras e de barreiras físicas quando possível;
- Eliminar acesso a espaços que sejam pontos de maior aglomeração de pessoas;
- Reforçar a aplicação das medidas de distanciamento social em cartazes e marcações no chão;
- Afixar nos ambientes sinais indicativos de número máximo de pessoas permitido para garantir o distanciamento social nos ambientes;
- Colocar dispensadores com álcool em gel 70% nas salas de aula, laboratórios, biblioteca, recepção, salas de atendimento, escritórios e em pontos estratégicos;
- Desativar temporariamente bebedouros.
- Garantir a devida ventilação nos ambientes e limpeza e substituição dos filtros de ar condicionado mais constantes;

- Disponibilizar e fiscalizar a utilização de EPIs pelas equipes de acordo com os protocolos definidos;
- Estabelecer requisitos de inventário para EPIs / agentes de limpeza e compras;
- Coletar e desinfetar EPIs reutilizáveis e para descarte;
- Observar Protocolo de limpeza e higienização na ocorrência de um teste positivo para aluno/funcionário;
- Identificar empresas terceirizadas capazes de realizar limpeza escalonada para além da rotina normal (frequência /escopo / método) e o gatilho para quando usar o serviço;
- Selecionar um fornecedor de backup para emergências;
- Estabelecer novas rotinas de limpeza, reforçando os locais que ficam mais expostos ao toque das mãos, como mesas, carteiras, maçanetas de portas, braços de cadeiras, telefones, bancadas e corrimãos;
- Limpeza e desinfecção pré e pós-turno das aulas e turnos de trabalho;
- Aumentar as estações de lavagem e a disponibilização de álcool em gel para as mãos, inclusive na entrada dos espaços e ao lado da porta de acesso à sala de aula, por exemplo;

6.2.5.2 Biblioteca

- Priorizar uso de acervo virtual;
- Fazer rotinas do Plano de Contingência para manutenção adequada das consultas *online* pelos usuários;
- Afinar com equipe de TI estratégias de backup para emergências;
- Respeitar o distanciamento de 1 metro entre as pessoas, quando do retorno parcial, gradativo e ou presencial;
- Manter dispensadores de álcool gel 70% para desinfecção das mãos dos funcionários e dos usuários, quando do retorno parcial, gradativo e ou presencial;
- Realizar a limpeza e desinfecção pré e pós-turno das aulas e turnos de trabalho das bancadas, balões e espaços da Biblioteca;
- Fazer escalonamento dos funcionários para turnos de trabalho;

- Separar uma estante para recebimento de material devolvido, quando do retorno parcial, gradativo e ou presencial;
- Receber o livro sempre com luvas, quando do retorno parcial, gradativo e ou presencial;
- Acomodar o material recebido na estante separada para este fim, quando do retorno parcial, gradativo e ou presencial;
- Não colocar esse livro no acervo nos próximos 5 dias, como também não o liberar para empréstimo, quando do retorno parcial, gradativo e ou presencial;
- Após o período de 6 dias, usar EPI, higienizar os livros com álcool 70% e papel toalha, descartando o papel toalha em seguida, quando do retorno parcial, gradativo e ou presencial.
- Afixar avisos e Protocolos de uso de EPIs;
- Afixar cartaz de uso obrigatório de máscaras no ambiente da Biblioteca;

6.2.5.3 Refeitório / lanchonetes

- Distanciar e demarcar as mesas para que mantenham uma distância mínima segura com controle de quantidade de pessoas, respeitando as regras de saúde;
- Reforçar a higienização de mesas, cadeiras e pontos de limpeza dos usuários (pias, banheiros, etc.);
- Fornecer pratos prontos nas lanchonetes, não permitir o consumo do alimento no local;
- Estimular os usuários a higienizar as mãos com água e sabonete ou álcool;
- Orientar os usuários a retirar a máscara facial ao sentar, descartá-las dentro de um saco plástico individual e, posteriormente, jogá-las na lixeira.

6.2.5.4 Sanitários

- Controlar o acesso da quantidade de pessoas, respeitando as regras de saúde;

- Manter as portas dos sanitários prioritariamente abertas para beneficiar a ventilação.
- Manter display de álcool gel 70% no banheiro;
- Manter display de sabonete líquido sempre abastecido.

6.2.5.5 Elevadores

- Controlar o acesso e limitar a quantidade de pessoas, respeitando as regras de saúde;
- Intensificar a higienização / limpeza.
- Manter display de álcool gel 70% na porta dos elevadores.
- Manter cartazes informativos sobre higienização das mãos antes de entrar no elevador e ao sair e sobre o uso de máscaras.

6.2.6 Protocolo para acesso ao *campus*

- Iniciar o processo de reabertura gradual das atividades segundo o cronograma estabelecido (em conformidade com o protocolo estabelecido para o Município, para o Estado e com as normativas do MEC/INEP e Órgãos da Saúde);
- Utilizar o Termômetro Digital Infravermelho de Testa para aferir a temperatura dos colaboradores na chegada ao ambiente de trabalho (se a temperatura estiver maior ou igual 37,5°C, a pessoa deve ser encaminhada para a triagem com equipe de saúde);
- Higienização das mãos com uso de álcool em gel 70% na entrada do campus, na entrada dos espaços comuns como sala de aula, banheiros, biblioteca, laboratórios, etc;
- Manter informativos nas telas de entrada dos prédios, nos murais, em áreas de circulação, nas páginas do site, na página do aluno e do professor, nas mídias sociais, com as normas/protocolos estabelecidos para identificação de possíveis sintomas da Covid-19;
- Uso obrigatório de máscaras, prezando pela manutenção e higienização a cada uso ou descarte seguro;
- Manter uma distância mínima segura entre as pessoas e, onde não for possível, utilizar barreira física ou protetor mais potente.

6.2.7 Comunicação, educação, treinamento, relacionamento

6.2.7.1 Desenvolver e implementar comunicação clara e objetiva com toda a comunidade interna e externa (acadêmica, técnico-administrativa, prestadores de serviços, etc) em mídias impressas, digitais, midiáticas, antes do retorno ao trabalho/aulas, de modo a:

- Realizar treinamento com colaboradores técnico-administrativos e corpo docente para revisar as diretrizes e requisitos a serem observados no primeiro dia do retorno e, posteriormente, periodicamente para reforçar.
- Promover capacitação rotineiramente aos colaboradores técnico-administrativos e corpo docente sobre os protocolos e medidas a serem seguidas, observando a evolução da pandemia.
- Auxiliar na identificação dos sintomas da COVID-19 e situações em que não deverá retornar à Instituição;
- Ajudar a seguir os Protocolos criados, como uso permanente de máscaras e higienização adequada das mãos e outras etiquetas de higiene, utilização dos espaços e outros;
- Observar e seguir o Protocolo para acesso aos Prédios e espaços da UNIFACCAMP;
- Evitar tocar em objetos comuns sem proteção, como interruptores de luz, portas, computadores, elevadores, corrimão de escadas etc.;
- Observar e seguir os Protocolos de limpeza do ambiente, descarte de EPIs.

6.2.7.2 Implementar medidas de comunicação em pontos estratégicos em todos os ambientes do campus (administrativo, coordenações, salas de aula, de professores e de reuniões, laboratórios, biblioteca, corredores, refeitório, lanchonetes, tesouraria, secretaria, etc, como):

- Pôsteres, mídias digitais, cartazes comunicando informações gerais acerca dos sintomas da doença;
- Informações acerca do distanciamento físico no local e das medidas recomendadas para transporte, ambiente domiciliar;

- Instruções sobre como utilizar e higienizar/descartar corretamente as máscaras, luvas e demais EPI's.

6.2.7.3 Comunicação específica para alunos abordando:

- Calendário acadêmico – cronograma de retorno;
- Protocolos implementados para segurança no retorno às aulas;
- Horários de aulas;
- Reposições de aulas, se necessário;
- Aulas práticas;
- Protocolo para utilização dos laboratórios;
- Questões relativas ao contrato - mensalidades;
- Tornar públicas as alterações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, bem como alterações de regulamento de estágios e atividades práticas;
- Manter canal on-line para atendimento (assuntos financeiros, acadêmicos etc.) para àqueles que ainda estão com restrição de movimentos.

6.2.8 Ações de relacionamento com alunos

- Manter os canais digitais implementados durante a crise;
- Adequar o suporte ao atendente;
- Limitar a lista de serviços atendidos presencialmente;
- Manter canais de relacionamento com alunos;
- Implementar mudanças nos vestibulares tradicionais para *online*;
- Adequar o plano de captação de alunos;
- Estabelecer horários de atendimento de coordenação com discentes;
- Proporcionar momentos de oitiva dos discentes sobre suas necessidades em turma;
- Garantir acesso ao curso de modo remoto e trabalhos domiciliares para os que se encontram com sintomas positivos.

IMPORTANTE: GARANTIR AGILIDADE NA COMUNICAÇÃO E NO RETORNO ÀS SOLICITAÇÕES!

6.2.9 Ações de monitoramento das condições na Unifaccamp

- A cada sete (7) dias, a situação da epidemia deve ser reavaliada e, com isso, os protocolos relaxados ou intensificados e as rotinas ajustadas;
- A liberação completa da atividade estará condicionada à evolução da epidemia e aos decretos governamentais;
- Recomenda-se que cada gestor acompanhe o time (solicitar apoio dos professores para monitorar alunos);
- Verificar diariamente o estado de saúde e a possível manifestação de sintomas como tosse, cansaço, congestão nasal, coriza, mialgia (dor do corpo), dor de cabeça, dor de garganta ou dificuldade para respirar;
- Acompanhar também a ocorrência de casos suspeitos ou confirmados na família/residência do funcionário/aluno;
- Esclarecer para todos os funcionários/alunos os protocolos a serem seguidos caso alguém apresente sintomas ou teste positivo para a covid-19, informando também o cronograma a ser seguido nestes casos (tempo de isolamento, período de retorno etc.).

6.2.10 Ações com suspeitos de covid-19

Como agir se funcionário/aluno apresentar sintomas da Covid-19: alguns deles se assemelham aos da gripe, como tosse, cansaço, congestão nasal, coriza, mialgia (dor do corpo), dor de cabeça ou dor de garganta:

- Recomenda-se que o gestor acompanhe de perto este funcionário/aluno;
- Caso haja piora dos sintomas, oriente a buscar atendimento médico presencial;
- Em caso de realização do teste para Covid-19, permanecer na residência até que seja emitido o resultado do exame ou o parecer médico;
- Orientar a reforçar os cuidados de prevenção em casa.

6.2.10.1 Casos suspeitos e confirmados

Conduta em relação aos casos suspeitos e confirmados da COVID-19 e seus contatantes. Considera-se caso confirmado o trabalhador /aluno com:

- Resultado de exame laboratorial confirmando a Covid-19, de acordo com as orientações do Ministério da Saúde; ou Síndrome gripal ou Síndrome Respiratória Aguda Grave - SRAG, para o qual não foi possível a investigação laboratorial específica, e que tenha histórico de contato com caso confirmado laboratorialmente para a Covid-19 nos últimos sete dias antes do aparecimento dos sintomas no trabalhador/aluno.

6.2.10.2 Casos suspeitos

Considera-se caso SUSPEITO o trabalhador /aluno que apresente quadro respiratório agudo com um ou mais dos sinais ou sintomas:

- Febre, tosse, dor de garganta, coriza e falta de ar, sendo que outros sintomas também podem estar presentes, tais como dores musculares, cansaço ou fadiga, congestão nasal, perda do olfato ou paladar e diarreia.

6.2.10.3 Casos de contatante de caso confirmado

Considera-se contatante de CASO CONFIRMADO da Covid-19 o trabalhador / aluno assintomático que teve contato com o caso confirmado da Covid-19, entre dois dias antes e quatorze dias após o início dos sinais ou sintomas ou da confirmação laboratorial, em uma das situações abaixo:

- Ter contato durante mais de quinze minutos a menos de um metro de distância;
- Permanecer a menos de um metro de distância durante transporte;
- Compartilhar o mesmo ambiente domiciliar; ou
- Ser profissional de saúde ou outra pessoa que cuide diretamente de um caso da Covid-19, ou trabalhador de laboratório que manipule amostras de um caso da Covid-19 sem a proteção recomendada.

6.2.10.4 Casos de contatante de caso suspeito

Considera-se contatante de CASO SUSPEITO da Covid-19, o trabalhador ou aluno assintomático que teve contato com caso suspeito da Covid-19, entre dois

dias antes e quatorze dias após o início dos sintomas do caso, em uma das situações abaixo:

- Ter contato durante mais de quinze minutos a menos de um metro de distância;
- Permanecer a menos de um metro de distância durante transporte;
- Compartilhar o mesmo ambiente domiciliar; ou
- Ser profissional de saúde ou outra pessoa que cuide diretamente de um caso da Covid-19, ou trabalhador de laboratório que manipule amostras de um caso da Covid-19 sem a proteção recomendada.

6.2.11 Ações da mantenedora no afastamento de trabalhadores

A mantenedora deve afastar imediatamente os trabalhadores das atividades laborais presenciais, por quatorze dias, nas seguintes situações:

- Casos confirmados da Covid-19;
- Casos suspeitos da Covid-19; ou
- Contatantes de casos confirmados da Covid-19.

Nesse caso, deve orientar seus empregados afastados do trabalho a permanecer em sua residência, assegurando-se a manutenção da remuneração durante o afastamento. O período de afastamento dos contatantes de caso confirmado da Covid-19 deve ser contado a partir do último dia de contato entre os contatantes e o caso confirmado.

6.2.12 Ações para retorno dos trabalhadores

Os trabalhadores afastados considerados casos suspeitos poderão retornar às suas atividades laborais presenciais antes do período determinado de afastamento quando:

- Exame laboratorial descartar a Covid-19, de acordo com as orientações do Ministério da Saúde; e
- Estiverem assintomáticos por mais de 72 horas.

6.2.12.1 Os contatantes que residem com caso confirmado da covid-19

- Devem ser afastados de suas atividades presenciais por quatorze dias, devendo ser apresentado documento comprobatório.

6.2.12.2 Ações da mantenedora no monitoramento

A Mantenedora deve manter registro atualizado, à disposição dos órgãos de fiscalização, com informações sobre:

- Trabalhadores por faixa etária;
- Trabalhadores com condições clínicas de risco para desenvolvimento de complicações que podem estar relacionadas a quadros mais graves da Covid-19, não devendo ser especificada a doença, preservando-se o sigilo;
- Casos suspeitos;
- Casos confirmados;
- Trabalhadores contatantes afastados; e
- Medidas tomadas para a adequação dos ambientes de trabalho para a prevenção da Covid-19.

6.2.12.3 Funcionário/aluno com teste positivo para a covid-19

Após a confirmação com parecer médico formal, deverá permanecer afastado da unidade e em isolamento até receber autorização médica para retornar a rotina normal. Além disso, deve reforçar os cuidados em casa para prevenir a contaminação dos familiares.

6.2.12.4 Retorno de afastado por covid-19

O funcionário/aluno diagnosticado com Covid-19 só poderá retornar à unidade com autorização médica. Se, ao término do período de afastamento recomendado pelo médico, persistirem os sintomas, deverá ser orientado a permanecer em sua residência por mais sete (7) dias. Se, ao final deste período, ainda houver qualquer sintoma, deverá procurar novamente o atendimento médico presencial.

6.2.12.5 Ações PARA COM A EQUIPE/TURMA EM QUE HOUVER TESTE POSITIVO PARA A COVID-19

O funcionário/aluno com Covid-19 será afastado. Recomenda-se o afastamento do restante da equipe que teve contato com o contaminado pelos próximos 14 dias. Quem não teve contato direto, deve manter sua rotina normal, intensificando todas as medidas preventivas.

É ESSENCIAL ACOMPANHAR O SURGIMENTO DE SINTOMAS!

Com base nas diretrizes acima apontadas, segue quadro sintético do protocolo das ações Acadêmico-Administrativas a serem observadas pela Instituição, cursos, colaboradores internos e externos e discentes da UNIFACCAMP.

6.2.12.6 Distanciamento social:

Reduzir a aproximação e o contato entre as pessoas.

Sala de aula	Máximo de 35% dos alunos em sala (ou a critério definido por turma/curso)	Obrigatório
	Distanciamento Social de 1 m entre as pessoas.	Obrigatório
	Uso de máscaras.	Obrigatório
Entrada e saída	Organizar a entrada e a saída para evitar aglomerações, preferencialmente fora dos horários de pico do transporte público	Recomendável
Ensino Remoto	Adotar ensino remoto, combinado com o retorno gradual das atividades presenciais.	Em atendimento à Portaria 1038 de 2020, caso haja necessidade, e em conformidade com diretrizes municipais, estaduais e federais de saúde.
Aulas práticas e/ou laboratoriais	Funcionamento de laboratórios apenas para pesquisa ou para aulas dos cursos majoritariamente práticos.	Obrigatório
	Respeitar o distanciamento, o número reduzido de alunos, quando do retorno gradativo das aulas presenciais.	Obrigatório
	Na impossibilidade de manter o distanciamento de 1 metro dentro de laboratórios e ou espaços de práticas manter distância mínima de 1 metro e uso obrigatório de equipamentos de proteção extra, como luvas e máscaras de acetato	Obrigatório
Salas dos professores, de reuniões e de apoio.	O uso de salas dos professores, de reuniões e de apoio deve ser limitado a grupos pequenos e respeitar o distanciamento de 1 metro entre as pessoas.	Obrigatório
	Uso de máscara.	Obrigatório
Biblioteca	Deve ser respeitado o distanciamento de 1 metro entre as pessoas e as seguintes regras: a. Separar uma estante para recebimento de material devolvido; b. Receber o livro sempre com luvas;	

	<p>c. Acomodar o material recebido na estante separada para este fim;</p> <p>d. Não colocar esse livro no acervo nos próximos 5 dias, como também não o liberar para empréstimo;</p> <p>e. Após o período de 6 dias, usar EPI, higienizar com álcool 70% e papel toalha, descartando o papel toalha em seguida.</p> <p>f. Priorizar acervo digital.</p>	
Refeitórios e cantinas	<p>Garantir distanciamento de 1 metro nas filas.</p> <p>Proibir aglomeração nos balcões.</p> <p>Utilizar sinalização no piso.</p> <p>Uso de máscara.</p>	<p>Obrigatório</p> <p>Obrigatório</p> <p>Recomendável</p> <p>Obrigatório</p>
Eventos	Feiras, palestras, seminários, competições e campeonatos esportivos, comemorações, assembleias etc.	Proibidos
Atividades de educação física, artes e correlatas.	<p>Realizadas mediante cumprimento do distanciamento de 1 metro, preferencialmente ao ar livre.</p> <p>Uso de máscara</p>	<p>Obrigatório</p> <p>Obrigatório</p>
Atividades ao ar livre.	<p>Sempre que possível, priorizar atividades ao ar livre.</p> <p>Respeitar o distanciamento de 1,5m.</p>	<p>Recomendável</p> <p>Obrigatório</p>
Vestibulares, avaliações, testes, provas.	<p>Podem ser realizados mantendo o distanciamento de 1 metro e demais diretrizes aplicáveis deste protocolo, sobretudo higienização de espaços e equipamentos.</p> <p>Priorizar, sempre que possível, em modo remoto.</p>	Recomendável
Atendimento na Secretaria, Tesouraria	<p>Realizados mediante cumprimento do distanciamento de 1 metro.</p> <p>Uso de senhas para atendimento.</p> <p>Sinalização no piso.</p> <p>Priorizar atendimento online, sempre que possível.</p>	<p>Obrigatório</p> <p>Recomendável</p> <p>Recomendável</p> <p>Recomendável</p>
Atendimento em Clínicas (Veterinária, Psicologia, de Saúde, Fisioterapia, etc) NPJ /EAJUR, Psicopedagógico, Empresa Junior, etc.	<p>Mediante agendamento.</p> <p>Realizados mediante cumprimento do distanciamento de 1 metro (sempre que possível).</p> <p>Uso de máscara.</p> <p>Uso de Luvas (dependendo do tipo de atendimento).</p> <p>Uso de máscara de acetato (dependendo do atendimento)</p>	<p>Recomendável</p> <p>Recomendável</p> <p>Obrigatório</p> <p>Recomendável</p> <p>Recomendável</p>

Atendimento ao Discente por Docentes e Coordenadores	Mediante agendamento.	Recomendável
	Realizados mediante cumprimento do distanciamento de 1 metro (sempre que possível).	Recomendável
	Uso de máscara.	Obrigatório
	Priorizar atendimento remoto por aplicativos (Zoom, Meet, WhatsApp, Skype, etc.); por telefone.	Recomendável
Equipe da área de Saúde como apoio	Manter equipe da área de Saúde como apoio para informações complementares (Para alunos como forma de cumprimento de estágios e ou horas de práticas)	Recomendável

6.2.12.7 Higiene pessoal:

Promover cultura de atenção aos procedimentos de limpeza pessoal

Instituição	Disponibilizar dispensador com álcool gel 70%.	Obrigatório
	Disponibilizar os EPIs necessários aos funcionários para cada tipo de atividade.	Obrigatório
	Fornecer água potável de modo individualizado. Caso a água seja fornecida em galões, purificadores, bebedouros ou filtros de água, cada um deve ter seu próprio copo. Ofertar copos descartáveis.	Recomendável.
Mãos	Higienizar frequentemente as mãos com água e sabão ou álcool em gel 70%.	Obrigatório
	Higienizar as mãos, conforme indicações do Ministério da Saúde, ao chegar na instituição, antes e após cada aula, sobretudo as de laboratório.	Obrigatório
	Incentivar a lavagem de mãos ou higienização com álcool em gel 70% após tossir, espirrar, usar o banheiro, tocar em dinheiro, manusear alimentos cozidos, prontos ou in natura, manusear lixo ou objetos de trabalho compartilhados, tocar em superfícies de uso comum, e antes e após a colocação da máscara. Não cumprimentar pessoas dando as mãos.	Recomendável Recomendável
Profissionais que manipulam alimentos, práticas com alimentos	Profissionais que preparam e servem alimentos, e ou em práticas que envolvam alimentos, devem utilizar EPIs e seguir protocolos de higiene e de manipulação dos produtos.	Obrigatório
Profissionais das Clínicas	Profissionais que prestam atendimento a discentes, pessoas da comunidade, animais, devem utilizar EPIs e seguir protocolos de higiene e de manipulação dos produtos.	Obrigatório

Máscaras.	Uso de máscara dentro da instituição e em todo o percurso de casa até a instituição de ensino.	Obrigatório
	Trocar a máscara a cada 3 horas ou sempre que estiver úmida.	Recomendável.
Objetos	Não utilizar objetos compartilhados que não sejam higienizados antes do uso.	Recomendável
Equipe da área de Saúde como apoio	Manter equipe da área de Saúde como apoio para informações e orientações complementares (Para alunos como forma de cumprimento de estágios e ou horas de práticas)	Recomendável

6.2.12.8 Limpeza e higienização de ambientes

INSTITUIÇÃO	Todos os espaços e estruturas móveis e imóveis devem ser higienizados por empresa especializada, antes da reabertura do campus	Recomendável
Ambientes, prédios e superfícies	Higienizar todos os espaços e estruturas móveis e imóveis dos prédios, as salas de aula e, particularmente, as superfícies que são tocadas por muitas pessoas (grades, mesas de refeitórios, carteiras, puxadores de porta e corrimões), antes do início das aulas em cada turno e sempre que necessário, de acordo com as indicações da Nota Técnica 22/2020 da Anvisa.	Recomendável
Laboratórios	Higienizar bancadas, computadores, equipamentos e utensílios antes de cada aula, sobretudo em laboratórios e outros espaços de atividades práticas.	Recomendável
Banheiros, lavatórios e vestiários	Higienizar os banheiros, lavatórios e vestiários antes da abertura, após o fechamento e, no mínimo, a cada três horas.	Obrigatório
Lixo	Certificar-se de que o lixo seja removido no mínimo três vezes ao dia e descartado com segurança, conforme disposto no Comunicado CVS-SAMA 07/2020.	Obrigatório
Ventilação de ambientes	Manter os ambientes bem ventilados com as janelas e portas abertas, evitando o toque nas maçanetas e fechaduras.	Recomendável
Ventiladores e Ar Condicionado	Evitar o uso de ventilador e ar condicionado. Caso o ar condicionado seja a única opção de ventilação, instalar e manter filtros e dutos limpos, além de realizar a manutenção e limpeza semanais do sistema de ar condicionado por meio de Plano de Manutenção.	Recomendável
Equipe da área de Saúde como apoio	Manter equipe da área de Saúde como apoio para informações e orientações complementares (Para alunos como forma de cumprimento de estágios e ou horas de práticas)	Recomendável

6.2.12.9 Comunicação

Calendário e Protocolos	Comunicar os estudantes sobre o calendário de retorno e os protocolos com, no mínimo, 7 dias de antecedência.	Recomendável
	Para estudantes que não residem no mesmo município, recomenda-se antecedência de, no mínimo, 10 dias.	Recomendável
Material de Comunicação	Produzir materiais de comunicação em mídias digitais, painéis eletrônicos, site institucional, portal do aluno, mídia impressa para conscientização dos discentes, com explicações de fácil entendimento, sobre a prevenção da COVID-19, e sobre a necessidade do distanciamento social, da limpeza, da higiene, do uso de material de proteção, da desinfecção dos ambientes e dos materiais e dos utensílios..	Recomendável
Higiene das mãos	Folder demonstrando a correta higienização das mãos e comportamentos positivos de higiene, em todos os ambientes.	Recomendável
	Material informativo incentivando a higienização frequente e completa das mãos, conforme indicações sanitárias do Ministério da Saúde.	Recomendável
Distanciamento Social	Material informativo sobre a obrigação de respeitar o distanciamento de 1 metro no atendimento ao público e, em caso de alta demanda, recomenda-se o agendamento prévio.	Recomendável
	Material informativo sobre a importância de manter distanciamento social e uso de máscaras em todos os ambientes da Instituição.	Recomendável
Atendimento online	Criar material informativo sobre priorizar o atendimento ao público por canais digitais (telefone, aplicativo ou online).	Recomendável
Laboratórios e espaços de práticas	Material informativo sobre higienização das mãos, materiais, bancadas, utensílios, afixado nos laboratórios e espaços de práticas. (Nota Técnica 22/2020 da Anvisa)	Obrigatório
Clínicas (Veterinária, Psicologia, de Saúde, Fisioterapia, etc.) NPJ/EAJUR, Psicopedagógico, Empresa Junior, etc.	Material informativo sobre higienização das mãos, materiais, bancadas, utensílios, afixado nos laboratórios e espaços de práticas. (Nota Técnica 22/2020 da Anvisa).	Obrigatório
	Material informativo sobre a importância de manter distanciamento social e uso de máscaras em todos os ambientes da Instituição.	Obrigatório
	Material informativo sobre uso de EPIs adequados às atividades desenvolvidas (máscaras, luvas, máscaras de acetado, etc.)	Obrigatório

Equipe da área de Saúde como apoio	Manter equipe da área de Saúde como apoio para informações e orientações complementares (Para alunos como forma de cumprimento de estágios e ou horas de práticas)	Recomendável
------------------------------------	--	--------------

6.2.12.10 Monitoramento

Monitoramento permanente	O monitoramento deve ser permanente e com os objetivos de acompanhar a saúde dos educadores, colaboradores e alunos, o cumprimento dos protocolos de prevenção e a realização de avaliações diagnósticas para identificar a qualidade da aprendizagem dos estudantes no novo modelo.	Recomendável
Monitoramento de temperatura	Aferir a temperatura das pessoas a cada entrada na instituição de ensino. Utilizar preferencialmente termômetro sem contato (Infravermelho). Caso a temperatura esteja acima de 37,5°C, orientar o retorno para casa e a busca de atendimento médico se necessário.	Recomendável
Sala para isolamento	Separar uma sala ou uma área para isolar pessoas que apresentem sintomas na instituição de ensino até que possam voltar para casa.	Recomendável
Pessoas Sintomáticas	Não permitir a permanência de pessoas sintomáticas para COVID-19 na instituição de ensino.	Recomendável
	Orientar a pessoa a procurar o serviço de saúde.	Recomendável
	Orientar as pessoas que estiveram em contato com pessoas sintomáticas a manter isolamento social e procurar serviço de saúde.	Recomendável
Grupo de risco	Profissionais, docentes e discentes que fazem parte do grupo de risco devem ficar em casa e realizar as atividades remotamente, na primeira fase do plano de retorno às atividades presenciais	Recomendável
Funcionário de apoio	Recomenda-se manter um funcionário de ponto de apoio em cada prédio da instituição de ensino para sinalizar e reportar sobre pessoas sintomáticas.	Recomendável
Equipe de apoio	Manter equipe da área dos cursos de saúde para dar apoio no monitoramento de pessoas sintomáticas.	Recomendável
Equipe da área de Saúde como apoio	Manter equipe da área de Saúde como apoio para informações e orientações complementares, aferições, etc. (Para alunos como forma de cumprimento de estágios e ou horas de práticas)	Recomendável

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSOFF, H. Igor. & MACDONNELL, Edward. **Implantando a administração estratégica**. – 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ABNT-NBR 9050 (2004): Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: 2004.

BRASIL. **Norma Técnica**, http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional/nota-tecnica.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. **Deliberação CEE nº 78, 04 de dezembro de 2008**. Fixa normas complementares para a formação dos profissionais docentes em cursos de licenciatura para a educação básica, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior, vinculados ao sistema estadual, ressalvada a autonomia universitária. Diário Oficial do Estado, São Paulo, SP, Seção I, p. 25. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer CNE/CES nº 436/ 2001**. Brasília: CNE/CES. 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Resolução CNE/ CP3 18/2002**. Brasília: CNE/CP 3. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer CNE/CES 29/ 2002**. Brasília: CNE/CP. 2002.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Declaração de Guatemala. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>

BRASIL. **Referenciais De Acessibilidade Na Educação Superior E A Avaliação In Loco Do Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior (SINAES)**, 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>. Último acesso em abril de 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União de 13 jul 2001, Seção 1.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Das Relações Étnico-Raciais E Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira, Africana E Indígena Nos Termos Da Lei Nº 9.394/96**, Com A Redação Dada Pelas Leis Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008 E Na Resolução Cne/Cp Nº 3/2004.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14/04/2004, http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 14 jan 2005, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 8/2012**, aprovado em 6 de março de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. **Parecer nº 9, de 8 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://www.abmes.org.br/Download/Associados/Legislacao/2001/Parecer/Par_CP_09_080501.htm

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2006/2005/Decreto/D5626.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2015/2015/Lei/L13146.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://www.abmes.org.br/Download/Associados/Legislacao/2006/Resolucao/Res_CES_001_20060202.doc.

BRASIL. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014.** Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nos 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.

BRASIL. **Políticas de Educação Ambiental,** Conforme o disposto na Lei Nº 9.795/1999, e o Decreto Nº 4.281/2002 E na Resolução CNE/CP Nº 3/2004

BRASIL. **PORTARIA MEC Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3185/portaria-mec-n-544-2020>. Acesso em junho de 2021.

BRASIL. **PARECER CNE-CP Nº 5, DE 28 DE ABRIL DE 2020.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3116>. Acesso em junho de 2021.

BRASIL. **PORTARIA MEC Nº 2.117, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2968>. Acesso em junho de 2021.

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 34/2016.

BRASIL. Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP/MEC nº 10/2016

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 23/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP 24 de 12/06/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 31/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 44/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 40/2015

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 031

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 023

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP/CONAES nº 022

BRASIL. Nota Técnica DAES/INEP nº 008-2015

BRASIL. Roteiro de Auto avaliação Institucional – Brasília – DF – 2004
MEC/INEP/CONAES.

http://download.inep.gov.br/download/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf

BRASILIA –DF, 2004-Roteiro de Auto avaliação Institucional – MEC/INEP/CONAES.

CERTO, Samuel C & PETER, J. Paul. **Administração Estratégica**: Planejamento e Implantação da Estratégia. São Paulo: MAKRON Books, 1993.

CPA. <http://www.faccamp.br/site/cpa/principal>

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

EDITORA FACCAMP, 2004.

FLORES Maria Assunção. **Formação e desenvolvimento profissional de professores**: contributos internacionais/ org.. Coimbra, Portugal: Edições Almedinha, 2014.

GAJ, Luis. **Tornando a administração estratégica possível**. McGraw-Hill, 1990.

GLAT, Rosana, OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **Adaptação curricular**: educação inclusiva no Brasil. Banco Mundial – Cnotinfor Portugal. Disponível em: http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/entrada_pt.html

HILL, Charles W.L. & JONES, Gareth R. **Strategic Management Theory**: an integrated approach. New York: Boston.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha, LIMA, Lidyane Lilian. **Responsabilidade Social**. Ano 10, n. 7- . Brasília: ABMES Editora, 2015. 248 pg. Disponível em: http://www.abmes.org.br/public/arquivos/publicacoes/revista_er_2013_2014.pdf

IBGE (2009 , 2010,2015)

INEP 2015

INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA. (Centro Universitário Campo Limpo Paulista). **Quadro de Carreira do Pessoal Docente**. 2014.

INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA. (Centro Universitário Campo Limpo Paulista). **Quadro de Carreira do Pessoal Técnico Administrativo**. 2014.

INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA. (Centro Universitário Campo Limpo Paulista). **Resolução do Conselho Superior nº01_02/2003, de 03 de fevereiro de 2003**. Institui o Programa de Capacitação.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 1994.

MARCELINO, Gileno & LIRA, Vítor Henriques. **Como Planejar e estruturar uma organização a partir da administração estratégica**. Brasília, mimeo, 2001.

MARCELINO, Gileno. **Seminários de Planejamento e Administração Estratégica**. Brasília: UnB/SPL, 1998

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez. 1995.

MEC, UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO. 2003.

NÉRICE, I. G. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: IBRASA. 1992.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia** 16ª ed. – São Paulo: Atlas, 2001

RESENDE, L. M. G. de. Paradigma – relações de poder-projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer executivo. In: VEIGA, P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus. 2001.

BRASIL. Roteiro de Auto avaliação Institucional – Brasília – DF – 2004 MEC/INEP/CONAES.

http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 48.781, de 7 de julho de 2004. Institui o Programa Escola da Família. Diário Oficial do Estado de São Paulo de 8 de jul 2004.

SEADE (2010,2011,2012,2014).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena Introdução à filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <Http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

VASCONCELLOS Filho, Paulo de & PAGNONCELLI, Dernizo. **Construindo Estratégias para vencer**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus,

VEIGA, I.P. A; FONSECA, M. (orgs.) **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

Z:\PDI UNIFACCAMP\PDI 2021